As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito a complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das Instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

LIBRELATO

[•]
B3 LISTING

LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS
CNPJ/ME nº 75.274.316/0001-70
NIRE: 42300037591
Rodovia SC 445, KM 75
CEP 88820-000 – Içara – SC
[•] Ações Ordinárias
Valor total da Oferta: R$[•]
Código ISIN das Ações: "[•]"
Código de negociação das Ações na B3: "[•]"

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•] ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

A **LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS** ("Companhia"), e Librelato Participações Ltda., VGL Administração de Bens Ltda e Vitória Ghisoni Librelato ("Acionistas Vendedores"), Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), o Banco Bradesco BBI S.A ("Bradesco BBI" ou "Agente Estabilizador") e o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" e, em conjunto com o Coordenador Líder e com o Bradesco BBI, "Coordenadores da Oferta"), estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de, inicialmente, [•] ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia ("Ações"), compreendendo: (i) a distribuição primária de[, inicialmente,] [•] novas Ações, ("Oferta Primária"); e (ii) a distribuição secundária de [, inicialmente,] [•] Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Oferta Secundária" e, em conjunto com a Oferta Primária, "Oferta").

A Oferta será realizada na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com o "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários" expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados de Capitais ("ANBIMA") e atualmente em vigor ("Código ANBIMA"), com o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3", "Novo Mercado" e "Regulamento do Novo Mercado", respectivamente) e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 e convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) ("Instituições Consorciadas" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta").

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Itau BBA USA Securities, Inc., pelo Bradesco Securities, Inc. e pelo BTG Pactual US Capital LLC (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), em conformidade com o "Placement Facilitation Agreement", a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Colocação Internacional") (i) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (qualified institutional buyers), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos* ("SEC"), em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("Securities Act") e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (non-U.S. persons), nos termos do *Regulation S*, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros") e, em ambos os casos, desde que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131"), ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("Resolução CMN 4.373") e da Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020 ("Resolução CVM 13"), sem a necessidade, para tanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do "Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Librelato S/A Implementos Rodoviários" ("Anúncio de Início"), a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares, conforme abaixo definido) poderá, a critério [da Companhia e dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares, conforme definido abaixo), ou seja, em até [•] ([•]) Ações, [sendo [•] ([•]) Ações a serem emitidas pela Companhia no contexto da Oferta Primária, e [•] ([•]) Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada no "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Librelato S/A Implementos Rodoviários" ("Prospecto Preliminar"), no contexto da Oferta Secundária], nas mesmas condições e pelo mesmo Preço por Ação inicialmente ofertado ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ([•]) Ações, [sendo [•] ([•]) Ações a serem emitidas pela Companhia no contexto da Oferta Primária, e [•] ([•]) Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada no Prospecto Preliminar, no contexto da Oferta Secundária], nas mesmas condições e pelo mesmo Preço por Ação inicialmente ofertado ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia e/ou pelos Acionistas Vendedores, conforme o caso,] ao Agente Estabilizador, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias da Librelato S/A Implementos Rodoviários", a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e a B3, na qualidade de interveniente anuente ("Contrato de Colocação"), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações ("Opção de Ações Suplementares"). Mediante a celebração do Contrato de Colocação, o Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, por um período de até 30 dias corridos contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobre alocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido no item 9 abaixo). Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

O preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*") e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* ("Preço por Ação").

Na hipótese de o Preço por Ação (conforme definido neste Prospecto) ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto Preliminar, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Interior à Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto), hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificável na medida em que tal Procedimento de *Bookbuilding* reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

	Preço (R$)(1)	Comissões (R$)(1)(2)(4)	Recursos Líquidos (R$)(1)(2)(3)(4)(5)
Preço por Ação	[•]	[•]	[•]
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária	[•]	[•]	[•]
Total da Oferta	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.
(3) Sem dedução das comissões, despesas e tributos da Oferta.
(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto.
(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a ser alienada pelos Acionistas Vendedores na Oferta e os recursos líquidos a serem recebidos, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Quantidade de Ações Ofertada, Montante e Recursos Líquidos", na página 46 deste Prospecto.

A aprovação da realização do pedido de registro da Oferta perante a CVM, bem como a submissão do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado e a alteração e consolidação de seu estatuto social para refletir os ajustes necessários pelo Novo Mercado, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de fevereiro de 2021, cuja ata foi arquivada perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("JUCESC") sob o nº 20219628220 e foi publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina ("DOESC"), em 22 de fevereiro de 2021, e no jornal "Jornal Tribuna de Notícias", em 22 de fevereiro de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital social da Companhia[, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social], com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como seus termos e condições, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido no item 9 abaixo) e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente protocolada para registro na JUCESC e publicada no jornal "Tribuna de Notícias" na data de disponibilização do Anúncio de Início, e no DOESC no dia útil seguinte à data de disponibilização do Anúncio de Início.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária e para a fixação do Preço por Ação.

Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos e em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

É admissível o recebimento de reservas, a partir de [•] de [•] de 2021, para subscrição/aquisição de Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido neste Prospecto).

A Oferta está sujeita a prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em 25 de fevereiro de 2021.

"OS REGISTROS DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICAM, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

Este Prospecto Preliminar não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de aquisição das Ações. Ao decidir adquirir e liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", A PARTIR DAS PÁGINAS 21 E 93, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 299, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO NA COMPANHIA, NA OFERTA E NAS AÇÕES.

Autorregulação ANBIMA
Ofertas Públicas

Coordenadores da Oferta

[Inserir Logos]

A data deste Prospecto Preliminar é [•] de [•] de 2021.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **1**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **5**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **6**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **9**
IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES DA OFERTA, CONSULTORES E DOS AUDITORES INDEPENDENTES **24**
SUMÁRIO DA OFERTA **26**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **43**
Composição do capital social 43
Principais acionistas, Administradores e Acionistas Vendedores 44
Identificação dos Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos 46
Quantidade de Ações Ofertada, Montante e Recursos Líquidos 46
Características Gerais da Oferta 47
Descrição da Oferta 47
Aprovações societárias 49
Preço por Ação 49
Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta 50
Custos de Distribuição 50
Instituições Participantes da Oferta 55
Público Alvo 55
Cronograma Estimado da Oferta 55
Regime de Distribuição 56
Procedimento da Oferta 57
Oferta de Varejo 60
Oferta Institucional 64
Prazos da Oferta 65
Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional 66
Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta 67
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação 69
Estabilização dos Preços das Ações 70
Violações das Normas de Conduta 71
Direitos, vantagens e restrições das Ações 72
Negociação das Ações na B3 73
Contratação de Formador de Mercado 73
Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up*) 73
Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações 74
Inadequação da Oferta 75
Condições a que a Oferta esteja submetida 75
Informações adicionais 75
Coordenadores da Oferta 76
Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta 76
Instituições Consorciadas 77
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA **79**
Coordenador Líder 79
Bradesco BBI 80
Banco BTG Pactual 81

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA 84
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder 84
Banco Bradesco BBI S.A. 86
Banco BTG Pactual 88
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA 90
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder 90
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI 91
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual 92
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES 93
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 104
CAPITALIZAÇÃO 106
DILUIÇÃO 107
ANEXOS 109
ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA 113
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA 135
MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA 165
DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 171
DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 175
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 183
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018 189
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480 273

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, "Companhia", "Librelato ou "nós" se referem, a menos que o contexto determine de forma diversa, a Librelato S/A Implementos Rodoviários e suas subsidiárias na data deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção "Sumário da Oferta" na página 26 deste Prospecto.

Acionistas Vendedores	Librelato Participações Ltda., VGL Administração de Bens Ltda e Vitória Ghisoni Librelato.
Administradores	Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês de assessoramento da Companhia.
Agente Estabilizador ou Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Auditores Independentes	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Companhia ou Librelato	Librelato S/A Implementos Rodoviários.
Conselho de Administração	O Conselho de Administração da Companhia.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.

Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Deliberação CVM 860	Deliberação da CVM nº 860, de 22 de julho de 2020.
Diretoria Estatutária	A Diretoria Estatutária da Companhia.
DOESC	Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.
EBITDA	**[**O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA ("Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações") é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM 527, que consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelo imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida das vendas. O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), e não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados como base para a distribuição de dividendos, como substituto para o lucro líquido do exercício ou como indicador de desempenho operacional, nem como indicador de liquidez da Companhia.**]** Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	O estatuto social da Companhia.
Formulário de Referência	Formulário de referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480 e anexo a este Prospecto.
Governo Federal	Governo Federal do Brasil.
Instituição Escrituradora	Banco Bradesco S.A.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.

Instrução CVM 527	Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada.
Instrução CVM 539	Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
IOF/Câmbio	Imposto sobre Operações Financeiras de Câmbio.
JUCESC	Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem de valores mobiliários da B3, destinado à negociação de valores mobiliários emitidos por empresas que se comprometem voluntariamente com a adoção de práticas de governança corporativa e a divulgação pública de informações adicionais em relação ao que é exigido na legislação, previstas no Regulamento do Novo Mercado.
Ofício-Circular CVM/SRE	Ofício-Circular nº 01/2020/CVM/SRE, divulgado em 5 de março de 2020.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Librelato S/A Implementos Rodoviários e seus anexos e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Librelato S/A Implementos Rodoviários e seus anexos e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospectos	O Prospecto Definitivo e este Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado, que prevê as práticas diferenciadas de governança corporativa a serem adotadas pelas companhias com ações listadas no segmento Novo Mercado da B3.
Regulation S	*Regulation S* do *Securities Act* de 1933, conforme alterada, dos Estados Unidos.

Resolução 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de novembro de 2014, conforme alterada.
Rule 144A	*Rule 144A* editada ao amparo do *Securities Act.*
SEC	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Librelato S/A Implementos Rodoviários, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 75.274.316/0001-70, com seus atos constitutivos registrados na JUCESC sob o NIRE nº 42300037591.
Registro na CVM	Em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM, cujo requerimento foi apresentado à CVM em 25 de fevereiro de 2021.
Sede	Localizada na cidade de Içara, Estado de Santa Catatina, na Rodovia SC 445, KM 75, CEP 88820-000.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na cidade de Içara, Estado de Santa Catatina, na Rodovia SC 445, KM 75, CEP 88820-000**.** O Diretor de Relações com Investidores é Sr. José Carlos Spricigo. O endereço eletrônico para contato da Diretoria de Relações com Investidores é ri.librelato.com.br.
Instituição Escrituradora	Banco Bradesco S.A.
Auditores Independentes	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As ações de emissão da Companhia serão listadas no Novo Mercado sob o código "[•]", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início.
Jornais nos Quais Divulga Informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no DOESC e no jornal "Tribuna de Notícias".
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.
Website	ri.librelato.com.br
Informações Adicionais	Informações adicionais sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidas no Formulário de Referência anexo a este Prospecto e junto à Companhia, às Instituições Participantes da Oferta, à CVM e/ou à B3 nos endereços e páginas da rede mundial de computadores indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 75 deste Prospecto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e perspectivas para o futuro, principalmente nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", nas páginas 21 e 93, respectivamente, deste Prospecto e nas seções "4. Fatores de Risco", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência a partir das páginas 299, 346 e 418, respectivamente, deste Prospecto.

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou que tenham o potencial de afetar os negócios da Companhia, o seu setor de atuação, sua participação de mercado, reputação, negócios, situação financeira, o resultado de suas operações, margens e/ou fluxo de caixa. As estimativas e perspectivas sobre o futuro estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações disponíveis atualmente. Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos neste Prospecto, tais como previstos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro, podem impactar adversamente os resultados da Companhia e/ou podem fazer com que as estimativas e perspectivas não se concretizem. Dentre os diversos fatores que podem influenciar as estimativas e declarações futuras da Companhia, podem ser citados, como exemplo, os seguintes:

- [os efeitos econômicos, financeiros, políticos, de saúde pública e outros efeitos da pandemia de COVID-19 (ou qualquer outra pandemia, epidemia ou crises similares), particularmente conforme esses fatores impactem o Brasil e na medida que eles continuem a ter severos efeitos macroeconômicos, o que pode realçar o impacto de outros riscos que estamos sujeitos (para informações adicionais, veja a seção "4.2 Riscos de Mercado" do nosso Formulário de Referência, a partir da página 328;

- nossa habilidade de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária para mitigar os impactos da pandemia do COVID-19 em nosso negócio, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;

- conjuntura socioeconômica, política e de negócios do Brasil, particularmente nas regiões que operamos, incluindo, exemplificativamente, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor e liquidez no mercado financeiro de mercado de capitais;

- flutuações nas taxas de câmbio, especificamente com relação ao Real perante o Dólar;

- instabilidade política no Brasil (incluindo com relação às políticas implementadas pela administração do presidente Jair Bolsonaro, ou como resultado de intervenção governamental ou novas impostos ou tarifas), e alterações nas condições políticas e macroeconômicas no Brasil;

- condições que possam afetar nosso mercado e as condições financeiras de nossos clientes;

- fatores ou tendências que possam afetar nossos negócios, *market share*, condições financeiras, liquidez e resultados de nossas operações;

- modificações em leis e regulamentos, incluindo os que envolvem questões regulatórias, fiscais e trabalhistas;

- capacidade da Companhia de implementar suas estratégias de crescimento;
- capacidade da Companhia de se financiar adequadamente;
- capacidade da Companhia de atender seus clientes de forma satisfatória;
- aumento ou alteração de condições, inclusive por meio de consolidações, da concorrência no nosso setor de atuação;
- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos e tarifas;
- mudanças nas preferências dos clientes;
- outros fatores de risco discutidos nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto, nas páginas 21 e 93, respectivamente, deste Prospecto, bem como na seção "4. Fatores de Risco" e "5. Gerenciamento de riscos e controles internos" do Formulário de Referência da Companhia, a partir das páginas 299 e 346, respectivamente, deste Prospecto.]

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. As palavras "acredita", "pode", "poderá", "deverá", "visa", "estima", "continua", "antecipa", "pretende", "espera" e outras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. As considerações sobre estimativas e perspectivas para o futuro incluem informações pertinentes a resultados, estratégias, planos de financiamentos, posição concorrencial, dinâmica setorial, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes neste Prospecto podem vir a não se concretizar.

Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da sua capacidade de controle ou previsão. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações futuras contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência da Companhia podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 273, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS NESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A RESPONSABILIDADE E A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA COMPANHIA E NÃO CONTÉM TODAS AS INFORMAÇÕES QUE UM POTENCIAL INVESTIDOR DEVE CONSIDERAR ANTES DE TOMAR SUA DECISÃO DE INVESTIMENTO EM NOSSAS AÇÕES. LEIA ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA.

Antes de tomar sua decisão de investir em nossas Ações, o investidor deve ler cuidadosa e atenciosamente todo este Prospecto e o Formulário de Referência, incluindo as informações contidas nas seções "Considerações Sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro", "Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia", "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta" nas páginas 6, 21 e 93, respectivamente, deste Prospecto, bem como os itens "3. Informações Financeiras Selecionadas", "4. Fatores de Risco" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência nas páginas 286, 299 e 418, respectivamente, deste Prospecto, além de nossas demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias, anexas a este Prospecto a partir da página 189. Salvo indicação em contrário, os termos "nós", "nos", "nossos/nossas", "companhia" e "Librelato" referem-se à Librelato S.A. Implementos Rodoviários.

Visão Geral

A Librelato é a terceira maior companhia de implementos rodoviários do mercado de Linha Pesada do país. Apoiado por uma sólida tese de crescimento e rentabilidade, a companhia partiu de uma pequena empresa familiar do sul do país para uma referência do setor e com um dos maiores e mais robustos portfólio de clientes do setor, espalhados em diferentes setores e regiões do país, com grande exposição ao agronegócio.

A Companhia foi fundada na cidade de Orleans, no Estado de Santa Catarina, em 1969, como uma pequena e modesta serraria. Seu fundador, Berto Librelato (*in memoriam*), encabeçou o processo que levou a Companhia, de uma simples produtora de carroceria de madeira, para uma das maiores empresas do Brasil em implementos rodoviários.

A Companhia iniciou as operações, tendo como seu primeiro produto, uma carroceria de madeira para um cliente local. A partir de 1980, iniciou-se a comercialização de peças e acessórios de caminhões, fornecendo assistência técnica para marcas nacionais. No ano de 1992 a marca consolidou-se como Librelato, focando na produção de implementos agrícolas e rodoviários sobre chassi. A Companhia criou seu primeiro semirreboque basculante em 1998 e o seu primeiro semirreboque graneleiro em 2001.

A partir do ano de 2007, a Companhia iniciou a realização de negócios internacionais por meio de exportações para países da América Latina, tais como Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia etc., processo concomitante à sua expansão no mercado nacional, marco evidenciado pela criação de uma nova unidade, no município de Içara, no Estado de Santa Catarina.

Em 2011, a Librelato encerrou o processo de transformação em sociedade anônima, que culminou no recebimento de aporte do Fundo CRP VII. Este momento marcou o início da implementação de governança corporativa da Companhia, atingindo a consolidação plena da gestão profissional e suporte do conselho no ano seguinte.

No ano de 2014, a Librelato estabelece uma série de parcerias industriais em busca de novas tecnologias como por exemplo: Modernização dos processos de produção,

Pesquisa e Desenvolvimento de novos produtos. Fator ao qual catalisou importantes inovações apresentadas na Fenatran como o Basculante Premium, sucesso de vendas da Companhia até os dias atuais. Todo este processo elevou sua operação nos quesitos de tecnologias, otimizando seu parque fabril.

Em 2018 a Companhia iniciou seu processo de entrada no *aftermarket* através de sua marca Libreparts, a fim de diversificação de sua receita com vendas. O ano de 2019 marcou o aniversário de 50 anos de atividade da Librelato, com sua história marcada pela evolução que a concedeu status de referência nacional em implementos rodoviários. Hoje, a Companhia atua no setor de implementos rodoviários e autopeças, através da fabricação, distribuição e venda de implementos rodoviários, peças e componentes.

A Companhia, iniciou seu processo de profissionalização em 2012 através da criação do Conselho de Administração, aliado a executivos experientes do mercado com longa experiência e profundo conhecimento setorial. A missão é a de desenvolver implementos rodoviários que influenciem o presente inspirado no futuro, com a visão de ser reconhecida como uma empresa sólida, inovadora e de marca forte. Esta missão e visão estão envoltas por uma série de valores sólidos: (i) Ter o cliente como um grande amigo; (ii) Encantar o cliente de forma simples e eficaz; (iii) Ações humanas, inovadoras e inspiradoras; (iv) Ética e transparência; (v) Lucro com sustentabilidade; (vi) Responsabilidade social e ambiental; e (vii) Abraçar os desafios com determinação e ousadia.

Portfólio de Produtos da Librelato

Principais números

Sua posição de liderança se reflete nos indicadores mais sólidos do setor, possuindo alta produtividade em todas as regiões do país e com presença cada vez maior no exterior. Dentre os indicadores da companhia, destacam-se:

- 13,7% de *market share* em 2020
- 9.649 unidades vendidas em 2020
- Presente nos 27 estados da federação e em 4 países na América Latina
- Robusto crescimento de volume vendido, partindo de 6.811 unidades em 2018, para 9.393 unidades em 2019 e, apesar da pandemia, 9.649 unidades em 2020, representando um CAGR de 19% no período

- Receita bruta de R$ 1.038,6 milhões em 2020, dos quais 88% estão concentrados na venda de implementos rodoviários (R$ 911,7 milhões) e 12% na venda de autopeças (R$ 126,9 milhões). Para implementos rodoviários, 85% da receita está concentrada nas vendas nacionais (R$ 878 milhões) e 3% em exportações (R$ 32 milhões)
- Sólido histórico de crescimento, com CAGR de 35% entre 2018 e 2020 na receita líquida
- EBITDA Ajustado de R$ 110,2 milhões em 2020, representando uma Margem EBITDA Ajustado de 13,0%
- +50% das receitas relacionadas ao agronegócio
- 3° maior produtor de implementos no Brasil
- Mais de 2.100 clientes
- +1.600 funcionários

Destaques da Librelato

A Librelato tem fundamentos sólidos, com alto potencial para ampliar sua sólida rota de crescimento. A Companhia destaca-se por ser um dos principais *players* de implementos do Brasil, haja vista sua presença nacional, com três unidades produtivas espalhadas em Santa Catarina, que juntas somam 256 mil m², sendo 62 mil m² de área construída, com uma produção atual de 52 unidades por dia. Tais informações podem ser visualizadas na figura abaixo:

Conforme o mapa abaixo, que indica a distribuição da receita bruta por região do Brasil, pode-se perceber que, em 2020, 38% das suas vendas estão concentradas na região sul do país, ainda que contenha parcelas relevantes nas demais regiões do país, fazendo da Companhia um *player* nacional relevante e com grande capilaridade. Em 2020, a Companhia atingiu a marca de capilaridade de 40% das cidades brasileiras com emplacamento de produtos Librelato.

Esta participação de mercado foi conquistada através de uma sólida trajetória de crescimento, saindo de 0,7% de *market share* em 2003 para 13,7% em 2020, acompanhado de um CAGR 2018-2020 de 20% e de receita bruta de 34%. Um total de 75% acumulados são produzidos pelos quatro maiores players do setor, evidenciando a concentração deste mercado.

Librelato Conquistou Importante Parcela de Mercado nos últimos anos
(Market Share)

Amplo portfólio de produtos e clientes

A Companhia possui uma base de parceiros consolidada, tendo clientes renomados nos mais diversos setores, como Votorantim, Ambev, JSL, Suzano, Transrio, Tijuca Alimentos, entre diversas outras grandes empresas que permitem uma capilaridade nacional no setor.

O enriquecimento desse amplo portfólio de produtos permite atender aos mais diversos alvos do mercado, como a indústria de construção, infraestrutura, produtos agrícolas, indústria geral, distribuidores de combustível, varejo, celulose, operadores logísticos, produtores de maquinários, sucroalcooleiros, empresas madeireiras, distribuidores de carne, produtos agrícolas, indústria alimentícia, entre outros, como se percebe da leitura do gráfico abaixo:

A Companhia também possui uma baixa concentração de clientes. Conforme gráfico abaixo, seus 10 principais clientes representam pouco mais de 10% de suas vendas em 2020.

Acreditamos que é justamente a qualidade e inovação com soluções tecnológicas que faz com que a Companhia, além de atender a uma enorme diversidade de clientes e setores, seja uma referência em serviço de qualidades, com altos índices de satisfação há anos. Para se ter um atendimento de excelência, a Librelato conta com um time de vendas de interno de 25 pessoas e outras 200 pessoas dedicadas a vendas e distribuição, segregados entre 49 distribuidores nacionais e 4 distribuidores internacionais. A companhia pode ser considerada como, com capilaridade nacional que se solidificou através de uma série de relacionamentos de longo prazo com algumas das principais empresas do País.

Acreditamos que a Librelato é reconhecida por sua qualidade e inovação, uma vez que está constantemente inovando seu portfólio de produtos com soluções inovadores que melhoram a experiência do cliente, reduzindo custos, aumentando a capacidade de armazenamento, entre outras séries de benefícios. Além disso, a Companhia é uma referência no setor, campeã de condecorações que comprovam sua excelência e capacidade de inovar.

A Companhia investe constantemente em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e criação de patentes. Entre 2012 e 2019, foram destinados em torno de ~3% da Receita líquida para recursos aplicados a P&D, conseguindo 13 patentes no período. Isso só foi possível devido a um alto nível de excelência da área, que conta com um time exclusivo de 7 pessoas totalmente dedicados a P&D. O DNA inovador está evidenciado

na Taxa de Inovação de Produto: em 2018, o percentual da Receita de produtos lançados nos últimos 5 anos sobre o total da receita líquida era 79%, crescendo para 81% em 2019 e atingindo 88% em 2020.

Assim, a Librelato tem se tornado uma empresa com amplo uso de tecnologia e Big Data para gerar valor aos seus clientes, com projetos que visam trazer análises completa das soluções de transportes para as principais partes do setor. Dentre os principais diferenciais para a Companhia trazer mais clientes no futuro, pode-se destacar:

- Sinal Eletrônico: Aumenta em 30% resposta de frenagem
- Anti-Lock Breaking System: Controla o escorregamento dos pneus
- Pressão de Frenagem Variável: Sistema de variação de carga de frenagem
- Eletric Break System: Frenagem automática
- Válvula Sensível a Carga: Mensura a carga média de eixos
- Rollover Stability Support: Sistema de freio automático
- Operating Data Recorder: Grava dados, gera relatório de operação, manutenção e comportamento do condutor

O modelo de negócios inovador, com foco no cliente e com alta rentabilidade está refletido na Libreparts, a marca focada em aftermarket da Companhia. Por meio dela, a Companhia busca trazer valor ao cliente com disponibilidade de (i) peças para reposição; (ii) pós-venda completo, através do seu extenso portfólio para atender ao cliente durante todos os estágios de compra; (iii) um canal de distribuição próprio, que adiciona valor com verticalização e aproveita sinergias do negócio e seu amplo conhecimento de mercado; e (iv) mercado resiliente, que agrega resiliência e maior capilaridade da marca com sua diversificação de produtos.

A exposição a mercados compostos por dinâmicas favoráveis evidência que o setor de implementos rodoviários se beneficia da predominante matriz rodoviária e idade da frota nacional. Nesse cenário, o Brasil é um dos países de maior frota rodoviária quando comparada a outros meios de transporte, possuindo caminhões que se envelhecem cada vez mais. Em 2014, 39% da frota brasileira possuía mais de 11 anos enquanto 52% da frota de implementos está segmentada entre 1-10 anos de idade. Atualmente, cerca de 53% da frota possui mais de 11 de anos, o que representa uma oportunidade de crescimento para a Librelato.

Fonte: Sindipeças e Abipeças (Relatório da Frota Circulante)

O Programa de Investimentos do Governo Federal converge, principalmente para investimentos no segmento rodoviário, que deve concentrar R$ 138 bilhões dos R$ 232 bilhões planejados entre 2020 e 2022. Este cenário é positivo para o setor, que irá se beneficiar de uma malha logística cada vez mais concentrada no rodoviário.

Fonte: Governo Federal

O setor de implementos demonstrou resiliência e está em um ótimo momento, com o segmento de Emplacamento de Semi/Reboques atingindo 67 mil unidades em 2020. O segmento possui um crescimento histórico robusto apesar das crises que o país sofreu ao longo dos anos. Entre 2000 e 2020, o mercado de implementos da Linha Pesada (Reboques / Semirreboques) teve um CAGR de 6,3%.

Apesar da crise causada pela pandemia do Covid-19, a venda de implementos rodoviários da Linha Pesada apresentou um crescimento de 6% em 2020, quando comparado com 2019.

Fonte: Anfir

Dentre os vários setores em que a Companhia está exposta, um dos principais é o agronegócio, que está ligado a mais de 50% da receita da Librelato e tem perspectivas muito favoráveis. Atualmente, o Brasil tem os fundamentos para continuar sendo o "Celeiro do Mundo" do agronegócio, dos quais se destacam: (i) 5,8% de crescimento anual da produção agrícola (1999 – 2019); (ii) Condição de clima favorável; (iii) Produtividade das plantações; (iv) Ampla disponibilidade de terras aráveis. Estes fatores fazem do Brasil um dos principais produtores e exportadores do mundo, com projeções otimistas de crescimento.

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

A Companhia provou sua sólida posição financeira em 2020 e manteve seus resultados financeiros a patamares semelhantes ao do ano de 2019, mantendo níveis de receita

mesmo durante a crise do COVID-19. A receita bruta da Companhia foi de R$ 1.038,6 milhões em 2020 e de R$944,8 milhões em 2019. Ainda no ano de 2020, a Librelato manteve sua eficiência operacional, rentabilidade e geração de caixa operacional, mostrando a solidez de seu modelo de negócio, capacidade ímpar de execução e a capacidade do time executivo de lidar com crises.

Environmental, Social and Corporate Governance (ESG) no DNA da Companhia

A Companhia conta com um corpo executivo experiente e com elevados conhecimentos setoriais. Seu time conta com **enorme** expertise no setor e há anos na companhia, com executivos experientes e renomados no mercado. Todas as áreas de gestão possuem um tempo médio de casa acima de 5 anos.

Sua capacidade de execução com excelência é viabilizada por meio de uma governança robusta que está sendo implementada na companhia desde 2011 – possuindo um corpo de conselho experiente, com 8 membros sendo 2 independentes. Não obstante, a Companhia é auditada por auditores independentes desde 2011, e possui algumas das mais relevantes certificações do mercado, sendo signatária das metas globais da ONU de ESG.

A Companhia também possui uma tecnologia positiva ao meio ambiente, aplicada aos seus produtos, uma vez que cada implemento gera uma redução anual de 3,4 ton de CO_2, o que equivale a 484 árvores. Este sistema de produção eficiente gerou uma economia de 1,3 toneladas de material na manufatura de implementos quando comparado a sua versão de 20 atrás. Por fim, a Companhia foi responsável pela plantação de + 5000 árvores em 2020, através do seu projeto: Librelato + Verde, enfatizando o compromisso com toda sua cadeia de partes interessadas por uma economia verde.

Vantagens competitivas

Nossa diferenciação em relação à concorrência

A Companhia acredita ter diversas características que nos diferenciam em relação à nossa concorrência, o que se traduziu, no longo prazo, em um ganho expressivo de participação de mercado no segmento, aliado a manutenção de margem.

Ela possui a inovação e a agilidade como características fundamentais estampadas no DNA Librelato. Acreditamos que isso faz com que seja capaz de constantemente apresentar inovações ao mercado, com produtos de baixa tara e design inovador, o que resulta em um grande diferencial no seu segmento. Além disso, se diferencia por ter uma baixa concentração de clientes, o que diminui o poder de barganha sobre o seu sistema de precificação, garantindo assim maiores margens.

Sua marca forte está espalhada no Brasil inteiro, garantindo grande capilaridade de vendas e no pós-vendas também, sendo que ela possui uma rede de distribuidores, próprias e terceirizadas, que garantem apoio e assistência técnica a seus clientes em diversos locais do país.

Ela é uma das maiores companhias de implementos rodoviários de linha pesada do país. Possui participação no mercado nacional de 13,7%. Está presente em todas as regiões do Brasil, com foco principal na região Sul, visto que 38% de sua receita bruta foi originada nessa região do país em 2020.

A diversificação de vendas em várias regiões do país é uma vantagem competitiva no seu segmento, pois dessa forma reduz sua exposição a regiões específicas garantindo menor risco de volatilidade de receita e rentabilidade.

Temos uma posição de liderança no segmento de exportações de implementos rodoviários

Em 2020, a Companhia exportou 399 implementos rodoviários para países como Paraguai, Chile, Bolívia, Uruguai e Ruanda, sendo ainda o principal exportador para o Paraguai em 2020. Tal volume de exportações garante para a Companhia o segundo lugar no ranking de exportações brasileiras de implementos rodoviários, o que representa novas avenidas de crescimento e diversificação de linhas de receita, mitigando assim o risco geográfico de países específicos.

Líderes de mercado nos principais tipos de implementos rodoviários

Levando em conta a quantidade de emplacamentos, os três principais tipos de implementos rodoviários são o Basculante, Carga Aberta e Dolly, com 26%, 23% e 13% de emplacamentos, respectivamente.

Para cada um desses produtos, a Companhia tem uma posição de liderança em termos de emplacamentos, dado que ocupamos em 2020 a terceira posição em Basculantes, a segunda posição em Carga Aberta e a terceira posição em Dolly.

Essa expressiva participação nos principais tipos de implementos rodoviários consolida sua posição como um dos mais relevantes produtores de implementos rodoviários e evidencia sua importância no mercado nacional.

Estratégia

Sua estratégia é representada por diversas iniciativas que tem como foco nos manter em evidência no segmento de produção de implementos rodoviários, buscando ainda oportunidades de expansão em segmentos complementares. Como principais pilares da sua estratégia, pode-se destacar:

Entrada no setor de autopeças, por meio da Libreparts

A partir de 2018, a Companhia passou a reforçar sua atuação no mercado de vendas de autopeças para implementos rodoviários, por meio da abertura de lojas, denominadas de Libreparts, espalhadas em diversos estados brasileiros, incluindo Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal, Mato Gross, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Maranhão.

O mercado de vendas de autopeças no Brasil, atualmente estimado em R$3,1 bilhões por ano sendo R$ 1,9 bilhão relativo à reposição e R$ 1,2 bilhão relativo à fabricante de equipamento original (OEM ou *Original Equipment Manufacturer*[1]) de acordo com Sindipeças e Abipeça. O setor é atrativo e estratégico para a Companhia, dado o potencial de crescimento da Librelato nesse mercado. Entre 2018 e 2019, a receita bruta da Companhia na venda de autopeças cresceu de R$27 milhões em 2018 para R$56 milhões em 2019 e atingiu R$ 127 milhões em 2020, o que representa mais do que o dobro da receita bruta no período, e representa, no período compreendido entre os exercícios de 2018 e 2020, um CAGR de 117% e um *market share* de 4% neste segmento.

A Companhia considera ainda que a entrada nesse setor é vantajosa para suas operações, pois entende que (i) ela melhora a percepção de seus clientes a respeito de sua marca, visto que o consumidor enxerga valor na disponibilidade de peças para reposição; (ii) tem um pós venda completo, com extenso portfólio de produtos para atender nossos clientes durante todos os estágios da compra; (iii) a Companhia foi

[1] Excluindo Randon e Facchini e sem considerar a venda de pneus

capaz de desenvolver seu canal de distribuição próprio, adicionando valor com a verticalização e aproveitando de sinergias do seu negócio de produção e comercialização de implementos rodoviários, além de desfrutar de extenso conhecimento de mercado; e (iv) a resiliência do mercado de auto partes agrega consistência a sua receita e maior capilaridade de sua marca.

Foco no crescimento orgânico

Seu crescimento orgânico se dará por meio da melhoria e expansão de seu parque fabril. Como principais estratégias para garantir a concretização do seu crescimento nessa frente, tem-se:

- A aplicação de tecnologia em processos e logística, automatizando e modernizando os processos de corte e dobra, utilizando robôs de soldagem e aplicando iniciativas e digitalização da produção;
- A realização de pesquisa e desenvolvimento, visando reduzir custos, aumentar a conectividade de nossa plataforma e ainda desenvolver um eixo regenerativo aliado à energia fotovoltaica com painéis solares;
- Aprimoração da manutenção dos ativos atuais, com foco em monitorar sua performance em tempo real e com o objetivo de aumentar a disponibilidade das máquinas.

Foco no crescimento inorgânico

Atualmente, a Companhia tem analisado diversas oportunidades de aquisição de empresas que podem agregar a sua plataforma, como (i) verticalização de componentes e crescimento no *aftermarket*; (ii) consolidação do mercado e coleta de sinergias; (iii) incorporação de novas tecnologias, (iv) expansão geográfica; e (v) incorporação de produtos complementares ao nosso portfólio.

No seu processo de análise da viabilidade de possíveis aquisições, além de se atentar a estritos critérios de alocação de capital, procura-se companhias com alta aderência ao DNA e cultura da Librelato e com forte presença em seus respectivos segmentos de atuação. A Companhia já identificou diversas oportunidades de potenciais aquisições e algumas já se encontram em fase de análise. Contudo, a Companhia não pode prever o momento em que essas potenciais aquisições serão efetivadas nem o valor destinado para cada uma das aquisições.

Eventos recentes

Aquisição de imobilizado

Em janeiro de 2021 a Companhia realizou a aquisição de um imóvel na cidade de Içara/SC, com área de superfície de 37.332,00 m2 (trinta e sete mil, trezentos e trinta e dois metros quadrados). A utilização do imóvel será para realizar atividades operacionais da Companhia, aumentando sua eficiência logística na movimentação de produtos e armazenamento. O montante da transação foi de R$ 5.000 mil.

Registro de companhia aberta e abertura de capital

Em 18 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram, em assembleia geral extraordinária, a submissão do pedido de registro de companhia aberta, perante a Comissão de Valores Mobiliários; a abertura de capital da Companhia; a conversão de 1.868.000 ações preferenciais classe "A" em 1.868.000 ações ordinárias da Companhia. Adicionalmente, a Companhia passou a ter um capital social autorizado de R$600.000 mil.

Principais fatores de risco relacionados à Companhia

As atividades, situação financeira, resultados operacionais e estratégias da Companhia estão sujeitos a diversos fatores de risco. Abaixo estão listados apenas os cinco principais fatores de risco que podem nos afetar de forma adversa e relevante. Para mais informações sobre os fatores de risco listados abaixo e sobre os demais fatores de risco a que a Companhia está exposta, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" a partir da página 93 deste Prospecto, bem como o item "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência na página 299 deste Prospecto.

Mudanças significativas ou a desaceleração do crescimento do setor do agronegócio podem impactar os resultados da Companhia.

A Companhia possui forte exposição ao agronegócio, uma vez que mais de 50% da sua receita está relacionada ao setor. Uma grande parte das receitas futuras da Companhia dependem do crescimento contínuo do setor do agronegócio. Para a Companhia aumentar sua base de clientes com sucesso, ela precisa se adequar rapidamente às mudanças deste setor. Caso a Companhia não tenha sucesso em se adequar às mudanças do setor do agronegócio, ela pode ter suas vendas impactadas negativamente. Adicionalmente, uma desaceleração do agronegócio pode resultar em uma diminuição na demanda dos produtos da Companhia, bem como no aumento da inadimplência de seus clientes. A Companhia não pode garantir que o setor do agronegócio continuará crescendo, o que impacta diretamente na venda dos produtos da Companhia direcionados para o setor e pode resultar em um impacto adverso relevante nos seus negócios e resultados financeiros e operacionais.

A Companhia pode não obter êxito na aquisição e integração de outros negócios.

A Companhia pode buscar aquisições ou alianças estratégicas para captar sinergias como parte da sua estratégia de negócios, mas não pode garantir a conclusão de tais operações oportunamente ou de forma rentável, inclusive em sua estratégia de racionalizar a capacidade produção e de automação de sua produção. Além disso, a Companhia pode estar sujeita a restrições ou limites regulatórios e/ou concorrenciais e/ou outros fatores não previstos que a impeçam de concluir tais operações ou, ainda, gozar dos benefícios esperados.

Adicionalmente, caso efetivadas aquisições ou alianças estratégicas, a Companhia pode não obter êxito na integração de cultura, colaboradores, processos, produtos, serviços e tecnologias de empresa adquirida ou com a qual tenha celebrado aliança estratégica, ou, ainda, referida integração poderá exigir recursos e investimentos significativamente maiores do que aqueles originalmente previstos. A Companhia pode não ser capaz de integrar com êxito os negócios adquiridos aos negócios atuais/preexistentes, assim como pode não ser capaz de alcançar as sinergias, melhorias ou eficiências esperadas. Em decorrência de tais aquisições ou alianças estratégicas realizadas com eficiência aquém do esperado ou projetado, a Companhia pode ser compelida a incorrer em investimentos adicionais, podendo vir a ser necessário dispor do seu caixa ou contrair dívidas significativas. Adicionalmente, a Companhia poderá estar sujeita a passivos e/ou contingências desconhecidas, sendo que tais dívidas, passivos e/ou contingências podem sujeitar a Companhia a prejuízos financeiros e de imagem, e/ou ainda a cláusulas restritivas que limitem atividades futuras. Além disso, os resultados operacionais podem ser afetados negativamente por encargos relativos à aquisição, amortização de despesas relativas a ativos intangíveis e depreciação de ativos.

A Companhia ainda não tem uma prática consolidada em fusões e aquisições. Desse modo, a Companhia pode não ser capaz de alcançar os resultados pretendidos com a aquisição de outras empresas ou obter êxito na integração de cultura com as empresas adquiridas. Tais riscos podem ser exacerbados caso as empresas adquiridas não atuem no mesmo segmento de negócios da Companhia.

Ainda, a Companhia pode estar sujeita a litígios relacionados a tais aquisições, licenciamentos ou outras alianças, inclusive reivindicações de ex-funcionários, clientes e terceiros, sendo que, neste caso, eventuais cláusulas de indenização de passivos e contingências negociadas no âmbito da aquisição podem ser insuficientes para compensar custos e despesas incorridos ou prejuízos sofridos. Dependendo da operação, a Companhia pode ainda estar sujeita à obtenção de aprovação das autoridades brasileiras de defesa da concorrência, sendo que tal aprovação poderá ser concedida com uma série de medidas restritivas, tais como alienação de parte dos ativos adquiridos, ou não ser concedida no prazo desejado para tentar atingir a rentabilidade projetada pela Companhia para a transação.

Quaisquer fatores acima podem impactar de forma negativa os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

O sucesso da Companhia depende de sua capacidade de expandir e adaptar suas operações para atender rapidamente aos padrões industriais e de tecnologia em constante mudança, de maneira econômica e oportuna.

A Companhia pode não conseguir expandir suas operações de maneira eficiente, econômica ou oportuna. Além disso, qualquer novo negócio, produto ou serviço lançado pela Companhia que não seja recebido favoravelmente pelos clientes poderá prejudicar sua reputação e afetar de forma adversa o valor de sua marca. Da mesma forma, a falta de aceitação pelo mercado do novo negócio, produto ou serviço, ou mesmo a incapacidade da Companhia em gerar receitas satisfatórias a partir deles, a compensar seus custos e reverter os investimentos realizados, podem ter um efeito adverso relevante em seus negócios, resultados operacionais e financeiros.

Os sistemas, procedimentos e controles atuais, relacionamentos com pessoas e terceiros podem não ser adequados para apoiar as operações futuras da Companhia, e a Companhia pode não ser capaz de atualizar a tecnologia envolvida nos seus processos de produção. Qualquer falha da Companhia em gerenciar o crescimento de maneira eficaz ou em atualizar a tecnologia envolvida nos seus processos de produção pode ter um efeito adverso relevante em seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

A perda de membros da alta administração da Companhia e/ou a incapacidade de atrair e reter seus administradores e colaboradores qualificados pode causar um efeito adverso sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

O crescimento e desempenho da Companhia dependem em grande parte de esforços e da capacidade de sua alta administração. A perda dos membros da alta administração da Companhia pode afetar de modo adverso e relevante seus negócios e resultados operacionais e financeiros. Além disso, caso a Companhia venha a perder algum desses profissionais-chave, a Companhia pode não conseguir atrair ou reter novos profissionais com a mesma qualificação. O sucesso da Companhia também depende de sua habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais qualificados nas áreas técnicas, operações, de P&D, *supply*, gestão, tecnologia, *marketing* e atendimento aos clientes. A competição por tais colaboradores

qualificados é intensa, e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados. Caso a Companhia não seja capaz de atrair ou reter profissionais qualificados para administrar e expandir seus negócios e operações, ela pode não ser capaz de conduzir seus negócios com sucesso e, com isto, afetar adversamente seus resultados operacionais e financeiros.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar em uma diluição da participação no capital social da Companhia.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro e poderá optar por obtê-lo no mercado de capitais, por meio de aumento de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, sendo que distribuições públicas podem ocorrer sem concessão de direito de preferência para os acionistas. Qualquer captação de recursos adicionais obtidos de forma a aumentar o capital social da Companhia poderá diluir a participação dos investidores da Companhia em seu capital social.

Adicionalmente, os acionistas poderão sofrer pela alteração no preço das ações de emissão da Companhia, e imediata e substancial diluição de seus investimentos, caso a Companhia tenha necessidade de captar recursos, no futuro, para suas atividades por meio de operações de emissão pública ou privada de novas ações de emissão da Companhia ou de valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia ou permutáveis por elas. A Companhia poderá ainda realizar emissão de novas ações ordinárias, ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias ou permutáveis por elas, por valor inferior ao valor contábil das ações ordinárias de sua emissão na data em questão. Tais emissões podem resultar na alteração do preço das ações de emissão da Companhia e na diluição da participação dos investidores no capital social, além de ter um efeito adverso na cotação nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES DA OFERTA, CONSULTORES E DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos junto à Companhia, os Acionistas Vendedores e Coordenadores da Oferta nos seguintes endereços:

Companhia

Librelato S/A Implementos Rodoviários
Rodovia SC 445, KM 75
CEP 88820-000, Içara, SC
At.: Sr. José Carlos Spricigo
Site ri.librelato.com.br

Acionistas Vendedores

Librelato Participações Ltda
Rod SC 438, KM 01, nº 69, Sala 2
CEP 88870-000, Orleans, SC
At.: Sr. Aloir Librelato

Vitória Ghisoni Librelato
Avenida Rio Branco, nº 404, Bloco 2, Sala 1203
CEP 88015-203, Florianópolis, SC

VGL Administração de Bens Ltda
Avenida Rio Branco, nº 404, Bloco 2, Sala 1203
CEP 88015-203, Florianópolis, SC
At.: Sr. Rosinelde Ghisoni de Oliveira

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder
Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3.400, 5° andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8107
Fax: +55 (11) 3708-8107
http://www.itau.com.br/itaubba-pt

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 10º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Bollina Mesquita
Tel.: + 55 (11) 3847-5488
Fax.: +55 (11) 3847-9856
http://www.bradescobbi.com.br

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: + 55 (11) 3383-2000
https://www.btgpactual.com

Consultores Legais Locais da Companhia	Consultores Legais Externos da Companhia
Lefosse Advogados Rua Tabapuã, 1.277, 14º andar, Itaim Bibi CEP 04533-014, São Paulo, SP At.: Sr. Rodrigo Junqueira Tel.: +55 (11) 3024-6129 www.lefosse.com	**Milbank LLP** Avenida Brigaderio Faria Lima, 4.100, 5º andar CEP 04533-014, São Paulo, SP At.: Sr. Tobias Stirnberg Tel.: +55 (11) 3927-7702 www.milbank.com.br

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta	Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta
Machado, Meyer, Sendacz & Opice Advogados Ed. Seculum II, ao lado do nº 3144 da Av. Brigadeiro Faria Lima Rua José Gonçalves de Oliveira, nº 116, 5º andar CEP 01453-050, São Paulo, SP At.: Sr. Gustavo Secaf Rebello Tel.: +55 (11) 3150-7480 www.machadomeyer.com.br	**Skadden, Arps, State, Meagher & Flom** Avenida Brigaderio Faria Lima, 3311, 7º andar CEP 04538-133, São Paulo, SP At.: Sr. J. Mathias von Bernuth Tel.: +55 (11) 3927-7702 www.skadden.com

Auditores Independentes da Companhia

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
Avenida Nilo Peçanha, 2.900, Iguatemi Business, 9º andar, Chácara das Pedras
CEP 91330-001, Porto Alegre, RS
At.: Sr. Americo F. Ferreira Neto
Tel.: +55 (51) 3204-5500
https://www.ey.com/

Declaração de Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 171.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 21 e 93, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras consolidadas e respectivas notas explicativas, anexos a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Acionistas Vendedores	Librelato Participações Ltda., VGL Administração de Bens Ltda e Vitória Ghisoni Librelato.
Ações	[•] ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.
Ações Adicionais	Até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá, a critério da [Companhia e dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Suplementares, conforme definido abaixo), ou seja, em até [•] ([•]) Ações, [sendo (i) no contexto da Oferta Primária, até [•] ([•]) novas Ações a serem emitidas pela Companhia; e (ii) no contexto da Oferta Secundária, até [•] ([•]) Ações de emissão da Companhia e de titularidade [dos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e pelo mesmo Preço por Ação inicialmente ofertado].
Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (*Free Float*)	Antes da realização da Oferta não existiam ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado, sendo totalmente detidas pelos acionistas da Companhia. Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e o exercício da Opção de Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% de seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e o exercício da Opção de Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, veja seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social" na página 43 deste Prospecto.

Ações Suplementares	Montante de até 15% (quinze por cento) do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ([•]) Ações, sendo [(i) no contexto da Oferta Primária, até [•] ([•]) novas Ações a serem emitidas pela Companhia; e (ii) no contexto da Oferta Secundária, até [•] ([•]) Ações de emissão da Companhia e de titularidade [dos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e pelo mesmo Preço por Ação inicialmente ofertado], conforme opção a ser outorgada [pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. Mediante a celebração do Contrato de Colocação, o Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, por um período de até 30 dias corridos contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.
Agente Estabilizador ou Bradesco BBI	O Banco Bradesco BBI S.A., agente autorizado a realizar operações de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro, nos termos do Contrato de Estabilização.
Agentes de Colocação Internacional	Itau BBA USA Securities, Inc., Bradesco Securities, Inc. e o BTG Pactual US Capital LLC.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta, a ser divulgado imediatamente após a distribuição das Ações, limitado a seis meses, contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, na forma do artigo 29 e anexo V da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 76 deste Prospecto, informando o resultado final da Oferta.

Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta, a ser divulgado na forma do artigo 52 e anexo IV da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 76 deste Prospecto, informando acerca do início do Prazo de Distribuição.
Anúncio de Retificação	Anúncio comunicando eventual suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta, a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 76 deste Prospecto.
Aprovações Societárias	A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de fevereiro de 2021, cuja ata foi arquivada perante a JUCESC sob o n° 20219628220 e foi publicada no DOESC, em 22 de fevereiro de 2021, e no jornal "Tribuna de Notícias", em 22 de fevereiro de 2021. O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente protocolada para registro na JUCESC e publicada no jornal "Jornal Tribuna de Notícias" na data de disponibilização do Anúncio de Início, e no DOESC no dia útil seguinte à data de disponibilização do Anúncio de Início. Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária e para a fixação do Preço por Ação.

Atividade de Estabilização	Direito exclusivo outorgado ao Agente Estabilizador de, por intermédio da Corretora, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da divulgação do Anúncio de Início. Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.
Aviso ao Mercado	Aviso divulgado em [•] de [•] de 2021, a ser novamente divulgado em [•] de [•] de 2021 com a identificação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 76 deste Prospecto.
Contrato de Colocação	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias da Librelato S/A Implementos Rodoviários, a ser celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores, pelos Coordenadores da Oferta e pela B3, na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular os esforços de colocação das Ações pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior.

Contrato de Estabilização	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Librelato S/A Implementos Rodoviários, celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador, a Corretora e os demais Coordenadores da Oferta, estes últimos na qualidade de intervenientes anuentes, que rege os procedimentos para a realização das Atividades de Estabilização no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual foi devidamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado a ser celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro lado, a Companhia, por meio do qual a Companhia aderirá ao Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, o Bradesco BBI e o BTG Pactual, considerados em conjunto.
Corretora	Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.
Cronograma Estimado da Oferta	Veja a seção "Informações sobre a Oferta – Cronograma Estimado da Oferta" na página 55 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações (incluindo das Ações Adicionais) que deverá ser realizada dentro do prazo de até dois dias úteis contados da data de divulgação do Anúncio de Início, com a entrega das Ações (incluindo das Ações Adicionais) aos respectivos investidores.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	Data da liquidação física e financeira das Ações Suplementares, que ocorrerá no prazo de até dois dias úteis contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares.
Destinação dos Recursos	A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para (i) investimentos de capital (CAPEX) para crescimento orgânico visando aumento de produtividade e capacidade instalada; (ii) potenciais aquisições de empresas (M&As) para consolidação de sua tese de investimentos. Para mais informações, vide a seção "Destinação de Recursos" na página 104 deste Prospecto.

A Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da Oferta Secundária, sendo que os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados aos Acionistas Vendedores.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no seu Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, conforme descritos a partir da página 113 deste Prospecto e na seção "18 - Valores Mobiliários" do Formulário de Referência, a partir da página 544 deste Prospecto.

Distribuição Parcial

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidos Não Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis, contados da data de disponibilização de comunicado neste sentido. **Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações* no âmbito da Oferta", na página 97 deste Prospecto.**

Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa	Fixação do Preço por Ação em montante abaixo de 20% (vinte por cento) do preço inicialmente indicado, considerando um Preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% (vinte por cento) sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% (vinte por cento) deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE. No caso de ocorrência de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, os Investidores Não Institucionais poderão desistir de seus respectivos Pedidos de Reserva sem quaisquer ônus.
Faixa Indicativa	A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa, a qual é meramente indicativa.
Fatores de Risco	**Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à subscrição/aquisição das Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 21 e 93 deste Prospecto, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, a partir da página 299 deste Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.**
Garantia Firme de Liquidação	A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar/liquidar as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação.

A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, forem concedidos os registros da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" e da Oferta pela CVM, assinados o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional e cumpridas as condições suspensivas neles previstas e que possam ser cumpridas antes do início da distribuição, disponibilizado o Prospecto Definitivo e divulgado o Anúncio de Início.

Caso as Ações objeto de garantia firme de liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, liquidará, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação; e (ii) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação efetivamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas, no Brasil, por investidores no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da garantia firme de liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das Atividades de Estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Inadequação da Oferta	O investimento nas Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações ou com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado. **Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à subscrição/aquisição das Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 21 e 93 deste Prospecto, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, a partir da página 100 deste Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.**
Instituições Consorciadas	Instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 e convidadas a participar da Oferta por meio da adesão à carta convite a ser disponibilizada pelo Coordenador Líder para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Instrumentos de *Lock-up*	Acordos de Restrição à Venda de Ações ordinárias de emissão da Companhia assinados pela Companhia, seus Administradores e Acionistas Vendedores.

Investidores Estrangeiros	(i) Nos Estados Unidos, investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela SEC, em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, os investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S*, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos (i) e (ii) acima, desde que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Lei 4.131, da Resolução 4.373 e da Resolução CVM 13 sem a necessidade, para tanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.
Investidores Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R$1.000.000,00 (um milhão de reais), além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados e profissionais nos termos da regulamentação da CVM, em todos os casos, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil (inexistindo para estes valores mínimo ou máximo de investimento), nos termos da Instrução CVM 539, bem como os Investidores Estrangeiros.

Investidores Não Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, o valor mínimo de pedido de investimento igual ou superior a R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento igual ou inferior a R$1.000.000,00, (um milhão de reais), nos termos da Instrução CVM 539.
Oferta	A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
Oferta de Varejo	Oferta destinada aos Investidores Não Institucionais que realizarem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, observado o montante de, no mínimo, 10% (dez por cento) da totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, e de, no máximo, 20% (vinte por cento) da totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, será destinado, prioritariamente, à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva.
Oferta Institucional	Oferta destinada a Investidores Institucionais a ser realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, junto a Investidores Institucionais.

Oferta Primária	A distribuição pública primária de, inicialmente, [•] ([•]) novas Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.
Oferta Secundária	A distribuição pública secundária de, inicialmente, [•] ([•]) Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.
Offering Memoranda	*Preliminary Offering Memorandum* e *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.
Opção de Ações Suplementares	Opção a ser outorgada no Contrato de Colocação pela Companhia [e pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, para colocação das Ações Suplementares, nas mesmas condições e Preço por Ação inicialmente ofertado, opção essa a ser exercida nos termos dos normativos aplicáveis, em especial, a Instrução CVM 400.
Pedido de Reserva	Formulário específico destinado à subscrição/aquisição de Ações, a ser celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição/aquisição de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, e a ser firmado por Investidores Não Institucionais e por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas com uma única Instituição Consorciada durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso.
Período de Reserva	Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, para formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.

Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, data esta que antecederá em pelo menos sete dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas.
Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução da CVM 505: (i) controladores e/ou administradores da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à emissão e distribuição das Ações, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional atinentes à Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional ou por pessoas a elas vinculadas, desde que diretamente envolvidas na Oferta; (vii) cônjuges ou companheiros, ascendentes, filhos menores e colaterais até o 2° grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (viii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a Pessoas Vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

Prazo de Distribuição	Prazo para distribuição das Ações que se encerrará (i) em até seis meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.
Preço por Ação	No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa. O preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação, será fixado após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junta a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding.* A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificável na medida em que tal Procedimento de *Bookbuilding*, reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações**. Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**
Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as respectivas intenções de investimento automaticamente canceladas. Os Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não serão cancelados. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário. **Para mais informações, veja seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 96 deste Prospecto Preliminar.**

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas e se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400.

Prospecto Definitivo

O Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Librelato S/A Implementos Rodoviários e seus anexos.

Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da Librelato S/A Implementos Rodoviários e seus anexos e eventuais aditamentos ou suplementos.
Prospectos	Este Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto.
Público Alvo da Oferta	Os Investidores Não Institucionais e os Investidores Institucionais.
Registros da Oferta	O pedido de registro da Oferta Primária e da Oferta Secundária foi protocolado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelo Coordenador Líder perante a CVM em [•] de [•] de 2021, estando a presente Oferta sujeita a prévio registro na CVM. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Adicionais" na página 75 deste Prospecto.
Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)	A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Administradores obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a celebrar os Instrumentos de *Lock-Up*, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início e observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional e/ou nos respectivos Instrumentos de *Lock-up*, por meio dos quais estes não poderão efetuar, direta ou indiretamente, (i) ofertar, vender, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos valores mobiliários sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, ou realizar qualquer operação que teriam mesmo efeito; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos valores mobiliários sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii). A vedação não se aplicará nas hipóteses descritas no artigo 48, inciso II da Instrução CVM 400, assim como nas hipóteses descritas nos Instrumentos de *Lock-up*.

Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva	Os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva dos Investidores Não Institucionais.
Valor Total da Oferta Primária	R$[•], considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do capital social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$89.062.953,20 (oitenta e nove milhões, sessenta e dois mil, novecentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 11.207.850 (onze milhões, duzentas e sete mil, oitocentas e cinquenta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, até o limite de R$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive, preço, quantidade, prazo e as condições de sua integralização, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

O quadro abaixo indica a composição do capital social da Companhia, [integralmente subscrito e integralizado na data deste Prospecto], e a previsão para após a conclusão da Oferta, considerando os efeitos da eventual colocação das Ações, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

	Antes da Oferta		**Após a Oferta**	
	Quantidade	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(R$)		
Ações ordinárias	11.207.850	89.062.953,20	[•]	[•]
Total	**11.207.850**	**89.062.953,20**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa, que é meramente indicativa.
(2) Sem dedução de comissões e despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

O quadro abaixo indica a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado na data deste Prospecto, e a previsão para após a conclusão da Oferta, considerando os efeitos da eventual colocação das Ações, considerando a colocação da totalidade das Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares:

	Antes da Oferta		**Após a Oferta**	
	Quantidade	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(R$)		
Ações ordinárias	11.207.850	89.062.953,20	[•]	[•]
Total	**11.207.850**	**89.062.953,20**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa, que é meramente indicativa.
(2) Sem dedução de comissões e despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

O quadro abaixo indica a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado na data deste Prospecto, e a previsão para após a conclusão da Oferta, considerando os efeitos da eventual colocação das Ações, sem considerar a colocação das Ações Suplementares e considerando a colocação da totalidade das Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(R$)		
Ações ordinárias	11.207.850	89.062.953,20	[•]	[•]
Total	**11.207.850**	**89.062.953,20**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa, que é meramente indicativa.
(2) Sem dedução de comissões e despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

O quadro abaixo indica a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado na data deste Prospecto, e a previsão para após a conclusão da Oferta, considerando os efeitos da eventual colocação das Ações bem como considerando a colocação da totalidade das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(R$)		
Ações ordinárias	11.207.850	89.062.953,20	[•]	[•]
Total	**11.207.850**	**89.062.953,20**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa, que é meramente indicativa.
(2) Sem dedução de comissões e despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Principais acionistas, Administradores e Acionistas Vendedores

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelos acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos membros da Administração, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Librelato Participações Ltda.....	6.443.742	57,49	[•]	[•]
CRP VII Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.....	1.868.000	16,67	[•]	[•]
TSL Participações Ltda.....	1.448.054	12,92		
VGL Administração de Bens Ltda	1.121	0,01	[•]	[•]
Vitória Ghisoni Librelato.....	1.446.933	12,91	[•]	[•]
Ações em tesouraria	0	0	[•]	[•]
Ações em circulação.....	0	0	[•]	[•]
Total	**11.207.850**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

(1) Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas, ou grupo de acionistas, titulares de mais de 5% (cinco por cento) do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência, na página 516 deste Prospecto.

Na hipótese de colocação total das Ações inicialmente ofertadas, considerando colocação da totalidade das Ações Adicionais e sem considerar a colocação das Ações Suplementares:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Librelato Participações Ltda.	6.443.742	57,49	[•]	[•]
CRP VII Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	1.868.000	16,67	[•]	[•]
TSL Participações Ltda.	1.448.054	12,92		
VGL Administração de Bens Ltda	1.121	0,01	[•]	[•]
Vitória Ghisoni Librelato	1.446.933	12,91	[•]	[•]
Ações em tesouraria	0	0	[•]	[•]
Ações em circulação	0	0	[•]	[•]
Total	**11.207.850**	**100,00**	**[•]**	**100,0**

(1) Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas, ou grupo de acionistas, titulares de mais de 5% (cinco por cento) do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência, na página 516 deste Prospecto.

Na hipótese de colocação total das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e considerando a colocação das Ações Suplementares:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Librelato Participações Ltda.	6.443.742	57,49	[•]	[•]
CRP VII Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	1.868.000	16,67	[•]	[•]
TSL Participações Ltda.	1.448.054	12,92		
VGL Administração de Bens Ltda	1.121	0,01	[•]	[•]
Vitória Ghisoni Librelato	1.446.933	12,91	[•]	[•]
Ações em tesouraria	0	0	[•]	[•]
Ações em circulação	0	0	[•]	[•]
Total	**11.207.850**	**100,00**	**[•]**	**100,0**

(1) Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas, ou grupo de acionistas, titulares de mais de 5% (cinco por cento) do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência, na página 516 deste Prospecto.

Na hipótese de colocação total das Ações inicialmente ofertadas, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Librelato Participações Ltda.	6.443.742	57,49	[•]	[•]
CRP VII Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	1.868.000	16,67	[•]	[•]
TSL Participações Ltda.	1.448.054	12,92		
VGL Administração de Bens Ltda	1.121	0,01	[•]	[•]
Vitória Ghisoni Librelato	1.446.933	12,91	[•]	[•]
Ações em tesouraria	0	0	[•]	[•]
Ações em circulação	0	0	[•]	[•]
Total	**11.207.850**	**100,00**	**[•]**	**100,0**

(1) Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas, ou grupo de acionistas, titulares de mais de 5% (cinco por cento) do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência, na página 516 deste Prospecto.

Identificação dos Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos

Segue abaixo descrição dos Acionistas Vendedores:

LIBRELATO PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.167.242/0001-90, com sede na cidade de Orleans, Estado de Santa Catarina, na Rod SC 438, KM 01, nº 69, Sala 2, Samuel Sandrini, CEP 88870-000;

VGL ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 28.709.044/0001-04, com sede na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Avenida Rio Branco, nº 404, Bloco 2 Sala 1203, Centro, CEP 88015-203; e

VITÓRIA GHISONI LIBRELATO, brasileira, solteira, estudante, inscrita no CPF/ME sob o nº 075.449.159-56, residente e domiciliada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Avenida Rio Branco, nº 404, Bloco 2, Sala 1203, Centro, CEP 88015-203.

Para informações adicionais, os investidores devem ler o item "15. Controle" do Formulário de Referência, na página 516 deste Prospecto.

Quantidade de Ações Ofertada, Montante e Recursos Líquidos

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a serem emitidas pela Companhia, no contexto da Oferta Primária, e a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores, no contexto da Oferta Secundária, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

	Quantidade	**Montante (R$)(1)**	**Recursos Líquidos (R$)(1)(2)**
Companhia	[•]	[•]	[•]
Librelato Participações Ltda.....	[•]	[•]	[•]
VGL Administração de Bens Ltda	[•]	[•]	[•]
Vitória Ghisoni Librelato.....	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa, que é meramente indicativa.
(2) Deduzidas as comissões e despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a serem emitidas pela Companhia, no contexto da Oferta Primária, e a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores, no contexto da Oferta Secundária, considerando a colocação da totalidade das Ações Adicionais, mas sem considerar a colocação das Ações Suplementares:

	Quantidade	**Montante (R$)(1)**	**Recursos Líquidos (R$)(1)(2)**
Companhia	[•]	[•]	[•]
Librelato Participações Ltda.....	[•]	[•]	[•]
VGL Administração de Bens Ltda	[•]	[•]	[•]
Vitória Ghisoni Librelato.....	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa, que é meramente indicativa.
(2) Deduzidas as comissões e despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a serem emitidas pela Companhia, no contexto da Oferta Primária, e a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores, no contexto da Oferta Secundária, sem considerar a colocação da totalidade das Ações Adicionais, mas considerando a colocação das Ações Suplementares:

	Quantidade	**Montante (R$)[1]**	**Recursos Líquidos (R$)[1][2]**
Companhia	[•]	[•]	[•]
Acionistas Vendedores.....	[•]	[•]	[•]
Librelato Participações Ltda.....	[•]	[•]	[•]
VGL Administração de Bens Ltda	[•]	[•]	[•]
Vitória Ghisoni Librelato.....	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa, que é meramente indicativa.
(2) Deduzidas as comissões e despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a serem emitidas pela Companhia, no contexto da Oferta Primária, e a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores, no contexto da Oferta Secundária, considerando a colocação da totalidade das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

	Quantidade	**Montante (R$)[1]**	**Recursos Líquidos (R$)[1][2]**
Companhia	[•]	[•]	[•]
Librelato Participações Ltda.....	[•]	[•]	[•]
VGL Administração de Bens Ltda	[•]	[•]	[•]
Vitória Ghisoni Librelato.....	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa, que é meramente indicativa.
(2) Deduzidas as comissões e despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Para informações adicionais, os investidores devem ler a seção "15. Controle" do Formulário de Referência, a partir da página 516 deste Prospecto.

Características Gerais da Oferta

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá da Oferta Primária e da Oferta Secundária, e será realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Código ANBIMA, com o Regulamento do Novo Mercado e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, desde que tais Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, nos termos da Resolução 4.373, e na Resolução CVM 13 ou na Lei 4.131, sem a necessidade, para tanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá, a critério da [Companhia e dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Suplementares, conforme definido abaixo), ou seja, em até [•] ([•]) Ações, [sendo (i) no contexto da Oferta Primária, até [•] ([•]) novas Ações a serem emitidas pela Companhia; e (ii) no contexto da Oferta Secundária, até [•] ([•]) Ações de emissão da Companhia e de titularidade [dos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e pelo mesmo Preço por Ação inicialmente ofertado].

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ([•]) Ações, sendo [(i) no contexto da Oferta Primária, até [•] ([•]) novas Ações a serem emitidas pela Companhia; e (ii) no contexto da Oferta Secundária, até [•] ([•]) Ações de emissão da Companhia e de titularidade [dos Acionistas Vendedores], nas mesmas condições e pelo mesmo Preço por Ação inicialmente ofertado], conforme opção a ser outorgada [pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação.

As Ações (exceto as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta em regime de Garantia Firme de Liquidação. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente adquiridas e liquidadas no Brasil, em reais, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Capitais.

A Oferta será registrada no Brasil junto à CVM, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser objeto de ofertas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. Persons*, conforme definido no *Securities Act*, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro do *Securities Act*.

Aprovações societárias

A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de fevereiro de 2021, cuja ata foi arquivada perante a JUCESC sob o nº 20219628220 e foi publicada no DOESC, em 22 de fevereiro de 2021, e no jornal "Tribuna de Notícias", em 22 de fevereiro de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado no Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESC e publicada no jornal "Valor Econômico" na data de disponibilização do Anúncio de Início, e no DOESC no dia útil seguinte à data de disponibilização do Anúncio de Início.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação ao Acionista Vendedor para a participação na Oferta Secundária e para a fixação do Preço por Ação.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa. **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço no Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.**

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificável, na medida em que tal Procedimento de *Bookbuilding* reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Antes da realização da Oferta não existiam ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e o exercício da Opção de Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% de seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação da totalidade das Ações Adicionais e o exercício integral da Opção de Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, veja seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social" na página 43 deste Prospecto.

Custos de Distribuição

As taxas de registro da CVM, ANBIMA e B3 relativas à Oferta, as despesas com auditores, advogados, consultores da Companhia, bem como outras despesas descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia, sendo que a Companhia se reserva ao direito de solicitar o reembolso das despesas descritas abaixo aos Acionistas Vendedores de acordo com suas respectivas participações na Oferta. As comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões serão pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares:

Custos	**Valor[1]**	**% em Relação ao Valor Total da Oferta[13]**	**Valor por Ação**	**% em Relação ao Preço por Ação[1]**
	(R$)		*(R$)*	
Comissões da Oferta[2]				
Comissão de Coordenação[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Tributos relativos às Comissões[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas da Oferta				
Taxa de Registro na CVM[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro da B3[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Auditores Independentes[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados e Consultores[9]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras Despesas da Oferta[10][11]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas[12]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões, Tributos e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

(3) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(6) A Remuneração de Incentivo será de até [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertadas, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação. Percentual máximo para a Remuneração de Incentivo que, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Acionistas Vendedores. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e para os Acionistas Vendedores tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.

(7) Inclui os impostos, taxas e outras retenções, os quais deverão ser pagos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

(8) As taxas de registro na CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.

(9) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos assumidas exclusivamente pela Companhia.

(10) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*), que serão arcados integralmente pela Companhia.

(11) Incluídos os custos estimados com traduções, gráfica e outros, que serão arcados integralmente pela Companhia.

(12) Sem levar em consideração a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, considerando a colocação da totalidade as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares:

Custos	**Valor[1]**	**% em Relação ao Valor Total da Oferta[13]**	**Valor por Ação**	**% em Relação ao Preço por Ação[1]**
	(R$)		*(R$)*	
Comissões da Oferta[2]				
Comissão de Coordenação[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Tributos relativos às Comissões[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas da Oferta				
Taxa de Registro na CVM[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro da B3[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Auditores Independentes[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados e Consultores[9]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras Despesas da Oferta[10][11]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas[12]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões, Tributos e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

(3) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, considerando a colocação das Ações Adicionais e sem considerar a colocação das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, considerando a colocação das Ações Adicionais e sem considerar a colocação das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, considerando a colocação das Ações Adicionais e sem considerar a colocação das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(6) A Remuneração de Incentivo será de até [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertadas, considerando a colocação das Ações Adicionais e sem considerar a colocação das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação. Percentual máximo para a Remuneração de Incentivo que, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Acionistas Vendedores. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e para cada um dos Acionistas Vendedores tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.

(7) Inclui os impostos, taxas e outras retenções, os quais deverão ser pagos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

(8) As taxas de registro na CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.

(9) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos assumidas exclusivamente pela Companhia.

(10) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*), que serão arcados integralmente pela Companhia.

(11) Incluídos os custos estimados com traduções, gráfica e outros, que serão arcados integralmente pela Companhia.

(12) Considerando a colocação das Ações Adicionais e sem levar em consideração a colocação das das Ações Suplementares.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais e considerando a colocação da totalidade as Ações Suplementares:

Custos	**Valor[1]**	**% em Relação ao Valor Total da Oferta[13]**	**Valor por Ação**	**% em Relação ao Preço por Ação[1]**
	(R$)		*(R$)*	
Comissões da Oferta[2]				
Comissão de Coordenação[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Tributos relativos às Comissões[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas da Oferta				
Taxa de Registro na CVM[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro da B3[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Auditores Independentes[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados e Consultores[9]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras Despesas da Oferta[10][11]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas[12]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões, Tributos e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

(3) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e considerando a colocação das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e considerando a colocação das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e considerando a colocação das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(6) A Remuneração de Incentivo será de até [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e considerando a colocação das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação. Percentual máximo para a Remuneração de Incentivo que, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Acionistas Vendedores. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e para cada um dos Acionistas Vendedores tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.

(7) Inclui os impostos, taxas e outras retenções, os quais deverão ser pagos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

(8) As taxas de registro na CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.

(9) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos assumidas exclusivamente pela Companhia.

(10) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*), que serão arcados integralmente pela Companhia.

(11) Incluídos os custos estimados com traduções, gráfica e outros, que serão arcados integralmente pela Companhia.

(12) Considerando a colocação das Ações Suplementares e sem levar em consideração a colocação das Ações Adicionais.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, considerando a colocação da totalidade as Ações Adicionais e as Ações Suplementares:

Custos	**Valor[1]**	**% em Relação ao Valor Total da Oferta**	**Valor por Ação**	**% em Relação ao Preço por Ação[1]**
	(R$)		*(R$)*	
Comissões da Oferta[2]				
Comissão de Coordenação[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Tributos relativos às Comissões[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas da Oferta				
Taxa de Registro na CVM[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro da B3[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Auditores Independentes[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados e Consultores[9]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras Despesas da Oferta[10][11]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas[12]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões, Tributos e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

(3) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(6) A Remuneração de Incentivo será de até [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação. Percentual máximo para a Remuneração de Incentivo que, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Acionistas Vendedores. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e para cada um dos Acionistas Vendedores tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.

(7) Inclui os impostos, taxas e outras retenções, os quais deverão ser pagos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

(8) As taxas de registro na CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.

(9) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos assumidas exclusivamente pela Companhia.

(10) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*), que serão arcados integralmente pela Companhia.

(11) Incluídos os custos estimados com traduções, gráfica e outros, que serão arcados integralmente pela Companhia.

(12) Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

Não há outra remuneração devida pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta (com exceção aos Coordenadores da Oferta, com relação a ganhos decorrentes da atividade de estabilização) ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

As Instituições Consorciadas serão convidadas pelos Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores, para participar da colocação das Ações.

Público Alvo

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação das Ações para (i) Investidores Não Institucionais, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva; e (ii) Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional.

Cronograma Estimado da Oferta

Abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

#	Eventos	Data[1]
1.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	25 de fevereiro de 2021
2.	Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização deste Prospecto Preliminar Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*)[2] Início do Procedimento de *Bookbuilding*	[•] de [•] de 2021
3.	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2021
4.	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2021
5.	Encerramento do Período de Reserva	[•] de [•] de 2021
6.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta	[•] de [•] de 2021
7.	Concessão dos registros da Oferta pela CVM Disponibilização do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	[•] de [•] de 2021
8.	Início de negociação das Ações no Novo Mercado Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	[•] de [•] de 2021
9.	Data de Liquidação	[•] de [•] de 2021
10.	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	[•] de [•] de 2021
11.	Data limite para a liquidação de Ações Suplementares	[•] de [•] de 2021
12.	Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento	[•] de [•] de 2021

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

(2) A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que o Prospecto Preliminar for divulgado e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Será admitido o recebimento de reservas, a partir da data indicada no Aviso ao Mercado, para subscrição/aquisição das Ações que somente serão confirmadas pelo adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer Anúncios de Retificação serão informados por meio de divulgação de Aviso ao Mercado nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM. Para informações sobre "Procedimento de Distribuição na Oferta", "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Inadequação da Oferta" na página 57, 67 e 75 deste Prospecto.

Para mais informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações integralizadas/liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Colocação, ver "Informações sobre a Oferta – Características Gerais da Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação" na página 69 deste Prospecto.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data deste Prospecto e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Regime de Distribuição

A Oferta será realizada em conformidade com o Contrato de Colocação. As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta, em regime de garantia firme de liquidação, de forma individual e não solidária, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Colocação e observadas as disposições da seção "Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta", na página 67 deste Prospecto.

Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional.

Após a divulgação do Aviso ao Mercado, bem como sua nova divulgação com os logotipos das Instituições Consorciadas, a disponibilização deste Prospecto Preliminar, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a celebração do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional e o cumprimento das condições suspensivas neles previstas, a concessão, pela CVM, dos registros da Oferta e de emissor de valores mobiliários categoria "A", a celebração e entrega, aos Coordenadores da Oferta, dos acordos de restrição à venda de ações (*lock-up*), a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a colocação das Ações em regime de garantia firme de liquidação (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), a ser prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Colocação, em conformidade com o disposto na Instrução CVM 400 e com o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado, observadas as disposições constantes da seção "Procedimento da Oferta", na página 57 deste Prospecto.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados da data de disponibilização de comunicado neste sentido.

Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta", do Prospecto Preliminar.

Procedimento da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, (i) a Oferta de Varejo, destinada a Investidores Não Institucionais; e (ii) a Oferta Institucional, destinada a Investidores Institucionais, conforme descritas adiante, observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, que em hipótese alguma poderão ser consideradas na alocação dos Investidores Não Institucionais, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta.

O público alvo da Oferta consiste em:

(i) investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizaram Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, o valor mínimo de pedido de investimento igual ou superior a R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento de igual ou inferior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais), nos termos da Instrução da CVM 539; e

(ii) investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R$1.000.000,00 (um milhão de reais), além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados e profissionais nos termos da regulamentação da CVM, em todos os casos, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil (inexistindo para estes valores mínimo ou máximo de investimento), nos termos da Instrução da CVM 539, em todos os casos, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, bem como os Investidores Estrangeiros.

Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução da CVM 505 serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores e/ou administradores da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à emissão e distribuição das Ações, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) funcionários, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional atinentes à Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou por Agentes de Colocação Internacional ou por pessoas a elas vinculadas, desde que diretamente envolvidas na Oferta; (vii) cônjuges ou companheiros, filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (viii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a Pessoas Vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400 são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. **Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de* total return swap *e* hedge *podem influenciar a demanda e o preço das Ações*", na página 100 deste Prospecto.**

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, durante o Período de Reserva (período compreendido entre [•] de 2021, inclusive, e [•] de 2021, inclusive), ou, no caso de Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas (período compreendido entre [•] de 2021, inclusive, e [•] de 2021, inclusive), em ambos os casos observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, nas condições descritas abaixo.

Nos termos da Deliberação da CVM nº 860, de 22 de julho de 2020 ("Deliberação CVM 860"), com respaldo no parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, no caso de a reserva antecipada efetuada pelo referido Investidor Não Institucional vir a ser efetivamente alocada no contexto da Oferta, o Pedido de Reserva preenchido por referido Investidor Não Institucional passará a ser o documento de aceitação de que trata a Deliberação CVM 860 por meio do qual referido Investidor Não Institucional aceitou participar da Oferta e subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição e de contrato de compra e venda.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados, em caso de excesso de demanda superior a um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares).

No contexto da Oferta de Varejo e considerando o esforço mínimo de dispersão acionária previsto no artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, caso haja demanda e a critério dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento) do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado, prioritariamente, à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva.

Na eventualidade da totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais ser superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, haverá rateio, conforme disposto no item (h) abaixo.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados por Investidores Não Institucionais de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (b), (c), (e), e nas seções "Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta" e "Violação de Normas de Conduta", a partir das páginas 67 e 71, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta de Varejo deverão realizar reservas de Ações junto a uma única Instituição Consorciada, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, nos termos da Deliberação CVM 476, durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva;

(b) **o Investidor Não Institucional que seja *Pessoa Vinculada deverá indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, sua qualidade de Pessoa Vinculada*, sob pena de, não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva cancelado pela respectiva Instituição Consorciada**. Caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação, pelas Instituições Consorciadas, de Ações junto a Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e os valores eventualmente depositados devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados do cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;

(c) cada Investidor Não Institucional poderá estipular, no respectivo Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no parágrafo 3° do artigo 45 da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Não Institucional estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, e os valores depositados devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados do cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;

(d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações a ser subscrita/adquirida e o respectivo valor do investimento dos Investidores Não Institucionais serão informados a cada Investidor Não Institucional, pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, até às 12:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de disponibilização do Anúncio de Início, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva, ressalvada a possibilidade de rateio prevista na alínea (h) abaixo;

(e) cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento à vista do valor indicado na alínea (d) acima, junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, até às 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor Não Institucional e cancelará automaticamente tal Pedido de Reserva;

(f) até às 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará, de acordo com o Contrato de Colocação, desde que efetuado o pagamento previsto no item (e) acima, a cada Investidor Não Institucional, o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvada a possibilidade de desistência prevista na seção "Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta", a partir da página 67 deste Prospecto, as possibilidades de cancelamento previstas nos itens (b), (c), (e) e na seção "Violação e Normas de Conduta", a partir da página 71 deste Prospecto, e a possibilidade de rateio prevista no item (h) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento não considerará a referida fração, devendo ser considerada somente a quantidade inteira de Ações;

(g) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais seja igual ou inferior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas e eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores Não Institucionais, destinadas a Investidores Institucionais; e

(h) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais seja superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, será realizado rateio das Ações da seguinte forma: (i) a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais entre todos os Investidores Não Institucionais que tiverem apresentado Pedido de Reserva, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e a quantidade total de Ações destinadas à Oferta de Varejo, desconsiderando-se as frações de Ações até o limite de R$3.000,00 (três mil reais) por Investidor Não Institucional, e (ii) uma vez atendido o critério de rateio descrito no subitem (i) acima, será efetuado o rateio proporcional das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais remanescentes entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e desconsiderando-se as frações de Ações. Opcionalmente, a critério [da Companhia, dos Acionistas Vendedores e] dos Coordenadores da Oferta, a quantidade de Ações destinadas a Investidores Não Institucionais poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores Não Institucionais possam ser, total ou parcialmente, atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item.

Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, veja a seção "Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta", a partir da página 67 deste Prospecto.

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a integralização/liquidação das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com o procedimento aqui descrito.

As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização dos Pedidos de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e as condições estipulados no Pedido de Reserva, sobretudo os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes, deste Prospecto e do Formulário de Referência, especialmente as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 21 e 93, respectivamente, bem como o item "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, a partir da página 299 deste Prospecto; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta exigirá a manutenção de recursos em conta aberta e/ou mantida junto a ela para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada; e (iv) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, até o limite estabelecido, as Ações remanescentes são destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas, inexistindo valores mínimo e máximo de investimento e assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até às 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico ou, na sua ausência, por telefone ou fac-simile, sobre a Data de Liquidação, a quantidade de Ações que cada Investidor Institucional deverá subscrever/adquirir e o Preço por Ação. A entrega das Ações (considerando as Ações Adicionais mas sem considerar as Ações Suplementares) alocadas deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas ao Investidor Institucional, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação.

A subscrição/aquisição das Ações será formalizada mediante preenchimento do termo de aceitação (conforme solicitação de dispensa do boletim de subscrição/contrato de compra e venda de ações), que informa ao Investidor Institucional sobre o procedimento para a entrega das Ações (observada a possibilidade de dispensa de apresentação do boletim de subscrição/contrato de compra e venda de ações, devendo o termo de aceitação ser utilizado por todos os Coordenadores da Oferta de acordo com os procedimentos internos de cada Coordenador da Oferta para formalização do referido documento, nos termos da Deliberação CVM 860, com respaldo no parágrafo 2° do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações).

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos da Lei nº 4.131, da Resolução CMN 4.373 e da Resolução CVM 13.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento até o limite de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*", do Prospecto Preliminar.

[A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55.] Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400 são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 100 deste Prospecto.**

Prazos da Oferta

Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, o prazo para a distribuição das Ações terá início na data de divulgação do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de seis meses, contado a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até dois dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações. A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira deverá ser realizada até o segundo dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares. As Ações serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

A data de início da Oferta será divulgada mediante a divulgação do Anúncio de Início em conformidade com o artigo 54-A da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a divulgação do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Colocação será celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a B3. De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação de forma individual e não solidária, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, a totalidade das Ações, diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Os Coordenadores da Oferta prestarão Garantia Firme de Liquidação, conforme disposto na seção "Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação", na página 69 deste Prospecto.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e nos Acionistas Vendedores e em seus negócios, entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura dos Instrumentos de *Lock-Up* pela Companhia, seus Administradores e Acionista Vendedor, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia e os Acionistas Vendedores assumiram a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional obriga a Companhia, bem como obriga os Acionistas Vendedores, a indenizarem os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e contra os Acionistas Vendedores no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia for condenada em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia. **Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior, particularmente nos Estados Unidos, em que a Companhia poderá estar exposta a potenciais pedidos de indenização e processos judiciais de responsabilidade, são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e podem afetar negativamente a Companhia", na página 98 deste Prospecto.**

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta, ou obtenção de cópia, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 76 deste Prospecto.

Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta

Caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto e do Prospecto Definitivo, incluindo o Formulário de Referência a eles anexo, que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais, ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4°, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400, poderão os Investidores Não Institucionais e os Investidores Institucionais desistir de seus respectivos Pedidos de Reserva sem quaisquer ônus, nos termos abaixo descrito.

Ainda, caso o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% (vinte por cento) do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% (vinte por cento) sobre o valor máximo da Faixa Indicativa (conforme definido no item [•] abaixo), sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% (vinte por cento) deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, poderão os Investidores Não Institucionais desistir de seus respectivos Pedidos de Reserva sem quaisquer ônus, nos termos abaixo descrito.

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação disponibilizado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, indicadas na seção "Informações Adicionais" a partir da página 75 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado, bem como sua nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas) e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Participantes da Oferta deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional e o Investidor Institucional, conforme o caso, está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional e o Investidor Institucional, conforme o caso, já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Participante da Oferta deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional e ao Investidor Institucional, conforme o caso,que tenha efetuado Pedido de Reserva ou intenção de investimento junto a tal Instituição Participante da Oferta a respeito da modificação efetuada. Em tais casos, o Investidor Não Institucional e o Investidor Institucional, conforme o caso, poderá desistir do seu Pedido de Reserva ou de sua intenção de investimento, nos termos acima descritos, até as 16:00 horas do quinto dia útil subsequente à data em que for disponibilizado o Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional e pelo Investidor Institucional, conforme o caso, da comunicação direta pela Instituição Participante da Oferta acerca da suspensão ou modificação da Oferta.

Caso o Investidor Não Institucional ou o Investidor Institucional, conforme o caso, não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva ou da sua intenção de investimento, nos termos descritos acima, seu respectivo Pedido de Reserva ou sua intenção de investimentos será considerado válido e o Investidor Não Institucional e o Investidor Institucional, conforme o caso, deverá efetuar o pagamento do valor total de seu investimento.

Caso o Investidor Não Institucional ou o Investidor Institucional, conforme o caso, já tenha efetuado o pagamento e decida desistir do Pedido de Reserva ou da intenção de investimento nas condições previstas acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que, caso venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados da data de disponibilização de comunicado neste sentido.

Na hipótese de (i) não haver a conclusão da Oferta, (ii) resilição do Contrato de Colocação, (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (v) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva ou intenções de investimento em função de expressa disposição legal, cada uma das Instituições Participantes da Oferta que tenha recebido Pedidos de Reserva ou intenções de investimento comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional e o Investidor Institucional sobre o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Não Institucional ou o Investidor Institucional já tenha efetuado o pagamento, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias contados da data de disponibilização de comunicado neste sentido.

A rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento do registro da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, sujeito, no entanto, ao acolhimento, pela CVM, do pleito de revogação da Oferta.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

Após a divulgação do Aviso ao Mercado e de sua respectiva nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, a celebração do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a celebração e entrega, aos Coordenadores da Oferta, dos Instrumentos de *Lock-Up*, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a colocação das Ações (sem considerar as Ações Suplementares) em mercado de balcão não organizado, em regime de garantia firme de liquidação, prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais abaixo descritos e demais disposições previstas no Contrato de Colocação:

Coordenador da Oferta	**Quantidade**	**Percentual (%)**
Coordenador Líder	[•]	[•]
Bradesco BBI	[•]	[•]
BTG Pactual	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00%**

A proporção prevista na tabela acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

A Garantia Firme de Liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar/liquidar as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, forem concedidos os registros da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM e da Oferta pela CVM, assinados e cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Colocação e no Contrato de Colocação Internacional e cumpridas as condições suspensivas neles previstas e que possam ser cumpridas antes do início da distribuição, disponibilizado o Prospecto Definitivo e divulgado o Anúncio de Início.

Caso as Ações, objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, liquidará, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, multiplicado pelo Preço por Ação e (ii) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas, no Brasil, por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das Atividades de Estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Estabilização dos Preços das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, dentro de trinta dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da divulgação do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de divulgação do Anúncio de Início nos endereços indicados na seção "Informações Adicionais" a partir da página 75 deste Prospecto.

Violações das Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento pelas Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no termos de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores de quem tenha recebido Pedidos de Reserva sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de até três dias úteis contados da data de disponibilização de comunicado neste sentido, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores, (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de seis meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere esta seção deverá informar imediatamente o referido cancelamento aos investidores de quem tenha recebido Pedido de Reserva. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento e/ou Pedidos de Reserva cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Direitos, vantagens e restrições das Ações

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes:

(a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;

(b) recebimento de dividendos e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, incluindo, observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(c) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(d) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas ao(s) acionista(s) controlador(es), no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle sobre a Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);

(e) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de saída da Companhia do Novo Mercado, por, no mínimo, obrigatoriamente, seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores; e

(f) todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Estatuto Social.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção "18. Valores Mobiliários" do Formulário de Referência, a partir da página 544 deste Prospecto.

Negociação das Ações na B3

A Companhia celebrará, oportunamente, o Contrato de Participação no Novo Mercado com a B3, observado que o referido contrato entrará em vigor na data da disponibilização do Anúncio de Início, por meio do qual a Companhia estará sujeita às práticas diferenciadas de governança corporativa do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.

A partir do dia útil seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início, as ações ordinárias de emissão da Companhia, incluindo as Ações, serão negociadas no segmento Novo Mercado da B3.

As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado encontram-se resumidas no item "12.12 – Outras Informações Relevantes" do Formulário de Referência, a partir da página 483 deste Prospecto. Para informações adicionais sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

Recomenda-se a leitura, além deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência a ele anexo, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, em especial a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência da Companhia, e do item "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", deste Prospecto.

Contratação de Formador de Mercado

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, no entanto, não houve contratação de formador de mercado.

Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up*)

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os administradores obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a celebrar os Instrumentos de *Lock-Up*, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início e observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional e/ou nos respectivos Instrumentos de *Lock-up*, por meio dos quais estes não poderão, direta ou indiretamente, (i) ofertar, vender, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos valores mobiliários sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, ou realizar qualquer operação que teriam mesmo efeito; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer outro arranjo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos valores mobiliários sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii). A vedação não se aplicará nas hipóteses descritas no artigo 48, inciso II da Instrução CVM 400, assim como nas hipóteses descritas nos Instrumentos de *Lock-up*.

As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses de: (i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário declare por escrito estar vinculado e de acordo com os termos do Instrumento de *Lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do Instrumento de *Lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o trust declare por escrito estar vinculado e de acordo com os termos do Instrumento de *Lock-up*; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do Securities Act, dos signatários do Instrumento de *Lock-up*, desde que, antes de tal transferência, o respectivo beneficiário declare por escrito estar vinculado e de acordo com os termos do Instrumento de *Lock-up*; (iv) transferências realizadas pelos acionistas controladores da Companhia em razão de penhor ou alienação fiduciária em razão de empréstimos pessoais ou para companhias em tais pessoas detenham participação societária, sendo que os terceiros envolvidos em tais transferências pode executar, exercitar ou de outra forma dispor dos direitos dos valores mobiliários sujeitos ao *Lock-up*, desde que tal penhor ou alienação fiduciária não exceda 20% (vinte por cento) do total do capital social detido pelos acionistas controladores na Companhia e desde que, ainda, antes de tal transferência, o terceiro envolvido em tal transferência declare por escrito estar vinculado e de acordo com os termos do Instrumento de *Lock-up*; (v) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do Instrumento de *Lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações ordinárias de emissão da Companhia para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Colocação e do Contrato de Estabilização; e (vi) transferências em conexão com a venda de valores mobiliários recebidos exclusivamente em decorrência do exercício de opções nos termos de qualquer plano de opções de compra de ações da Companhia.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações de emissão da Companhia. Para mais informações sobre os riscos relacionados à venda de volume substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia, veja o fator de risco "*A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia, após a conclusão da Oferta e/ou após o período de* Lock-up*, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário e a percepção dos investidores sobre a Companhia*", na seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*" na página 96 deste Prospecto.

Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação dos serviços de escrituração, custódia e transferência das ações ordinárias de emissão da Companhia é o Banco Bradesco S.A.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que a Companhia atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Ações ou, com relação à qual o investimento nas Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Condições a que a Oferta esteja submetida

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

Informações adicionais

A subscrição/aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. **Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" e "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia", a partir das páginas 93 e 21, respectivamente, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto Preliminar e acesso aos anúncios e avisos referentes à Oferta ou informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, realizar reserva das Ações, deverão dirigir-se aos seguintes endereços da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e/ou das Instituições Participantes da Oferta indicadas abaixo ou junto à CVM. [Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Prospecto Preliminar.]

Companhia

Librelato S/A Implementos Rodoviários
Rodovia SC 445, KM 75
CEP 88-820-000, Içara, SC
At.: José Carlos Sprícigo
Tel.: (48) 3467-2254
ri.librelato.com.br (neste *website*, [•]).

Coordenadores da Oferta

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3.400, 5° andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8107
Fax: +55 (11) 3708-8107
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "Librelato S/A Implementos Rodoviários" e, posteriormente, clicar em "2021" e, em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)", e por fim em "Prospecto Preliminar").

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 10º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Bollina Mesquita
Tel.: + 55 (11) 3847-5488
Fax.: +55 (11) 3847-9856
http://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/ (neste *website*, acessar "ofertas públicas" e posteriormente a pasta "IPO Librelato").

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: + 55 (11) 3383-2000
https://www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website*, acessar "Mercado de Capitais – Download", depois clicar em "2021" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da Librelato S/A Implementos Rodoviários", clicar em "Prospecto Preliminar").

Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM O LOGOTIPO DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE, NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA INDICADAS ABAIXO, DA CVM E DA B3.

[Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta.]

Companhia

Librelato S/A Implementos Rodoviários
https:// ri.librelato.com.br

Coordenadores da Oferta

Banco Itaú BBA S.A.
Banco Itaú BBA S.A. http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "Librelato S/A Implementos Rodoviários" e, posteriormente, clicar em "2021" e, em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)", por fim em "Aviso ao Mercado".

Banco Bradesco BBI S.A.
http://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/ (neste *website*, acessar "ofertas públicas" e posteriormente a pasta "IPO Librelato").

Banco BTG Pactual
https://www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website*, acessar "Mercado de Capitais – *Download*", depois clicar em "2021" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da Librelato S/A Implementos Rodoviários", clicar em "Aviso ao Mercado").

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

Este Prospecto também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br – neste *website* acessar em "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente ao "Librelato S/A Implementos Rodoviários" e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e (ii) B3 (http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/servicos/ofertas-publicas/ofertas-em-andamento/ – neste *website* acessar "Empresas", depois clicar em "Librelato S/A Implementos Rodoviários", posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda de Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no *Regulation S*, sem que haja o registro sob o *Securities Act*, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. Exceto pelo registro da oferta na CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, inclusive perante a SEC. Qualquer informação aqui contida não deverá ser levada, transmitida, divulgada, distribuída ou disseminada nos Estados Unidos.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto Preliminar, do Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência.

LEIA ESTE PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES" A PARTIR DA PÁGINA 21 E 93 DESTE PROSPECTO PRELIMINAR, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA, À OFERTA E SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em 25 de fevereiro de 2021.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, já que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever ou adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas corporate do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 30 de setembro de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R$1,6 trilhão e uma carteira de crédito de R$689 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, equities e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de *Investment Banking* do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor investment bank do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *Deposit Receipts* (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de research do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2018 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US$6,1 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o *ranking* de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 49 transações em 2018 na America do Sul, obtendo a primeira colocação no *ranking* por quantidade de operações acumulando um total de US$25,7 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers*, *fixed* e *floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o *ranking* da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R$7 bilhões. Pelo mesmo *ranking*, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US$4 bilhões em 2015, US$8 bilhões em 2016 e US$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US$8 bilhões.

Bradesco BBI

Banco de Investimento do Banco Bradesco S.A., o Bradesco BBI, é responsável por (i) originação e execução de operações de financiamento de projetos; (ii) originação e execução de operações de fusões e aquisições; (iii) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda fixa no Brasil e exterior; e (iv) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda variável no Brasil e exterior.

Bradesco BBI conquistou em 2020 os prêmios "*Melhor Banco de Investimentos da América Latina*" e "*Melhor Banco de Investimentos em Renda Fixa da América Latina*", pela Institutional Investor.

- Presença constante em operações de renda variável, com presença na maioria dos IPOs (*Initial Public Offerings*) e *Follow-ons* que foram a mercado nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no exterior.

- O Bradesco BBI apresentou presença significativa no mercado de capitais brasileiro no primeiro semestre de 2020, tendo participado em 11 de 13 ofertas realizadas na B3. Participou como *joint bookrunner* no *Follow-on* da Minerva Foods, no montante de R$1.235 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* de Ânima Educação, no montante de R$1.100 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* de Positivo Tecnologia, no montante de R$354 milhões, *joint bookrunner* no IPO de Mitre, no montante de R$1.053 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* de Petrobras, no montante de R$22.026 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* de Cogna Educação, no montante de R$2.556 milhões, *joint bookrunner* no IPO de Moura Dubeux, no montante de R$1.105 milhões, *joint bookrunner* no IPO de Estapar, no montante de R$345 milhões, coordenador líder do *Follow-on* de Centauro, no montante de R$900 milhões, coordenador líder do *Follow-on* da Via Varejo, no montante de R$4.455 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* do Banco BTG Pactual, no montante de R$2.651 milhões.

- Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI concluiu o primeiro semestre com grande destaque em renda fixa. Participou de 76 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R$58,3 bilhões originados.

- No primeiro semestre do ano de 2020, o Bradesco BBI assessorou 9 transações de M&A envolvendo um volume total de aproximadamente R$14 bilhões, tendo como destaque: (i) assessoria a AES Tietê na condução de todo o processo envolvendo a oferta da Eneva, (ii) assessoria à Hypera na aquisição do portfólio de ativos Brasil da Takeda, (iii) assessoria à OTP na venda das concessionárias de rodovia: CBN, CRA e CRC, para a Monte Equity Partners e (iv) assessoria ao Grupo Festval na aquisição de lojas do GPA em Curitiba.

- O Banco Bradesco S.A. está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. Conta com uma rede de 3.816 agências, 4.300 unidades dedicadas exclusivamente à realização de negócios e relacionamento com clientes ("PAs" – postos de atendimento), 877 Postos de Atendimento Eletrônico ("PAEs") e 40.835 unidades Bradesco Expresso (correspondentes bancários), além de milhares de equipamentos de autoatendimento.

Banco BTG Pactual

Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales and trading* (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín, Bogotá e Buenos Aires.

Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição. Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no *ranking* de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o *ranking* da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros *rankings* desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o "*Brazil's Equity House of the Year*", segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes "*World's Best Equity House*" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "*Equity House of the Year*" (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de "*Best Equity House Latin America*" (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de "*Best Investment Bank*" (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "*#1 Equity Research Team Latin America*" em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (*Institutional Investor*, *Weighted Rankings*).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no *ranking* da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o *ranking* publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do *follow-on* de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do *follow-on* de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no *follow-on* da Oi S.A. Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do *follow-on* de Telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da Energisa, da Linx e da Sanepar. Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos *follow-ons* da CCR, das Lojas Americanas, da Alupar, da BR Malls, do Magazine Luiza e da Rumo e dos re-IPOs da Eneva e da Vulcabras. Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida. Em 2019, o BTG Pactual participou do IPO da Centauro da C&A e *follow-on* das seguintes companhias: Restoque, JHSF, BR Properties, Magazine Luiza, Unidas, LPS Brasil, CCP – Cyrela Commercial Properties, LOG Commercial Properties, Helbor, Omega Geração, EZ TEC, Banco Pan, Sinqia, Trisul, Localiza Rent A Car, Movida, Banco Inter, Hapvida, Light, Tecnisa, BTG Pactual, CPFL Energia, Totvs, Eneva e Burguer King. Em 2020, o BTG Pactual participou dos *follow-ons* da Minerva, Cogna Educação, Positivo Tecnologia, Centauro, Via Varejo, Lojas Americanas, BTG Pactual, JHSF Participações, Irani, IMC, Dimed, Banco PAN, JSL Logística, Rumo, Banco Inter, Santos Brasil assim como do *IPO* da Mitre Realty, Estapar, Ambipar, Lojas Quero Quero, Lavvi, Plano & Plano, Cury Construtora, Hidrovias do Brasil, Petz, Melnick Even, Track & Field, Sequoia Logística, Meliuz, Enjoei, Aeris e 3R Petroleum.

Em 2021, o BTG Pactual participou do *follow-on* do próprio BTG Pactual, Light, BrasilAgro, PetroRio e Locaweb, assim como do IPO da HBR Realty, Vamos, Intelbras, Bemobi, Jalles Machado, Cruzeiro do Sul, Westwing e Orizon.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico mantêm os seguintes relacionamentos comerciais relevantes com o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro, conforme abaixo:

Cédula de crédito bancário nº 100120120007800, no montante de R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), emitida em 21 de dezembro de 2020, tendo como data de vencimento dia 22 de dezembro de 2023, com taxa efetiva CDI + 2,78% ao ano. A operação não conta com qualquer espécie de garantia.

Cédula de crédito à exportação nº 106319050001900, no montante de R$5.000.781,18 (cinco milhões, setecentos e oitenta e um reais e dezoito centavos), emitida em 16 de maio de 2019, tendo como data de vencimento dia 16 de maio de 2022, com taxa efetiva EUR + 2,86% ao ano. A operação é garantida por cessão fiduciária de contrato de swap, identificado logo abaixo.

Swap nº 109819050006300, no montante de R$5.000.781,18 (cinco milhões, setecentos e oitenta e um reais e dezoito centavos), emitida em 16 de maio de 2019, tendo como data de vencimento dia 16 de maio de 2022, com taxa efetiva sobre o passivo de CDI + 3,165005% / ativo: EUR + 2,86%. A operação não conta com qualquer espécie de garantia.

Cédula de crédito à exportação nº 106319110005700, no montante de R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), emitida em 29 de novembro de 2019, tendo como data de vencimento dia 1º de junho de 2021, com taxa efetiva EUR + 2,30% ao ano. A operação é garantida por cessão fiduciária de contrato de swap, identificado logo abaixo.

Swap nº 109819110017100, no montante de R$5.000.000,03 (cinco milhões de reais e três centavos), emitida em 29 de novembro de 2019, tendo como data de vencimento dia 1º de junho de 2021, com taxa efetiva sobre o passivo de CDI + 2,8567% / ativo: EUR + 2,30%. A operação não conta com qualquer espécie de garantia.

Desconto de duplicata de risco sacado nº 63449922, no montante de R$400.993,92 (quatrocentos mil, novecentos e noventa e três reais e noventa e dois centavos), emitida em 28 de dezembro de 2020, tendo como data de vencimento dia 13 de fevereiro de 2021, com taxa efetiva de 0,6191% ao mês. A operação não conta com qualquer espécie de garantia.

Exceto pelo descrito acima e pelo relacionamento decorrente da Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder e/ou demais sociedades do seu conglomerado financeiro.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro podem eventualmente deter títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, ou, ainda, outros instrumentos lastreados em tais títulos e valores mobiliários, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado, sendo que, em nenhum caso, as participações adquiridas atingiram, nos últimos 12 meses, mais que 5% do capital social da Companhia.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades do seu grupo econômico, contrataram e poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, serviços de pagamento e cobrança, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, corretagem, celebração de contratos derivativos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

A Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico também podem, ou no futuro poderão, deter participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ou valores mobiliários nelas referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações) de emissão da Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou de sociedades do seu grupo econômico, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico, com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia e/ou de se grupo econômico; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 100 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou a sociedades de seu conglomerado financeiro ou cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento comercial relevante entre a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Banco Bradesco BBI S.A.

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Bradesco BBI e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

Risco em capital de giro de R$20 milhões celebrado em 29/10/2020, parcelado em 36 meses, com 18 meses de carência. Fluxo de pagamento trimestral com taxa de CDI + 2,51% a.a., garantia de aval e vencimento em 16/10/2023;

Reciprocidades em aplicações financeiras correspondem a R$20 milhões em CDB e fundos. Saldo médio de R$10 milhões em invest fácil;

Cash da empresa transaciona aproximadamente R$50 milhões por mês;

Apólice de seguro da frota vigente até 24/10/2021 no valor de R$46 mil, englobando 29 itens;

Projeto estruturado de consórcios de máquinas firmado em 14/06/2019. Possui 93 cotas cujo saldo devedor nesta data corresponde a R$1,8 milhão;

Folha de pagamento dos funcionários da Companhia é 100% Bradesco, com convênio vigente até 05/2020. Possui em torno de 1.500 funcionários e valor da folha R$3,7 milhões;

Convênio de consignado no valor de R$1 milhão à disposição dos colaboradores;

Convênio de AF implantado de R$2 milhões;

Câmbio Pronto com receita de R$44 mil. Bradesco possui participação de 10% dos fechamentos totais; e

Previdência privada comreceita de R$3 mil e saldo médio de R$315 mil;

Cartões Amex (Pessoa Jurídica) com receita de R$1 mil. Possui cartão BNDES e Amex.

A Companhia poderá, no futuro, contratar o Bradesco BBI ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, corretagem, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 100 deste Prospecto.

Exceto conforme mencionado acima, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram nos 12 meses antecedentes ao protocolo do pedido de registro da Oferta de ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia ou sociedades por ela controladas e, exceto pelo disposto acima, tampouco de operações de financiamento ou reestruturações societárias envolvendo a Companhia ou sociedades por ela controladas.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI ou a sociedades de seu conglomerado econômico ou cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bradesco BBI poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Banco BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem relacionamento relevante com o BTG Pactual e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Exceto pelo relacionamento decorrente da Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o BTG Pactual e/ou as sociedades do seu conglomerado financeiro.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 100 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga ao Coordenador Líder e/ou às sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação a atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta e, ainda, que não há qualquer relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro prestam serviços bancários para alguns dos Acionistas Vendedores, incluindo, entre outros, investimentos, operações de crédito, consultoria ou gestão financeira.

Nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor. O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro não adquiriram ou venderam valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor nos 12 (doze) meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

O Acionista Vendedor e/ou sociedades de seu grupo econômico contrataram e/ou poderão vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade do Acionista Vendedor, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 100 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Coordenador Líder e/ou às sociedades de seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação a atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta e, ainda, declara que, não há qualquer outro relacionamento comercial relevante entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, os Acionistas Vendedores não possuem relacionamento com o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro

Os Acionistas Vendedores poderá vir a contratar, no futuro, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro para a realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pelo disposto neste Prospecto, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de titularidade dos Acionistas Vendedores.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Bradesco BBI e/ou a sociedades de seu conglomerado financeiro no contexto da Oferta.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionista Vendedor e o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores não possuem relacionamento relevante com o BTG Pactual e/ou com as sociedades do seu conglomerado econômico.

Os Acionistas Vendedores e sociedades controladas pelo Acionistas Vendedores poderão, no futuro, vir a contratar o BTG Pactual e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com os Acionistas Vendedores ou sociedades controladas pelo Acionistas Vendedores.

O BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 50 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores à BTG Pactual cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BTG Pactual poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 21 deste Prospecto, na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, na página 299 deste Prospecto e as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto.

As atividades, situação financeira, situação reputacional, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores acreditam que poderão afetar a Companhia de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente são considerados irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou "afetará a Companhia adversamente" ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, contido na página 299 deste Prospecto.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual pandemia do coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos ou pandemias de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus ("**COVID-19**"), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a OMS decretou a pandemia decorrente do COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, a pandemia do COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pela pandemia do COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive resultando em oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão da pandemia do COVID-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira ou internacional como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos e europeus. Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos mercados emergentes o que poderá afetar negativamente a economia brasileira inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países membros da União Europeia e de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Ações. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, acontecimentos ou uma conjuntura econômica adversa em outros países emergentes e da América Latina por vezes acarretam saída significativa de recursos do Brasil e a diminuição do volume de moeda estrangeira investida no País. Por exemplo, em 2001, após uma recessão prolongada, seguida por instabilidade política, a Argentina anunciou que deixaria de proceder ao pagamento de sua dívida pública. A crise econômica na Argentina afetou negativamente a percepção dos investidores em valores mobiliários brasileiros por vários anos. Crises econômicas ou políticas na América Latina ou em outros mercados emergentes podem afetar de maneira significativa a percepção dos riscos inerentes ao investimento na região, inclusive no Brasil.

A economia brasileira também é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas no Brasil e/ou em outros mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário e a percepção dos investidores sobre a Companhia.

[A Companhia, seus Administradores e os Acionistas Vendedores se comprometeram, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional e nos respectivos Instrumentos de *Lock-up,* durante o período de 180 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início a não transferir, emprestar, onerar, emitir, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.]

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelos Acionistas Vendedores e Administradores da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou uma percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, ler seção "Acordos de restrição à venda de Ações (instrumentos de *Lock-up*)", na página 73 deste Prospecto.

A Companhia pode vir a captar recursos adicionais no futuro e poderá obtê-los no mercado de capitais, por meio da emissão de valores mobiliários, inclusive novas ações ordinárias, o que poderá afetar o preço das Ações e resultar em uma diluição da participação do investidor.

A Companhia pode vir a captar recursos adicionais no futuro e poderá optar por obtê-los no mercado de capitais, por meio de operações de emissão pública ou privada de valores mobiliários, inclusive emissões de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia ou conversíveis por elas. Qualquer captação de recursos adicionais pode resultar em impacto adverso no preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia e/ou na diluição da participação do investidor no capital social da Companhia, bem como diminuir o preço do mercado de suas ações, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será definido com base no Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta.

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto Preliminar é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, que possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo. Na ocorrência de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de Investidores Não Institucionais decida por desistir da Oferta na ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor abaixo da Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção "Destinação dos Recursos", na página 104 deste Prospecto, e afetar a capacidade da Companhia de executar o seu plano de negócios, o que poderá ter impactos no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações, não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimentos automaticamente cancelados, sendo que os valores, eventualmente depositados, serão devolvidos sem reembolso e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos aplicáveis, existentes ou que venham a ser instituídos, bem como aqueles cuja alíquota atual equivalente a zero venha a ser majorada. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" na página 67 deste Prospecto.

Investidores que subscreverem/adquirirem Ações sofrerão diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação será fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que subscrevam/adquiram Ações por meio da Oferta receberão um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao subscrever/adquirir as Ações na Oferta, e sofrerão diluição imediata do valor de seu investimento de [•]%. Para mais informações sobre a diluição decorrente da realização da Oferta, consulte a seção "Diluição", na página 107 deste Prospecto.

A Companhia poderá, ainda, no futuro, buscar recursos adicionais nos mercados financeiro e de capitais brasileiro, os quais podem não estar disponíveis ou podem estar disponíveis em condições que sejam desfavoráveis ou desvantajosas à Companhia. A Companhia poderá, ainda, recorrer a ofertas públicas ou privadas de ações da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações da Companhia. Qualquer captação de recursos por meio de ofertas públicas ou privadas de ações da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações da Companhia pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia e/ou alterar o valor das ações da Companhia, o que pode resultar na diluição da participação dos investidores.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior, particularmente nos Estados Unidos, em que a Companhia poderá estar exposta a potenciais pedidos de indenização e processos judiciais de responsabilidade, são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e podem afetar negativamente a Companhia.

A Oferta compreende a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações juntos a Investidores Estrangeiros.

Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda,* inclusive no que tange aos riscos de potenciais procedimentos judiciais por parte de investidores e autoridades regulatórias como a SEC.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Os esforços de colocação das Ações no exterior nos expõem a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, inclusive no que tange aos riscos de potenciais procedimentos judiciais por parte de investidores e autoridades regulatórias como a SEC.

A Companhia e os Acionistas Vendedores também prestam diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá afetar negativamente a Companhia e causar um impacto adverso no preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no instrumento de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações.

Caso tal desligamento ocorra, Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada. Para maiores informações, veja a seção "Violações de Norma de Conduta" na página 71 deste Prospecto.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações.

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seus conglomerados econômicos poderão realizar operações com derivativos (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, e tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

Até a data de envio do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações sobre a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até o envio do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência, a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio para os titulares das ações ordinárias.

O lucro líquido para o exercício social corrente da Companhia poderá ser capitalizado, utilizado para absorver prejuízos ou, de outra forma, retido, conforme disposto na Lei de Sociedades por Ações, e poderá não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Além disso, a Lei de Sociedades por Ações faculta às companhias a possibilidade de suspender a distribuição dos dividendos obrigatórios em qualquer exercício social específico, caso o Conselho de Administração informe aos acionistas que tal distribuição seria desaconselhável, tendo em vista as condições econômico-financeiras. Caso isto ocorra, os titulares de ações ordinárias da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, impactando negativamente o valor e a liquidez de nossas ações.

Adicionalmente, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos pela Companhia poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados da Companhia. Adicionalmente, os dividendos podem, ainda, ser significativamente reduzidos a depender do comportamento de variáveis de mercado, como por exemplo, taxas de juros no mercado doméstico.

[Após a Oferta, a Companhia continuará sendo controlada pelos acionistas controladores, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Imediatamente após a conclusão da Oferta (sem considerar as Ações Suplementares), os acionistas controladores serão titulares de, ao menos, 50% mais 1 das ações ordinárias de emissão da Companhia. Dessa forma, os atuais acionistas controladores, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais, continuarão capazes de influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre as decisões da Companhia, o que pode se dar de maneira divergente em relação aos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.]

[Caso a Companhia e seus controladores tenham êxito na realização da Oferta, a Companhia poderá deixar de ter um acionista controlador definido, o que poderá tornar a Companhia suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de acionista controlador ou um grupo de controle.

Em razão da realização Oferta, os atuais acionistas controladores da Companhia poderão deixar de deter, em conjunto, mais do que 50% do capital votante da Companhia. Neste sentido, caso a Companhia tenha êxito na realização da Oferta, a Companhia poderá deixar de ter um grupo de acionistas detentores, em conjunto, da maioria absoluta do seu capital votante. Assim, a Companhia estará mais suscetível ao surgimento de um grupo de acionistas agindo conjuntamente que passe a deter o poder decisório das atividades da Companhia e, como consequência, exercer controle. Além disso, a Companhia poderá ficar mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e a conflitos daí decorrentes e certas deliberações que exigem quórum mínimo poderão não ser atingidas, dificultando o procedimento decisório no âmbito das atividades sociais da Companhia. Qualquer mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, no seu plano de negócios e direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.]

Os interesses dos Acionistas Controladores podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e investidores. Ainda, após a Oferta, os Acionistas Controladores poderão deixar de deter mais do que 50% do capital votante o que poderá deixar a Companhia suscetível a novas alianças, além de outros eventos decorrentes da constituição de um acionista ou grupo de controle detentor da maioria do capital votante.

A Companhia é controlada por um grupo de acionistas signatário do Acordo de Acionistas celebrado em 12 de agosto de 2011 e aditado em 9 de novembro de 2017, o qual vincula a totalidade das ações de emissão da Companhia e de titularidade dos signatários de referido Acordo de Acionistas, representativas, nesta data, de [•]% do capital social da Companhia.

No âmbito da Oferta, os Acionistas Controladores poderão deixar de deter mais que 50% do capital votante da Companhia, deixando, portanto, a Companhia de ter um acionista ou grupo de acionistas detendo mais que 50% do capital votante da Companhia, mais uma ação. A ausência de um acionista ou grupo controlador vinculado por acordo de voto que seja titular de mais de 50% do capital votante, ou titular de ações de emissão da Companhia em percentual que permita sua preponderância permanente nas deliberações societárias, poderá dificultar ou impossibilitar certos processos de tomada de decisão, pois poderá não ser atingido o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações. Ademais, a ausência de acionista ou grupo controlador "permanente" pode deixar a Companhia suscetível à aliança ou acordos de votos entre os acionistas e a tentativas hostis de aquisição de controle, e aos conflitos daí decorrentes. Qualquer tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente a Companhia e o valor das ações.

Enquanto os Acionistas Controladores estiverem vinculados pelo Acordo de Acionistas e forem titulares de ações de emissão da Companhia em percentual que os permita preponderar nas deliberações societárias, tais Acionistas Controladores deverão, de maneira geral, continuar dirigindo os negócios e as atividades da Companhia da forma como é feito atualmente, o que poderá, eventualmente, conflitar com os interesses dos nossos demais acionistas ou não resultar em melhoria de nossos resultados operacionais, o que poderá impactar nossa situação financeira e patrimonial.

Por outro lado, caso o Acordo de Acionistas seja rescindido ou deixe de vigorar, ou caso um novo acionista ou grupo de acionista vinculado por acordo de voto venha a ser constituído, a Companhia poderá passar a não mais ter um acionista controlador ou grupo de controle vinculado por acordo de voto capaz de exercer influência significativa e de preponderar nas deliberações societárias da Companhia. Nestas hipóteses, a Companhia poderá sofrer mudanças repentinas e inesperadas das políticas corporativas e estratégicas, inclusive por meio de mecanismos como a substituição dos seus administradores, bem como poderá estar sujeita a disputas por controle que poderão afetar negativamente a reputação da Companhia, bem como seus negócios e operações.

Ainda, na ausência de um acionista ou grupo de acionistas controlador, a Companhia e os acionistas poderão não gozar da mesma proteção conferida pela Lei das Sociedades por Ações contra abusos praticados por acionistas controladores e, em consequência, pode ter dificuldade em obter a reparação dos danos causados.

Qualquer mudança repentina ou inesperada na equipe de administradores, na política empresarial ou no direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente a Companhia e o valor das nossas ações.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R$[•], estimamos que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, após a dedução das comissões e das despesas, serão de aproximadamente R$[•] milhões [, sem considerar a alocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares]. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a Seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 50 deste Prospecto.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para: (i) investimentos de capital (CAPEX) para crescimento orgânico visando aumento de produtividade e capacidade instalada; (ii) potenciais aquisições de empresas (M&As) para consolidação de sua tese de investimentos.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações que a Companhia pretende dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, após a dedução das comissões e despesas por ela devidas[, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais]:

Destinação	**Valor Estimado Líquido(1)(2)(3)**	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**
	(em R$ milhões)	
Investimentos de capital (CAPEX) para crescimento orgânico.....	[•]	[•]
Potenciais aquisições de empresas (M&As).....	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação.
(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.
(3) Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

Investimentos de capital (CAPEX) para crescimento orgânico e aumento de produtividade

Aproximadamente [•]% dos recursos líquidos a serem captados no âmbito da Oferta Primária serão destinados para investimento em ativos fixos e projetos com vistas a incrementar a capacidade nominal, produtividade e expandir o *portfólio* da Companhia, em linha com seu plano de expansão.

Dentre os investimentos planejados, destacam-se (i) melhoria e desenvolvimento de tecnologia em processos e logística por meio de automação e modernização dos processos de corte e dobra, robôs de soldagem, digitalização da fábrica e indústria 4.0 (ii) pesquisa e desenvolvimento em relação a eixo regenerativo aliado a energia fotovoltaica com painéis solares, conectividade e plataforma para melhor conhecimento do semirreboque (iii) implementação e desenvolvimento de práticas sustentáveis do ponto de vista de meio ambiente, social e governança (ESG) (iv) manutenção dos ativos para monitoramento em tempo real e incremento do percentual de disponibilidade das máquinas; que, todos em conjunto, devem majorar significativamente a capacidade de produção da Companhia.

Serão também realizados outros projetos que visam otimizar o processo de produção da Companhia, objetivando atingir maior eficiência nas linhas de produção e lançamento de novos produtos.

Potenciais aquisições de empresas (M&As)

Aproximadamente [•]% dos recursos líquidos a serem captados no âmbito da Oferta Primária serão destinados para potenciais aquisições de empresas (M&As) a serem realizadas pela Companhia, no Brasil. A Companhia pretende principalmente adquirir empresas que tenham identificação com a cultura da Companhia, e que tenham projetos com forte presença no seu segmento de atuação ou em segmentos de atuação relacionados em que a Companhia pretende se inserir, nomeadamente (i) implementos rodoviários no nicho de carga refrigerada; (ii) autopeças em geral. A Companhia já identificou diversas oportunidades de potenciais aquisições e algumas já se encontram em fase de análise. Contudo, a Companhia não pode prever o momento em que essas potenciais aquisições serão efetivadas nem o valor destinado para cada uma das aquisições.

A destinação dos recursos da Oferta Primária será influenciada pelas condições futuras dos mercados em que a Companhia atua, bem como por outros fatores que não se pode antecipar. Mudanças nas condições de mercado podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização, visando ao melhor interesse da Companhia e de seus acionistas.

Caso os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária não sejam suficientes para custear a "Destinação de Recursos" acima descrita, a Companhia poderá buscar recursos adicionais, inclusive por meio de: (i) contratação de empréstimos ou financiamentos; (ii) emissão de títulos e valores mobiliários representativos de dívida ou de ações mediante a realização de oferta privada e/ou de outra oferta pública; e/ou (iii) emissão de ações para o pagamento parcial ou integral de potenciais aquisições. A forma de obtenção desses recursos será definida pela Companhia à época da respectiva captação, dependendo inclusive das condições de mercado e apoio de seu Conselho de Administração.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação aumentaria (reduziria) o valor dos recursos líquidos a serem captados na Oferta em R$[•] (sem considerar a venda das ações suplementares e das ações adicionais).

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária, por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Portanto, os recursos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente destinados aos Acionistas Vendedores.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária na situação patrimonial da Companhia, veja a seção "Capitalização" na página 106 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, que corresponde a soma dos empréstimos e financiamentos e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, indicando: (i) a posição histórica em 31 de dezembro de 2020; e (ii) o valor ajustado para considerar o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, estimados em R$[•] milhões [(sem considerar a eventual colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar)], com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, após a dedução das comissões e das despesas estimadas a serem pagas pela Companhia.

As informações abaixo referentes à coluna "Histórico" foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. As informações devem ser lidas em conjunto com as seções 3 e 10 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, na página 273 deste Prospecto.

	Em 31 de dezembro de 2020	
	Histórico	**Ajustado Pós-Oferta[1]**
	(Em milhões de R$)	
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (circulante)	33,8	[•]
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (não circulante)	95,0	[•]
Patrimônio líquido	167,6	[•]
Capitalização Total[2]	**296,4**	**[•]**

(1) Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos provenientes da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), estimados em R$[•], considerando o Preço por Ação de R$[•], ponto médio da Faixa Indicativa indicada na capa deste Prospecto, e após a dedução das comissões e das despesas estimadas a serem pagas pela Companhia no âmbito da Oferta.

(2) Capitalização total corresponde à soma total de empréstimos e financiamentos e do patrimônio líquido. Ressalta-se que a definição de "Capitalização" pode variar de acordo com outras sociedades.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, aumentaria (reduziria) o valor do patrimônio líquido ajustado da Companhia e a capitalização total em R$[•] milhões, após a dedução das comissões e despesas estimadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da Oferta e ajustes decorrentes está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento de [•]%, calculada pela diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores no âmbito da Oferta e o valor patrimonial contábil por ação da Companhia imediatamente após a Oferta.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R$167,6 milhões e o valor patrimonial por ação de sua emissão, na mesma data, era de R$[•]. O referido valor patrimonial por ação representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão naquela data.

Considerando a colocação das Ações da Oferta Primária[, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar], pelo Preço por Ação de R$[•] que é o ponto médio da Faixa Indicativa, após a dedução das comissões e das despesas a serem pagas pela Companhia, o patrimônio líquido ajustado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 seria de R$[•] milhões, representando um valor patrimonial de R$[•] por ação de emissão da Companhia. Isso representaria um aumento imediato do valor patrimonial por ação de R$[•] para os atuais acionistas e uma diluição imediata no valor patrimonial por ação de R$[•] para os novos investidores que subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a conclusão da Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, vide seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, e considerando os impactos da realização da Oferta[, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar].

	Após a Oferta[5]
	(em Reais, exceto percentagens)
Preço por Ação[1]	[•]
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de dezembro de 2020	[•]
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de dezembro de 2020 ajustado para refletir a Oferta[2]	[•]
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação em 31 de dezembro de 2020 para os atuais acionistas	[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por ação para novos investidores[3]	[•]
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta[4]	**[•]%**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considera aumento de capital no valor da Oferta Primária[, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar].
(3) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.
(4) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.
(5) Considera os recursos advindos da Oferta Primária, após a dedução de comissões e despesas[e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar].

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não possui relação com o valor patrimonial das ações de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para uma descrição mais detalhada do procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, vide seção "*Informações Sobre a Oferta*" na página 57 deste Prospecto.

Um acréscimo ou redução de R$1,00 no Preço por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria um acréscimo ou diminuição, após a conclusão da Oferta: (i) de R$[•] no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; (ii) de R$[•] no valor do patrimônio líquido contábil por ação de emissão da Companhia; (iii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação aos investidores desta Oferta em R$[•] por Ação, assumindo que o número de Ações estabelecido na capa deste Prospecto não sofrerá alterações, e após deduzidas as comissões e as despesas relativas à Oferta Primária, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que os recursos recebidos, nesse caso, serão integralmente entregues aos Acionistas Vendedores.

Histórico do preço pago por administradores e acionistas controladores em subscrições/ aquisições de ações da Companhia nos últimos cinco anos.

Não foram realizadas subscrições/aquisições por administradores e acionistas controladores nos últimos cinco anos.

PARA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL, VEJA O ITEM "17.2 - AUMENTOS DO CAPITAL SOCIAL" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, NA PÁGINA 540 DESTE PROSPECTO.

ANEXOS

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL DA
LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS

Companhia de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 75.274.316/0001-70
NIRE 42300037591

Capítulo I. Denominação, Sede, Duração e Objeto Social

Artigo 1º. A **LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS** ("**Companhia**") é uma sociedade por ações de capital autorizado regida pelo presente estatuto social ("**Estatuto Social**") e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), devendo ser observado, ainda, os acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

Parágrafo 1º. Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 ("**Regulamento do Novo Mercado**").

Parágrafo 2º. As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Parágrafo 3º. A Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado, deverão observar os prazos, as obrigações e os procedimentos estabelecidos no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários da B3, no Manual do Emissor da B3 e no Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 2. A Companhia tem sede na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina, na Rodovia SC 445, KM 7,5, s/n, Bairro Primeiro de Maio, CEP 88820-000, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios administrativos ou de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Artigo 3º. A Companhia tem como objeto social:

(i) indústria, comércio, importação, exportação e desenvolvimento de implementos rodoviários, peças, partes, insumos e componentes relacionados ao segmento do transporte e indústria automotiva;

(ii) participação no capital social de outras sociedades empresárias; e

(iii) desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços de tecnologia ao segmento de implementos rodoviários e automotivos.

Parágrafo 1º. A Companhia poderá também participar de outras empresas ou negócios empresariais na condição de sócia ou acionistas, parceira ou mediante consórcio.

Parágrafo 2º. A Companhia poderá implantar unidades de tratamento de efluentes industriais a fim de atender o seu objeto principal.

Artigo 4º. A Companhia terá duração por tempo indeterminado.

Capítulo II. Capital Social

Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 89.062.953,20 (oitenta e nove milhões, sessenta e dois mil, novecentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), dividido em 11.207.850 (onze milhões, duzentas e sete mil, oitocentas e cinquenta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A propriedade das ações será comprovada pelo registro existente na conta do acionista junto à instituição depositária.

Parágrafo 2º. As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 3º. É vedado à Companhia emitir ações preferenciais e partes beneficiárias.

Parágrafo 4º. Mediante a aprovação do Conselho de Administração e observado o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e nas demais normas aplicáveis, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações. Essas ações deverão ser mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, conforme for decidido pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso, nos termos da regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**").

Artigo 6º. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de alterações estatutárias, até o limite de R$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais).

Parágrafo 1º. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, subscrição, forma e prazo de integralização, preço por ação, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no país e/ou no exterior.

Parágrafo 2º. Na proporção do número de ações que forem titulares, os acionistas terão direito de preferência à subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, na forma do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias.

Parágrafo 3º. A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o artigo 171, parágrafo 4°, da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

Parágrafo 4º. A Companhia, dentro do limite do capital autorizado e por deliberação do Conselho de Administração, poderá outorgar, de acordo com plano aprovado em Assembleia Geral, opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia em favor de administradores e executivos da própria Companhia, ou de entes jurídicos de seu grupo econômico.

Artigo 7º. Nas hipóteses em que a lei conferir o direito de retirada a acionista dissidente de deliberação da Assembleia Geral, o valor do reembolso terá por base o valor de patrimônio

líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, ou o valor econômico da Companhia, apurado em avaliação, se inferior ao citado valor de patrimônio líquido, observadas as disposições do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 8º. As ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, perante instituição financeira autorizada pela CVM.

Parágrafo 1º. Observados os limites máximos fixados pela CVM, o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações.

Capítulo III. Assembleia Geral de Acionistas

Artigo 9º. As Assembleias Gerais de acionistas realizar-se-ão: (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes à data de encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições deste Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas.

Parágrafo 1º. A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

Parágrafo 2º. Sem prejuízo do disposto no parágrafo único do artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações, e ressalvadas as exceções previstas em lei, as Assembleias Gerais de acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração, por meio do seu Presidente ou por dois membros do Conselho de Administração em conjunto, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência em primeira convocação e, pelo menos, com 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação. Independentemente das formalidades de convocação previstas neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, será considerada regularmente instalada a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. O edital de convocação deverá indicar a hora, data e local em que será realizada a Assembleia Geral, bem como as matérias a serem deliberadas na respectiva Assembleia Geral.

Parágrafo 3º. Observados os requisitos previstos da regulamentação aplicável, as Assembleias Gerais da Companhia poderão ser realizadas (i) de modo exclusivamente digital, mediante a participação dos acionistas por meio eletrônico e por meio do uso de boletim de voto a distância; (ii) de modo parcialmente digital, mediante a participação dos acionistas presencialmente, por meio eletrônico e por meio do uso de boletim de voto a distância; ou (iii) de modo exclusivamente presencial.

Parágrafo 4º. Ressalvadas as exceções previstas em lei, as Assembleias Gerais somente se instalarão e validamente deliberarão em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total das ações com direito a voto representativas do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número, sendo que para as deliberações não se computarão os votos em branco.

Parágrafo 5º. Ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto Social e na legislação aplicável, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo 6º. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 7º. Sem prejuízo do disposto no parágrafo 6° acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos que comprovem sua condição de acionista referidos no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, até o momento da abertura dos trabalhos em Assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Parágrafo 8º. As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, competindo-lhe, na qualidade de presidente da mesa, escolher o secretário, dentre os presentes. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, este poderá indicar prévia e expressamente, por escrito, quem deva substituí-lo enquanto presidente da mesa. E, caso não haja indicação, a Assembleia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente e, na ausência deste, por pessoa eleita pelos acionistas presentes.

Parágrafo 9º. O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Parágrafo 10º. Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais.

Parágrafo 11º. O exercício do direito de voto nos casos especiais de condomínio, acordo de acionistas, usufruto e de ações empenhadas ou alienadas fiduciariamente fica sujeito às exigências legais específicas e às comprovações estabelecidas em lei.

Parágrafo 12º. Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 10. Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:

(i) aprovação das contas dos administradores;

(ii) eleição e destituição de membros do Conselho de Administração;

(iii) fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado;

(iv) destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos, de acordo com proposta apresentada pela administração da Companhia;

(v) alteração deste Estatuto Social;

(vi) operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia seja parte, bem como sobre sua dissolução ou liquidação;

(vii) planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam direta ou indiretamente coligadas ou controladas pela Companhia;

(viii) pedido de falência ou requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações;

(ix) eleição de liquidante, bem como do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

(x) aprovar a saída do Novo Mercado;

(xi) aprovar o fechamento de capital e cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;

(xii) aprovar a realização de oferta pública inicial de ações da Companhia ou de suas subsidiárias;

(xiii) aprovar a escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou da conversão de categoria de registro perante a CVM ou saída do Novo Mercado;

(xiv) aprovar a venda, disposição, arrendamento, locação ou transferência de todos ou substancialmente todos os ativos da Companhia e/ou de suas subsidiárias;

(xv) aprovar qualquer alteração na política de destinação de resultados da Companhia e/ou de suas subsidiárias;

(xvi) qualquer investimento não enquadrado no objeto social da Companhia; e

(xvii) deliberação de qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Artigo 11. O Presidente da Assembleia abster-se-á de registrar qualquer deliberação tomada em desacordo com as disposições deste Estatuto Social e dos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na forma do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações.

Capítulo IV. Órgãos da Administração

Seção I – Disposições Gerais

Artigo 12. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º. A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria dar-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado e contemplando a sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o artigo 39 deste Estatuto Social, dispensada qualquer garantia de gestão, e estará condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 2º. O mandato unificado dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos.

Parágrafo 3º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão em seus cargos e no exercício de suas funções até a eleição e posse de seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral.

Parágrafo 4º. A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual da administração da Companhia, e caberá ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente para cada um dos administradores.

Parágrafo 5º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão aderir às políticas internas em vigor da Companhia em vigor na data de sua posse, bem como outras que venham posteriormente se aprovadas.

Parágrafo 6º. Só será dispensada a convocação prévia de reunião de qualquer órgão da administração como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os administradores que: (i) participarem da reunião por conferência telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do administrador e a comunicação simultânea com as demais pessoas presentes à reunião, ou (ii) manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado ou por voto escrito transmitido por e-mail ou por qualquer outro meio legítimo de comunicação que possa ser comprovada a sua autoria e origem, neste caso, até o encerramento da respectiva reunião.

Seção II – Conselho de Administração

Artigo 13. O Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 9 (nove) membros e eventuais suplentes, acionistas ou não, residentes no Brasil ou no exterior, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) conselheiros ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, de acordo com os critérios e requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado, devendo ser caracterizados os requisitos de independência na ata da Assembleia Geral que os eleger. Também serão considerados independentes os conselheiros eleitos mediante as faculdades estabelecidas no artigo 141, parágrafos 4° e 5°, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º. Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo anterior, resultar número fracionário de conselheiros independentes, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 3º. Para fins de eleição de conselheiro independente conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado, é considerado conselheiro independente aquele que: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; e (iv) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador.

Parágrafo 4º. Não obstante o disposto no parágrafo 3° acima, as situações descritas abaixo deverão ser analisadas de modo a verificar se implicam perda de independência do conselheiro independente em razão da características, magnitude e extensão do relacionamento de tal conselheiro com a Companhia: (i) se possui afinidade até segundo grau com acionista controlador, administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) se o conselheiro foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou

diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) se tem relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia; (iv) se ocupa cargo que tenha poder decisório na condução das atividades em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia, com o acionista controlador ou com sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; ou (v) se recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa ao cargo de membro do Conselho de Administração ou membro de comitês da Companhia, do acionista controlador da Companhia, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital e benefícios advindos de planos de previdência complementar estão excluídos desta restrição).

Parágrafo 5º. O Conselho de Administração terá um Presidente, eleito pela maioria de votos de seus membros. O Presidente terá, além do próprio voto, voto de desempate, em caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par de membros do Conselho de Administração. Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do órgão.

Parágrafo 6º. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto nos casos de vacância em que a acumulação dos cargos acima citados e deverá cessar no prazo de 1 (um) ano, sem prejuízo das divulgações pertinentes nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 7º. Em caso de vacância de cargo, impedimento ou ausência permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração remanescentes deverão nomear substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral da Companhia, a qual deverá ser convocada no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de vacância ou impedimento do cargo.

Parágrafo 8º. É facultado a qualquer Conselheiro, na hipótese de sua ausência e/ou impedimento temporários, indicar, por escrito, outro membro do Conselho de Administração para substituí-lo em reuniões e deliberações do órgão, cabendo ao substituto, além do próprio voto, o voto do membro substituído.

Parágrafo 9º. É vedado, na forma do artigo 115, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, o exercício do direito de voto, na eleição dos membros do Conselho de Administração, em circunstâncias que configurem conflito de interesse com a Companhia.

Artigo 14. O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado por seu Presidente ou quaisquer 2 (dois) de seus membros em conjunto, sempre mediante convocação por escrito, através de carta registrada ou e-mail, com comprovante de recebimento, contendo o local, data, hora e ordem do dia da respectiva reunião, devendo ser encaminhados cópias dos documentos a serem discutidos ou apreciados. O Presidente do Conselho presidirá as reuniões do Conselho de Administração e deverá nomear um dos presentes (o qual não precisa ser membro do Conselho de Administração) para atuar na qualidade de secretário. A maioria dos membros do Conselho de Administração presentes decidirá quem presidirá a reunião no caso de ausência do Presidente, e tal substituto deverá indicar entre os presentes aquele que atuará como secretário da reunião.

Parágrafo 1º. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, por sua própria iniciativa, ou por solicitação escrita de ao menos 2 (dois) membros do Conselho de Administração. Tal convocação deverá: (i) ser feita por carta registrada ou e-mail com, pelo menos, 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data da reunião e, caso a reunião não seja realizada, nova notificação de segunda convocação será enviada com, pelo menos, 2 (dois) dias úteis de antecedência da nova data da reunião; (ii) indicar a ordem do dia, e (iii) estar acompanhada dos documentos pertinentes. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na sede da Companhia ou em outro local previamente acordado entre os conselheiros.

Parágrafo 2º. Não obstante as formalidades previstas no parágrafo 1° acima, as reuniões do Conselho de Administração serão consideradas devidamente instaladas e regulares quando a totalidade de seus membros estiver presente, nos termos do artigo 12, parágrafo 6°, acima.

Parágrafo 3º. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria de seus membros. Considera-se presente à reunião o Conselheiro que estiver, na ocasião, (i) representado por seu substituto, indicado na forma do artigo 12, parágrafo 8º acima, (ii) participando da reunião por conferência telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do conselheiro e a comunicação simultânea com as demais pessoas presentes à reunião, ou (iii) que tiver enviado seu voto por escrito em relação aos temas da ordem do dia, previamente à reunião, ficando o presidente da reunião investido dos poderes para assinar a respectiva ata em nome do conselheiro que tiver enviado seu voto por escrito.

Parágrafo 4º. Das reuniões serão lavradas atas em livro próprio, assinadas por todos os membros presentes, observado o disposto no parágrafo anterior, devendo ser arquivadas no Registro do Comércio aquelas que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros e devendo ser observada, ainda, a eventual necessidade de publicação de determinadas atas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 5º. Os Diretores deverão fornecer ao Conselho de Administração toda e qualquer informação requisitada em relação à Companhia e suas controladas e coligadas e, caso solicitados, deverão comparecer às reuniões do Conselho de Administração a fim de prestar esclarecimentos.

Parágrafo 6º. É vedada a deliberação pelo Conselho de Administração de assunto que não tenha sido incluído na notificação de convocação, ressalvado o caso em que todos os membros do Conselho de Administração compareçam à reunião e concordem em deliberá-la.

Artigo 15. Ressalvadas as hipóteses especiais previstas na Lei das Sociedades por Ações e o disposto no artigo 17, parágrafo 1°, deste Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante voto afirmativo da maioria simples dos presentes à respectiva reunião, não se computando os votos em branco.

Artigo 16. O Conselho de Administração poderá criar comitês executivos ou consultivos, permanentes ou não, para analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos, conforme determinado pelo Conselho de Administração, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições. Os membros de tais comitês, sejam ou não acionistas,

deverão ter experiência específica nas áreas de competência dos seus respectivos comitês, e ser eleitos e ter eventual remuneração fixada pelo Conselho de Administração.

Artigo 17. Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração:

(i) fixar a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes, políticas da Companhia e objetivos básicos;

(ii) eleger e destituir os membros da Diretoria, bem como definir a remuneração individual de cada Diretor e suas atribuições, observados os limites estabelecidos pela Assembleia Geral;

(iii) fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados, ou em via de celebração, pela Companhia;

(iv) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia e/ou de suas controladas, quando for o caso;

(v) manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras periódicas da Companhia, bem como submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação ao lucro líquido da Companhia de cada exercício social;

(vi) aprovar o plano de negócios e o orçamento anual da Companhia, se aplicável;

(vii) deliberar sobre a constituição de ônus reais ou a prestação de garantias pela Companhia, inclusive garantias reais e fidejussórias, em relação a obrigações próprias e/ou de terceiros;

(viii) deliberar sobre a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6° deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, incluindo o preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir o prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou permuta por ações ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da legislação vigente;

(ix) deliberar sobre a emissão pública ou privada de debêntures não conversíveis, notas promissórias e outros títulos e valores mobiliários não conversíveis em ações;

(x) deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia até o limite do capital autorizado, podendo, dentro de tal limite, outorgar, de acordo com plano aprovado em Assembleia Geral, opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia em favor de administradores e executivos tanto da Companhia, como de entes jurídicos do seu grupo econômico, bem como autorizar a emissão de tais ações ordinárias em razão do exercício de tais opções;

(xi) administrar os planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações outorgados aos administradores e empregados da Companhia e/ou suas subsidiárias, dirimir questões a eles relacionadas, bem como promover o seu cumprimento, em conformidade com os termos condições e cláusulas do respectivo plano;

(xii) deliberar sobre a celebração, modificação ou término de qualquer operação, transação, contrato ou acordo entre, de um lado, a Companhia ou qualquer de suas controladas e, de outro lado, qualquer acionista, sociedade coligada ou administrador da Companhia, incluindo cônjuges, parentes até segundo grau e empresas controladas ou coligadas dos mesmos;

(xiii) deliberar sobre qualquer operação, transação, contrato ou acordo, de qualquer natureza, incluindo a contratação de financiamentos e empréstimos envolvendo valor igual ou superior ao montante correspondente a 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia;

(xiv) deliberar sobre qualquer acordo em ação judicial ou procedimento arbitral envolvendo valor igual ou superior ao montante correspondente a 10% (dez por cento por cento)] do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia;

(xv) uma vez ultrapassado o limite global previsto no orçamento anual, deliberar sobre a assunção de dívidas e/ou a celebração de contratos financeiros envolvendo valor igual ou superior a 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia;

(xvi) deliberar sobre investimentos de capital individuais não previstos no orçamento anual cujo valor seja igual ou superior ao montante correspondente a 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia;

(xvii) deliberar sobre a celebração de qualquer contrato, acordo ou compromisso (exceto assunção de dívidas e contratos financeiros, os quais são regidos pelo disposto no item (xv) acima) não previsto no orçamento anual e não relacionado à manutenção do giro normal das atividades mercantis da Companhia que represente obrigação em valor igual ou superior a 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia;

(xviii) deliberar sobre a aquisição, venda ou alienação de ativos não circulantes da Companhia não prevista no orçamento anual e que envolva valor igual ou superior ao montante correspondente à R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;

(xix) deliberar sobre a renúncia, pela Companhia, a qualquer direito (incluindo acordos com clientes) cujo valor seja igual ou superior ao montante correspondente a 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia;

(xx) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações ("**OPA**") que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia,

por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, e que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;

(xxi) autorizar a aquisições de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação, exceto nos casos expressamente previstos na regulamentação vigente;

(xxii) manifestar-se a respeito de propostas de fusão, incorporação, cisão total ou parcial, transformação ou qualquer outro tipo de reorganização societária envolvendo a Companhia, enviando recomendação à Assembleia Geral;

(xxiii) deliberar sobre a alienação, cessão, transferência, outorga ou licenciamento, seja direta ou indiretamente, de propriedade intelectual, incluindo, mas sem limitação, marcas, know-how, tecnologia, patentes e/ou direitos autorais da Companhia;

(xxiv) deliberar sobre alterações nas políticas contábeis da Companhia;

(xxv) manifestar-se previamente sobre o voto a ser proferido no âmbito das sociedades controladas e coligadas, relativamente às operações de (a) incorporação, cisão, fusão e transformação; (b) aquisição, alienação e oneração de bens imóveis; e (c) alteração de seus contratos sociais e regimentos internos;

(xxvi) deliberar sobre a participação da Companhia em outras sociedades, como sócia ou acionista, incluindo a aquisição de participação, constituição de sociedades e a sua participação em acordos de associação ou acordos de acionistas; e

(xxvii) resolver os casos omissos neste Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei ou este Estatuto Social não confiram a outro órgão da Companhia.

Parágrafo 1º. Ressalvadas as transações entre partes relacionadas (a) entre a Companhia e suas controladas ou coligadas no curso normal de negócios; e (b) previstas no orçamento anual, todas e quaisquer operações celebradas entre a Companhia e qualquer de suas partes relacionadas deverão ser aprovadas pela maioria dos membros do Conselho de Administração, incluindo obrigatoriamente todos os conselheiros independentes.

Parágrafo 2º. Para fins do disposto no parágrafo 1° deste artigo, prevalecerá a competência da Assembleia Geral na ocasião de conflito entre as matérias a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º. O exercício do direito de voto pelos membros não independentes do Conselho de Administração nas matérias previstas neste artigo e em quaisquer outras de sua competência, em especial, nas deliberações a respeito do exercício do direito de voto pela Companhia no âmbito de suas controladas e coligadas, deverá observar as disposições previstas em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, conforme aplicável.

Seção II – Diretoria

Artigo 18. A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, sendo, obrigatoriamente, 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro,

1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º. Compete ao Diretor Presidente: (i) a direção geral dos negócios da Companhia, a convocação e presidência das reuniões da Diretoria e a coordenação dos trabalhos dos demais diretores e do processo de tomada de decisão; (ii) a representação ativa e passiva da Companhia em todas as suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores e prepostos para que prestem depoimentos em nome da Companhia perante as autoridades requisitantes, responsabilizando-se pelos resultados econômico-financeiros da Companhia e pela proteção de seu nome; (iii) a organização e supervisão das políticas e diretrizes de recursos humanos; (iv) a supervisão do cumprimento das políticas e normas estabelecidas pelo Conselho de Administração e das deliberações tomadas em Assembleia Geral; e (v) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º. Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) gerir as atividades da área financeira da Companhia, incluindo administrar, gerir e controlar as áreas de tesouraria, fiscal e tributária, controladoria, contabilidade, tecnologia da informação e de planejamento financeiro, segundo as orientações deste Estatuto Social, do Código de Ética e Conduta da Companhia, das normas legais vigentes e das políticas e diretrizes consignadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral; (iii) assinar propostas, convênios, acordos, contratos com bancos e afins, documentos em geral para abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias da Companhia, bem como todo e qualquer documento à administração das finanças da Companhia, observadas as formas de representação da Companhia nos termos deste Estatuto Social; e (iv) administrar os recursos financeiros da Companhia, orientando a aplicação dos excedentes de caixa dentro das políticas e diretrizes existentes, e conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento e os serviços correlatos necessários à expansão da Companhia, conforme orçamento anual.

Parágrafo 3º. Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

Parágrafo 4º. Os Diretores sem Designação Específica terão sua competência atribuída pelo Conselho de Administração dentre os demais atos de gestão da Companhia cuja competência não se atribua de modo privativo aos demais Diretores nos termos da lei e deste Estatuto.

Parágrafo 5º. Os Diretores ficam dispensados de prestar caução, como permitido por lei.

Parágrafo 6º. O cargo de Diretor de Relações com Investidores pode ser acumulado com outro cargo de Diretor da Companhia.

Parágrafo 7º. Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse e a investidura dos seus respectivos substitutos. As competências das diretorias que não tiverem sido preenchidas, ou cujo titular esteja impedido ou ausente, serão exercidas pelo Diretor Presidente. Em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, o Conselho de Administração elegerá o substituto que exercerá o cargo pelo tempo remanescente do mandato do substituído.

Parágrafo 8º. Os Diretores deverão ser pessoas com reputação ilibada, comprovada experiência prática na sua área de atuação e ausência de conflito de interesse, cujos mandatos devem ter caráter de exclusividade.

Artigo 19. A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário e as reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo Diretor que na ocasião for escolhido pela maioria dos membros.

Parágrafo 1º. As reuniões da Diretoria serão realizadas preferencialmente na sede social da Companhia, e as respectivas convocações poderão ser efetuadas por qualquer Diretor.

Parágrafo 2º. As convocações serão efetuadas por escrito e deverão conter (i) a data e hora da reunião; (ii) ordem do dia; e (iii) cópias de todos os documentos e propostas relacionados aos temas constantes da ordem do dia. As convocações deverão ser encaminhadas com antecedência mínima de 2 (dois) dias da data do evento, por carta e/ou por e-mail, todos com comprovação de recebimento. A convocação poderá ser dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os Diretores.

Parágrafo 3º. As reuniões da Diretoria somente serão instaladas e validamente deliberarão com a presença da maioria dos Diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos.

Parágrafo 4º. Os Diretores poderão participar das reuniões da Diretoria por meio de videoconferência, teleconferência ou qualquer outro meio similar que permita a identificação do diretor e a comunicação simultânea com as demais pessoas presentes à reunião.

Parágrafo 5º. As deliberações da Diretoria serão adotadas por maioria de votos dos Diretores presentes à reunião, não havendo voto de desempate.

Artigo 20. Compete à Diretoria, em geral, observadas as disposições deste Estatuto Social, especialmente as competências específicas constantes do artigo 17 deste Estatuto Social:

(i) o exercício das atribuições que a lei e este Estatuto Social lhe conferem para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios;

(ii) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido, observadas as imposições legais e o que dispõe o Capítulo VII deste Estatuto Social;

(iii) apresentar, anualmente, até o encerramento de cada exercício social, à apreciação do Conselho de Administração, proposta de orientação geral dos negócios da Companhia, de suas controladas e das divisões de seus negócios, relativa ao exercício seguinte;

(iv) a eleição e destituição dos administradores das sociedades controladas e coligadas de acordo com as indicações feitas pelo Conselho de Administração, quando aplicável;

(v) abrir e encerrar filiais, depósitos, escritórios ou representações em qualquer localidade do país e do exterior, conforme evolução do plano de negócios e metas atingidas indicarem ser necessário;

(vi) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento;

(vii) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos;

(viii) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, nos termos do artigo 21 abaixo; e

(ix) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pela lei, pela regulamentação, por este Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Artigo 21. Exceto pelo disposto no parágrafo 3° abaixo, a representação da Companhia será sempre feita (i) por 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto; ou (ii) por 1 (um) Diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos; ou (iii) por 2 (dois) procuradores com poderes específicos agindo em conjunto, dentro dos limites expressos nos respectivos mandatos, observado o disposto nos parágrafos 1° e 2° deste artigo.

Parágrafo 1º. Mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, a Companhia poderá constituir mandatários e procuradores, especificando no instrumento a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, que não excederá 1 (um) ano, salvo quando a procuração for outorgada com poderes *ad judicia*, ou para a defesa de processos administrativos, caso em que sua vigência poderá ser por prazo indeterminado.

Parágrafo 2º. A Companhia poderá ser representada isoladamente por 1 (um) Diretor nas seguintes hipóteses: (i) representação perante repartições públicas federais, estaduais e municiais, autarquias, empresas públicas ou mistas; (ii) assinatura de correspondências e atos de simples rotina; (iii) endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em favor da Companhia; e (iv) recebimento de citações ou notificações judiciais, bem como para prestar depoimento em juízo, sempre que a Companhia for regularmente intimada, sem poder de confessar.

Artigo 22. É expressamente vedada aos Diretores a prática, em nome da Companhia, de qualquer ato relativo a negócios ou operações estranhas ao objeto social. Qualquer ato estranho ao objeto social e aos negócios da Companhia praticado por acionistas, membros do Conselho da Administrado, da Diretoria, procuradores ou empregados da Companhia, como, por exemplo, avais, fianças, endossos e outras garantias dadas em benefício de terceiros, são expressamente proibidas e deverão ser ineficazes perante a Companhia e terceiros, exceto se prévia e expressamente autorizado neste Estatuto Social, pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

Artigo 23A Diretoria disponibilizará aos acionistas da Companhia, quando solicitada, os contratos celebrados com partes relacionadas, bem como acordos de acionistas e programas

de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

Capítulo V. Conselho Fiscal

Artigo 24. A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas da Companhia ou não, com as atribuições e competências previstas em lei, o qual não funcionará em caráter permanente.

Parágrafo 1º. O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral por solicitação de acionistas que atendam aos requisitos legais para tanto, encerrando-se seu mandato na Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação, permitida a reeleição.

Parágrafo 2º. Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada em Assembleia Geral.

Parágrafo 3º. A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à assinatura de termo de posse que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o artigo 39 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 4º. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar.

Parágrafo 5º. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas de reuniões do Conselho Fiscal e assinadas pelos membros de tal órgão que estiverem presentes.

Parágrafo 6º. Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia ("Concorrente"), estando vedada, entre outros, a eleição da pessoa que: (i) for empregada, sócia, acionista ou membro de órgão da administração, técnico, consultivo ou fiscal de Concorrente ou de Controlador, Controlada ou sociedade sob Controle comum com Concorrente; (ii) for cônjuge ou parente até segundo grau de sócio, acionista ou membro de órgão da administração, técnico, consultivo ou fiscal de Concorrente ou de Controlador, Controlada ou sociedade sob Controle comum com Concorrente; e (iii) for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência.

Artigo 25. O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação.

Capítulo VI. Acordo de Acionistas

Artigo 26. A Companhia observará os acordos de acionistas que tenham sido arquivados em sua sede, cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias às suas disposições e ao Presidente da Assembleia Geral e ao Presidente do Conselho de Administração abster-se de computar os votos lançados em infração a tais acordos de acionistas, obrigando-se a observar as disposições da Lei das Sociedades por Ações, em especial o artigo 118 e seus parágrafos.

Capítulo VII. Exercício Social, Balanço e Lucros

Artigo 27. O exercício social iniciar-se-á no dia 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras exigidas pela legislação vigente.

Parágrafo Único. A auditoria anual de suas demonstrações contábeis será realizada por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 28. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma:

(a) 5% (cinco por cento) serão destinados para a reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;

(b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável; e

(c) eventual saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, será destinado de acordo com deliberação da Assembleia Geral, observada a legislação aplicável, sendo que, até 75% (setenta e cinco por cento) poderão ser retidos com base em orçamento de capital, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou destinados à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que o saldo das reservas de lucros, com as exceções legais, não excederá o valor do capital social. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, que não seja destinado na forma deste artigo, será capitalizado ou distribuído aos acionistas como dividendo complementar. A Companhia poderá pagar dividendos aos acionistas à conta da reserva de investimento acima referida.

Parágrafo 1º. A distribuição do dividendo mínimo não será obrigatória no exercício social em que o Conselho de Administração informar aos acionistas, com exposição justificada e aprovada por maioria de votos, ser ela incompatível com a situação financeira da Companhia, caso em que poderá ser distribuída parcela do lucro líquido ou aprovada a sua retenção como reserva, conforme o caso. Os lucros que deixarem de ser distribuídos na forma deste parágrafo serão pagos assim que o permitir a situação financeira da Companhia, aplicando-se as disposições do artigo 202, parágrafo 5º da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 29. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores, caso a Diretoria opte por declarar dividendos à conta do lucro apurado em tais balanços, obedecidos os limites legais, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório.

Artigo 30. A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo 1º. Os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social serão computados, por seu valor líquido, para satisfação do dividendo obrigatório do exercício social em que forem distribuídos e serão creditados como antecipação do dividendo obrigatório.

Parágrafo 2º. Revertem em favor da Companhia os dividendos e juros sobre capital próprio que não forem reclamados por seus beneficiários dentro do prazo de 3 (três) anos contados da data em que foram colocados à disposição dos acionistas.

Artigo 31. A Companhia poderá pagar participação nos lucros e/ou resultados a seus empregados e administradores, mediante deliberação do Conselho de Administração, nos montantes máximos fixados pela Assembleia Geral, observados os limites legais.

Capítulo VIII. Dissolução e Liquidação

Artigo 32. A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo 1º. O modo de liquidação será determinado em Assembleia Geral, que elegerá também o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

Parágrafo 2º. A Assembleia Geral nomeará o liquidante, fixará os seus honorários e estabelecerá as diretrizes para o seu funcionamento.

Capítulo IX. Alienação de Controle, Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

Artigo 33. A alienação direita ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar Oferta Pública de Aquisição de Ações ("**OPA**"), tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Artigo 34. A saída da Companhia do Novo Mercado poderá ocorrer em decorrência (i) de decisão do acionista controlador ou da Companhia; (ii) do descumprimento de obrigações do Regulamento do Novo Mercado; e (iii) do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou da conversão de categoria do registro na CVM.

Artigo 35. A saída voluntária da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA, respeitadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, e observados os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM referentes à ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta, incluindo os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deverá ser justo, o qual deverá ser obtido conforme disposto no artigo 36 deste Estatuto Social e nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sendo possível o pedido de nova avaliação da Companhia; e (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do Novo Mercado sem efetuar a venda das ações.

Parágrafo 1º. Os aceitantes da OPA não poderão ser submetidos a rateio na alienação de sua participação, observados os procedimentos de dispensa dos limites previstos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 2º. O ofertante ficará obrigado a adquirir as ações em circulação remanescentes, pelo prazo de 1 (um) mês, contado da data da realização do leilão, pelo

preço final do leilão da OPA, atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do edital, da legislação e da regulamentação em vigor, que deve ocorrer em, no máximo, 15 (quinze) dias contados da data do exercício da faculdade pelo acionista.

Parágrafo 3º. : Independentemente da previsão contida no *caput* deste artigo, a saída voluntária da Companhia do Novo Mercado poderá ocorrer na hipótese de dispensa de realização da OPA aprovada pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes em Assembleia Geral, desde que instalada em (i) primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação, ou (ii) segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação.

Artigo 36. Na OPA a ser feita pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder a preço justo, ao menos igual ao valor de avaliação da Companhia, apurado nos termos do artigo 4º, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, respeitadas as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Único - O laudo de avaliação mencionado no *caput* deste artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e de seus acionista(s) controlador(es), além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1° do artigo 8° da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6° do mesmo artigo.

Artigo 37. Na hipótese de operação de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, a(s) sociedade(s) resultante(s) deverá(ão) pleitear o ingresso no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação.

Parágrafo Único - Caso a operação de reorganização societária envolva sociedade resultante que não pretenda pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação da Companhia presentes na Assembleia Geral deverão anuir com essa estrutura.

Artigo 38. A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado estará condicionada à efetivação de OPA a ser realizada com as mesmas características descritas no artigo 34 acima.

Parágrafo Único - Na hipótese de não atingimento do percentual de que trata o *caput* do artigo 35 deste Estatuto Social, após a realização de OPA, as ações de emissão da Companhia ainda serão negociadas pelo prazo de 6 (seis) meses no Novo Mercado, contados da realização do leilão da OPA, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária.

Capítulo X. Solução de Conflitos

Artigo 39. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, neste Estatuto Social, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários

em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação no Novo Mercado.

Capítulo XI. Disposições Gerais

Artigo 40. Este Estatuto Social rege-se pela Lei das Sociedades por Ações. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações, respeitado o Regulamento do Novo Mercado e o Acordo de Acionistas.

Artigo 41. A Companhia observará, no que aplicável, as regras de divulgação de informações previstas na regulamentação da CVM e nas normas da B3, aplicáveis a companhias listadas em geral e no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, em particular.

Artigo 42. As disposições contidas no artigo 8º;e no artigo 18, parágrafo 3º, somente terão eficácia a partir da data de concessão do registro de companhia aberta da Companhia pela CVM; o artigo 1º, parágrafos 1º, 2º e 3º; artigo 5º, parágrafo 3º; o artigo 13, parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º e 6º; artigo 17, item (xx) e parágrafo 1º; artigo 24, parágrafo 6º; e Capítulos IX e X, somente entrarão em vigor na data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado.

* * *

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=_I3qMyL-T558KHpdB6bgXg&chave2=Ug8cwwsph_-ckGj5CviIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 48262030982-ALOIR LIBRELATO|05909887947-JÉSSICA WESSLER ROSSI

LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS

CNPJ/ME nº 75.274.316/0001-70
NIRE 42.300.037.591

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2021

1 **DATA, HORA E LOCAL**: No dia 18 de fevereiro de 2021, às 08:00 horas, na sede social da Librelato S/A Implementos Rodoviários ("**Companhia**"), localizada na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina, na Rodovia SC 445, KM 7,5, s/n, Bairro Primeiro de Maio, CEP 88820-000.

2 **PRESENÇAS**: Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas.

3 **CONVOCAÇÃO**: Dispensada a publicação do edital de convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4°, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**").

4 **MESA**: Verificado o quórum para instalação da Assembleia, a mesa foi composta pelo Sr. Aloir Librelato como Presidente, e pela Sra. Jéssica Wessler Rossi, como Secretária.

5 **ORDEM DO DIA**: Discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a conversão da totalidade das ações preferenciais classe "A" de emissão da Companhia em ações ordinárias; **(ii)** a alteração da composição do número de membros do Conselho de Administração da Companhia ("**Conselho de Administração**"); **(iii)** a eleição dos membros do Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, e consignação da condição de seus membros independentes; **(iv)** a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2021; **(v)** a autorização para a administração da Companhia realizar a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"); **(vi)** a autorização para a administração da Companhia realizar o pedido de adesão da Companhia ao segmento de Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**Novo Mercado**" e "**B3**", respectivamente); **(vii)** a realização de oferta pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Ações**"), a ser registrada junto à CVM ("**Oferta**"); **(viii)** a autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias à (a) obtenção do registro como emissor de valores mobiliários categoria "A" e do registro da Oferta, ambos perante a CVM, e da autorização pela B3 para aderir ao Novo Mercado, e (b) aprovação de todos os termos e condições da Oferta aplicáveis à Companhia, incluindo a celebração de todos os contratos, documentos e atos relacionados à Oferta; e **(ix)** a reforma e consolidação do estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**") para adaptá-lo às exigências legais e regulamentares aplicáveis às companhias abertas e às regras do Novo Mercado ("**Novo Mercado**") constantes de seu regulamento de listagem ("**Regulamento do Novo Mercado**").

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

6 **DELIBERAÇÕES**: Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, foram aprovadas, por unanimidade de votos e sem ressalvas:

(i) a conversão de 1.868.000 (um milhão, oitocentas e sessenta e oito mil) ações preferenciais classe "A" em 1.868.000 (um milhão, oitocentas e sessenta e oito mil) ações ordinárias da Companhia, alterando assim o Estatuto Social, nos termos do **Anexo I** à presente ata;

(ii) a alteração da composição do número de membros do Conselho de Administração, de forma que o mesmo passará a ser composto por, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 9 (nove) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, alterando assim o Estatuto Social, nos termos do **Anexo I** à presente ata;

(iii) a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração com mandato unificado de 2 (dois) anos até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022:

(a) Sr. **Aloir Librelato**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG n° 6/R 1522587 SSI/SC, inscrito no CPF sob o n° 482.620.309-82, residente e domiciliado na Rua Jorge da Cunha Carneiro, nº 447, apartamento nº 401, Edificio Belfiore Residencial, bairro Michel, cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, CEP 88803-010, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração;

(b) Sr. **Gilmar Librelato**, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador da cédula de identidade RG n° 1745304 SSP/SC, inscrito no CPF sob o n° 623.121.119-34, residente e domiciliado na Aristiliano Ramos, n° 72, Edifício Alice Leepkaln, apartamento 702, bairro Centro, cidade de Orleans, Estado de Santa Catarina, CEP 88870-000, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração;

(c) Sr. **João Alberto Librelato**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG n° 427.768 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 341.406.709-91, residente e domiciliado à Rua Aristiliano Ramos, 72 – Edifício Alice Leepkaln, Apto 302, Bairro Centro, cidade de Orleans, Estado de Santa Catarina, CEP 88870-000, para o cargo de membro do Conselho de Administração;

(d) Sra. **Thayni da Silva Librelato**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG n° 3.170.828 SSP/SC, inscrita no CPF sob o n° 038.011.519-05, residente e domiciliada na Rua XV de novembro, Edifício Tezza, nº 134, apto. 401, Centro, cidade de Orleans, Estado de Santa Catarina, CEP 88870-000, para o cargo de membro do Conselho de Administração, e como suplente, Sra. **Fernanda Maria Barreto Bornhausen**, brasileira, divorciada, psicóloga, portadora da Cédula de identidade n°779270 SSP/SC, inscrito no CPF n° 494.291.599-68, residente e domiciliada à Rua Laurindo Januário da Silveira, nº 1481, bairro Lagoa da Conceição, cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88062-201.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

(e) Sra. **Annalisa Blando Dal Zotto**, brasileira, casada, administradora, portadora da cédula de identidade RG n° 669671 SSP/SC, inscrita no CPF/ME sob o n° 644.480.450-72, com endereço na Rua dos Pargos, n° 40, Bairro Jurerê, cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88053-345, para o cargo de membro do Conselho de Administração e, como suplente, Sra. **Flávia Macedo dos Anjos**, brasileira, casada, administradora, portadora da cédula de identidade RG n°11597993 SSP/MG, inscrita no CPF/ME sob o n° 103.562.637-38, com endereço na Av. Rio Branco, n.º 380, sala 303, Bairro Centro, cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88015-201;

(f) Sr. **Gilberto Heinzelmann**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG n° 147.321-4 SSP/SC, inscrito no CPF sob o n° 625.813.849-72, residente e domiciliado na Rua dos Carijós, n° 50, Bairro Santa Monica, cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88037-740, para o cargo de membro independente do Conselho de Administração;

(g) Sr. **Luiz Tarquínio Sardinha Ferro**, brasileiro, solteiro, empresário, portador de Cédula de Identidade n° 583122 SSP/DF, inscrito no CPF n° 238.804.571-15, com endereço na SHIS QI 13, conjunto 10, casa 06, bairro Lago Sul, cidade de Brasília, Distrito Federal, para o cargo de membro independente do Conselho de Administração; e

(h) **Sr. Clovis Benoni Meurer,** brasileiro, casado, economista, , portador da Cédula de Identidade nº 1013827512 SSP/RS e inscrito no CPF sob o nº 107.664.720-00, residente e domiciliado na Av. João Obino, nº 472, apto. 1.301, Bairro Petrópolis, cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90470-150, para o cargo de membro do Conselho de Administração, e como Suplente, Sr. **André Anderson Lenz**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade nº 7064371961 SSP/RS e inscrito no CPF sob nº 983.226.800-15, domiciliado na Rua Dr. João Satt, 25, apto. 401, Vila Ipiranga, na cidade de Porto Alegre, Estado de Rio Grande do Sul, CEP 91360-394.

Os acionistas aprovaram a designação dos Srs. **Gilberto Heinzelmann** e **Luiz Tarquínio Sardinha Ferro** como membros independentes do Conselho de Administração, tendo em vista que, após a análise de seus currículos e histórico profissional, restou verificado o enquadramento de ambos aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Os membros do Conselho de Administração ora eleitos foram imediatamente empossados em seu cargo, mediante assinatura do respectivo termo de posse lavrado em livro próprio, tendo declarado, sob as penas da lei que não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenados à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no artigo 147, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações e na Instrução da CVM nº 367, de 29 de maio de 2002.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

(iv) o montante de R$ 5.930.000,00 (cinco milhões, novecentos e trinta mil reais) para a remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício social de 2021, sendo:

(a) R$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais) referentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração;

(b) R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) referentes à remuneração dos membros da Diretoria Estatutária; e

(c) R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) referentes à remuneração dos membros do Comitê de Auditoria.

(v) a autorização para a realização da abertura de capital da Companhia e, consequentemente, a submissão, pela administração da Companhia, do pedido de registro de emissor de valores mobiliários na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução da CVM n° 480, de 29 de dezembro de 2009, conforme alterada;

(vi) a autorização para a administração da Companhia realizar a submissão do pedido de admissão à negociação e listagem da Companhia no segmento de Novo Mercado da B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação no Novo Mercado de Governança Corporativa, ficando a administração da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado e ao cumprimento de todas as regras previstas no Regulamento do Novo Mercado;

(vii) a realização da Oferta que compreenderá a distribuição pública primária de ações ordinárias de emissão da Companhia a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM n° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior, de acordo com certas isenções de registro sob o *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América. A critério dos acionistas, a Oferta poderá contar, ainda, com a distribuição secundária de ações de emissão da Companhia;

(viii) a autorização para a administração da Companhia tomar todas as medidas necessárias à implementação das matérias aprovadas nos itens (i) ao (vii) acima, e à aprovação de todos os termos e condições da Oferta pela Companhia, podendo negociar, aprovar e celebrar todos os contratos, documentos e atos relacionados à Oferta em nome da Companhia, incluindo escolher e contratar as instituições intermediárias da Oferta, autorizar os prospectos preliminar e definitivo e o *offering memoranda*, bem como representar a Companhia perante a CVM, B3, agente escriturador e quaisquer outros nos assuntos relacionados à Oferta; e

(ix) a alteração do Estatuto Social visando a atender aos requisitos legais aplicáveis às companhias abertas, às regras do Regulamento do Novo Mercado, bem como a consolidação das alterações ora aprovadas.

Em virtude das deliberações da presente assembleia, foi aprovada a consolidação do Estatuto Social, nos termos do **Anexo I** à esta ata.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

7 **LAVRATURA**: Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, parágrafo 1° da Lei das Sociedades por Ações.

8 **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Mesa: pelo Sr. Aloir Librelato, como Presidente, e pela Sra. Jéssica Wessler Rossi, como Secretária. Acionistas Presentes: CRP VII - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, neste ato representado por seu administrador CRP – Companhia de Participações, neste ato representado por Clóvis Benoni Meurer e André Anderson Lenz; Librelato Participações Ltda., neste ato representado por Aloir Librelato; TSL Participações Ltda., neste ato representada por Thayni da Silva Librelato; e VGL Administração de Bens Ltda. neste ato representada por Rosineide Ghisoni de Oliveira e Vitoria Ghisoni Librelato, neste ato representada por sua mãe/representante Rosineide Ghisoni de Oliveira.

(confere com o original lavrado em livro próprio)

Içara/SC, 18 de fevereiro de 2021.

MESA:

Aloir Librelato Presidente	**Jéssica Wessler Rossi** Secretária

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

ANEXO I À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2021

Estatuto Social da Companhia

ESTATUTO SOCIAL DA LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS

Companhia de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 75.274.316/0001-70
NIRE 42300037591

Capítulo I. Denominação, Sede, Duração e Objeto Social

Artigo 1º. A **LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS** ("**Companhia**") é uma sociedade por ações de capital autorizado regida pelo presente estatuto social ("**Estatuto Social**") e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), devendo ser observado, ainda, os acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

Parágrafo 1º. Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 ("**Regulamento do Novo Mercado**").

Parágrafo 2º. As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Parágrafo 3º. A Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado, deverão observar os prazos, as obrigações e os procedimentos estabelecidos no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários da B3, no Manual do Emissor da B3 e no Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 2. A Companhia tem sede na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina, na Rodovia SC 445, KM 7,5, s/n, Bairro Primeiro de Maio, CEP 88820-000, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios administrativos ou de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Artigo 3º. A Companhia tem como objeto social:

(i) indústria, comércio, importação, exportação e desenvolvimento de implementos rodoviários, peças, partes, insumos e componentes relacionados ao segmento do transporte e indústria automotiva;

(ii) participação no capital social de outras sociedades empresárias; e

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

(iii) desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços de tecnologia ao segmento de implementos rodoviários e automotivos.

Parágrafo 1º. A Companhia poderá também participar de outras empresas ou negócios empresariais na condição de sócia ou acionistas, parceira ou mediante consórcio.

Parágrafo 2º. A Companhia poderá implantar unidades de tratamento de efluentes industriais a fim de atender o seu objeto principal.

Artigo 4º. A Companhia terá duração por tempo indeterminado.

Capítulo II. Capital Social

Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 100.000.160,00 (cem milhões e cento e sessenta reais), dividido em 11.207.850 (onze milhões, duzentas e sete mil, oitocentas e cinquenta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A propriedade das ações será comprovada pelo registro existente na conta do acionista junto à instituição depositária.

Parágrafo 2º. As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 3º. É vedado à Companhia emitir ações preferenciais e partes beneficiárias.

Parágrafo 4º. Mediante a aprovação do Conselho de Administração e observado o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e nas demais normas aplicáveis, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações. Essas ações deverão ser mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, conforme for decidido pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso, nos termos da regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**").

Artigo 6º. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de alterações estatutárias, até o limite de R$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais).

Parágrafo 1º. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, subscrição, forma e prazo de integralização, preço por ação, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no país e/ou no exterior.

Parágrafo 2º. Na proporção do número de ações que forem titulares, os acionistas terão direito de preferência à subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, na forma do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias.

Parágrafo 3º. A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o artigo 171, parágrafo

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

4°, da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

Parágrafo 4º. A Companhia, dentro do limite do capital autorizado e por deliberação do Conselho de Administração, poderá outorgar, de acordo com plano aprovado em Assembleia Geral, opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia em favor de administradores e executivos da própria Companhia, ou de entes jurídicos de seu grupo econômico.

Artigo 7º. Nas hipóteses em que a lei conferir o direito de retirada a acionista dissidente de deliberação da Assembleia Geral, o valor do reembolso terá por base o valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, ou o valor econômico da Companhia, apurado em avaliação, se inferior ao citado valor de patrimônio líquido, observadas as disposições do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 8º. As ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, perante instituição financeira autorizada pela CVM.

Parágrafo 1º. Observados os limites máximos fixados pela CVM, o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações.

Capítulo III. Assembleia Geral de Acionistas

Artigo 9º. As Assembleias Gerais de acionistas realizar-se-ão: (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes à data de encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições deste Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas.

Parágrafo 1º. A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

Parágrafo 2º. Sem prejuízo do disposto no parágrafo único do artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações, e ressalvadas as exceções previstas em lei, as Assembleias Gerais de acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração, por meio do seu Presidente ou por dois membros do Conselho de Administração em conjunto, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência em primeira convocação e, pelo menos, com 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação. Independentemente das formalidades de convocação previstas neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, será considerada regularmente instalada a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. O edital de convocação deverá indicar a hora, data e local em que será realizada a Assembleia Geral, bem como as matérias a serem deliberadas na respectiva Assembleia Geral.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

Parágrafo 3º. Observados os requisitos previstos da regulamentação aplicável, as Assembleias Gerais da Companhia poderão ser realizadas (i) de modo exclusivamente digital, mediante a participação dos acionistas por meio eletrônico e por meio do uso de boletim de voto a distância; (ii) de modo parcialmente digital, mediante a participação dos acionistas presencialmente, por meio eletrônico e por meio do uso de boletim de voto a distância; ou (iii) de modo exclusivamente presencial.

Parágrafo 4º. Ressalvadas as exceções previstas em lei, as Assembleias Gerais somente se instalarão e validamente deliberarão em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total das ações com direito a voto representativas do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número, sendo que para as deliberações não se computarão os votos em branco.

Parágrafo 5º. Ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto Social e na legislação aplicável, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo 6º. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 7º. Sem prejuízo do disposto no parágrafo 6° acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos que comprovem sua condição de acionista referidos no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, até o momento da abertura dos trabalhos em Assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Parágrafo 8º. As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, competindo-lhe, na qualidade de presidente da mesa, escolher o secretário, dentre os presentes. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, este poderá indicar prévia e expressamente, por escrito, quem deva substituí-lo enquanto presidente da mesa. E, caso não haja indicação, a Assembleia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente e, na ausência deste, por pessoa eleita pelos acionistas presentes.

Parágrafo 9º. O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Parágrafo 10º. Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais.

Parágrafo 11º. O exercício do direito de voto nos casos especiais de condomínio, acordo de acionistas, usufruto e de ações empenhadas ou alienadas fiduciariamente fica sujeito às exigências legais específicas e às comprovações estabelecidas em lei.

Parágrafo 12º. Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das Sociedades por Ações.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

Artigo 10. Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:

(i) aprovação das contas dos administradores;

(ii) eleição e destituição de membros do Conselho de Administração;

(iii) fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado;

(iv) destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos, de acordo com proposta apresentada pela administração da Companhia;

(v) alteração deste Estatuto Social;

(vi) operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia seja parte, bem como sobre sua dissolução ou liquidação;

(vii) planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam direta ou indiretamente coligadas ou controladas pela Companhia;

(viii) pedido de falência ou requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações;

(ix) eleição de liquidante, bem como do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

(x) aprovar a saída do Novo Mercado;

(xi) aprovar o fechamento de capital e cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;

(xii) aprovar a realização de oferta pública inicial de ações da Companhia ou de suas subsidiárias;

(xiii) aprovar a escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou da conversão de categoria de registro perante a CVM ou saída do Novo Mercado;

(xiv) aprovar a venda, disposição, arrendamento, locação ou transferência de todos ou substancialmente todos os ativos da Companhia e/ou de suas subsidiárias;

(xv) aprovar qualquer alteração na política de destinação de resultados da Companhia e/ou de suas subsidiárias;

(xvi) qualquer investimento não enquadrado no objeto social da Companhia; e

(xvii) deliberação de qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

Artigo 11. O Presidente da Assembleia abster-se-á de registrar qualquer deliberação tomada em desacordo com as disposições deste Estatuto Social e dos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na forma do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações.

Capítulo IV. Órgãos da Administração

Seção I – Disposições Gerais

Artigo 12. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º. A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria dar-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado e contemplando a sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o artigo 39 deste Estatuto Social, dispensada qualquer garantia de gestão, e estará condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 2º. O mandato unificado dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos.

Parágrafo 3º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão em seus cargos e no exercício de suas funções até a eleição e posse de seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral.

Parágrafo 4º. A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual da administração da Companhia, e caberá ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente para cada um dos administradores.

Parágrafo 5º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão aderir às políticas internas em vigor da Companhia em vigor na data de sua posse, bem como outras que venham posteriormente se aprovadas.

Parágrafo 6º. Só será dispensada a convocação prévia de reunião de qualquer órgão da administração como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os administradores que: (i) participarem da reunião por conferência telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do administrador e a comunicação simultânea com as demais pessoas presentes à reunião, ou (ii) manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado ou por voto escrito transmitido por e-mail ou por qualquer outro meio legítimo de comunicação que possa ser comprovada a sua autoria e origem, neste caso, até o encerramento da respectiva reunião.

Seção II – Conselho de Administração

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

Artigo 13. O Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 9 (nove) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil ou no exterior, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) conselheiros ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, de acordo com os critérios e requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado, devendo ser caracterizados os requisitos de independência na ata da Assembleia Geral que os eleger. Também serão considerados independentes os conselheiros eleitos mediante as faculdades estabelecidas no artigo 141, parágrafos 4° e 5°, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º. Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo anterior, resultar número fracionário de conselheiros independentes, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 3º. Para fins de eleição de conselheiro independente conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado, é considerado conselheiro independente aquele que: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; e (iv) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador.

Parágrafo 4º. Não obstante o disposto no parágrafo 3° acima, as situações descritas abaixo deverão ser analisadas de modo a verificar se implicam perda de independência do conselheiro independente em razão da características, magnitude e extensão do relacionamento de tal conselheiro com a Companhia: (i) se possui afinidade até segundo grau com acionista controlador, administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) se o conselheiro foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) se tem relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia; (iv) se ocupa cargo que tenha poder decisório na condução das atividades em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia, com o acionista controlador ou com sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; ou (v) se recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa ao cargo de membro do Conselho de Administração ou membro de comitês da Companhia, do acionista controlador da Companhia, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital e benefícios advindos de planos de previdência complementar estão excluídos desta restrição).

Parágrafo 5º. O Conselho de Administração terá um Presidente, eleito pela maioria de votos de seus membros. O Presidente terá, além do próprio voto, voto de desempate, em caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

de membros do Conselho de Administração. Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do órgão.

Parágrafo 6º. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto nos casos de vacância em que a acumulação dos cargos acima citados e deverá cessar no prazo de 1 (um) ano, sem prejuízo das divulgações pertinentes nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 7º. Em caso de vacância de cargo, impedimento ou ausência permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração remanescentes deverão nomear substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral da Companhia, a qual deverá ser convocada no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de vacância ou impedimento do cargo.

Parágrafo 8º. É facultado a qualquer Conselheiro, na hipótese de sua ausência e/ou impedimento temporários, indicar, por escrito, outro membro do Conselho de Administração para substituí-lo em reuniões e deliberações do órgão, cabendo ao substituto, além do próprio voto, o voto do membro substituído.

Parágrafo 9º. É vedado, na forma do artigo 115, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, o exercício do direito de voto, na eleição dos membros do Conselho de Administração, em circunstâncias que configurem conflito de interesse com a Companhia.

Artigo 14. O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado por seu Presidente ou quaisquer 2 (dois) de seus membros em conjunto, sempre mediante convocação por escrito, através de carta registrada ou e-mail, com comprovante de recebimento, contendo o local, data, hora e ordem do dia da respectiva reunião, devendo ser encaminhados cópias dos documentos a serem discutidos ou apreciados. O Presidente do Conselho presidirá as reuniões do Conselho de Administração e deverá nomear um dos presentes (o qual não precisa ser membro do Conselho de Administração) para atuar na qualidade de secretário. A maioria dos membros do Conselho de Administração presentes decidirá quem presidirá a reunião no caso de ausência do Presidente, e tal substituto deverá indicar entre os presentes aquele que atuará como secretário da reunião.

Parágrafo 1º. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, por sua própria iniciativa, ou por solicitação escrita de ao menos 2 (dois) membros do Conselho de Administração. Tal convocação deverá: (i) ser feita por carta registrada ou e-mail com, pelo menos, 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data da reunião e, caso a reunião não seja realizada, nova notificação de segunda convocação será enviada com, pelo menos, 2 (dois) dias úteis de antecedência da nova data da reunião; (ii) indicar a ordem do dia, e (iii) estar acompanhada dos documentos pertinentes. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na sede da Companhia ou em outro local previamente acordado entre os conselheiros.

Parágrafo 2º. Não obstante as formalidades previstas no parágrafo 1° acima, as reuniões do Conselho de Administração serão consideradas devidamente instaladas e

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

regulares quando a totalidade de seus membros estiver presente, nos termos do artigo 12, parágrafo 6°, acima.

Parágrafo 3º. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria de seus membros. Considera-se presente à reunião o Conselheiro que estiver, na ocasião, (i) representado por seu substituto, indicado na forma do artigo 12, parágrafo 8º acima, (ii) participando da reunião por conferência telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do conselheiro e a comunicação simultânea com as demais pessoas presentes à reunião, ou (iii) que tiver enviado seu voto por escrito em relação aos temas da ordem do dia, previamente à reunião, ficando o presidente da reunião investido dos poderes para assinar a respectiva ata em nome do conselheiro que tiver enviado seu voto por escrito.

Parágrafo 4º. Das reuniões serão lavradas atas em livro próprio, assinadas por todos os membros presentes, observado o disposto no parágrafo anterior, devendo ser arquivadas no Registro do Comércio aquelas que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros e devendo ser observada, ainda, a eventual necessidade de publicação de determinadas atas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 5º. Os Diretores deverão fornecer ao Conselho de Administração toda e qualquer informação requisitada em relação à Companhia e suas controladas e coligadas e, caso solicitados, deverão comparecer às reuniões do Conselho de Administração a fim de prestar esclarecimentos.

Parágrafo 6º. É vedada a deliberação pelo Conselho de Administração de assunto que não tenha sido incluído na notificação de convocação, ressalvado o caso em que todos os membros do Conselho de Administração compareçam à reunião e concordem em deliberá-la.

Artigo 15. Ressalvadas as hipóteses especiais previstas na Lei das Sociedades por Ações e o disposto no artigo 17, parágrafo 1°, deste Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante voto afirmativo da maioria simples dos presentes à respectiva reunião, não se computando os votos em branco.

Artigo 16. O Conselho de Administração poderá criar comitês executivos ou consultivos, permanentes ou não, para analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos, conforme determinado pelo Conselho de Administração, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições. Os membros de tais comitês, sejam ou não acionistas, deverão ter experiência específica nas áreas de competência dos seus respectivos comitês, e ser eleitos e ter eventual remuneração fixada pelo Conselho de Administração.

Artigo 17. Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração:

(i) fixar a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes, políticas da Companhia e objetivos básicos;

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

(ii) eleger e destituir os membros da Diretoria, bem como definir a remuneração individual de cada Diretor e suas atribuições, observados os limites estabelecidos pela Assembleia Geral;

(iii) fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados, ou em via de celebração, pela Companhia;

(iv) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia e/ou de suas controladas, quando for o caso;

(v) manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras periódicas da Companhia, bem como submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação ao lucro líquido da Companhia de cada exercício social;

(vi) aprovar o plano de negócios e o orçamento anual da Companhia, se aplicável;

(vii) deliberar sobre a constituição de ônus reais ou a prestação de garantias pela Companhia, inclusive garantias reais e fidejussórias, em relação a obrigações próprias e/ou de terceiros;

(viii) deliberar sobre a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6° deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, incluindo o preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir o prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou permuta por ações ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da legislação vigente;

(ix) deliberar sobre a emissão pública ou privada de debêntures não conversíveis, notas promissórias e outros títulos e valores mobiliários não conversíveis em ações;

(x) deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia até o limite do capital autorizado, podendo, dentro de tal limite, outorgar, de acordo com plano aprovado em Assembleia Geral, opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia em favor de administradores e executivos tanto da Companhia, como de entes jurídicos do seu grupo econômico, bem como autorizar a emissão de tais ações ordinárias em razão do exercício de tais opções;

(xi) administrar os planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações outorgados aos administradores e empregados da Companhia e/ou suas subsidiárias, dirimir questões a eles relacionadas, bem como promover o seu cumprimento, em conformidade com os termos condições e cláusulas do respectivo plano;

(xii) deliberar sobre a celebração, modificação ou término de qualquer operação, transação, contrato ou acordo entre, de um lado, a Companhia ou qualquer de suas controladas e, de outro lado, qualquer acionista, sociedade coligada ou administrador da

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

Companhia, incluindo cônjuges, parentes até segundo grau e empresas controladas ou coligadas dos mesmos;

(xiii) deliberar sobre qualquer operação, transação, contrato ou acordo, de qualquer natureza, incluindo a contratação de financiamentos e empréstimos envolvendo valor igual ou superior ao montante correspondente a 10% (dez por cento por cento)] do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia;

(xiv) deliberar sobre qualquer acordo em ação judicial ou procedimento arbitral envolvendo valor igual ou superior ao montante correspondente a 10% (dez por cento por cento)] do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia;

(xv) uma vez ultrapassado o limite global previsto no orçamento anual, deliberar sobre a assunção de dívidas e/ou a celebração de contratos financeiros envolvendo valor igual ou superior a 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia;

(xvi) deliberar sobre investimentos de capital individuais não previstos no orçamento anual cujo valor seja igual ou superior ao montante correspondente a 10% (dez por cento por cento)] do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia;

(xvii) deliberar sobre a celebração de qualquer contrato, acordo ou compromisso (exceto assunção de dívidas e contratos financeiros, os quais são regidos pelo disposto no item (xv) acima) não previsto no orçamento anual e não relacionado à manutenção do giro normal das atividades mercantis da Companhia que represente obrigação em valor igual ou superior a 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia;

(xviii) deliberar sobre a aquisição, venda ou alienação de ativos não circulantes da Companhia não prevista no orçamento anual e que envolva valor igual ou superior ao montante correspondente à R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;

(xix) deliberar sobre a renúncia, pela Companhia, a qualquer direito (incluindo acordos com clientes) cujo valor seja igual ou superior ao montante correspondente a 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia;

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

(xx) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações ("**OPA**") que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, e que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;

(xxi) autorizar a aquisições de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação, exceto nos casos expressamente previstos na regulamentação vigente;

(xxii) manifestar-se a respeito de propostas de fusão, incorporação, cisão total ou parcial, transformação ou qualquer outro tipo de reorganização societária envolvendo a Companhia, enviando recomendação à Assembleia Geral;

(xxiii) deliberar sobre a alienação, cessão, transferência, outorga ou licenciamento, seja direta ou indiretamente, de propriedade intelectual, incluindo, mas sem limitação, marcas, know-how, tecnologia, patentes e/ou direitos autorais da Companhia;

(xxiv) deliberar sobre alterações nas políticas contábeis da Companhia;

(xxv) manifestar-se previamente sobre o voto a ser proferido no âmbito das sociedades controladas e coligadas, relativamente às operações de (a) incorporação, cisão, fusão e transformação; (b) aquisição, alienação e oneração de bens imóveis; e (c) alteração de seus contratos sociais e regimentos internos;

(xxvi) deliberar sobre a participação da Companhia em outras sociedades, como sócia ou acionista, incluindo a aquisição de participação, constituição de sociedades e a sua participação em acordos de associação ou acordos de acionistas; e

(xxvii) resolver os casos omissos neste Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei ou este Estatuto Social não confiram a outro órgão da Companhia.

Parágrafo 1º. Ressalvadas as transações entre partes relacionadas (a) entre a Companhia e suas controladas ou coligadas no curso normal de negócios; e (b) previstas no orçamento anual, todas e quaisquer operações celebradas entre a Companhia e qualquer de suas partes relacionadas deverão ser aprovadas pela maioria dos membros do Conselho de Administração, incluindo obrigatoriamente todos os conselheiros independentes.

Parágrafo 2º. Para fins do disposto no parágrafo 1° deste artigo, prevalecerá a competência da Assembleia Geral na ocasião de conflito entre as matérias a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º. O exercício do direito de voto pelos membros não independentes do Conselho de Administração nas matérias previstas neste artigo e em quaisquer outras de sua competência, em especial, nas deliberações a respeito do exercício do direito de voto pela Companhia no âmbito de suas controladas e coligadas, deverá observar as

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

disposições previstas em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, conforme aplicável.

Seção II – Diretoria

Artigo 18. A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, sendo, obrigatoriamente, 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º. Compete ao Diretor Presidente: (i) a direção geral dos negócios da Companhia, a convocação e presidência das reuniões da Diretoria e a coordenação dos trabalhos dos demais diretores e do processo de tomada de decisão; (ii) a representação ativa e passiva da Companhia em todas as suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores e prepostos para que prestem depoimentos em nome da Companhia perante as autoridades requisitantes, responsabilizando-se pelos resultados econômico-financeiros da Companhia e pela proteção de seu nome; (iii) a organização e supervisão das políticas e diretrizes de recursos humanos; (iv) a supervisão do cumprimento das políticas e normas estabelecidas pelo Conselho de Administração e das deliberações tomadas em Assembleia Geral; e (v) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º. Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) gerir as atividades da área financeira da Companhia, incluindo administrar, gerir e controlar as áreas de tesouraria, fiscal e tributária, controladoria, contabilidade, tecnologia da informação e de planejamento financeiro, segundo as orientações deste Estatuto Social, do Código de Ética e Conduta da Companhia, das normas legais vigentes e das políticas e diretrizes consignadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral; (iii) assinar propostas, convênios, acordos, contratos com bancos e afins, documentos em geral para abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias da Companhia, bem como todo e qualquer documento à administração das finanças da Companhia, observadas as formas de representação da Companhia nos termos deste Estatuto Social; e (iv) administrar os recursos financeiros da Companhia, orientando a aplicação dos excedentes de caixa dentro das políticas e diretrizes existentes, e conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento e os serviços correlatos necessários à expansão da Companhia, conforme orçamento anual.

Parágrafo 3º. Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

Parágrafo 4º. Os Diretores sem Designação Específica terão sua competência atribuída pelo Conselho de Administração dentre os demais atos de gestão da Companhia cuja competência não se atribua de modo privativo aos demais Diretores nos termos da lei e deste Estatuto.

Parágrafo 5º. Os Diretores ficam dispensados de prestar caução, como permitido por lei.

Parágrafo 6º. O cargo de Diretor de Relações com Investidores pode ser acumulado com outro cargo de Diretor da Companhia.

Parágrafo 7º. Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse e a investidura dos seus respectivos substitutos. As competências das diretorias que não tiverem sido preenchidas, ou cujo titular esteja impedido ou ausente, serão exercidas pelo Diretor Presidente. Em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, o Conselho de Administração elegerá o substituto que exercerá o cargo pelo tempo remanescente do mandato do substituído.

Parágrafo 8º. Os Diretores deverão ser pessoas com reputação ilibada, comprovada experiência prática na sua área de atuação e ausência de conflito de interesse, cujos mandatos devem ter caráter de exclusividade.

Artigo 19. A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário e as reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo Diretor que na ocasião for escolhido pela maioria dos membros.

Parágrafo 1º. As reuniões da Diretoria serão realizadas preferencialmente na sede social da Companhia, e as respectivas convocações poderão ser efetuadas por qualquer Diretor.

Parágrafo 2º. As convocações serão efetuadas por escrito e deverão conter (i) a data e hora da reunião; (ii) ordem do dia; e (iii) cópias de todos os documentos e propostas relacionados aos temas constantes da ordem do dia. As convocações deverão ser encaminhadas com antecedência mínima de 2 (dois) dias da data do evento, por carta e/ou por e-mail, todos com comprovação de recebimento. A convocação poderá ser dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os Diretores.

Parágrafo 3º. As reuniões da Diretoria somente serão instaladas e validamente deliberarão com a presença da maioria dos Diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos.

Parágrafo 4º. Os Diretores poderão participar das reuniões da Diretoria por meio de videoconferência, teleconferência ou qualquer outro meio similar que permita a identificação do diretor e a comunicação simultânea com as demais pessoas presentes à reunião.

Parágrafo 5º. As deliberações da Diretoria serão adotadas por maioria de votos dos Diretores presentes à reunião, não havendo voto de desempate.

Artigo 20. Compete à Diretoria, em geral, observadas as disposições deste Estatuto Social, especialmente as competências específicas constantes do artigo 17 deste Estatuto Social:

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

(i) o exercício das atribuições que a lei e este Estatuto Social lhe conferem para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios;

(ii) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido, observadas as imposições legais e o que dispõe o Capítulo VII deste Estatuto Social;

(iii) apresentar, anualmente, até o encerramento de cada exercício social, à apreciação do Conselho de Administração, proposta de orientação geral dos negócios da Companhia, de suas controladas e das divisões de seus negócios, relativa ao exercício seguinte;

(iv) a eleição e destituição dos administradores das sociedades controladas e coligadas de acordo com as indicações feitas pelo Conselho de Administração, quando aplicável;

(v) abrir e encerrar filiais, depósitos, escritórios ou representações em qualquer localidade do país e do exterior, conforme evolução do plano de negócios e metas atingidas indicarem ser necessário;

(vi) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento;

(vii) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos;

(viii) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, nos termos do artigo 21 abaixo; e

(ix) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pela lei, pela regulamentação, por este Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Artigo 21. Exceto pelo disposto no parágrafo 3° abaixo, a representação da Companhia será sempre feita (i) por 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto; ou (ii) por 1 (um) Diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos; ou (iii) por 2 (dois) procuradores com poderes específicos agindo em conjunto, dentro dos limites expressos nos respectivos mandatos, observado o disposto nos parágrafos 1° e 2° deste artigo.

Parágrafo 1º. Mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, a Companhia poderá constituir mandatários e procuradores, especificando no instrumento a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, que não excederá 1 (um) ano, salvo quando a procuração for outorgada com poderes *ad judicia*, ou para a defesa de processos administrativos, caso em que sua vigência poderá ser por prazo indeterminado.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

Parágrafo 2º. A Companhia poderá ser representada isoladamente por 1 (um) Diretor nas seguintes hipóteses: (i) representação perante repartições públicas federais, estaduais e municiais, autarquias, empresas públicas ou mistas; (ii) assinatura de correspondências e atos de simples rotina; (iii) endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em favor da Companhia; e (iv) recebimento de citações ou notificações judiciais, bem como para prestar depoimento em juízo, sempre que a Companhia for regularmente intimada, sem poder de confessar.

Artigo 22. É expressamente vedada aos Diretores a prática, em nome da Companhia, de qualquer ato relativo a negócios ou operações estranhas ao objeto social. Qualquer ato estranho ao objeto social e aos negócios da Companhia praticado por acionistas, membros do Conselho da Administrado, da Diretoria, procuradores ou empregados da Companhia, como, por exemplo, avais, fianças, endossos e outras garantias dadas em benefício de terceiros, são expressamente proibidas e deverão ser ineficazes perante a Companhia e terceiros, exceto se prévia e expressamente autorizado neste Estatuto Social, pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

Artigo 23A Diretoria disponibilizará aos acionistas da Companhia, quando solicitada, os contratos celebrados com partes relacionadas, bem como acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

Capítulo V. Conselho Fiscal

Artigo 24. A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas da Companhia ou não, com as atribuições e competências previstas em lei, o qual não funcionará em caráter permanente.

Parágrafo 1º. O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral por solicitação de acionistas que atendam aos requisitos legais para tanto, encerrando-se seu mandato na Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação, permitida a reeleição.

Parágrafo 2º. Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada em Assembleia Geral.

Parágrafo 3º. A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à assinatura de termo de posse que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o artigo 39 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 4º. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar.

Parágrafo 5º. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas de reuniões do Conselho Fiscal e assinadas pelos membros de tal órgão que estiverem presentes.

Parágrafo 6º. Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia ("Concorrente"), estando vedada, entre outros, a eleição da

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

pessoa que: (i) for empregada, sócia, acionista ou membro de órgão da administração, técnico, consultivo ou fiscal de Concorrente ou de Controlador, Controlada ou sociedade sob Controle comum com Concorrente; (ii) for cônjuge ou parente até segundo grau de sócio, acionista ou membro de órgão da administração, técnico, consultivo ou fiscal de Concorrente ou de Controlador, Controlada ou sociedade sob Controle comum com Concorrente; e (iii) for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência.

Artigo 25. O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação.

Capítulo VI. Acordo de Acionistas

Artigo 26. A Companhia observará os acordos de acionistas que tenham sido arquivados em sua sede, cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias às suas disposições e ao Presidente da Assembleia Geral e ao Presidente do Conselho de Administração abster-se de computar os votos lançados em infração a tais acordos de acionistas, obrigando-se a observar as disposições da Lei das Sociedades por Ações, em especial o artigo 118 e seus parágrafos.

Capítulo VII. Exercício Social, Balanço e Lucros

Artigo 27. O exercício social iniciar-se-á no dia 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras exigidas pela legislação vigente.

Parágrafo Único. A auditoria anual de suas demonstrações contábeis será realizada por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 28. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma:

(a) 5% (cinco por cento) serão destinados para a reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;

(b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável; e

(c) eventual saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, será destinado de acordo com deliberação da Assembleia Geral, observada a legislação aplicável, sendo que, até 75% (setenta e cinco por cento) poderão ser retidos com base em orçamento de capital, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou destinados à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que o saldo das reservas de lucros, com as exceções legais, não excederá o valor do capital social. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, que não seja destinado na forma deste artigo, será capitalizado ou distribuído aos acionistas como dividendo complementar. A Companhia poderá pagar dividendos aos acionistas à conta da reserva de investimento acima referida.

Parágrafo 1º. A distribuição do dividendo mínimo não será obrigatória no exercício social em que o Conselho de Administração informar aos acionistas, com exposição justificada e aprovada por maioria de votos, ser ela incompatível com a situação financeira da Companhia, caso em que poderá ser distribuída parcela do lucro líquido ou aprovada a sua retenção como reserva, conforme o caso. Os lucros que deixarem de ser distribuídos na forma deste parágrafo serão pagos assim que o permitir a situação financeira da Companhia, aplicando-se as disposições do artigo 202, parágrafo 5º da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 29. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores, caso a Diretoria opte por declarar dividendos à conta do lucro apurado em tais balanços, obedecidos os limites legais, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório.

Artigo 30. A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo 1º. Os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social serão computados, por seu valor líquido, para satisfação do dividendo obrigatório do exercício social em que forem distribuídos e serão creditados como antecipação do dividendo obrigatório.

Parágrafo 2º. Revertem em favor da Companhia os dividendos e juros sobre capital próprio que não forem reclamados por seus beneficiários dentro do prazo de 3 (três) anos contados da data em que foram colocados à disposição dos acionistas.

Artigo 31. A Companhia poderá pagar participação nos lucros e/ou resultados a seus empregados e administradores, mediante deliberação do Conselho de Administração, nos montantes máximos fixados pela Assembleia Geral, observados os limites legais.

Capítulo VIII. Dissolução e Liquidação

Artigo 32. A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo 1º. O modo de liquidação será determinado em Assembleia Geral, que elegerá também o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

Parágrafo 2º. A Assembleia Geral nomeará o liquidante, fixará os seus honorários e estabelecerá as diretrizes para o seu funcionamento.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

Capítulo IX. Alienação de Controle, Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

Artigo 33. A alienação direita ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar Oferta Pública de Aquisição de Ações ("**OPA**"), tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Artigo 34. A saída da Companhia do Novo Mercado poderá ocorrer em decorrência (i) de decisão do acionista controlador ou da Companhia; (ii) do descumprimento de obrigações do Regulamento do Novo Mercado; e (iii) do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou da conversão de categoria do registro na CVM.

Artigo 35. A saída voluntária da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA, respeitadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, e observados os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM referentes à ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta, incluindo os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deverá ser justo, o qual deverá ser obtido conforme disposto no artigo 36 deste Estatuto Social e nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sendo possível o pedido de nova avaliação da Companhia; e (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do Novo Mercado sem efetuar a venda das ações.

Parágrafo 1º. Os aceitantes da OPA não poderão ser submetidos a rateio na alienação de sua participação, observados os procedimentos de dispensa dos limites previstos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 2º. O ofertante ficará obrigado a adquirir as ações em circulação remanescentes, pelo prazo de 1 (um) mês, contado da data da realização do leilão, pelo preço final do leilão da OPA, atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do edital, da legislação e da regulamentação em vigor, que deve ocorrer em, no máximo, 15 (quinze) dias contados da data do exercício da faculdade pelo acionista.

Parágrafo 3º. : Independentemente da previsão contida no *caput* deste artigo, a saída voluntária da Companhia do Novo Mercado poderá ocorrer na hipótese de dispensa de realização da OPA aprovada pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes em Assembleia Geral, desde que instalada em (i) primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação, ou (ii) segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação.

Artigo 36. Na OPA a ser feita pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder a preço justo, ao menos igual ao valor de avaliação da Companhia, apurado nos termos do artigo 4º, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, respeitadas as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

Parágrafo Único - O laudo de avaliação mencionado no *caput* deste artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e de seus acionista(s) controlador(es), além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1° do artigo 8° da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6° do mesmo artigo.

Artigo 37. Na hipótese de operação de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, a(s) sociedade(s) resultante(s) deverá(ão) pleitear o ingresso no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação.

Parágrafo Único - Caso a operação de reorganização societária envolva sociedade resultante que não pretenda pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação da Companhia presentes na Assembleia Geral deverão anuir com essa estrutura.

Artigo 38. A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado estará condicionada à efetivação de OPA a ser realizada com as mesmas características descritas no artigo 34 acima.

Parágrafo Único - Na hipótese de não atingimento do percentual de que trata o *caput* do artigo 35 deste Estatuto Social, após a realização de OPA, as ações de emissão da Companhia ainda serão negociadas pelo prazo de 6 (seis) meses no Novo Mercado, contados da realização do leilão da OPA, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária.

Capítulo X. Solução de Conflitos

Artigo 39. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, neste Estatuto Social, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação no Novo Mercado.

Capítulo XI. Disposições Gerais

Artigo 40. Este Estatuto Social rege-se pela Lei das Sociedades por Ações. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações, respeitado o Regulamento do Novo Mercado e o Acordo de Acionistas.

Artigo 41. A Companhia observará, no que aplicável, as regras de divulgação de informações previstas na regulamentação da CVM e nas normas da B3, aplicáveis a companhias listadas em geral e no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, em particular.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

Artigo 42. As disposições contidas no artigo 8º;e no artigo 18, parágrafo 3º, somente terão eficácia a partir da data de concessão do registro de companhia aberta da Companhia pela CVM; o artigo 1º, parágrafos 1º, 2º e 3º; artigo 5º, parágrafo 3º; o artigo 13, parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º e 6º; artigo 17, item (xx) e parágrafo 1º; artigo 24, parágrafo 6º; e Capítulos IX e X, somente entrarão em vigor na data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado.

* * *

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA

219628220

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	**LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS**
PROTOCOLO	**219628220 - 19/02/2021**
ATO	**007 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA**
EVENTO	**007 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA**

MATRIZ

NIRE 42300037591
CNPJ 75.274.316/0001-70
CERTIFICO O REGISTRO EM 22/02/2021
SOB N: 20219628220

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 48262030982 - ALOIR LIBRELATO
Cpf: 05909887947 - JÉSSICA WESSLER ROSSI

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 22/02/2021
Certifico o Registro em 22/02/2021
Arquivamento 20219628220 Protocolo 219628220 de 19/02/2021 NIRE 42300037591
Nome da empresa LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 453518933079248
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS

CNPJ/ME n° 75.274.316/0001-70
NIRE 42.300.037.591

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [•] DE [•] DE 2021

1 **DATA, HORA E LOCAL**: No dia [•] de [•] de 2021, às [•] horas, na sede social da Librelato S/A Implementos Rodoviários ("**Companhia**"), localizada na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina, na Rodovia SC 445, KM 7,5, s/n, Bairro Primeiro de Maio, CEP 88820-000.

2 **PRESENÇAS**: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia ("**Conselho de Administração**").

3 **CONVOCAÇÃO**: Foram dispensadas as formalidades de convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**").

4 **MESA**: Composta por [•] como Presidente, e [•], como Secretário.

5 **ORDEM DO DIA**: Discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** fixação e justificativa do preço por ação ordinária de emissão da Companhia ("**Ação**"), no âmbito da oferta pública primária e secundária de, inicialmente, [•] ([•]) Ações, compreendendo (a) a distribuição primária de, inicialmente, [•] ([•]) Ações a serem emitidas pela Companhia; e (b) secundária de, inicialmente, [•] ([•]) Ações de titularidade dos acionistas vendedores ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") n°400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**") e demais normativos aplicáveis, e com esforços de colocação das Ações no exterior de acordo com isenções de registro sob o U.S. Securities Act of 1933 ("**Oferta**"); **(ii)** aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, nos termos do caput do artigo 6º do estatuto social da Companhia, mediante a emissão de Ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações a serem emitidas no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e do artigo 6º, parágrafo 3º do estatuto social da Companhia; **(iii)** a verificação da subscrição das Ações, bem como a homologação do aumento de capital social da Companhia, no âmbito da Oferta; **(iv)** a determinação da forma de subscrição e integralização das Ações; **(vi)** a ratificação dos atos que a Diretoria já tenha praticado, única e exclusivamente, com vistas à realização da Oferta; **(vii)** a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as providências e pratique todos os atos necessários à realização da Oferta e **(vii)** aprovação, *ad referendum* da próxima assembleia geral da Companhia, da reforma do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

6 **DELIBERAÇÕES**: Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os conselheiros presentes, por unanimidade de votos e sem ressalvas, deliberaram:

(i) fixar o preço de emissão de R$[•] ([•] reais) por Ação objeto da Oferta ("**Preço por Ação**"). O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("**Procedimento de *Bookbuilding***") realizado junto a investidores institucionais pelo Banco Itaú BBA S.A., pelo Banco Bradesco BBI S.A. e

pelo Banco BTG Pactual S.A., no Brasil, e pelo Itau BBA USA Securities, Inc., pelo Bradesco Securities, Inc. e pelo BTG Pactual US Capital LLC, no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações subscritas foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações;

(ii) aprovar o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R$[•] ([•] reais), o qual passará de R$89.062.953,20 (oitenta e nove milhões, sessenta e dois mil, novecentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), dividido em 11.207.850 (onze milhões, duzentas e sete mil, oitocentas e cinquenta) Ações para R$ [•] ([•] reais) dividido em Ações, mediante a emissão de [•] ([•]) Ações no âmbito da Oferta, passando o capital social da Companhia a se dividir em [•] ([•]) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, do estatuto social da Companhia;

(iii) aprovar a verificação pelo Conselho de Administração da subscrição de [•] ([•]) Ações e a consequente homologação do aumento de capital social da Companhia, em razão da deliberação tomada nos itens (i) e (ii) acima, no montante de R$[•] (quatrocentos e trinta milhões, duzentos e noventa e quatro mil, trezentos e seis reais), mediante a emissão de [•] ([•]) novas Ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal;

(iv) aprovar que as Ações deverão ser subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis. As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data;

(v) face ao aumento de capital objeto das deliberações acima, aprovar, *ad referendum* da próxima assembleia geral da Companhia, a reforma do *caput* do artigo 5º do seu estatuto social, para refletir o aumento do capital social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação:

"***Artigo 5º.*** *O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ [•] ([•] reais), dividido em [•] ([•]) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.*"

7 **LAVRATURA**: Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, parágrafo 1°, da Lei das Sociedades por Ações.

8 **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

9 **ASSINATURAS**: *Mesa*: [•] (Presidente); e [•] (Secretário). Membros do Conselho de Administração Presentes: Srs. Aloir Librelato, Gilmar Librelato, João Alberto Librelato, Thayni da Silva Librelato, Annalisa Blando Dal Zotto, Gilberto Heinzelmann, Luiz Tarquínio Sardinha Ferro e Clóvis Benoni Meurer.

(confere com o original lavrado em livro próprio)

Içara/SC, [•] de [•] de 2021.

Mesa:

[•] Presidente	[•] Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

LIBRELATO S/A IMPLEMENTO RODOVIÁRIOS, sociedade anônima, com sede na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina, na Rodovia SC 445, KM 75, CEP 88820-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 75.274.316/0001-70 ("Companhia"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de sua emissão ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") sob a coordenação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores da Oferta"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

Considerando que:

(a) assessores legais foram constituídos pela Companhia, pelos acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo) ("Acionistas Vendedores") e pelo Coordenador Líder para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(b) para tanto, foi efetuada diligência legal na Companhia, iniciada em novembro de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Librelato S/A Implementos Rodoviários ("Prospecto Definitivo");

(c) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos considerados materialmente relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Librelato S/A Implementos Rodoviários ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo;

(d) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativas à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado; e

(e) foram disponibilizados pela Companhia todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

Declara, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência e suficiência das informações prestadas pela ocasião do registro e fornecidas mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas e a serem prestadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, por ocasião do registro da Oferta, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar, na presente data, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores acerca da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades e dos riscos inerentes às tais atividades, sua situação econômico-financeira e quaisquer outras informações relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(v) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as leis e normas aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a, Instrução CVM 400.

São Paulo, [•] de [•] de 2021.

LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS

_____	_____
[•]	**[•]**
[Diretor]	[Diretor]

DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

LIBRELATO PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.167.242/0001-90, com sede na cidade de Orleans, Estado de Santa Catarina, na Rod SC 438, KM 01, nº 69, Sala 2, Samuel Sandrini, CEP 88870-000 ("Acionista Vendedor"), vem, na qualidade de Acionista Vendedor no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de sua emissão da **LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS** ("Companhia" e "Ações", respectivamente), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") sob a coordenação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores da Oferta"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

Considerando que:

(a) assessores legais foram constituídos pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelo Coordenador Líder para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(b) para tanto, foi efetuada diligência legal na Companhia, iniciada em novembro de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Librelato S/A Implementos Rodoviários ("Prospecto Definitivo");

(c) foram disponibilizados pela Companhia e pelo Acionista Vendedor os documentos considerados materialmente relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Librelato S/A Implementos Rodoviários ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo;

(d) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativas à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e o Acionista Vendedor confirmam ter disponibilizado; e

(e) foram disponibilizados pelo Acionista Vendedor todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

Declara, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência e suficiência das informações prestadas pela ocasião do registro e fornecidas mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas e a serem prestadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, por ocasião do registro da Oferta, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar, na presente data, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores acerca da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades e dos riscos inerentes às tais atividades, sua situação econômico-financeira e quaisquer outras informações relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(v) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as leis e normas aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a, Instrução CVM 400.

São Paulo, [•] de [•] de 2021.

LIBRELATO PARTICIPAÇÕES LTDA

_____	_____
[•]	**[•]**
[Diretor]	[Diretor]

DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

VITÓRIA GHISONI LIBRELATO, brasileira, solteira, nascida em 12/07/2006, estudante, CPF 075.449.159-56, identidade 7075425, SSP/SC, residente e domiciliada na Avenida Trompowski nº300, apto 801, Centro, Florianópolis, SC, CEP 88.015-300, Brasil, representada por Rosineide Ghisoni de Oliveira, brasileira, viúva, empresária, nascida em 16/06/1968, portadora do RG nº 2932712 SSP/SC e inscrita no CPF sob o n° 017.702.519-01, residente e domiciliada na Avenida Trompowski nº 300, apto 801, Centro, Florianópolis, SC, CEP 88.015-300, Brasil ("Acionista Vendedor"), vem, na qualidade de Acionista Vendedor no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de sua emissão da **LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS** ("Companhia" e "Ações", respectivamente), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") sob a coordenação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores da Oferta"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

Considerando que:

(a) assessores legais foram constituídos pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelo Coordenador Líder para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(b) para tanto, foi efetuada diligência legal na Companhia, iniciada em novembro de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Librelato S/A Implementos Rodoviários ("Prospecto Definitivo");

(c) foram disponibilizados pela Companhia e pelo Acionista Vendedor os documentos considerados materialmente relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Librelato S/A Implementos Rodoviários ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo;

(d) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativas à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e o Acionista Vendedor confirmam ter disponibilizado; e

(e) foram disponibilizados pelo Acionista Vendedor todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da

Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

Declara, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência e suficiência das informações prestadas pela ocasião do registro e fornecidas mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas e a serem prestadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, por ocasião do registro da Oferta, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar, na presente data, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores acerca da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades e dos riscos inerentes às tais atividades, sua situação econômico-financeira e quaisquer outras informações relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(v) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as leis e normas aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a, Instrução CVM 400.

São Paulo, [•] de [•] de 2021.

VITÓRIA GHISONI LIBRELATO
Representada por Rosineide Ghisoni de Oliveira

_____	_____
[•]	**[•]**
[Diretor]	[Diretor]

DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

VGL ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA sociedade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 28.709.044/0001-04, com sede na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Avenida Rio Branco, n° 404, Bloco 2 Sala 1203, Centro, CEP 88015-203 ("Acionista Vendedor"), vem, na qualidade de Acionista Vendedor no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de sua emissão da **LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS** ("Companhia" e "Ações", respectivamente), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") sob a coordenação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores da Oferta"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

Considerando que:

(a) assessores legais foram constituídos pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelo Coordenador Líder para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(b) para tanto, foi efetuada diligência legal na Companhia, iniciada em novembro de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Librelato S/A Implementos Rodoviários ("Prospecto Definitivo");

(c) foram disponibilizados pela Companhia e pelo Acionista Vendedor os documentos considerados materialmente relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Librelato S/A Implementos Rodoviários ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo;

(d) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativas à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e o Acionista Vendedor confirmam ter disponibilizado; e

(e) foram disponibilizados pelo Acionista Vendedor todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

Declara, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência e suficiência das informações prestadas pela ocasião do registro e fornecidas mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas e a serem prestadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, por ocasião do registro da Oferta, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar, na presente data, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores acerca da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades e dos riscos inerentes às tais atividades, sua situação econômico-financeira e quaisquer outras informações relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(v) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as leis e normas aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a, Instrução CVM 400.

São Paulo, [•] de [•] de 2021.

VGL ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA

_____	_____
[•]	**[•]**
[Diretor]	[Diretor]

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO DA CVM Nº 400

O **BANCO ITAÚ BBA S.A**., instituição financeira com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3.500, 1°, 2°, 3° (parte), 4° e 5° andares, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Coordenador Líder"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da **LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS** ("Companhia" e "Ações", respectiva), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta") sob a coordenação do Coordenador Líder, do **BANCO BRADESCO BBI S.A.** ("Bradesco BBI") e do **BANCO BTG PACTUAL S.A.** ("BTG Pactual" e, em conjunto com o Coordenador Líder e com o Bradesco BBI, "Coordenadores da Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(a) a Companhia, os acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo) ("Acionistas Vendedores") e o Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(b) para realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em novembro de 2020, a qual prosseguirá até a divulgação do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Librelato S/A Implementos Rodoviários*" ("Prospecto Definitivo");

(c) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou a Ernst & Young Auditores Independentes S.S., para aplicação de procedimentos previamente acordados, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - CTA 23 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras, incluídas ou anexas aos Prospectos, com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020;

(d) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;

(e) além dos documentos referidos no item (d) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

(f) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, como o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(g) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

i. tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

ii. o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários; e

iii. o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, incluindo aquelas relacionadas às suas atividades, à sua situação econômico-financeira, e aos riscos que possam afetar a Companhia e a Oferta.

São Paulo, [●] de [●] de 2021

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras

Librelato S.A. Implementos Rodoviários

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
com Relatório do Auditor Independente

Librelato S.A. Implementos Rodoviários

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

Índice

Relatório da Administração 1
Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes 16
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras 17
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas .. 18

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais 25
Demonstrações dos resultados 27
Demonstrações dos resultados abrangentes 28
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 29
Demonstrações dos fluxos de caixa 30
Demonstrações do valor adicionado 31
Notas explicativas às demonstrações financeiras 32

Relatório da Administração

2020

LIBRELATO

Mensagem da Administração

O ano de 2020 iniciou com expectativas positivas para economia brasileira e para o setor de implementos rodoviários no Brasil. Com advento da pandemia relacionado ao novo coronavírus – COVID- 19, o mundo naquele momento se tornou incerto.

O primeiro decreto do estado de Santa Catarina ocorreu no dia 17/03/20, com interrupção parcial das atividades do setor industrial. Neste período desafiador, preparamos nossas plantas produtivas para aplicar todas as medidas protetivas exigidas pelas autoridades sanitárias do Brasil pautadas em orientações da OMS. Assumimos o regime de trabalho 12 por 36, o qual nos permitiu trabalhar com 100% dos nossos funcionários, resultando em uma concentração de no máximo 25% nas plantas por turno de trabalho.

Fizemos adaptações para o trabalho remoto dos profissionais do setor administrativo e afastamos todos os profissionais enquadrados no grupo de risco ou que apresentassem sintomas de contágio.

As medidas implantadas se mostraram eficientes para a Companhia, mantendo-se o bom desempenho produtivo e o adequado atendimento aos nossos clientes.

Apesar de todos os desafios evidenciados no 1° trimestre de 2020, conseguimos um retorno gradual de nossas operações, o qual nos proporcionou a superação das metas previstas para esse exercício.

A força e apoio do nosso Conselho de Administração fortaleceu a confiança dos nossos colaboradores e clientes, garantindo assim a agilidade necessária nos processos de mudança.

Destaques da Librelato

13,7%
Market Share
2020

9.649 unidades
Volume Vendido
2020

27 Estados + **4** Países LatAm
Presença de Vendas Nacional
e Internacional

R$1.038,6 mm
Receita Bruta
2020

R$100,9 mm
Lucro Líquido
2020

11,9%
Lucro Líquido
Mg.2020

+50%
das Receitas
Relacionadas ao Agronegócio

Crescimento e Escala

35% (2018-2020)
13% (2010-2020)
CAGR Receita Líquida

3º
Maior Produtor de
Implementos do Brasil

Resumo do Desempenho das Operações

Receita bruta e receita líquida

A receita bruta em 2020 totalizou R$ 1,038 milhão, apresentando um crescimento de 9,9% quando comparado ao ano de 2019.

Nossa receita líquida de vendas em 2020 apresentou um crescimento de 10,5% em relação ao exercício de 2019, atingindo o valor de R$848.959.

Custo das vendas

Em 2020, o custo das vendas foi de R$685.059 correspondendo a 80,7% da receita líquida de vendas. Quando comparado ao ano de 2019, o custo das vendas apresentou um acréscimo de 22,5%, totalizando R$595.155. Essa evolução é explicada, principalmente, pelo aumento do custo de aquisição da matéria-prima (aço).

Em 2019 o preço do aço apresentou um decréscimo de 11% quando comparado a 2018, refletindo positivamente nos resultados da Companhia no exercício de 2019.

Com a pandemia da COVID-19 e a escassez da matéria-prima, em 2020 o preço do aço teve um incremento significativo quando comparado ao ano anterior, impactando negativamente os custos da Companhia.

Lucro bruto

O lucro bruto totalizou R$163.900 em 2020, valor correspondente a 19,3% da receita líquida de vendas. E em 2019, o lucro bruto totalizou R$172.908, correspondendo à margem bruta de 22,5%, onde observa-se uma queda de 3,2 p.p. na margem bruta.

Despesas operacionais

As despesas operacionais totalizaram R$59.061, correspondente a 6,9% da receita líquida de venda. E em 2019 as despesas operacionais totalizaram R$65.292, correspondendo a 8,5% da receita líquida de vendas representando um ganho de 1,6 p.p..

Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social totalizou R$134.932 em 2020, comparado a R$108.629 em 2019, representando um aumento de 24,2% no período.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social totalizou R$151.686 em 2020, comparado a R$104.159 em 2019, representando um aumento de 45,6%.

Lucro líquido

O lucro líquido em 2020 totalizou R$100.988 comparado a R$71.140 em 2019, apresentando um crescimento de 42,0%.

Parte dos resultados que se apresentaram no Relatório da Administração apresentam um impacto não recorrente referente ao crédito da ação de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da CONFINS. O montante de créditos fiscais apurados e registrados em 2020 totalizaram R$45.596 (R$29.291 líquidos dos impostos).

Perfil da Organização

As atividades da Companhia tiveram início no ano de 1969, por meio de uma pequena serraria, fabricando sua primeira carroceria de madeira. Em 1980 assume o nome de irmãos Librelato e passa a comercializar peças e acessórios de caminhões. Em 1992 a marca consolida-se como Librelato com foco na produção de implementos agrícolas rodoviários, sendo seu principal produto o semirreboque, onde lançou seus principais produtos Basculante e Graneleiro em 1998 e 2001, respectivamente. Em 2007 a Librelato inicia o processo de internacionalização da marca, por meio de exportações, ao passo que expande sua atuação no mercado nacional com a criação de sua nova unidade produtiva em Içara, em 2008. Em 2011, torna-se uma sociedade anônima de capital fechado, firmando parceria com o fundo de participações CRP VII, iniciando assim o processo interno de implementação de uma governança corporativa.

Marcada por uma cultura de reinvestimentos e crescimento planejado, sempre aquecida por um ímpeto inovador inerente à marca, do seu nascimento aos dias atuais, todas as etapas de progressão foram apoiadas por uma gestão pautada em dados de mercado e um forte senso comercial. Este perfil está acelerando exponencialmente a competitividade e tempo de resposta estratégico, desenhando um futuro bastante promissor para a nossa marca.

A Librelato está entre as três maiores empresas do ramo de implementos rodoviários do Brasil, possuindo um *Market Share* de 13,7% em 2020. A empresa conta com um quadro de mais de 1.500 funcionários, distribuídos em três plantas produtivas, nos municípios de Criciúma e Içara, no estado de Santa Catarina. Nossa planta produtiva possui uma área total de 146.678m², sendo 31.436m² de área construída. A Companhia possui capacidade produtiva instalada para fabricação mensal de 57 pinos (termo popular para caracterização de implementos rodoviários).

Cultura e Princípios da Librelato

Missão

Desenvolver implementos rodoviários que influenciem o presente inspirados no futuro

Valores

- Ter cliente como um grande amigo, encantá-lo de forma simples e eficaz com ações humanas, inovadoras e inspiradoras;
- Ética e transparência;
- Lucro com sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental;
- Abraçar os desafios com determinação e ousadia

Visão

Ser reconhecida como uma empresa sólida, inovadora e de marca forte

Estrutura do Parque Fabril

Içara Matriz II (HQ)

- Área Total: 108.852 m²
- Capacidade Total: 26 unidades/dia
- Produção Atual: 26 unidades/dia
- Funcionários: 984
- Início das Operações: 2012

Içara Filial

- Área Total: 76.940 m²
- Capacidade Total: 5 unidades/dia
- Produção Atual: 4 unidades/dia
- Funcionários: 150
- Início das Operações: 2010

Criciúma

- Área Total: 70.104 m²
- Capacidade Total: 22 unidades/dia
- Produção Atual: 22 unidades/dia
- Funcionários: 489
- Início das Operações: 2011

Linhas do Negócio

Librelato Implementos

A Companhia possui amplo portfólio de produtos, capaz de atender a todas as necessidades do mercado. Os investimentos em tecnologia, inovação e qualidade tornam a Librelato reconhecida como uma das fornecedoras dos principais operadores logísticos.

Tanque de aço carbono

- Mercado alvo:
  - Distribuidores de combustível
  - Distribuidores químicos
  - Produtores de bebidas

Carga Fechada

- Mercado alvo:
  - Distribuidores de bebidas
  - Indústria de varejo
  - Cargas paletizadas
  - Carga geral

Florestal

- Mercado alvo:
  - Produtores de celulose
  - Empresas madeireiras

Basculante

- Mercado alvo:
  - Companhias de construção
  - Infraestrutura
  - Produtos Agrícolas
  - Indústria geral

Porta container

- Mercado alvo:
  - Operadores logísticos

Carga Aberta

- Mercado alvo:
  - Produtores agrícolas
  - Aços planos
  - Cargas paletizadas
  - Indústria geral

Carrega tudo

- Mercado alvo:
  - Produtores de maquinário
  - Indústria geral

Canavieiro

- Mercado alvo:
  - Produtores sucroalcooleiros

1
Um dos principais players de implementos do Brasil
2
Amplo portfólio de produtos
3
Qualidade e inovação com soluções tecnológicas
4
ESG no DNA da Companhia
5
Sólida Posição Financeira
6
Exposição a mercados com dinâmicas favoráveis

ESG no DNA da Companhia

Linha do Tempo

Sider Grid

2019

- **Maior capacidade**: 3 a 8% mais leve
- Maior **produtividade:** Rápida abertura do compartimento de carga
- **Versatilidade:** Para todos os tipos de cargas paletizadas

Graneleiro Pro Nio

2019

- **Maior capacidade**: 10% mais leve (780kg em um Semirreboque)
- Aço de **alta resistência**
- **Design** inovador
- **Robustez** e **eficiência** energética

Engate 5° Roda

2019

- Maior **estabilidade** e **segurança**
- **Menor desgaste** da quinta roda
- Manutenção mais **econômica**
- Utilização mais **dinâmica**

Basculante - Engate - 5° Roda

Modularização e Padronização

(em toda linha de produto)

2020

- **Facilidade** de manutenção
- **Padronização** do processo produtivo
- **Redução** da sucata
- **Redução** de peso

ESG no DNA da Companhia

Governança Sólida

Estrutura Acionária:

Conselho Experiente

- 8 membros, sendo 2 independentes

Diretoria Profissional

- 4 membros com profundo conhecimento da área

Certificações

ESG no DNA da Companhia

Alta Eficiência Produtiva

82%

Taxa de conversão de matéria-prima em produto

Baixa Geração de Resíduo

0,6%

Do peso final do produto vira resíduo

Alta Eficiência Produtiva

+89%

Resíduos reciclados

Novo Graneleiro Pró Nio Librelato

3%

Economia de Combustível

+3,4 ton

Redução anual de CO2 por implemento[1]...

+484

... árvores equiv alentes

1,3 ton

Economia de material na manufatura do novo implemento (2020 vs. 1999)

Relacionamento com o Auditor Independente

Atendendo ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) não prestou outros serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, além dos serviços relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

Agradecimentos

A administração da Librelato agradece a todos os seus acionistas, conselheiros, clientes, fornecedores, instituições financeiras, e em especial aos seus colaboradores e a todos que contribuem para o crescimento e a sustentação da Companhia.

Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM No. 480, os Diretores da Librelato S.A. Implementos Rodoviários declaram que reviram, discutiram e concordaram com a opinião expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Içara, 18 de fevereiro de 2021.

Jose Carlos Spricigo
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Simone Lucas Martins
Diretora Financeira

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Em cumprimento ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480, os Diretores da Librelato S.A. Implementos Rodoviários, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Içara, 18 de fevereiro de 2021.

Jose Carlos Spricigo
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Simone Lucas Martins
Diretora Financeira

Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar - Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Librelato S.A. Implementos Rodoviários
Içara – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Librelato S.A. Implementos Rodoviários ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita de vendas

O processo de reconhecimento de receita da Companhia envolve a análise do montante de receita a ser reconhecido, bem como o momento do seu reconhecimento, com base na determinação do cumprimento das obrigações de performance para reconhecimento da receita de vendas. Este processo requer da administração da Companhia uma análise detalhada dos termos e condições das vendas, além de envolver o uso do julgamento por parte da administração. Esse julgamento pode levar ao risco de reconhecimento inadequado de receita, em especial no que se refere ao período de fechamento contábil mensal. As receitas auferidas pela Companhia e seus critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgados nas notas explicativas 2.5 e 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em função desses aspectos e dos montantes envolvidos, consideramos o reconhecimento de receita de vendas como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de vendas da Companhia, incluindo o momento de reconhecimento das receitas e dos respectivos contas a receber; (ii) análise das movimentações mensais sobre os saldos de receita reconhecida pela Companhia de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento do setor e da Companhia; e (iii) para uma amostra de vendas registradas durante o exercício, obtivemos as respectivas documentações suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no período contábil apropriado. Adicionalmente, realizamos testes de auditoria sobre transações de vendas realizadas no final do exercício visando confirmar a consistência da aplicação da política contábil de reconhecimento de receitas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receitas, que está consistente com a avaliação da administração da Companhia, consideramos que os critérios e premissas adotadas pela administração da Companhia para o registro das receitas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.5 e 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Créditos de PIS e COFINS pela exclusão de ICMS da base de cálculo

A Companhia registrou créditos de PIS e COFINS no montante de R$45.596 mil na rubrica “Impostos a recuperar”, oriundos de processo judicial transitado em julgado em 2020 relacionado com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, conforme divulgado na nota explicativa 7. A avaliação da administração com relação ao montante do crédito a ser reconhecido considerou julgamentos, interpretação e premissas, principalmente devido ao processo de mensuração do ativo, relevância do valor, sua divulgação nas demonstrações financeiras e a estimativa do prazo para utilização dos referidos créditos tributários pois envolve a estimativa das receitas futuras da Companhia, entre outras premissas.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos nos cálculos, ao julgamento significativo na determinação das premissas base da mensuração dos referidos créditos tributários e ao impacto que eventuais alterações nas premissas consideradas poderiam gerar.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos especialistas tributários para nos auxiliar na leitura e avaliação das decisões e discussão sobre as conclusões obtidas pela administração da Companhia para o adequado momento do reconhecimento do crédito tributário decorrente da decisão favorável à Companhia quando do trânsito em julgado; testes dos cálculos preparados pela Companhia para mensurar os valores dos créditos fiscais e a correspondente atualização monetária aplicável para o período objeto do processo judicial; e o entendimento e a avaliação das premissas relevantes relacionados ao processo de mensuração do crédito tributário adotado pela administração da Companhia.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração da Companhia, consideramos aceitáveis os critérios e as estimativas da administração da Companhia, assim como a respectivas divulgações na nota explicativa 7, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

Librelato S.A. Implementos Rodoviários

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Ativo							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	3	**186.747**	107.463	35.783	**186.747**	107.463	35.783
Aplicações financeiras	4	**185**	14.466	9	**185**	14.466	9
Contas a receber de clientes	5	**47.204**	70.479	53.466	**47.204**	70.479	53.466
Estoques	6	**86.558**	58.119	59.977	**86.558**	58.119	59.977
Impostos a recuperar	7	**42.124**	22.458	25.302	**42.124**	22.530	25.359
Instrumentos financeiros derivativos	21	**3.266**	-	-	**3.266**	-	-
Outros ativos		**5.016**	11.362	1.216	**5.016**	11.362	1.217
Total do ativo circulante		**371.100**	284.347	175.753	**371.100**	284.419	175.811
Ativo não circulante							
Aplicações financeiras	4	**20.056**	-	-	**20.056**	-	-
Contas a receber de clientes	5	**414**	1.627	1.646	**414**	1.627	1.646
Impostos a recuperar	7	**48.654**	1.270	20.720	**48.654**	1.270	20.720
Empréstimos a partes relacionadas	8	**-**	-	13.802	**-**	-	13.802
Outros ativos		**-**	13.418	-	**-**	13.418	-
Tributos diferidos	17	**-**	8.241	17.616	**-**	8.241	17.616
Propriedades para Investimentos	9	**1.133**	26.692	26.017	**1.133**	26.692	26.017
Investimentos	10	**6.876**	6.876	6.855	**-**	-	-
Imobilizado	11	**86.640**	84.704	66.746	**93.873**	92.056	74.098
Intangível		**1.902**	1.280	564	**1.902**	1.280	564
Total do ativo não circulante		**165.675**	144.108	153.966	**166.032**	144.584	154.463
Total do ativo		**536.775**	428.455	329.719	**537.132**	429.003	330.274

		Controladora			Consolidado		
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Passivo e patrimônio líquido							
Passivo circulante							
Fornecedores		**109.700**	45.402	45.748	**109.700**	45.402	45.748
Empréstimos e financiamentos	12	**33.811**	38.741	38.751	**33.811**	38.741	38.751
Salários e encargos sociais		**15.177**	12.104	9.287	**15.177**	12.104	9.287
Impostos e contribuições a recolher	13	**36.537**	9.038	2.515	**36.537**	9.038	2.515
Adiantamento de clientes		**32.351**	24.217	33.173	**32.351**	24.217	33.173
Dividendos a pagar		**11.877**	6.918	3.389	**11.877**	6.918	3.389
Provisões		**5.984**	6.482	4.550	**5.984**	6.482	4.550
Instrumentos financeiros derivativos	21	**-**	236	-	**-**	236	-
Outros passivos		**17.765**	13	6	**18.122**	561	561
Total do passivo circulante		**263.202**	143.151	137.419	**263.559**	143.699	137.974
Passivo não circulante							
Empréstimos e financiamentos	12	**95.024**	68.910	29.544	**95.024**	68.910	29.544
Impostos e contribuições a recolher	13	**2.273**	3.490	2.116	**2.273**	3.490	2.116
Tributos diferidos	17	**1.127**	-	-	**1.127**	-	-
Provisões para demandas judiciais	14	**7.584**	8.877	8.358	**7.584**	8.877	8.358
Passivo a descoberto em investida	10	**-**	-	211	**-**	-	211
Total do passivo não circulante		**106.008**	81.277	40.229	**106.008**	81.277	40.229
Total do passivo		**369.210**	224.428	177.648	**369.567**	224.976	178.203
Patrimônio líquido							
Capital social	15	**89.063**	100.000	100.000	**89.063**	100.000	100.000
Reservas de lucro	15	**73.695**	98.655	46.369	**73.695**	98.655	46.369
Ajuste avaliação patrimonial	15	**4.807**	5.372	5.702	**4.807**	5.372	5.702
Total do patrimônio líquido		**167.565**	204.027	152.071	**167.565**	204.027	152.071
Total do passivo e patrimônio líquido		**536.775**	428.455	329.719	**537.132**	429.003	330.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Librelato S.A. Implementos Rodoviários

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Receita líquida de vendas	18	**848.959**	768.063	466.342	**848.959**	768.063	466.342
Custo das vendas	19	**(685.059)**	(595.155)	(403.988)	**(685.059)**	(595.155)	(403.988)
Lucro bruto		**163.900**	172.908	62.354	**163.900**	172.908	62.354
Receitas (despesas) operacionais							
Despesas de comercialização	19	**(35.551)**	(41.960)	(24.997)	**(35.551)**	(41.960)	(24.997)
Despesas gerais e administrativas	19	**(23.510)**	(23.336)	(18.605)	**(23.510)**	(23.336)	(18.605)
Outras receitas operacionais, líquidas		**30.093**	1.449	6.588	**30.093**	1.449	6.734
Resultado equivalência patrimonial		**-**	(411)	(635)	**-**	(432)	(781)
		(28.968)	(64.258)	(37.649)	**(28.968)**	(64.279)	(37.649)
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social		**134.932**	108.650	24.705	**134.932**	108.629	24.705
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	20	**31.036**	10.357	13.354	**31.036**	10.378	13.354
Despesas financeiras	20	**(14.282)**	(14.848)	(21.029)	**(14.282)**	(14.848)	(21.029)
		16.754	(4.491)	(7.675)	**16.754**	(4.470)	(7.675)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**151.686**	104.159	17.030	**151.686**	104.159	17.030
Imposto de renda e contribuição social							
Corrente	17	**(41.041)**	(23.651)	(1.381)	**(41.041)**	(23.651)	(1.381)
Diferido	17	**(9.657)**	(9.368)	447	**(9.657)**	(9.368)	447
Lucro líquido do exercício		**100.988**	71.140	16.096	**100.988**	71.140	16.096
Resultado por ação (básico e diluído) (em R$)	16	**9,01**	6,35	1,44	**9,01**	6,35	1,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Librelato S.A. Implementos Rodoviários

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Lucro líquido do exercício	**100.988**	71.140	16.096	**100.988**	71.140	16.096
Resultado abrangente do exercício	**100.988**	71.140	16.096	**100.988**	71.140	16.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Librelato S.A. Implementos Rodoviários

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

		Reservas de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2018	100.000	4.972	28.577	5.815	-	139.364
Realização do custo atribuído	-	-	-	(113)	113	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	16.096	16.096
Reserva legal	-	805	-	-	(805)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(3.389)	(3.389)
Retenção de lucros	-	-	12.015	-	(12.015)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	100.000	5.777	40.592	5.702	-	152.071
Realização do custo atribuído	-	-	-	(330)	330	-
Dividendos adicionais referente ao ano 2018	-	-	(1.611)	-	-	(1.611)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	71.140	71.140
Reserva legal	-	3.557	-	-	(3.557)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(17.573)	(17.573)
Retenção de lucros	-	-	50.340	-	(50.340)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**100.000**	**9.334**	**89.321**	**5.372**	**-**	**204.027**
Realização do custo atribuído	**-**	**-**	**-**	**(565)**	**565**	**-**
Dividendos adicionais referente ao ano 2019	**-**	**-**	**(7.029)**	**-**	**-**	**(7.029)**
Dividendos adicionais	**-**	**-**	**(95.500)**	**-**	**-**	**(95.500)**
Aumento de capital	**95.500**	**-**	**-**	**-**	**-**	**95.500**
Redução de capital	**(17.743)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(17.743)**
Cisão do capital	**(88.694)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(88.694)**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**100.988**	**100.988**
Reserva legal	**-**	**5.049**	**-**	**-**	**(5.049)**	**-**
Dividendo mínimo obrigatório	**-**	**-**	**-**	**-**	**(23.984)**	**(23.984)**
Retenção de lucros	**-**	**-**	**72.520**	**-**	**(72.520)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**89.063**	**14.383**	**59.312**	**4.807**	**-**	**167.565**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Librelato S.A. Implementos Rodoviários

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa de atividades operacionais						
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**151.686**	104.159	17.030	**151.686**	104.159	17.030
Ajustes para reconciliar o resultado:						
Depreciação e amortização	**3.625**	3.351	2.815	**3.625**	3.351	2.815
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(1.090)**	(178)	275	**(1.090)**	(178)	275
Provisão para perdas em estoques	**835**	1.251	(100)	**835**	1.251	(100)
Provisão para demandas judiciais	**(1.293)**	519	2.992	**(1.293)**	519	2.992
Outras provisões	**(498)**	1.932	351	**(498)**	3.223	351
Rendimento sobre aplicação financeira	**(216)**	(1.457)	(425)	**(216)**	(1.457)	(425)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	**7.014**	8.099	4.455	**7.014**	8.099	4.455
Resultado de equivalência patrimonial	**-**	411	635	**-**	432	781
Créditos fiscais de PIS e COFINS	**(45.596)**	-	-	**(45.596)**	-	-
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	**4.480**	2.220	822	**4.599**	2.220	822
	118.947	120.307	28.850	**119.066**	121.619	28.996
(Aumento) redução nos ativos operacionais						
Contas a receber de clientes	**25.578**	(351)	(3.570)	**25.578**	(18.107)	(3.570)
Estoques	**(29.274)**	607	5.650	**(29.274)**	607	5.650
Impostos a recuperar	**(21.454)**	22.301	(17.232)	**(21.382)**	21.731	(17.289)
Outros ativos	**1.680**	(21.680)	(8.079)	**1.680**	(19.016)	(8.650)
Aumento (redução) nos passivos operacionais						
Fornecedores	**64.298**	(346)	10.129	**64.298**	(346)	10.129
Salários e encargos sociais	**3.073**	2.817	3.825	**3.073**	2.817	3.825
Impostos e contribuições a recolher	**(1.217)**	(10.613)	(284)	**(1.217)**	3.744	(358)
Adiantamento de clientes	**8.134**	(8.956)	-	**8.134**	(8.956)	-
Outros passivos	**(516)**	(4.947)	921	**(707)**	(4.954)	1.477
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(13.542)**	(5.141)	-	**(13.542)**	(5.141)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**155.707**	93.998	20.210	**155.707**	93.998	20.210
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Propriedade para investimento	**-**	(675)	-	**-**	(675)	-
Aplicações financeiras	**(5.559)**	(13.000)	7.283	**(5.559)**	(13.000)	7.283
Aquisições de imobilizado e intangível	**(16.723)**	(24.245)	(3.603)	**(16.723)**	(24.245)	(3.603)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	**(22.282)**	(37.920)	3.680	**(22.282)**	(37.920)	3.680
Fluxos de caixa das atividades de financiamento						
Cisão de ativos	**(42.257)**	-	-	**(42.257)**	-	-
Pagamento de dividendos	**(26.054)**	(15.655)	-	**(26.054)**	(15.655)	-
Financiamentos obtidos	**91.063**	89.483	64.799	**91.063**	89.483	64.799
Pagamento de financiamentos	**(71.307)**	(50.965)	(54.719)	**(71.307)**	(50.965)	(54.719)
Pagamento de juros sobre financiamentos	**(5.586)**	(7.261)	(2.304)	**(5.586)**	(7.261)	(2.304)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(54.141)**	15.602	7.776	**(54.141)**	15.602	7.776
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**79.284**	71.680	31.666	**79.284**	71.680	31.666
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**107.463**	35.783	4.117	**107.463**	35.783	4.117
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**186.747**	107.463	35.783	**186.747**	107.463	35.783
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**79.284**	71.680	31.666	**79.284**	71.680	31.666
Itens que não afetaram o caixa						
Redução de capital a liquidar	**(17.743)**	-		**(17.743)**	-	-
Redução de capital por cisão	**(46.437)**	-	-	**(46.437)**	-	-
Aumento de capital	**95.000**	-	-	**95.000**	-	-
Aumento de capital em investida	**-**	(19.206)	-		(19.206)	-
Alienação de investimento	**-**	15.965	-	**-**	15.965	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Librelato S.A. Implementos Rodoviários

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Receitas	**1.017.740**	917.683	551.351	**1.017.740**	917.683	551.351
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**1.038.630**	944.772	579.304	**1.038.630**	944.772	579.304
Descontos e cancelamentos	**(21.980)**	(27.267)	(27.678)	**(21.980)**	(27.267)	(27.678)
Provisão/reversão de perda com créditos de liquidação duvidosa	**1.090**	178	(275)	**1.090**	178	(275)
Insumos adquiridos de terceiros	**(757.396)**	(677.605)	(448.562)	**(757.396)**	(677.605)	(448.416)
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	**(747.566)**	(632.123)	(427.145)	**(747.566)**	(632.123)	(426.999)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(9.830)**	(45.482)	(21.417)	**(9.830)**	(45.482)	(21.417)
Valor adicionado bruto	**260.344**	240.078	102.789	**260.344**	240.078	102.935
Depreciação e amortização	**(3.625)**	(3.351)	(2.815)	**(3.625)**	(3.351)	(2.815)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**256.719**	236.727	99.974	**256.719**	236.727	100.120
Valor Adicionado recebido em transferências	**31.036**	9.946	12.719	**31.036**	9.946	12.573
Resultado de equivalência patrimonial	**-**	(411)	(635)	**-**	(432)	(781)
Receita com variação cambial	**4.250**	2.490	10.502	**4.250**	2.490	10.502
Receitas financeiras	**26.786**	7.867	2.852	**26.786**	7.888	2.852
Valor adicionado total a distribuir	**287.755**	246.673	112.693	**287.755**	246.673	112.693
Distribuição do valor adicionado	**287.755**	246.673	112.693	**287.755**	246.673	112.693
Pessoal	**(98.661)**	(99.818)	(66.989)	**(98.661)**	(99.339)	(66.989)
Remuneração direta	**(67.616)**	(71.853)	(48.078)	**(67.616)**	(71.374)	(48.078)
Benefícios	**(12.098)**	(10.563)	(6.091)	**(12.098)**	(10.563)	(6.091)
Custo relacionados a aposentadoria e previdência social	**(18.947)**	(17.402)	(12.820)	**(18.947)**	(17.402)	(12.820)
Tributos, taxas e contribuições	**(77.052)**	(63.071)	(8.897)	**(77.052)**	(63.071)	(8.897)
Federais	**(50.729)**	(40.244)	(2.069)	**(50.729)**	(40.244)	(2.069)
Estaduais	**(26.280)**	(22.811)	(6.817)	**(26.280)**	(22.811)	(6.817)
Municipais	**(43)**	(16)	(11)	**(43)**	(16)	(11)
Remuneração de capitais de terceiros	**(15.538)**	(15.871)	(21.403)	**(15.538)**	(16.350)	(21.403)
Despesa com variação cambial	**(5.001)**	(3.632)	(14.903)	**(5.001)**	(3.632)	(14.903)
Juros	**(9.010)**	(9.158)	(5.166)	**(9.010)**	(9.158)	(5.166)
Outras despesas financeiras	**(271)**	(2.058)	(960)	**(271)**	(2.058)	(960)
Aluguéis	**(1.256)**	(1.023)	(374)	**(1.256)**	(1.502)	(374)
Remuneração de capitais próprios	**(96.504)**	(67.913)	(15.404)	**(96.504)**	(67.913)	(15.404)
Dividendos	**(23.984)**	(17.573)	(3.389)	**(23.984)**	(17.573)	(3.389)
Lucros retidos	**(72.520)**	(50.340)	(12.015)	**(72.520)**	(50.340)	(12.015)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações gerais

A Librelato S.A. Implementos Rodoviários ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede social na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina, com filiais em Criciúma, Orleans e Guarulhos. A Companhia é controlada da Librelato Participações Ltda.

A Companhia tem como atividade principal a indústria, comércio, importação, exportação e desenvolvimento de implementos rodoviários, peças, partes, insumos e componentes relacionados ao segmento do transporte e indústria automotiva.

Impactos de COVID-19

A Administração da Companhia vem acompanhando as questões relacionadas a pandemia do Coronavírus (COVID-19) e tem tomado ações no sentido de preservar seus colaboradores e a continuidade operacional de seus negócios. O monitoramento importante neste momento está relacionado aos possíveis impactos ocasionados pela pandemia na China e demais países que fornecem suprimentos para a Companhia. Além disto, se busca o aprimoramento com a cadeia de *supply chain*, com intuito de garantir o abastecimento de forma rápida e constante.

A pandemia de COVID-19 trouxe a necessidade de revisar os planos de atuação e buscar alternativas para proteção de seus colaboradores. Várias medidas protetivas e de isolamento foram implementadas, como a atuação em *home office*, turnos de revezamento, para as atividades que são possíveis, buscando proteger as pessoas e garantir o funcionamento das atividades. Não houve o fechamento de linhas de produção, e não ocorreram perdas extraordinários em contas a receber. Deste modo, a Companhia não sofreu impactos significativos em 2020 em função da pandemia de COVID-19.

Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia não identificou riscos à continuidade de seus negócios.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As práticas contábeis adotadas no Brasil consideram a Lei das S.A.s, as normas e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM.

2. **Principais políticas contábeis**--Continuação

Adicionalmente, as demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conexão com o processo de registro de companhia aberta na CVM e com a abertura de capital da Companhia.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essas demonstrações estão apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS.

Em conformidade com a OCPC 07/CTG 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de sua controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Consequentemente, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada e autorizada em reunião de diretoria realizada em 18 de fevereiro de 2021.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo que poderiam causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A perda estimada em créditos é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a perdas esperadas na realização dos créditos.

Provisão para perdas na realização dos estoques

A provisão para perdas na realização dos estoques está apresentada como redução do saldo de estoques e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização deste saldo, incluindo obsolescência.

Redução dos valores de recuperação dos ativos imobilizado e intangível

Os itens dos ativos imobilizado e intangível com prazo de vida útil definida que apresentem indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros, econômicos e considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados por meio de realização do teste de *impairment* conforme requerido pelo CPC 01.

2. **Principais políticas contábeis**--Continuação

Vida útil dos ativos imobilizados

A depreciação dos ativos imobilizados considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

A Companhia adota como procedimento a revisão periódica dos bens do ativo imobilizado com o objetivo de identificar possíveis perdas e efetua também, pelo menos anualmente revisões da vida útil dos bens registrados no ativo imobilizado. Caso sejam identificadas, as alterações serão realizadas de forma prospectiva.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia registrou provisão para demandas judiciais, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos tributáveis, cíveis e trabalhistas que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Os montantes e natureza da provisão para demandas judiciais estão descritos na Nota 14.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no domicílio da Companhia.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

2.3. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os critérios de consolidação e compreendem as operações da Companhia e da seguinte empresa controlada:

		Participação		
Controlada	**Localização**	**2020**	**2019**	**2018**
JC Librelato Implementos Rodoviários Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%	99,99%

A controlada é integralmente consolidada a partir da data de aquisição, sendo está a data na qual a Companhia obtém controle, e continua a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes na empresa consolidada. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados na consolidação.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

2.4. Investimentos em controlada e controlada em conjunto

Os investimentos em sociedades controladas ou controladas em conjunto são registrados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Controladora. De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido da controlada e da coligada, após a aquisição, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. Os movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

O custo de constituição da sociedade controlada ou coligada é mensurado pelo valor dos ativos cedidos ou passivos assumidos na data da operação, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à operação.

A Companhia avalia periodicamente o valor recuperável de seus investimentos. Quando a participação da Companhia nas perdas de controladas ou coligadas for igual ou ultrapassar o valor do investimento, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações, realizado pagamentos em nome dessas sociedades ou feito adiantamentos para futuro aumento de capital.

As demonstrações financeiras da controlada e da coligada são elaboradas com práticas consistentes e para o mesmo período de divulgação da Companhia.

2.5. Reconhecimento de receita

As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços fornecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia e sua controlada não detêm mais controle ou obrigação de performance sobre os produtos vendidos.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica de receita financeira, na demonstração do resultado.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

2.7. Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado do exercício.

2.8. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As perdas de crédito esperadas são analisadas e constituídas a partir do valor faturado ao cliente, com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas esperadas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2.9. Estoques

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional dos custos indiretos de fabricação com base na capacidade operacional normal.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.10. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

As taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens são conforme descritas abaixo:

	Vida útil média ponderada
Edificações	54 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	20 anos
Móveis e utensílios	18 anos
Veículos	7 anos
Equipamentos de informática	5 anos

2.11. Propriedades para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

A propriedade para investimento é reconhecida ao método do custo que compreende o seu preço de compra e qualquer dispêndio diretamente atribuível.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro. A diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valo contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado.

2.12. Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

Provisões para demandas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.13. Tributação

Tributos indiretos

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7% a 18%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	0 % a 25%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	0% a 10,80%
PIS - Programa de Integração Social	0% a 2,30%
ISS - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2% a 4%
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social	20%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados deduzindo o custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício e gere lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social corrente relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, exceto quando o imposto diferido ativo ou passivo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos são reconhecidos no ativo ou passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se possui o direito legalmente executável de fazer. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.15. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

2. Principais políticas contábeis--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de taxa de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Neste grupo está incluso a rubrica de contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Neste grupo estão inclusas as rubricas caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem, principalmente, fornecedores e empréstimos e financiamentos, que estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps de câmbio e de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos de taxa de juros, respectivamente. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.17. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Mensuração do valor justo --Continuação

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o NBC TG 03(R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.19. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentado pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, e de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

2.20. Informação por segmento

A Companhia tem como operações a industrialização e comercialização de implementos rodoviários e autoparts. Os produtos da Companhia, embora sejam destinados a diversos setores do mercado, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia, administrados, monitorados e avaliados de forma integrada em um único segmento operacional. A Companhia organiza sua operação por área geográfica, de forma consistente com os princípios e conceitos utilizados pelos principais tomadores de decisão na avaliação de desempenho.

2.21. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais (o denominador) durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade médias ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados em ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

2.22. Distribuição de lucros

A Companhia reconhece um passivo relativo à distribuição de lucros quando existe uma obrigação presente de distribuição na data base de apresentação das demonstrações financeiras, oriunda de previsões societárias ou quando estipuladas e autorizadas até a referida data.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.23. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.24. Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar.

2.25. Novas normas e interpretações

Atualizações de normas emitidas em 2020

Atualização do CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 (Deliberação CVM Nº 854/2020)

A deliberação CVM 854/2020 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. Trata de alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 38 CPC 40 (R1) e CPC 48, emitidos pelo CPC, em decorrência da reforma da taxa de juros de referência, relacionada com a previsão de descontinuidade do uso da London Interbank Offered Rate (Libor) como taxa de juros de referência após 2021.

A Companhia avaliou e concluiu que não houve impactos em suas demonstrações financeiras.

2. **Principais políticas contábeis**--Continuação

Atualização do CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8 definição de materialidade

As atualizações do CPC 26/IAS 1 e do CPC 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. Estas emendas entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020. A Administração entende que estas atualizações não trouxeram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, pois aplica a orientação técnica OCPC 7 e com isso divulga somente informações relevantes.

Atualização do IFRS 16 e Deliberação CVM Nº 859/2020

Em maio de 2020, o IASB aprovou uma emenda na norma IFRS 16, a qual concede benefícios no resultado, durante o período impactado pela pandemia da COVID-19 para arrendatários, com isso não tratando como uma modificação de contrato. Em 07 de julho de 2020, a CVM publicou a Deliberação nº 859/2020 que aprova a revisão do CPC 06 (R2)/IFRS 16 que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

A Companhia avaliou e concluiu que não houve impactos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Caixa e bancos	**1.692**	5.810	3.568
Aplicações financeiras	**185.055**	101.653	32.215
	186.747	107.463	35.783

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento e outros fins, sendo que estão representados por saldos em conta corrente e aplicações financeiras em CDB DI com resgate imediato.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais que variam de 98% a 106% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de curto prazo, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Aplicações financeiras

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
CDB	**-**	-	9	**-**	-	9
Fundo de renda variável	**-**	13.060	-	**-**	13.060	-
Certificado de operações estruturadas	**20.056**	-	-	**20.056**	-	-
Fundo de renda fixa	**185**	1.406	-	**185**	1.406	-
	20.241	14.466	9	**20.241**	14.466	9
Circulante	**185**	14.466	9	**185**	14.466	9
Não circulante	**20.056**	-	-	**20.056**	-	-

As aplicações financeiras em fundo de renda variável, se concentram em fundos de investimentos multimercado com alocação de recurso em carteira diversificada no âmbito do mercado financeiro e de capitais nacionais e internacionais, tendo no máximo 30% do seu patrimônio líquido alocado em ações ou índices do mercado acionário.

As aplicações financeiras em Certificado de operações estruturadas - COE, se concentram em fundos de investimentos que combinam renda fixa com possibilidade de ganhos de renda variável. São produtos emitidos por bancos, sendo uma modalidade de investimento que unem elementos da renda fixa, variável e derivativos. Para otimização da rentabilidade a aplicação foi realizada com prazo superior a um ano, sem restrições ao resgate, sendo possível realizar o resgate de forma imediata, resultando apenas em redução na rentabilidade contratada.

5. Contas a receber de clientes

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Contas a receber de clientes	**50.457**	77.519	58.360
Partes relacionadas	**-**	-	1.052
	50.457	77.519	59.412
Ajuste a valor presente	**(52)**	(1.536)	(245)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(2.787)**	(3.877)	(4.055)
Total	**47.618**	72.106	55.112
Circulante	**47.204**	70.479	53.466
Não circulante	**414**	1.627	1.646

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes.

O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 31 dias em 31 de dezembro de 2020 (47 dias em 31 de dezembro de 2019 e 42 dias em 31 de dezembro de 2018, respectivamente).

A movimentação da provisão para perda com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Saldo no início do exercício	**(3.877)**	(4.055)	(3.780)
Adições	**(479)**	(52)	(777)
Recuperações/realizações	**1.569**	230	502
Saldo no final do exercício	**(2.787)**	(3.877)	(4.055)

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a análise dos saldos das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
A vencer	**19.425**	51.588	17.181
Vencidos			
De 1 a 30 dias	**18.368**	16.590	17.607
De 31 a 60 dias	**8.839**	3.240	8.886
De 61 a 90 dias	**821**	602	6.503
De 91 a 180 dias	**95**	632	4.547
Acima de 180 dias	**2.909**	4.867	4.688
Total	**50.457**	77.519	59.412

5. Contas a receber de clientes--Continuação

Nenhum cliente individualmente representa mais de 10% do saldo total de contas a receber. A perda esperada em crédito é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a perdas esperadas na realização dos créditos.

6. Estoques

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Produtos acabados	**264**	2.408	13.568
Produtos para reposição	**4.888**	2.838	2.675
Produtos em elaboração	**11.296**	11.704	11.030
Matérias-primas	**65.547**	35.362	21.502
Adiantamento a fornecedores	**6.671**	7.080	11.224
Provisão para perdas	**(2.108)**	(1.273)	(22)
	86.558	58.119	59.977

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, atualmente são consideradas como baixa rotatividade ou obsoletos, itens sem movimentação acima de um ano. A movimentação está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Saldo inicial	**(1.273)**	(22)	(122)
Adições	**(835)**	(1.251)	-
Reversões	**-**	-	100
Saldo final	**(2.108)**	(1.273)	(22)

7. Impostos a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
ICMS a recuperar	**8.708**	11.268	16.500	**8.708**	11.268	16.500
IPI a recuperar	**11.874**	9.338	20.474	**11.874**	9.338	20.474
PIS a recuperar	**10.504**	-	-	**10.504**	-	-
COFINS a recuperar	**46.546**	-	-	**46.546**	-	-
Antecipação de IRPJ	**13.146**	2.321	7.688	**13.146**	2.393	7.745
Outros	**-**	801	1.360	**-**	801	1.360
Total	**90.778**	23.728	46.022	**90.778**	23.800	46.079
Circulante	**42.124**	22.458	25.302	**42.124**	22.530	25.359
Não circulante	**48.654**	1.270	20.720	**48.654**	1.270	20.720

7. **Impostos a recuperar**--Continuação

Em 23 de novembro de 2020, foi obtido o trânsito em julgado de ação da Companhia, em sentido favorável, a qual determina reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos. A decisão judicial transitada em julgado da Companhia é clara e específica quanto ao procedimento de exclusão do ICMS pelo método do tributo destacado nas notas fiscais.

O valor apurado, relativo as competências de janeiro de 2005 a março de 2017, é de R$45.596 (R$ 28.339 de principal – registrados como outras receitas operacionais e de R$ 17.257 de correção monetária registrados como receitas financeiras no resultado do exercício). O período de competência a partir 04/2017 (data da decisão do STF) até 12/2018, foram mensurados e registrados no exercício de 2018, no montante de no montante de R$6.163, e a partir de 2019 a Companhia passou a apurar o PIS e a COFINS excluindo o ICMS da sua base de cálculo. Esse montante será objeto de procedimento de habilitação perante a Receita Federal

A Companhia avaliou o tratamento contábil a ser dispensado à matéria a luz do que prescreve o CPC 25, entendendo que o ativo não é contingente, uma vez que a entrada de benefício econômico é praticamente certa.

O valor em referência foi mensurado com razoável confiabilidade, dado que a decisão judicial define a parametrização para a mensuração do valor do indébito (período de compensação e forma pela qual deve ser efetuado o cálculo – ICMS destacado). A Companhia elaborou o cálculo com base nos arquivos fiscais de venda do período objeto da ação judicial, e conciliado com as informações contábeis e obrigações acessórias.

A Administração tem expectativa de que o crédito fiscal, seja compensado até o exercício de 2022. A Companhia avaliou a realização dos impostos a recuperar em função da pandemia de COVID-19 e entende que os impactos são de curto prazo e não comprometem a sua recuperabilidade.

8. Partes relacionadas

	2018				
	Ativo		Passivo	Transações	
	Contas a receber clientes	Empréstimos a partes relacionadas	Fornecedores	Venda de produtos	Compra de produtos
Libremac	1.052	18.425	1.183	3.636	5.767
Provisão para perda	-	(4.623)	-	-	-
Total	1.052	13.802	1.183	3.636	5.767

8. **Partes relacionadas**--Continuação

A Companhia detinha participação na Libremac Ambiental Implementos Rodoviários Ltda ("Libremac"), entidade envolvida na produção de equipamentos voltados para a área ambiental, contêineres e coletores de lixos, atuando no Brasil.

O montante de R$18.425 relativo a empréstimos efetuados pela Companhia para a investida Libremac refere-se a capital de giro necessário para as atividades da mesma. A operação tem encargos de 6,5% ao ano e prazo de pagamento de 5 anos. No ano de 2018 foi constituída provisão para perda no valor de R$4.623.

O montante de R$3.636 relativo às vendas efetuadas no exercício de 2018 pela Companhia para a Libremac corresponde a vendas de matéria-prima a serem utilizadas no processo produtivo da Libremac.

As demais transações de compra e venda envolvendo partes relacionadas ocorre em condições específicas e os termos dessas operações foram aprovados pela Administração. Essas transações envolvem basicamente a compra e venda de produtos prontos e bens do ativo imobilizado entre empresas sob o controle comum.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em março de 2019, foi deliberada e aprovada a cisão parcial de ativos e passivos da controlada Libremac, avaliada pelo seu valor contábil. Em 29 de março de 2019, foi aprovada em Ata de Reunião Extraordinária do Conselho a alienação da Libremac. (vide nota 10).

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração da Companhia, incluem honorários, gratificações e benefícios variáveis, são divulgados a seguir

	2020	**2019**	**2018**
Remuneração	**2.759**	2.352	1.390
Encargos	**365**	366	278
Total	**3.124**	2.718	1.668

A Companhia não oferece para os administradores e para seus empregados benefícios por pagamento baseados em ações, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

9. Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos referem-se a terrenos e imóveis. As propriedades para investimentos são mensuradas ao custo histórico de aquisição, e comparadas periodicamente ao valor justo. Será baixada quando vendida ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia não tem restrições sobre a capacidade de realização de suas propriedades para investimento, obrigações contratuais, podendo comprar, construir ou desenvolver propriedades para investimento ou para reparações, manutenção ou melhorias.

Conforme mencionado na Nota 15, a Companhia realizou a cisão parcial de seus ativos, o qual incluía um terreno com benfeitorias localizado na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná e que estava registrado contabilmente pelo valor de R$25.560.

O ativo é mantido pelo seu valor de custo, não foi identificada necessidade de constituir tal provisão no exercício, seu valor justo é de R$2.162 em 31 de dezembro de 2020 (R$48.826 em 2019 e 2018).

10. Investimentos

a) Informações sobre o investimento

	Em coligada			Em controlada		
	Libremac Ambiental Implementos Rodoviários Ltda.			JC Librelato Implementos Rodoviários Ltda.		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Participação	**-**	-	60%	**100%**	100%	100%
Patrimônio líquido	**-**	-	(351)	6.876	6.876	6.855
Resultado do exercício	**-**	-	(1.300)	**-**	21	146

Apesar de a Companhia possuir 60% do capital social da Libremac, ela não possuía o controle, pois o acordo de acionistas da Libremac determina a necessidade de 3/4 do capital social para modificação do contrato social, incorporação, fusão e dissolução da empresa, e 2/3 para a determinação para designação dos administradores.

10. Investimentos--Continuação

b) Movimentação do investimento e passivo a descoberto

Controladora	Libremac	JC	Total
Saldos em 31/12/2017	570	6.709	7.279
Equivalência patrimonial	(781)	146	(635)
Saldos em 31/12/2018	(211)	6.855	6.644
Equivalência patrimonial	(432)	21	(411)
Aquisição de participação	(256)	-	(256)
Ágio na aquisição de participação de investida	256	-	256
Aumento da capital social	19.206	-	19.206
Cisão	(2.098)	-	(2.098)
Alienação de investimento	(16.465)	-	(16.465)
Saldos em 31/12/2019	-	6.876	6.876
Equivalência patrimonial	-	-	-
Saldos em 31/12/2020	**-**	**6.876**	**6.876**

As informações financeiras resumidas da Libremac e a conciliação com o valor contábil do investimento são apresentadas abaixo:

	31/03/2019	31/12/2018
Ativo circulante	-	13.813
Ativo não circulante	-	12.584
Passivo circulante	-	(26.473)
Passivo não circulante	-	(275)
Patrimônio líquido a descoberto	-	351
Participação sobre o capital social	-	60%
Valor contábil do investimento	-	(211)
Resumo da demonstração do resultado do exercício:		
Receita líquida de vendas	3.190	16.526
Custo dos produtos vendidos	(3.300)	(14.349)
Despesas administrativas	(200)	(3.949)
Resultado financeiro	(82)	(476)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	(581)	(2.248)
Imposto de renda e contribuição social	33	948
Prejuízo do exercício	(548)	(1.300)

c) Participação em controlada - JC Librelato Implementos Rodoviários Ltda.

A Companhia é controladora da JC Librelato Implementos Rodoviários Ltda. (“JC”), da qual possui 99,99% de participação. O objeto social da investida é a fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões, além da fabricação de peças e kits parra veículos automotores.

10. Investimentos--Continuação

c) Participação em controlada - JC Librelato Implementos Rodoviários Ltda.--Continuação

Nos exercícios de 2020 e 2019 não houve atividade operacional da empresa JC, sendo consolidado somente os ativos imobilizados.

As informações financeiras resumidas da controlada, são apresentadas abaixo

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante	**-**	72	57
Ativo não circulante	**7.352**	7.352	7.352
Passivo circulante	**476**	548	554
Passivo não circulante	**-**	-	-
Patrimônio Líquido	**6.876**	6.876	6.855

No ano de 2020, a Companhia formalizou ao FUNDEPAR a não continuidade do projeto de investimento no Estado do Espírito Santo, buscando a rescisão do contrato. Em outubro de 2020, através da resolução FUNDEPAR/ES 38/2020 foi aprovado a rescisão contratual da operação, na qual formalizou-se a rescisão do contrato de financiamento, com o vencimento antecipado da dívida e sua execução, mediante consolidação ao FUNDEPAR/ES, nos termos da Lei n°9.514/97, dos imóveis objeto de garantia fiduciária sob as matriculas 41.545, 41.5444, 42.361, 41.864 e 41.866 do cartório de registro de imóveis da cidade de Linhares, todas as áreas contiguas localizadas em Rio Quartel, município de Linhares - ES.

d) Participação em *joint venture* - Libremac Ambiental Implementos Rodoviários Ltda.

Em 31 de janeiro de 2019 a Companhia celebrou com a Arkoler S.A. a compra e transferência de 2.800 quotas da Libremac, no valor nominal de R$1,00 cada, perfazendo o total de R$2.800. O ágio gerado na transação, no montante de R$256, foi registrado no grupo de investimentos. Com a transação, a Companhia passou a ter a totalidade das quotas da Libremac.

Em março de 2019 foi realizado o aumento de capital na Libremac no montante de R$19.206 com a capitalização do saldo de mútuo a pagar para a controladora.

10. Investimentos--Continuação

d) Participação em *joint venture* - Libremac Ambiental Implementos Rodoviários Ltda.--Continuação

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em março de 2019, foi deliberada e aprovada a cisão parcial da Libremac, avaliada pelo seu valor contábil, sendo este acervo incorporado na controladora. O acervo líquido cindido foi no montante de R$2.098, o qual é demonstrado abaixo:

	Acervo
Ativo circulante	7.282
Ativo não circulante	6
Passivo circulante	(5.052)
Passivo não circulante	(138)
Acervo líquido	2.098

Em 29 de março de 2019, foi aprovada em Ata de Reunião Extraordinária do Conselho a alienação da Libremac. Na mesma data foi celebrado o contrato de compra e venda de quotas, cedendo e transferindo a totalidade de sua participação no capital social da Companhia, pelo preço de R$10.700, a ser pago em 48 meses a partir de maio de 2019. Adicionalmente, o montante de R$7.701, referente a créditos tributários registrados no balanço da Libremac em 31/03/2019 será pago à Companhia com base na realização dos mesmos pela Libremac com expectativa de realização nos próximos 5 anos. Em 31 de dezembro de 2019 esses montantes estavam registrados na rubrica de “Outros ativos” de curto e longo prazo da Companhia.

Conforme mencionado na Nota 15, em dezembro de 2020 a Companhia realizou a cisão parcial de seus ativos, o qual inclui os recebíveis acima.

Librelato S.A. Implementos Rodoviários

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

Controladora

	Terrenos	Edificações	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Imobilizações em andamento	Instalações	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 1° de janeiro de 2018	15.486	24.261	60.441	898	4.183	3.000	-	488	108.757
Adições	-	-	2.163	3	52	164	654	25	3.061
Baixas	-	-	(2.119)	(14)	(485)	(3)	-	-	(2.621)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.486	24.261	60.485	887	3.750	3.161	654	513	109.197
Adições	-	-	5.271	442	964	260	15.915	508	23.360
Baixas	(676)	-	(4.230)	-	-	-	-	-	(4.906)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	14.810	24.261	61.526	1.329	4.714	3.421	16.569	1.021	127.651
Adições	**100**	**143**	**5.286**	**352**	**-**	**271**	**9.348**	**331**	**15.831**
Baixas	**(1.199)**	**-**	**(6.946)**	**(114)**	**(1.001)**	**(982)**	**(92)**	**(247)**	**(10.581)**
Baixa por cisão	**(6.060)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(6.060)**
Transferências	**-**	**7.226**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(7.226)**	**-**	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**7.651**	**31.630**	**59.866**	**1.567**	**3.713**	**2.710**	**18.599**	**1.105**	**126.841**
Depreciação acumulada									
Saldo em 1° de janeiro de 2018	-	(4.853)	(30.305)	(406)	(3.312)	(2.494)	-	(114)	(41.484)
Depreciação	-	(182)	(2.396)	(14)	(66)	(108)	-	-	(2.766)
Baixas	-	-	1.484	-	312	3	-	-	1.799
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(5.035)	(31.217)	(420)	(3.066)	(2.599)	-	(114)	(42.451)
Depreciação	-	(181)	(2.568)	(44)	(191)	(167)	-	(31)	(3.182)
Baixas	-	-	2.686	-	-	-	-	-	2.686
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(5.216)	(31.099)	(464)	(3.257)	(2.766)	-	(145)	(42.947)
Depreciação	**-**	**(413)**	**(2.756)**	**(111)**	**(126)**	**(139)**	**-**	**(80)**	**(3.625)**
Baixas	**-**	**-**	**4.572**	**57**	**788**	**954**	**-**	**-**	**6.371**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**-**	**(5.629)**	**(29.283)**	**(518)**	**(2.595)**	**(1.951)**	**-**	**(225)**	**(40.201)**
Valor contábil líquido									
Saldo em 31/12/2018	15.486	19.226	29.268	467	684	562	654	399	66.746
Saldo em 31/12/2019	14.810	19.045	30.427	865	1.457	655	16.569	876	84.704
Saldo em 31/12/2020	**7.651**	**26.001**	**30.583**	**1.049**	**1.118**	**759**	**18.599**	**880**	**86.640**

11. Imobilizado--Continuação

Consolidado

	Terrenos	Edificações	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Imobilizações em andamento	Instalações	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 1° de janeiro de 2018	22.839	24.261	60.441	898	4.183	3.000	-	488	116.110
Adições	-	-	2.163	3	52	164	654	24	3.060
Baixas	-	-	(2.119)	(14)	(485)	(3)	-	-	(2.621)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	22.839	24.261	60.485	887	3.750	3.161	654	512	116.549
Adições	-	-	5.271	442	964	260	15.915	508	23.360
Baixas	(676)	-	(4.230)	-	-	-	-	-	(4.906)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	22.163	24.261	61.526	1.329	4.714	3.421	16.569	1.020	135.003
Adições	**100**	**143**	**5.286**	**352**	**-**	**271**	**9.348**	**331**	**15.831**
Baixas	**(1.199)**	**-**	**(6.946)**	**(114)**	**(1.001)**	**(982)**	**(211)**	**(247)**	**(10.700)**
Baixa por cisão	**(6.060)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(6.060)**
Transferências	**-**	**7.226**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(7.226)**	**-**	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**15.004**	**31.630**	**59.866**	**1.567**	**3.713**	**2.710**	**18.480**	**1.104**	**134.074**
Depreciação acumulada									
Saldo em 1° de janeiro de 2018	-	(4.853)	(30.305)	(406)	(3.312)	(2.494)	-	(114)	(41.484)
Depreciação	-	(182)	(2.396)	(14)	(66)	(108)	-	-	(2.766)
Baixas	-	-	1.484	-	312	3	-	-	1.799
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(5.035)	(31.217)	(420)	(3.066)	(2.599)	-	(114)	(42.451)
Depreciação	**-**	**(181)**	**(2.568)**	**(44)**	**(191)**	**(167)**	**-**	**(31)**	**(3.182)**
Baixas	**-**	**-**	**2.686**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.686**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-**	**(5.216)**	**(31.099)**	**(464)**	**(3.257)**	**(2.766)**	**-**	**(145)**	**(42.947)**
Depreciação	**-**	**(415)**	**(2.752)**	**(111)**	**(126)**	**(142)**	**-**	**(79)**	**(3.625)**
Baixas	**-**	**-**	**4.572**	**57**	**788**	**954**	**-**	**-**	**6.371**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**-**	**(5.631)**	**(29.279)**	**(518)**	**(2.595)**	**(1.954)**	**-**	**(224)**	**(40.201)**
Valor contábil líquido									
Saldo em 31/12/2018	22.839	19.226	29.268	467	684	562	654	398	74.098
Saldo em 31/12/2019	22.163	19.045	30.427	865	1.457	655	16.569	875	92.056
Saldo em 31/12/2020	**15.004**	**25.999**	**30.587**	**1.049**	**1.118**	**756**	**18.480**	**880**	**93.873**

11. Imobilizado--Continuação

As imobilizações em andamento referem-se à ampliação do parque fabril e construção do prédio onde se concentrará o administrativo, com previsão de término para o ano de 2021.

Como resultado das análises realizadas pela Companhia, não foi identificada a existência de indicadores de perda no valor recuperável dos seus ativos imobilizados.

Em dezembro de 2020, a Companhia realizou a cisão parcial, cindindo o terreno localizado na BR 101, Bairro Rio dos Porcos, Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina, o mesmo estava registrado contabilmente pelo valor de R$ 6.060, conforme descrito na Nota 15.

12. Empréstimos e financiamentos

			Controladora e Consolidado		
	Indexador	Taxas de juros média - a.a.	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Finame	Pré e TJLP	5,04%	**7.139**	9.206	8.912
FINEP	Pré	5,00%	**-**	-	1.677
Financiamento em moeda estrangeira	Pré	5,80%	**2.614**	3.044	12.343
Arrendamentos mercantis	Pré	6,81%	**254**	220	112
Capital de giro	Pré	5,63%	**91.081**	33.135	36.820
BANDES	Selic	6,50%	**8.890**	8.633	8.431
Carta de crédito	Pré	7,06%	**11.667**	42.509	-
Consórcio	Pré	-	**7.190**	10.904	-
			128.835	107.651	68.295
Circulante			**33.811**	38.741	38.751
Não circulante			**95.024**	68.910	29.544

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Vencimento	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
2020	**-**	-	8.866
2021	**-**	39.749	13.658
2022	**42.948**	19.801	2.846
2023 até 2026	**52.076**	9.360	4.174
	95.024	68.910	29.544

Os empréstimos estão garantidos por aval dos acionistas controladores, por garantias reais e, também, por carta de fiança bancária.

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A Companhia possui certos contratos de empréstimos e financiamentos que contém cláusulas restritivas ("covenants") em relação à distribuição de dividendos, alienação de controle societário, dentre outras e, também, ao cumprimento de índice financeiro inferior a 3, decorrente da razão entre a dívida financeira líquida e EBITDA, calculado anualmente ao término de cada exercício social. O não cumprimento das cláusulas restritivas pode ocasionar no vencimento antecipado do empréstimo e financiamento por parte do credor, que poderá acionar as disposições contratuais sobre inadimplemento cruzado ou vencimento antecipado. A Companhia cumpriu com todas as cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2020.

Capital de giro - refere-se a empréstimos a taxas pré e pós-fixadas obtidos com instituições financeiras com vencimentos inferiores a quatro anos, garantidas por avais de acionistas ou carteira de contas a receber da Companhia.

Finame - financiamento de bens garantido por alienação fiduciária ou penhor dos bens financiados. As amortizações são realizadas em base mensal ou trimestral e possuem vencimento final em 15 de novembro de 2023.

FINEP - trata-se de financiamento de projeto de inovação tecnológica que busque o desenvolvimento de produtos e/ou processos novos ou significativamente aprimorados. As amortizações foram realizadas mensalmente e com vencimento final em 15 de janeiro de 2019.

Arrendamentos mercantis - a Companhia possui contratos de arrendamento mercantil de máquinas, equipamentos e veículos. Os contratos possuem amortizações mensais e com prazos de vencimento entre dois e quatro anos. A Companhia tem a opção de adquirir bens arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento.

BANDES - No dia 06 de janeiro de 2014, a Companhia efetuou a contratação de empréstimo subsidiado junto ao agente financeiro Banco de Desenvolvimento do Espirito Santo (BANDES), através do Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espirito Santo (FUNDEPAR-ES), afim de obter fundos para a aquisição de terreno e futuro desenvolvimento de negócio na cidade de Linhares/ES. Para tanto, protocolou plano de negócios e obteve aprovação que garante o benefício relativo aos encargos a serem apropriados e pagos através da aplicação do percentual de 14% da Selic apurada durante a vigência do contrato, em contrapartida ao cumprimento do plano de negócios pré-estabelecido.

Em 2020, a Companhia formalizou ao FUNDEPAR a não continuidade do projeto de investimento naquele Estado, buscando a rescisão do contrato. Em outubro de 2020, através da resolução FUNDEPAR/ES 38/2020 foi aprovado a rescisão contratual da operação, na qual formalizou-se a rescisão do contrato de financiamento, com o vencimento antecipado da dívida e sua execução, mediante consolidação ao FUNDEPAR/ES, com a entrega dos imóveis objeto de garantia fiduciária.

13. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Parcelamento Estadual - ICMS	**2.273**	3.490	2.116
IRPJ e CSLL	**33.875**	6.642	1.633
PIS/COFINS	**887**	-	-
Outros	**1.775**	2.396	882
Total	**38.810**	12.528	4.631
Circulante	**36.537**	9.038	2.515
Não circulante	**2.273**	3.490	2.116

Conforme mencionado na Nota 7, a Companhia reconheceu no exercício de 2020 como créditos fiscais referentes à exclusão do ICMS na base do PIS e COFINS. Os referidos créditos fiscais totalizaram R$45.596 (R$28.339 de principal e R$17.257 de atualização financeira), resultando na provisão dos impostos a recolher de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS no montante de R$16.305.

14. Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões ambientais, tributárias, trabalhistas e cíveis. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de nossos assessores jurídicos para os casos em que o desembolso financeiro é provável.

A tabela a seguir demonstra, em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, os valores classificados entre perda provável e possível, conforme opinião de nossos assessores jurídicos:

	Controladora e Consolidado								
	31/12/2020		**31/12/2019**		**31/12/2018**		**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Natureza	**Provável**	**Possível**	**Provável**	**Possível**	**Provável**	**Possível**	**Depósito judicial**	**Depósito judicial**	**Depósito judicial**
Ambiental	**100**	**-**	**-**	**-**	-	-	**-**	-	-
Cível	**2.499**	**6.453**	7.923	9.745	5.709	6.328	**-**	-	-
Trabalhista	**2.837**	**852**	954	3.600	2.649	1.992	**193**	332	532
Tributário	**2.148**	**25.722**	-	16.688	-	21.320	**-**	-	-
	7.584	**33.027**	8.877	30.033	8.358	29.640	**193**	332	532

Os depósitos judiciais são reconhecidos na rubrica de outros ativos, no ativo circulante.

O saldo das ações tributárias classificadas como possível se referem substancialmente a compensações de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) glosados pela Receita Federal do Brasil.

14. Provisão para demandas judiciais--Continuação

O saldo de causas trabalhista classificadas como possível se referem a reclamatórias provenientes de pedido de revisão de verbas de natureza trabalhistas e indenizatórias, bem como indenizações decorrente de doenças ocupacionais e/ou acidentes laborais.

O saldo de causas cíveis classificadas como possíveis são, em sua maioria, reivindicações de clientes, referente a lucro cessante de períodos que o produto esteve indisponível, seja em decorrência de vícios ou atraso na entrega, assim como pedidos de indenização em virtude de rescisão contratuais de representantes comerciais.

A movimentação da provisão para demandas judiciais está demonstrada abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	**8.877**	8.358	5.366
Adições	**673**	1.895	6.343
Reversões/pagamentos	**(1.966)**	(1.376)	(3.351)
Saldo final	**7.584**	8.877	8.358

15. Patrimônio líquido

Capital social

Em dezembro de 2020 através de assembleia geral extraordinária foi aprovado:

a) A distribuição de dividendos, no valor de R$95.500, provenientes da conta “reserva de lucros” no Patrimônio Líquido a ser constituído em “Dividendos a pagar” no passivo circulante;

b) O aumento de capital social no valor de R$10.000 e R$85.500, na proporção de participação de cada acionista com valores provenientes da conta “Dividendos a pagar”;

c) A redução de capital social do acionista CRP VII Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia no valor de R$17.743, está registrado em outros passivos no passivo circulante e foram pagos no início de 2021; e

d) Redução do capital social da Companhia no valor de R$88.694, através de cisão parcial de ativos, com versão de parcela do patrimônio líquido cindido aos acionistas.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$89.063 (R$100.000 em 31 de dezembro de 2019 e 2018) dividido em 9.339.850 ações ordinárias e 1.868.000 ações preferenciais classe “A”, todas nominativas e sem valor nominal (9.339.850 ações ordinárias e 1.868.000 ações preferenciais classe “A” em 31 de dezembro de 2019 e 2018). Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não possuía capital social autorizado.

15. Patrimônio líquido--Continuação

Cada ação ordinária e ação preferencial classe "A" dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações ordinárias e preferenciais fazem jus a dividendos em igualdade de condições, sendo assegurado as ações preferenciais a prioridade no seu recebimento.

A qualquer tempo e a critério de seus titulares, as ações preferenciais classe "A" são conversíveis em ordinárias, sempre na proporção de uma para uma, salvo eventual convenção em contrário objeto de acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 está apresentada abaixo:

	Participação		
Acionistas	**2020**	**2019**	**2018**
VGL Administração Ltda.	0,003%	12,950%	12,950%
Vitória Ghisoni Librelato	12,947%	-	-
TSL Participações Ltda.	12,950%	12,950%	12,950%
CRP VII Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	16,670%	16,670%	16,670%
Librelato Participações Ltda.	57,430%	57,430%	57,430%
	100,000%	100,000%	100,000%

Cisão parcial

Buscando otimizar a utilização dos recursos e resultados, em dezembro de 2020 a Companhia, optou por realizar uma cisão parcial de ativos que não fazem mais parte da estratégia de atuação em suas operações. O acervo líquido cindido totalizou R$ 88.694 o qual foi vertido aos acionistas.

A parcela cindida do patrimônio líquido da Companhia foi avaliada com base no valor contábil, apurado por laudo de avaliação elaborado por peritos, com base no balanço patrimonial da Companhia, na data-base de 30 de novembro de 2020, conforme demonstrado abaixo:

	30/11/2020
Aplicações financeiras	42.257
Conta a receber de clientes – circulante	3.824
Conta a receber de clientes – não circulante	10.993
Propriedades para investimentos	25.560
Imobilizado – terreno	6.060
Total do ativo cindido	**88.694**

15. Patrimônio líquido--Continuação

Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social ou o saldo desta reserva, acrescido das reservas de capital, exceder de 30% do capital social.

Reserva de lucros retidos

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. O estatuto social da Companhia não prevê distribuição de lucros em períodos que não houver resultado positivo.

Ajustes de avaliação patrimonial

Como permitido pelo CPC 27, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) na data base de 1º. de janeiro de 2009. Os valores apurados como mais valia dos ativos imobilizados decorrente da adoção do custo atribuído estão registrados na conta de imobilizado. O laudo de avaliação base para definição destes valores foi elaborado por avaliadores independentes e o resultado do referido laudo foi aprovado pelos administradores da Companhia.

Dividendos

Aos acionistas é assegurado, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado por aumentos ou reduções de reservas conforme estabelecido no artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2020, foi aprovado a distribuição de dividendos adicionais referente ao exercício de 2019 no valor de R$7.029, que foram pagos em 30/04/2020. Em 23 de abril de 2019 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos adicionais sobre os lucros retidos no montante de R$1.611.

15. Patrimônio líquido--Continuação

Para os exercícios de 2020, 2019 e 2018, os dividendos mínimos obrigatórios aprovados para distribuição estão demonstrados no cálculo abaixo:

	2020	2019	2018
Lucro líquido do exercício	**100.988**	71.140	16.096
Reserva legal (5%)	**(5.049)**	(3.557)	(805)
	95.939	67.583	15.291
Efeitos decorrentes de ajustes de reapresentação	**-**	2.707	(1.736)
Base para dividendos	**95.939**	70.290	13.555
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**23.984**	17.573	3.389

16. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o período.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui uma categoria de ações potenciais que provocariam diluição, desta forma o lucro por ação básico e diluído apresentam o mesmo valor.

O quadro abaixo apresenta o cálculo do lucro básico e diluído por ação:

	2020	2019	2018
Lucro líquido do exercício	**100.988**	71.140	16.096
Média ponderada de ações em circulação	**11.207.850**	11.207.850	11.207.850
Lucro por ação – básico e diluído (em Reais)	**9,01**	6,35	1,44

Em 18 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram a conversão de 1.868.000 ações preferenciais classe “A” em 1.868.000 ações ordinárias. Consequentemente, o lucro por ação considera uma única classe de ações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

17. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a despesa tributária dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 está descrita a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**151.686**	104.159	17.030	**151.686**	104.159	17.030
Alíquota vigente	**34%**	34%	34%	**34%**	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	**(51.573)**	(35.414)	(5.790)	**(51.573)**	(35.414)	(5.790)
Resultado de equivalência patrimonial	**-**	(140)	(216)	**-**	(147)	(265)
Benefício Inovação Tecnológica	**-**	3.808	3.153	**-**	3.808	3.153
Multas	**(37)**	(650)	-	**(37)**	(650)	-
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de exercícios anteriores	**-**	-	3.094	**-**	-	3.094
Outras diferenças permanentes	**912**	(623)	(1.175)	**912**	(616)	(1.126)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(50.698)**	(33.019)	(934)	**(50.698)**	(33.019)	(934)
Corrente	**(41.041)**	(23.651)	(1.381)	**(41.041)**	(23.651)	(1.381)
Diferido	**(9.657)**	(9.368)	447	**(9.657)**	(9.368)	447
Alíquota efetiva	**32,76%**	31,70%	5,48%	**32,76%**	31,70%	5,48%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos refere-se a:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Imposto diferido ativo			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**296**	1.318	1.378
Provisão para comissões	**486**	626	688
Provisão para estoques	**717**	433	8
Provisão para garantias	**1.649**	1.632	987
Provisão para contingências tributárias	**2.554**	3.019	2.842
Reconhecimento de receita	**688**	348	598
Ajuste a valor presente	**7**	515	109
Provisão para participação no resultado	**-**	1.012	425
Outras provisões	**313**	379	-
Base negativa IRPJ/CSLL	**-**	5.019	15.302
Total do imposto diferido ativo	**6.710**	14.301	22.337
Imposto diferido passivo			
Custo atribuído ao imobilizado	**(2.477)**	(2.767)	(2.937)
Depreciação (Laudo x Fiscal)	**(5.360)**	(3.293)	(1.784)
Total do imposto diferido passivo	**(7.837)**	(6.060)	(4.721)
Total do imposto diferido ativo (passivo) líquido	**(1.127)**	8.241	17.616

17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

O registro e a manutenção dos impostos diferidos ativos estão suportados por estudos elaborados pela Administração, que comprovam a capacidade da Companhia em gerar lucros tributáveis futuros, que garantem a realização dos créditos de impostos. A expectativa da Companhia é realização de parte do diferido no ano de 2021 e nos anos seguintes deverá manter margens positivas suficientes para a realização do ativo diferido registrado, conforme demonstrado abaixo:

	Ativo diferido
2021	**1.342**
2022	**2.684**
2023	**2.684**
	6.710

18. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Receita bruta das vendas	**1.038.630**	944.772	579.304
Vendas de mercadorias	**1.037.767**	944.103	578.856
Mercado interno	**1.005.660**	913.224	523.009
Mercado externo	**32.107**	30.879	55.847
Prestação de serviços	**863**	669	448
Impostos incidentes sobre as receitas	**(167.670)**	(148.963)	(85.071)
Ajuste a valor presente	**(21)**	(479)	(213)
Devoluções e abatimentos	**(21.980)**	(27.267)	(27.678)
Receita líquida	**848.959**	768.063	466.342

19. Despesas por natureza

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses gastos reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Despesas por função			
Custo das vendas	**(685.059)**	(595.155)	(403.988)
Despesas de comercialização	**(35.551)**	(41.960)	(24.997)
Despesas gerais e administrativas	**(23.510)**	(23.336)	(18.605)
	(744.120)	(660.451)	(447.590)
Despesas por natureza			
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	**(574.708)**	(488.148)	(326.084)
Gastos com pessoal	**(98.159)**	(94.596)	(67.156)
Serviços contratados	**(16.496)**	(15.437)	(10.164)
Gastos com manutenção e conservação	**(4.247)**	(1.760)	(1.078)
Gastos com materiais de uso, consumo e segurança	**(176)**	(157)	(114)
Depreciação e amortização	**(3.625)**	(3.351)	(2.815)
Despesas com comissões	**(21.027)**	(27.186)	(13.513)
Outros gastos	**(25.682)**	(29.816)	(26.666)
	(744.120)	(660.451)	(447.590)

20. Receitas e despesas financeiras

O resultado financeiro para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 está assim representado:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Receitas financeiras						
Rendimento sobre aplicações financeiras	**5.707**	3.348	425	**5.707**	3.348	425
Juros ativos	**1.835**	3.928	1.521	**1.835**	3.928	1.521
Descontos obtidos	**1.836**	591	906	**1.836**	591	906
Variação cambial ativa	**4.250**	2.490	10.502	**4.250**	2.490	10.502
Outras receitas financeiras (*)	**17.408**	-	-	**17.408**	21	-
	31.036	10.357	13.354	**31.036**	10.378	13.354
Despesas financeiras						
Juros passivos	**(9.010)**	(9.158)	(5.166)	**(9.010)**	(9.158)	(5.166)
Descontos concedidos	**(21)**	(494)	(351)	**(21)**	(494)	(351)
Despesas bancárias	**(250)**	(374)	(428)	**(250)**	(374)	(428)
Variação cambial passiva	**(5.001)**	(3.632)	(14.903)	**(5.001)**	(3.632)	(14.903)
Outras despesas financeiras	**-**	(1.190)	(181)	**-**	(1.190)	(181)
	(14.282)	(14.848)	(21.029)	**(14.282)**	(14.848)	(21.029)
Resultado financeiro	**16.754**	(4.491)	(7.675)	**16.754**	(4.470)	(7.675)

(*) Em 2020, é referente à correção monetária sobre créditos fiscais apurados sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme descrito nas Notas 7 e 21.

21. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a) Classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais.

Os quadros a seguir apresentam a composição dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

			Valor contábil		
	Classificação por categoria	**Hierarquia do valor justo**	**2020**	**2019**	2018
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	**186.747**	107.463	35.783
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	**20.241**	14.466	9
Contas a receber de clientes	Custo amortizado		**47.618**	72.106	55.112
Derivativos	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	**3.266**	-	-
Passivos					
Fornecedores	Custo amortizado		**109.700**	45.402	45.748
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado		**128.835**	107.651	68.295
Derivativos	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	**-**	236	-

Os ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado aproximam-se dos respectivos valores justos, pois são ajustados por provisões, valores presentes e/ou atualizados por taxas de mercado pós-fixadas.

b) Gerenciamento de riscos

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores e o Conselho de Administração da Companhia. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

Não houve alterações quanto as políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

A Companhia possui exposição a riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir:

21. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

Análise de sensibilidade de variações de taxas de juros

As despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetadas pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e SELIC, sendo em 31 de dezembro de 2020 o saldo de empréstimos e financiamentos expostos à variação destas taxas, era de R$7.139 e R$9.890, respectivamente.

As receitas financeiras provenientes de equivalentes de caixa da Companhia são afetadas pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI, sendo em 31 de dezembro de 2020 o saldo exposto a variação destas taxas, era de R$185.055.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade desses indexadores foram definidos três cenários diferentes. A análise de sensibilidade dos juros utilizou como cenário provável as taxas, e os cenários possível e remoto levam em consideração uma variação nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente.

Empréstimos e financiamentos

		Aumento da taxa		Redução da taxa	
Taxa	**Cenário Provável (*)**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**
		+25%	**+50%**	**-25%**	**-50%**
TJLP	4,40%	5,50%	6,60%	3,30%	2,20%
SELIC	3,00%	3,75%	4,50%	2,25%	1,50%
Efeito no lucro antes da tributação	**(581)**	**(726)**	**(871)**	**(200)**	**(133)**

(*) Fonte: Banco Central do Brasil

21. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Equivalentes de caixa

		Aumento da taxa		Redução da taxa	
Taxa	**Cenário Provável (*)**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**
		+25%	**+50%**	**-25%**	**-50%**
CDI	2,80%	3,50%	4,20%	2,10%	1,40%
Efeito no lucro antes da tributação	**5.182**	**6.477**	**7.772**	**3.886**	**2.591**

(*) Fonte: B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão

Para cada cenário foi calculada o resultado financeiro bruto não levando em consideração a incidência de tributos. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2020 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o ano de 2020 com uma apreciação em relação ao real de 22,20% (4,13% positivo em 2019) e o Euro, que encerrou o ano de 2020 com uma apreciação em relação ao real de 28,30% (2,23% positivo em 2019). Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor da exposição líquida vinculada a moeda estrangeira, é representado por:

		31/12/2020
Contas a receber em moeda estrangeira	USD	**471**
Financiamento em moeda estrangeira	USD	**(503)**
Exposição líquida		**(32)**

21. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos passivos líquidos em moeda estrangeira que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio. A análise de sensibilidade das taxas cambiais utilizou como cenário provável as cotações, e os cenários possível e remoto levam em consideração uma variação nessa cotação de 25% e 50%, respectivamente. Para cada cenário foi calculada o resultado financeiro bruto não levando em consideração a incidência de tributos.

		Aumento da taxa		Redução da taxa	
Taxa	**Cenário Provável (*)**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**
		+25%	**+50%**	**-25%**	**-50%**
USD	5,10	6,38	7,65	3,83	2,55
Efeito lucro antes da tributação	**3**	**(37)**	**(78)**	**44**	**84**

Fonte: Banco Central do Brasil

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento dos passivos financeiros da Companhia, representados por empréstimos e financiamentos e fornecedores, em 31 de dezembro de 2020 com base nos pagamentos contratuais não descontados e acrescidos dos juros contratuais estimados.

	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	3.544	30.267	95.024	128.835
Fornecedores	108.046	1.654	-	109.700
	111.590	31.921	95.024	238.535

21. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, assim consideradas as dez maiores instituições do país em ativos totais. Para contas a receber por vendas a Companhia possui ainda provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme descrito na Nota 5.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Executiva objetivando minimizar a concentração de riscos e mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial inadimplência de uma contraparte.

c) Gestão de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e políticas aprovadas junto ao Conselho de Administração.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, e instrumentos financeiros derivativos (*swaps*), menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

21. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

	2020	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	**128.835**	107.651	68.295
(-) Caixa e equivalentes de caixa	**(186.747)**	(107.463)	(35.783)
(-) Aplicações financeiras	**(20.241)**	(14.466)	(9)
(+/-) Derivativos	**(3.266)**	236	-
Dívida líquida (caixa líquido)	**(81.419)**	(14.042)	32.503
Patrimônio líquido	**167.565**	204.027	152.071
Patrimônio líquido e dívida líquida/caixa líquido	**86.146**	189.985	184.574

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos (*swaps*) com o objetivo único de proteção a riscos na oscilação de moedas estrangeiras.

Contraparte	Vencimento	Moeda	Nocional	Derivativo ativo	Derivativo passivo	Saldo em 31/12/2020
Itaú BBA	05/2022	Euro	3.334	4.875	(3.392)	1.483
Itaú BBA	06/2021	Euro	5.000	6.861	(5.078)	1.783
						3.266

Contraparte	Vencimento	Moeda	Nocional	Derivativo ativo	Derivativo passivo	Saldo em 31/12/2019
Itaú BBA	05/2022	Euro	5.000	5.253	(5.254)	(1)
Itaú BBA	06/2021	Euro	5.000	4.989	(5.224)	(235)
						(236)

Demonstramos abaixo a análise de sensibilidade sobre as operações de instrumentos financeiros derivativos, em 31 de dezembro de 2020, em relação ao cenário provável. Para cada cenário foi calculada o resultado financeiro bruto não levando em consideração a incidência de tributos.

	Aumento da taxa		Redução da taxa	
Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Possível	Cenário Remoto
	+25%	**+50%**	**-25%**	**-50%**
3.266	6.156	9.032	349	(2.604)

A Companhia não aplica a política contábil de *hedge accounting* para esses contratos, e mensura os mesmos ao valor justo por meio do resultado. A metodologia de precificação é o desconto no fluxo de caixa com projeções da B3 S.A.- Brasil, Bolsa e Balcão. Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado financeiro do exercício.

21. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

e) Movimentação dos passivos financeiros nas atividades de financiamentos (Controladora e Consolidado)

Descrição	Saldos em 31/12/2019	Adições	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Outros	Saldos em 31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	107.651	**91.063**	**(71.307)**	**(5.586)**	**7.014**	**128.835**
Dividendos a pagar	6.918	**31.013**	**(26.054)**	**-**	**-**	**11.877**
Total	114.569	**122.076**	**(97.361)**	**(5.586)**	**7.014**	**140.712**

Descrição	Saldos em 31/12/2018	Adições	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Outros	Saldos em 31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	68.295	89.483	(50.965)	(7.261)	8.099	107.651
Dividendos a pagar	3.389	19.184	(15.655)	-	-	6.918
Total	71.684	108.667	(66.620)	(7.261)	8.099	114.569

Descrição	Saldos em 31/12/2017	Adições	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Outros	Saldos em 31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	56.064	64.799	(54.719)	(2.304)	4.455	68.295
Dividendos a pagar	-	3.389	-	-	-	3.389
Total	56.064	68.188	(54.719)	(2.304)	4.455	71.684

22. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes por sua Administração para cobrir eventuais sinistros.

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros.

Os riscos cobertos contemplam os seguintes itens e valores correspondentes:

Risco	Limite máximo
Riscos operacionais	73.350
Veículos	11.600

23. Eventos subsequentes

Aquisição de imobilizado

Em janeiro de 2021 a Companhia realizou a aquisição de um imóvel na cidade de Içara/SC, com área de superfície de 37.332,00 m2 (trinta e sete mil, trezentos e trinta e dois metros quadrados). A utilização do imóvel será para realizar atividades operacionais da Companhia, aumentando sua eficiência logística na movimentação de produtos e armazenamento. O montante da transação foi de R$ 5.000.

Registro de companhia aberta e abertura de capital

Em 18 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram, em assembleia geral extraordinária, a submissão do pedido de registro de companhia aberta, perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); a abertura de capital da Companhia; a conversão de 1.868.000 ações preferenciais classe “A” em 1.868.000 ações ordinárias da Companhia. Adicionalmente, a Companhia passou a ter um capital social autorizado de R$600.000.

***

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 6
2.3 - Outras Informações Relevantes 7

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 8
3.2 - Medições Não Contábeis 9
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 12
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 13
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 16
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 17
3.7 - Nível de Endividamento 18
3.8 - Obrigações 19
3.9 - Outras Informações Relevantes 20

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 21
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 50
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 52
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 60
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 62
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 63
4.7 - Outras Contingências Relevantes 65

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 67

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 68

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 72

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 74

5.4 - Programa de Integridade 76

5.5 - Alterações significativas 78

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 79

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 80

6.3 - Breve Histórico 81

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 82

6.6 - Outras Informações Relevantes 83

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 84

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 96

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 97

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 98

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 108

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 109

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 116

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 117

7.8 - Políticas Socioambientais 118

7.9 - Outras Informações Relevantes 119

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 120

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 121

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 122

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 123

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 124

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 125

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 126

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 138

9.2 - Outras Informações Relevantes 139

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 140

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 158

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 160

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 161

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 162

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 164

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 165

10.8 - Plano de Negócios 166

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 168

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 169

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 170

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 171

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 177

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 181

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 183

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 184

12.7/8 - Composição Dos Comitês 198

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 200

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 202

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 204

12.12 - Outras informações relevantes 205

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 208

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 212

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 216

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 219

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 220

13.6 - Opções em Aberto 221

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 222

13.8 - Precificação Das Ações/opções 223

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 224

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 225

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 226

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 228

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 229

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 230

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 231

13.16 - Outras Informações Relevantes 232

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 233

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 234

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 235

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 236

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 237

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 238

15.3 - Distribuição de Capital 250

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 251

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 252

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 254

15.7 - Principais Operações Societárias 255

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 256

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 257

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 258

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 259

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 260

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 261

17.2 - Aumentos do Capital Social 262

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 263

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 264

17.5 - Outras Informações Relevantes 265

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 266

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 267

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 269

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 270

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 271

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 272

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 273

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 274

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 275

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 276

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 277

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 278

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 279

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 280

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 281

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 282

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 283

20.2 - Outras Informações Relevantes 284

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 285

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 286

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 290

21.4 - Outras Informações Relevantes 291

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**José Carlos Spricigo**
Cargo do responsável	Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1 - Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que o atual Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia já prestou sua declaração individual no item 1.3 deste Formulário de Referência.

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que o atual Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia já prestou sua declaração individual no item 1.3 deste Formulário de Referência.

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**José Carlos Spricigo**
Cargo do responsável	Diretor Presidente e de Relações com Investidores

O Diretor Presidente e de Relação com Investidores acima qualificado declara que:

a. reviu o formulário de referência.

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

José Carlos Spricigo

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original #061dfd62f0b403903560188ada5bf10aeb2906c666799c8007d0cd09f12ffc190
https://painel.autentique.com.br/documentos/6d7f907f372cb5c3816a027775 7cf4658283fb1fd28ee26da

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

autentique

Autenticação eletrônica 2/2
Data e horários em GMT -03:00 Brasília
Última atualização em 19 Feb 2021 às 19:13:49
Identificação: #6d7f907f372cb5c3816a0277757cf4658283fb1fd28ee26da

Página de assinaturas

José Sprícigo
468.441.809-00
Signatário

HISTÓRICO

19 Feb 2021 18:35:06 **Jessica Wessler Rossi** criou este documento. (Empresa: Librelato S.A. Implementos Rodoviários, E-mail: jessica@librelato.com.br, CPF: 059.098.879-47)

19 Feb 2021 19:13:45 **José Carlos Sprícigo** *(E-mail: jcs@librelato.com.br, CPF: 468.441.809-00)* visualizou este documento por meio do IP 143.255.98.52 localizado em Laguna - Santa Catarina - Brazil.

19 Feb 2021 19:13:49 **José Carlos Sprícigo** *(E-mail: jcs@librelato.com.br, CPF: 468.441.809-00)* assinou este documento por meio do IP 143.255.98.52 localizado em Laguna - Santa Catarina - Brazil.

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original #061dfd62f0b403903560188ada5bf10aeb2906c666799c8007d0c09f12ffc190
https://painel.autentique.com.br/documentos/6d7f907f372cb5c3816a0277757cf4658283fb1fd28ee26da

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”)
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	01/01/2018
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços para a Companhia: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018; e (ii) procedimentos para a emissão de cartas de conforto em conexão com a oferta pública inicial de ações da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total da remuneração dos auditores independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$443.673,18 relativos ao item (i). Adicionalmente, os honorários referentes ao item (ii) é de R$1.282.798,83.
Justificativa da substituição	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Américo F. Ferreira Neto	01/01/2018	045.379.898-58	Av. Nilo Peçanha, 2900 - Iguatemi Business, 9º Andar, Chácara das Pedras, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 91330-001, Telefone (51) 32045500, e-mail: americo.f.neto@br.ey.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Outras Informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 2.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	167.565.000,00	204.027.000,00	152.071.000,00
Ativo Total	537.132.000,00	429.003.000,00	330.274.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	848.959.000,00	768.063.000,00	466.342.000,00
Resultado Bruto	163.900.000,00	172.908.000,00	62.354.000,00
Resultado Líquido	100.988.000,00	71.140.000,00	16.096.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	11.207.850	11.207.850	11.207.850
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	14,950000	18,200000	13,570000
Resultado Básico por Ação	9,010000	6,350000	1,440000
Resultado Diluído por Ação	9,01	6,35	1,44

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*earnings before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pelas despesas de depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas. O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA ajustado para excluir o ganho relativo ao reconhecimento do crédito fiscal decorrente do trânsito julgado de ação ajuizada que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A Margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida de vendas.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos, como substitutos para o lucro líquido, ou como indicadores do desempenho operacional. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras companhias, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527 não seja adotado por outras companhias, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras companhias. Adicionalmente, o EBITDA Ajustado não possui significado padrão e pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado divulgado por outras companhias.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustado da Companhia nos três últimos exercícios sociais:

Medições não contábeis	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
(R$ mil, exceto %)			
EBITDA	**138.557**	**111.980**	**27.520**
Margem EBITDA	**16,3%**	**14,6%**	**5,9%**
EBITDA Ajustado	**110.218**	**111.980**	**27.520**
Margem EBITDA Ajustado	**13,0%**	**14,6%**	**5,9%**

Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A Dívida Líquida e o Caixa Líquido correspondem ao somatório de empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos passivos, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos ativos.

3.2 - Medições Não Contábeis

A tabela a seguir apresenta os valores de Dívida Líquida e Caixa Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Medições não contábeis	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
(R$ mil)			
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	**(81.419)**	**(14.042)**	**32.503**

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do lucro líquido para o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado apresentado pela Companhia nos três últimos exercícios sociais:

Cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
(R$ mil, exceto %)			
Lucro líquido do exercício	**100.988**	**71.140**	**16.096**
(+/-) Resultado financeiro	(16.754)	4.470	7.675
(+) Depreciação e amortização	3.625	3.351	2.815
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	50.698	33.019	934
EBITDA	**138.557**	**111.980**	**27.520**
Créditos de PIS e Cofins[1]	(28.339)	-	-
EBITDA Ajustado	**110.218**	**111.980**	**27.520**
Receita líquida de vendas	848.959	768.063	466.342
Margem EBITDA	**16,3%**	**14,6%**	**5,9%**
Margem EBITDA Ajustado	**13,0%**	**14,6%**	**5,9%**

(1) Refere-se ao valor principal do ganho relativo ao reconhecimento do crédito fiscal decorrente do trânsito julgado de ação ajuizada que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O montante reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$45.596 mil, sendo R$28.339 mil de valor principal que foi registrado em outras receitas operacionais e R$17.257 mil de correção monetária registrada em receitas financeiras.

Dívida Líquida e Caixa Líquido

A tabela abaixo apresenta a reconciliação da Dívida Líquida ou Caixa Líquido apresentada pela Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Cálculo da Dívida líquida e Caixa Líquido (em R$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	128.835	107.651	68.295
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(186.747)	(107.463)	(35.783)
(-) Aplicações financeiras	(20.241)	(14.466)	(9)
(+/-) Instrumentos financeiros derivativos	(3.266)	236	-
Dívida líquida (Caixa líquido)	**(81.419)**	**(14.042)**	**32.503**

3.2 - Medições Não Contábeis

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado são utilizados como medidas de desempenho pela administração da Companhia, por serem medidas práticas para aferir o desempenho operacional da Companhia. O EBITDA e o EBITDA Ajustado são informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados. O EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelo IFRS, não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos e não devem ser utilizados como substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional, tampouco como indicadores de desempenho operacional.

Dívida Líquida e Caixa Líquido

A Companhia monitora o capital com base na Dívida Liquida e Caixa Líquido. A Dívida Líquida ou Caixa Líquido não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida ou Caixa Líquido de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Eventos subsequentes às informações contábeis divulgadas em relação ao exercício social de 31 de dezembro de 2020

Aquisição de imobilizado

Em janeiro de 2021 a Companhia realizou a aquisição de um imóvel na cidade de Içara/SC, com área de superfície de 37.332,00 m2 (trinta e sete mil, trezentos e trinta e dois metros quadrados). A utilização do imóvel será para realizar atividades operacionais da Companhia, aumentando sua eficiência logística na movimentação de produtos e armazenamento. O montante da transação foi de R$ 5.000 mil.

Registro de companhia aberta e abertura de capital

Em 18 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram, em assembleia geral extraordinária, a submissão do pedido de registro de companhia aberta, perante a Comissão de Valores Mobiliários; a abertura de capital da Companhia; a conversão de 1.868.000 ações preferenciais classe “A” em 1.868.000 ações ordinárias da Companhia. Adicionalmente, a Companhia passou a ter um capital social autorizado de R$600.000 mil.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2020	2019	2018
a. regras sobre retenção de lucros	Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral. Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo conselho de administração. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, uma reserva de lucros para investimento e capital de giro.	Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral. Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo conselho de administração. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, uma reserva de lucros para investimento e capital de giro.	Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral. Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo conselho de administração. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, uma reserva de lucros para investimento e capital de giro.
a.i. valores das retenções de lucros	No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou as seguintes retenções de lucros: (i) R$5.049 mil foram destinados à reserva legal; (ii) R$72.520 mil foram destinados à reserva de lucros retidos.	No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou as seguintes retenções de lucros: (i) R$3.557 mil foram destinados à reserva legal; (ii) R$50.340 mil foram destinados à reserva de lucros retidos.	No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou as seguintes retenções de lucros: (i) R$805 mil foram destinados à reserva legal; (ii) R$12.015 mil foram destinados à reserva de lucros retidos.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2020	2019	2018
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5% foram destinados à reserva legal; (ii) 72% foram destinados à reserva de lucros retidos.	No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5% foram destinados à reserva legal; (ii) 71% foram destinados à reserva de lucros retidos.	No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5% foram destinados à reserva legal; (ii) 75% foram destinados à reserva de lucros retidos.
b. regras sobre distribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2020, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual. Conforme descrito no subitem 3.4.a.i acima, houve distribuição de dividendos obrigatórios referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.	Em 31 de dezembro de 2019, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual. Conforme descrito no subitem 3.4.a.i acima, houve distribuição de dividendos obrigatórios referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.	Em 31 de dezembro de 2018, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual. Conforme descrito no subitem 3.4.a.i acima, houve distribuição de dividendos obrigatórios referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Em 31 de dezembro de 2020, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, trimestralmente ou em períodos mais longos, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no estatuto social. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o	Em 31 de dezembro de 2019, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, trimestralmente ou em períodos mais longos, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no estatuto social. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o	Em 31 de dezembro de 2018, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, trimestralmente ou em períodos mais longos, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no estatuto social. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2020	2019	2018
	levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.	levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.	levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. política de destinação de resultados	Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	95.939.000,00	67.583.000,00	15.291.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	25,000000	34,600000	31,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	60,270000	34,870000	10,580000
Dividendo distribuído total	23.984.000,00	24.602.000,00	5.000.000,00
Lucro líquido retido	72.520.000,00	50.340.000,00	12.015.000,00
Data da aprovação da retenção	18/02/2021	16/04/2020	23/04/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
	0,00					
Dividendo Obrigatório						
Ordinária			17.573.000,00	16/04/2020	3.389.000,00	23/04/2019

294

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Em 30 de dezembro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos, no valor de R$95.500.000,00, provenientes da conta “reserva de lucros” no Patrimônio Líquido e concomitantemente o aumento do capital social no valor de R$ 10.000.000,00 e R$ 85.500.000,00 na proporção da participação de cada acionista. Para mais informações, veja a seção 15.7 deste Formulário de Referência.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	369.567.000,00	Índice de Endividamento	2,21000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		9.406.000,00	11.841.000,00	0,00	0,00	21.247.000,00
Financiamento	Quirografárias		24.405.000,00	80.534.000,00	2.649.000,00	0,00	107.588.000,00
Total			33.811.000,00	92.375.000,00	2.649.000,00	0,00	128.835.000,00

Observação

Os saldos apresentados acima referem-se às rubricas de empréstimos e financiamentos apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 3.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

(a) à Companhia

Mudanças significativas ou a desaceleração do crescimento do setor do agronegócio podem impactar os resultados da Companhia.

A Companhia possui forte exposição ao agronegócio, uma vez que mais de 50% da sua receita está relacionada ao setor. Uma grande parte das receitas futuras da Companhia dependem do crescimento contínuo do setor do agronegócio. Para a Companhia aumentar sua base de clientes com sucesso, ela precisa se adequar rapidamente às mudanças deste setor. Caso a Companhia não tenha sucesso em se adequar às mudanças do setor do agronegócio, ela pode ter suas vendas impactadas negativamente. Adicionalmente, uma desaceleração do agronegócio pode resultar em uma diminuição na demanda dos produtos da Companhia, bem como no aumento da inadimplência de seus clientes. A Companhia não pode garantir que o setor do agronegócio continuará crescendo, o que impacta diretamente na venda dos produtos da Companhia direcionados para o setor e pode resultar em um impacto adverso relevante nos seus negócios e resultados financeiros e operacionais.

A Companhia pode não obter êxito na aquisição e integração de outros negócios.

A Companhia pode buscar aquisições ou alianças estratégicas para captar sinergias como parte da sua estratégia de negócios, mas não pode garantir a conclusão de tais operações oportunamente ou de forma rentável, inclusive em sua estratégia de racionalizar a capacidade produção e de automação de sua produção. Além disso, a Companhia pode estar sujeita a restrições ou limites regulatórios e/ou concorrenciais e/ou outros fatores não previstos que a impeçam de concluir tais operações ou, ainda, gozar dos benefícios esperados.

Adicionalmente, caso efetivadas aquisições ou alianças estratégicas, a Companhia pode não obter êxito na integração de cultura, colaboradores, processos, produtos, serviços e tecnologias de empresa adquirida ou com a qual tenha celebrado aliança estratégica, ou, ainda, referida integração poderá exigir recursos e investimentos significativamente maiores do que aqueles originalmente previstos. A Companhia pode não ser capaz de integrar com êxito os negócios adquiridos aos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

negócios atuais/preexistentes, assim como pode não ser capaz de alcançar as sinergias, melhorias ou eficiências esperadas. Em decorrência de tais aquisições ou alianças estratégicas realizadas com eficiência aquém do esperado ou projetado, a Companhia pode ser compelida a incorrer em investimentos adicionais, podendo vir a ser necessário dispor do seu caixa ou contrair dívidas significativas. Adicionalmente, a Companhia poderá estar sujeita a passivos e/ou contingências desconhecidas, sendo que tais dívidas, passivos e/ou contingências podem sujeitar a Companhia a prejuízos financeiros e de imagem, e/ou ainda a cláusulas restritivas que limitem atividades futuras. Além disso, os resultados operacionais podem ser afetados negativamente por encargos relativos à aquisição, amortização de despesas relativas a ativos intangíveis e depreciação de ativos.

A Companhia ainda não tem uma prática consolidada em fusões e aquisições. Desse modo, a Companhia pode não ser capaz de alcançar os resultados pretendidos com a aquisição de outras empresas ou obter êxito na integração de cultura com as empresas adquiridas. Tais riscos podem ser exacerbados caso as empresas adquiridas não atuem no mesmo segmento de negócios da Companhia.

Ainda, a Companhia pode estar sujeita a litígios relacionados a tais aquisições, licenciamentos ou outras alianças, inclusive reivindicações de ex-funcionários, clientes e terceiros, sendo que, neste caso, eventuais cláusulas de indenização de passivos e contingências negociadas no âmbito da aquisição podem ser insuficientes para compensar custos e despesas incorridos ou prejuízos sofridos. Dependendo da operação, a Companhia pode ainda estar sujeita à obtenção de aprovação das autoridades brasileiras de defesa da concorrência, sendo que tal aprovação poderá ser concedida com uma série de medidas restritivas, tais como alienação de parte dos ativos adquiridos, ou não ser concedida no prazo desejado para tentar atingir a rentabilidade projetada pela Companhia para a transação.

Quaisquer fatores acima podem impactar de forma negativa os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

O sucesso da Companhia depende de sua capacidade de expandir e adaptar suas operações para atender rapidamente aos padrões industriais e de tecnologia em constante mudança, de maneira econômica e oportuna.

A Companhia pode não conseguir expandir suas operações de maneira eficiente, econômica ou oportuna. Além disso, qualquer novo negócio, produto ou serviço lançado pela Companhia que não seja recebido favoravelmente pelos clientes poderá prejudicar sua reputação e afetar de forma adversa o valor de sua marca. Da mesma forma, a falta de aceitação pelo mercado do novo negócio, produto ou serviço, ou mesmo a incapacidade da Companhia em gerar receitas satisfatórias a partir deles, a compensar seus custos e reverter os investimentos realizados, podem ter um efeito adverso relevante em seus negócios, resultados operacionais e financeiros.

Os sistemas, procedimentos e controles atuais, relacionamentos com pessoas e terceiros podem não ser adequados para apoiar as operações futuras da Companhia, e a Companhia pode não ser capaz de atualizar a tecnologia envolvida nos seus processos de produção. Qualquer falha da Companhia em gerenciar o crescimento de maneira eficaz ou em atualizar a tecnologia envolvida nos seus processos de produção pode ter um efeito adverso relevante em seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

A perda de membros da alta administração da Companhia e/ou a incapacidade de atrair e reter seus administradores e colaboradores qualificados pode causar um efeito adverso sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

O crescimento e desempenho da Companhia dependem em grande parte de esforços e da capacidade de sua alta administração. A perda dos membros da alta administração da Companhia pode afetar de modo adverso e relevante seus negócios e resultados operacionais e financeiros. Além disso, caso a Companhia venha a perder algum desses profissionais-chave, a Companhia pode não conseguir atrair ou reter novos profissionais com a mesma qualificação. O sucesso da Companhia também depende de sua habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais qualificados nas áreas técnicas, operações, de P&D, *supply*, gestão, tecnologia,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

marketing e atendimento aos clientes. A competição por tais colaboradores qualificados é intensa, e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados. Caso a Companhia não seja capaz de atrair ou reter profissionais qualificados para administrar e expandir seus negócios e operações, ela pode não ser capaz de conduzir seus negócios com sucesso e, com isto, afetar adversamente seus resultados operacionais e financeiros.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar em uma diluição da participação no capital social da Companhia.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro e poderá optar por obtê-lo no mercado de capitais, por meio de aumento de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, sendo que distribuições públicas podem ocorrer sem concessão de direito de preferência para os acionistas. Qualquer captação de recursos adicionais obtidos de forma a aumentar o capital social da Companhia poderá diluir a participação dos investidores da Companhia em seu capital social.

Adicionalmente, os acionistas poderão sofrer pela alteração no preço das ações de emissão da Companhia, e imediata e substancial diluição de seus investimentos, caso a Companhia tenha necessidade de captar recursos, no futuro, para suas atividades por meio de operações de emissão pública ou privada de novas ações de emissão da Companhia ou de valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia ou permutáveis por elas. A Companhia poderá ainda realizar emissão de novas ações ordinárias, ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias ou permutáveis por elas, por valor inferior ao valor contábil das ações ordinárias de sua emissão na data em questão. Tais emissões podem resultar na alteração do preço das ações de emissão da Companhia e na diluição da participação dos investidores no capital social, além de ter um efeito adverso na cotação nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

O crescimento da Companhia está sujeito a riscos e desafios, e a Companhia pode não ser capaz de gerenciar seu crescimento de maneira eficaz.

O crescimento e desempenho financeiro da Companhia dependem do sucesso na implementação de diversos elementos de sua estratégia de crescimento que estão sujeitos a vários fatores, dentre os quais se destacam a capacidade de (i) proteger sua marca e cultura; (ii) consolidar sua participação de mercado e expandir seu portfólio e cobertura geográfica; (iii) alavancar as vendas dos produtos e aumentar a rentabilidade das operações e (iv) fortalecer e expandir a oferta de produtos para a base de clientes. A incapacidade da Companhia em gerenciar os fatores mencionados acima ou em implantar suas estratégias de crescimento, pode afetar adversamente o desempenho da Companhia, impactando seus resultados operacionais e financeiros.

Adicionalmente, a Companhia pode não ser eficiente no gerenciamento dos processos internos e rede de parcerias e logística imprescindíveis ao sucesso das suas operações, bem como pode não ser eficiente no gerenciamento dos riscos operacionais próprios à sua atividade, o que pode afetar negativamente os resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

Caso a Companhia não tenha sucesso em gerenciar seu crescimento de maneira eficaz, ela pode ser obrigada a desacelerar seu crescimento, o que pode impactar suas operações e sua posição no mercado. A expansão das operações da Companhia aumenta a complexidade dos seus negócios e cria uma pressão significativa nos seus administradores e colaboradores. O quadro atual de administradores e colaboradores da Companhia pode não ser suficiente para lidar com o aumento da quantidade de trabalho ou ser insuficiente para a expansão das operações. Adicionalmente, a região em que as fábricas da Companhia ficam localizadas apresenta escassez de mão de obra qualificada para o setor da indústria, de forma que a Companhia pode vir a encontrar dificuldades em encontrar mão de obra qualificada para suprir a necessidade decorrente da expansão das operações e/ou substituir seus colaboradores atuais, o que pode prejudicar as operações da Companhia. A incapacidade da Companhia em gerenciar seu crescimento de maneira eficaz, pode afetar adversamente seus resultados operacionais e financeiros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Falhas nos equipamentos, atrasos nas entregas, acidentes ou perdas em qualquer das instalações da Companhia podem levar a restrições em sua produção ou serviços ou ao encerramento de suas atividades.

A Companhia manufatura os produtos em parques industriais próprios localizados no extremo sul catarinense, nos municípios de Içara/SC e Criciúma/SC. Uma interrupção na capacidade de produção ou nos serviços em qualquer dessas fábricas, em virtude de falha nos equipamentos, greves, pandemias ou por outros motivos pode afetar a produção, reduzindo suas vendas e receitas durante o respectivo período. Caso a operação dessas unidades industriais seja interrompida total ou parcialmente por qualquer motivo, incluindo a ocorrência de quaisquer danos substanciais provocados por desastres naturais, acidentes ambientais, incêndios ou inundações, roubos ou furtos, falha nos sistemas, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID-19), ou caso a capacidade de distribuição seja reduzida ou interrompida em função de questões regulatórias, problemas sanitários, greves ou questões trabalhistas, podemos enfrentar desabastecimento de produtos o que, por sua vez, afetará adversamente nossas vendas e acarretar aumentos significativos de custos relacionados à reabertura ou substituição das fábricas. Adicionalmente, qualquer atraso significativo nas entregas a clientes pode resultar em multas contratuais ou cancelamentos, gerando para a Companhia perdas de receitas futuras.

Além disso, ao realizarmos mudanças de uma fábrica para outra localização podemos não ser capazes de implementar as operações de forma eficaz e falhar em cumprir o cronograma previsto para tal mudança nas operações, o que pode ter um impacto negativo reputacional e em nossos resultados operacionais. Adicionalmente, caso não consigamos encontrar locais adequados para estabelecer novas fábricas, ou não consigamos integrar novas ou expandir nossas unidades industriais de maneira eficaz, podemos não conseguir entregar nossos produtos aos nossos clientes em tempo hábil, o que pode ter um efeito negativo em nossas vendas e na nossa estratégia de crescimento.

O crescimento da Companhia depende também de sua capacidade de atrair e manter clientes ativos.

Para aumentar a sua receita e aumentar sua lucratividade, a Companhia precisa atrair novos clientes e reter os clientes existentes. Caso os clientes existentes tenham uma experiência negativa com os produtos da Companhia, ou não possuam interesse nos produtos oferecidos, o nível de consumo de tais clientes poderá ser reduzido, bem como as indicações positivas que esses clientes poderiam realizar para outras pessoas. Nessas circunstâncias, a Companhia pode ter dificuldade em atrair novos clientes sem incorrer em despesas adicionais de *marketing*.

Além disso, a publicidade negativa gerada por reclamações dos seus clientes pode reduzir a capacidade da Companhia de atrair novos clientes ou de manter os clientes atuais, além de prejudicar a reputação da Companhia. A percepção de que os níveis de resposta da Companhia as reclamações e apoio aos seus clientes são inadequados podem levar a resultados semelhantes.

Adicionalmente, o atendimento eficaz ao cliente exige uma despesa significativa de pessoal e investimento no desenvolvimento de programas e infraestrutura de tecnologia para ajudar os representantes de atendimento ao cliente a desempenhar suas funções. Essas despesas, se não forem gerenciadas adequadamente, podem afetar significativamente a lucratividade da Companhia. A falha em gerenciar ou treinar adequadamente os representantes de atendimento ao cliente pode comprometer a capacidade da Companhia de lidar com as reclamações de clientes de maneira eficaz, o que pode afetar a reputação da Companhia e resultar na perda da confiança dos seus clientes, impactando seus resultados financeiros e operacionais.

Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada para fins fiscais no caso de descumprimento de obrigações principais ou acessórias pelos fornecedores.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode não antecipar ou não responder de forma eficiente às mudanças nas tendências e preferências de clientes, ou pode não ser capaz de se adaptar rapidamente às transformações exigidas pelos clientes e pelo setor.

A performance financeira e o crescimento da Companhia dependem da sua capacidade de identificar, criar e definir tendências relevantes e, antecipar e reagir às alterações nas demandas e preferências dos clientes, que se desenvolvem e alteram rapidamente, são difíceis de prever e variam a depender da localização geográfica.

Qualquer falha em identificar e responder a tendências e preferências dos consumidores, incluindo aquelas relativas à confiabilidade, segurança e sustentabilidade dos produtos, de maneira tempestiva e eficaz, pode impactar negativamente o relacionamento da Companhia com seus clientes. Tais eventos podem afetar negativamente a demanda pelos produtos e serviços oferecidos pela Companhia, seu *market share* e o volume de vendas. A materialização desses riscos pode impactar negativamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Disposições restritivas nos contratos financeiros (covenants) da Companhia podem afetar adversamente a capacidade de conduzir suas atividades e de realizar os pagamentos destes.

Alguns dos contratos de financiamento da Companhia contêm cláusulas restritivas. Em especial, algumas dessas cláusulas a impedem de incorrer em dívida adicional ou de efetuar pagamentos de dividendos, caso alguns índices financeiros não sejam cumpridos. Esses índices financeiros têm como base a dívida líquida em relação ao EBITDA (calculado de acordo com os critérios contidos em seus instrumentos de dívida). Esses índices financeiros são testes de manutenção, o que significa que a Companhia deve cumpri-los continuamente para não descumprir suas obrigações de dívida. A capacidade da Companhia de cumprir com esses índices financeiros pode ser afetada por eventos além do seu controle e a Companhia não pode garantir que irá cumprir com esses índices financeiros.

Na hipótese de a Companhia estar inadimplente nos termos de qualquer um de seus contratos de financiamento, os saldos devedores nos termos desses contratos (incluindo principal, juros e quaisquer multas) poderão ser antecipados, o que poderá acionar às disposições sobre inadimplemento cruzado ou vencimento antecipado (*cross default* ou *cross acceleration*) nos termos de outros contratos de financiamento e instrumento de dívida da Companhia, o que pode afetar substancial e negativamente a sua situação financeira. A Companhia pode não conseguir cumprir com tais ou outras cláusulas aplicáveis e ser obrigada a solicitar anuências às respectivas instituições financeiras, que poderão não ser concedidas. Para mais informações acerca dos contratos financeiros da Companhia, ver item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não conseguir renovar suas linhas de crédito atuais, nem ter acesso a novos financiamentos a termos atrativos, o que pode causar um efeito adverso relevante.

A Companhia pode não conseguir renovar suas linhas de crédito atuais ou ter acesso a novos financiamentos em termos atrativos para conseguir viabilizar suas necessidades de capital ou cumprir com suas obrigações financeiras. Caso a Companhia não seja capaz de obter financiamento, de refinanciar suas dívidas quando necessário, de obter ou renovar fianças bancárias ou seguros garantias ou caso tal disponibilidade e negociações se derem somente em termos desfavoráveis, a Companhia pode não conseguir satisfazer suas necessidades de capital, cumprir com suas obrigações financeiras ou aproveitar oportunidades de negócio, o que pode ter um efeito adverso relevante nos seus negócios e resultados financeiros e operacionais.

Despesas com indenizações, seguros, acidentes, roubos, defeitos e danos podem afetar negativamente nossos resultados.

Acidentes operacionais podem ocorrer e suas consequências podem ser imprevisíveis. Somos suscetíveis a acidentes envolvendo as máquinas, equipamentos e produtos. Tais acidentes podem resultar em reivindicações extrajudiciais e judiciais e, consequentemente, afetar negativamente nossos resultados operacionais. Qualquer aumento significativo na frequência ou severidade dos acidentes, compensações aos trabalhadores ou decisões judiciais desfavoráveis podem impactar adversamente nossos resultados operacionais e condição financeira, assim como nossa imagem e reputação no mercado. Ademais, podemos ser responsabilizados e obrigados a pagar indenizações

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

às vítimas que tenham sofrido perdas, o que pode impactar negativamente nossos resultados operacionais.

A Companhia está sujeita a perdas não cobertas por apólices seguros contratadas, ou cuja cobertura não seja suficiente, e não pode garantir que conseguirá manter a cobertura atual, além de poder ter dificuldades na contratação de novas apólices, o que pode gerar efeitos adversos sobre seus negócios.

A Companhia está sujeita à ocorrência de eventos não segurados (tais como caso fortuito e força maior ou interrupção de certas atividades), ou de danos maiores do que os limites de cobertura previstos em suas apólices. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em reembolso menor do que o esperado.

Na eventualidade da ocorrência de um dos eventos não garantidos ou que excedam as coberturas previstas em suas apólices atuais, a Companhia pode sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que pode comprometer o investimento por ela integralizado e, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que pode afetar negativamente seus resultados financeiros. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. Uma eventual falha da Companhia em pagar esses prêmios, cumulada com a ocorrência de um sinistro, pode colocar a Companhia em uma situação de risco, dado que, nessa hipótese, danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora. Ainda, a Companhia não pode garantir que o prêmio das apólices não irá aumentar substancialmente.

Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que será capaz de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Além disto, a Companhia pode ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso quaisquer desses fatores venham a ocorrer, os negócios e resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

Decisões desfavoráveis, ou a impossibilidade de se realizar depósitos judiciais ou de se prestar ou oferecer garantias no âmbito de processos judiciais, arbitrais e/ou administrativos, bem como o envolvimento da Companhia e de seus administradores em procedimentos de investigação ou inquéritos policiais podem criar obrigações relevantes, ou causar efeitos adversos, para a Companhia.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, arbitrais e/ou administrativos podem criar obrigações relevantes, assim como causar efeitos adversos à Companhia. A Companhia e os seus administradores são e podem vir a ser partes em processos judiciais, arbitrais e/ou administrativos, procedimentos de investigação ou inquéritos policiais envolvendo questões de natureza cível, tributária, trabalhista, regulatória, ambiental, concorrencial, criminal, dentre outras. A Companhia não pode garantir que os resultados desses processos serão favoráveis a ela e/ou a seus administradores, conforme aplicável, bem como, que será constituído e/ou mantido provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos.

Decisões que afetem a reputação da Companhia e/os seus administradores, ou contrárias aos seus interesses, que impeçam a realização de seus negócios como inicialmente planejados, que impliquem em obrigações de fazer, ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento, ou que não o tenham suficientemente, podem causar um efeito adverso nos negócios da Companhia.

Além disso, a Companhia e seus administradores, conforme o caso, incorrerão em custos com honorários advocatícios para o patrocínio desses processos, além de podermos ser obrigados a oferecer garantias em juízo, o que poderá reduzir nossa liquidez e afetar nossa condição financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

No caso específico de eventuais procedimentos de investigação, inquéritos policiais ou processos de natureza criminal envolvendo um ou mais dos administradores da Companhia, decisões desfavoráveis podem impossibilitá-los de exercer suas funções na Companhia. Para mais informações relativas aos processos judiciais, arbitrais e administrativos que a Companhia está envolvida, veja os itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Eventuais autuações administrativas e judiciais podem resultar em celebração, por parte da Companhia e suas controladas, de Termos de Ajustamento de Conduta ou Termos de Compromisso.

O Ministério Público poderá instaurar inquéritos civis para investigar eventuais danos ou irregularidades que possam ser atribuídos às atividades da Companhia, assim como promover Ações Civis Públicas ("**ACP**") para recuperação de danos causados pela Companhia no desenvolvimento de suas atividades, incluindo no que se refere a aspectos trabalhistas, dentre outros assuntos, que vierem a ser identificados em fiscalizações. Tais ações podem, ainda, demandar reparações a direitos coletivos nas esferas cíveis ou trabalhistas, bem como instituir eventuais ressarcimentos a terceiros, e, a depender da matéria, podem inclusive envolver a responsabilização criminal para membros da administração da Companhia, funcionários ou representantes, incluindo relacionados à legislação anticorrupção, o que pode ocasionar danos à reputação, aos negócios, situação financeira, resultados operacionais e à cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em situações em que a Companhia for parte em inquéritos civis ou ACP, poderá figurar como compromissária em Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) ou Termos de Compromissos (TC) perante o Ministério Público ou outro órgão competente, com assunção de obrigações específicas. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, caso seja verificado o descumprimento, total ou parcial, dos termos convencionados nos respectivos acordos, sejam eles novos ou existentes, na data deste Formulário de Referência, em face da Companhia ou suas controladas, a Companhia poderá ficar sujeita a riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução judicial do título extrajudicial e, ainda, judicialização de demandas perante o Poder Judiciário. Para mais informações, veja o item 4.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não conseguir manter ou aprimorar a reputação das suas marcas, o que poderia afetar adversamente suas vendas.

Manter uma marca forte é essencial para o setor em que a Companhia atua, de forma que os negócios da Companhia dependem de marcas sólidas. Consequentemente, os negócios da Companhia e sua estratégia de crescimento dependem, em grande parte, da reputação e reconhecimento de sua marca. A Companhia também acredita que manter e melhorar essa marca, bem como se associar a demais marcas que possuam o mesmo padrão reputacional e associação à qualidade dos produtos comercializados, se faz crítico para expandir sua base de clientes, o que também dependerá, em grande parte, de sua capacidade de continuar criando a melhor experiência ao cliente, com base em seus preços competitivos e ao seu amplo sortimento de produtos. Eventos que prejudiquem de modo relevante a marca da Companhia podem causar efeito negativo relevante sobre seus negócios e situação financeira.

Além disso, a marca da Companhia e sua identidade corporativa podem sofrer desgastes e desvalorização caso surjam quaisquer ocorrências que tragam prejuízos à sua reputação e/ou imagem, pois a decisão de compra do mercado consumidor é diretamente influenciada pelo reconhecimento da marca, atendimento esperado, qualidade dos produtos, preços e outras preferências subjetivas de cada consumidor. Quaisquer desses eventos podem resultar na redução do volume das vendas da Companhia e redução de sua margem de lucro, causando efeito adverso relevante nos resultados financeiros e na imagem da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz ou pode falhar em proteger os seus direitos de propriedade intelectual, o que pode reduzir o valor dos seus produtos, serviços e marcas ou, ainda, a

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Companhia pode vir a violar a propriedade intelectual de terceiros, fatos que podem afetá-la negativamente.

O sucesso dos negócios da Companhia depende significativamente de sua capacidade de proteger seus atuais e futuros ativos de propriedade intelectual, tais como marcas, patentes, nomes de domínio, desenhos industriais, *know-how*, tecnologias etc. Qualquer incapacidade ou falha na proteção dos seus direitos relativos a tais ativos de propriedade intelectual pode reduzir a competividade da Companhia e, com isso, impactar negativamente em seus resultados.

Alguns dos pedidos de registro de marca detidos pela Companhia podem enfrentar algumas dificuldades em seu processo de obtenção dos registros, tais como oposições, sobrestamentos, processos administrativos de nulidade e indeferimento. Eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI") ou, ainda, o uso indevido ou não autorizado das marcas registradas da Companhia podem diminuir o valor das marcas da Companhia ou prejudicar sua reputação, o que também pode fazer com que a Companhia sofra impacto negativo em seus resultados operacionais.

Tendo em vista que a legislação brasileira relativa à proteção de ativos de propriedade intelectual, tais como patentes, determina períodos de sigilo em que não se pode obter informações sobre marcas e/ou tecnologias em processo de registro ou obtenção de proteção, não é possível garantir que a utilização de ativos de propriedade intelectual pela Companhia, tais como marcas, ou determinadas pesquisas não venham a infringir direitos de terceiros, assim como não é possível garantir que, em razão disto, os produtos objeto de pesquisas poderão ser explorados comercialmente.

A título exemplificativo, a Companhia pode ser obrigada a alterar, no todo ou em parte, algumas das suas marcas que supostamente infrinjam os direitos de propriedade intelectual de terceiros, e pode ser obrigada a pagar multas expressivas, royalties ou taxas de licenciamento para o uso de patentes ou direitos autorais de terceiros que, eventualmente venham a ser cobrados ou requeridos a título indenizatório.

Qualquer discussão acerca do direito de uso e exploração de direitos de propriedade intelectual pela Companhia poderá afetar adversamente a reputação da Companhia, impactando negativamente em seus resultados, inclusive impedindo-a de continuar utilizando as referidas marcas, sem prejuízo do pagamento de eventuais indenizações. Adicionalmente, estas poderão requerer a atenção da administração e/ou acarretar despesas adicionais, inclusive despesas legais, fatores que podem afetar substancial e negativamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Riscos relacionados a não obtenção, não manutenção e/ou não renovação de autorizações, licenças e alvarás necessários às operações e atividades da Companhia, que poderão gerar efeito adverso na Companhia.

As operações e atividades da Companhia estão sujeitas à obtenção, manutenção e renovação de autorizações, licenças e alvarás, incluindo licenças municipais de funcionamento e autos de vistoria do corpo de bombeiros, relacionados à operação e à localização dos estabelecimentos. É obrigação da Companhia obter e renovar periodicamente tais autorizações, licenças e alvarás. A Companhia não pode garantir que não haverá falhas ou intercorrências que a impossibilitem de obter, renovar e/ou manter tais autorizações, licenças e alvarás tempestivamente. A falta de qualquer dessas autorizações, licenças ou alvarás ou o indeferimento da sua obtenção ou renovação pode implicar em penalidades que variam desde a aplicação de multas ou, conforme o caso, a suspensão ou até o encerramento das atividades realizadas no respectivo local, e pode, ainda, em determinados casos, resultar na rescisão de contratos celebrados com terceiros, o que poderá ter um efeito adverso nos resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Além disso, futuras legislações e/ou regulamentações, ou quaisquer alterações àquelas atualmente vigentes, podem acarretar a necessidade de investimentos substanciais para a adequação das atividades da Companhia, de forma que a Companhia não pode garantir êxito em seu cumprimento, o que poderá ter um efeito adverso. A estratégia de negócios da Companhia poderá ser afetada de forma adversa relevante se a Companhia não obtiver êxito em abrir e operar seus estabelecimentos,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

ou se tiver que suspender ou cessar as atividades de qualquer deles em consequência da não obtenção ou não renovação dos registros, autorizações, licenças e alvarás, ou mesmo se um acidente afetar adversamente qualquer dos estabelecimentos.

O desempenho da Companhia depende de relações trabalhistas favoráveis com colaboradores próprios e de parceiros do setor. Qualquer deterioração relações de trabalho ou emprego, aumento dos custos do trabalho, paralisação ou greve da força de trabalho poderá afetar adversamente as atividades da Companhia e os seus resultados.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 1628 empregados próprios, sendo a maior parte deles integrados a sindicatos e, portanto, amparados por direitos trabalhistas, como dissídios coletivos ou outros acordos de negociação coletiva, que podem ser renegociados dentro dos prazos estabelecidos em lei. Qualquer aumento significativo nos custos trabalhistas, deterioração das relações trabalhistas, greves e paralisações dos colaboradores da Companhia ou de terceiros, fornecedores ou parceiros, em qualquer das unidades operacionais, sejam decorrentes de atividades sindicais, rotatividade de empregados ou a outros fatores, podem impactar de forma relevante e negativa as atividades, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

Falhas no sistema de segurança da Companhia com relação à proteção de informações confidenciais de seus processos, fornecedores e/ou clientes, inclusive dados pessoais, e de sua rede podem prejudicar sua reputação e marca e afetar substancialmente os seus negócios e resultados operacionais.

Eventual falha da Companhia em impedir violações de segurança, na transmissão e armazenamento de dados, eletrônicos ou não, afetando a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações armazenadas, pode prejudicar a reputação e a marca da Companhia e, ainda, afetar substancialmente seus os negócios e resultados operacionais. A possibilidade de ocorrência de uma falha é exacerbada durante a pandemia de COVID-19, inclusive em decorrência da implementação de *home office* para os funcionários da Companhia.

A Companhia depende de tecnologias de criptografia e autenticação eletrônica de terceiros para efetuar a transmissão segura de informações confidenciais. Avanços tecnológicos, novas descobertas no campo da criptografia e/ou outros desenvolvimentos podem resultar na exposição de falhas nas tecnologias que a Companhia atualmente utiliza para proteger dados pessoais fornecidos pelos clientes durante as operações de compra, bem como dados pessoais de fornecedores, colaboradores e parceiros comerciais. Ainda, a Companhia está suscetível à utilização indevida, imprópria ou ilegal de dados pessoais de fornecedores e clientes, que podem resultar em perdas financeiras e prejuízos à imagem e reputação da Companhia.

Qualquer comprometimento da segurança da Companhia pode prejudicar sua reputação e marca e expor a Companhia a situações de litígio, nas quais a Companhia poderá ser obrigada a indenizar a parte prejudicada, afetando, assim, negativamente os seus negócios e resultados operacionais e financeiros. Ademais, qualquer pessoa capaz de burlar as medidas de segurança da Companhia poderá se apropriar de informações confidenciais ou causar interrupções em suas operações. Este risco é exacerbado durante a pandemia de COVID-19, inclusive em decorrência da implementação de *home office* para os funcionários da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita às leis e normas que podem exigir notificação de incidentes de segurança a órgãos reguladores, clientes ou funcionários, assim como pode ter que reembolsar e/ou indenizar terceiros em decorrência de danos provocados por violações ao sistema de segurança da Companhia, situações que podem aumentar significativamente seus custos operacionais.

Em consequência da dependência da tecnologia para o exercício de suas atividades, a Companhia pode experimentar perdas financeiras devido a impactos decorrentes de dificuldades técnicas em suas operações. Os sistemas de informação estão expostos a vírus, *malwares* e outros problemas, como por exemplo, crimes e ataques cibernéticos, que podem interferir nas operações da Companhia. Qualquer ocorrência dessa natureza pode resultar em efeito material adverso sobre os

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

negócios e causar danos à reputação e marca da Companhia, e em seus resultados operacionais e financeiros.

Falhas de segurança que acarretem a perda de dados e informações podem impedir o adequado desenvolvimento das atividades da Companhia e interferir no cumprimento de suas obrigações legais, como, por exemplo, a retenção de guarda de registros de acesso à aplicação exigida pela Lei nº 12.965/2014 ("**Marco Civil da Internet**"). Eventuais falhas no armazenamento de dados de acesso e utilização da plataforma de vendas pela Companhia pode dificultar ou impedir a defesa de seus interesses em eventuais ações judiciais ou administrativas, como, por exemplo, para investigação de fraudes e recuperação de valores.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão nos expor a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes, e os controles internos podem ser insuficientes para a verificação de possíveis violações. Muitos dos métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia podem não prever exposições futuras, as quais poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que a Companhia utiliza.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

As informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantem modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia.

A Companhia poderá não ser capaz de prevenir, identificar, analisar, quantificar, avaliar ou monitorar riscos em relação ao cumprimento das leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis e seus padrões de ética e conduta, o que pode gerar para a Companhia sanções cíveis e administrativas, além de danos à reputação, aos seus negócios, sua situação financeira, seus resultados operacionais e a cotação de suas ações ordinárias, podendo também haver potencial responsabilização criminal para membros da sua administração, funcionários ou representantes.

A Companhia é obrigada a cumprir as leis e regulamentos brasileiros contra a corrupção, bem como leis e regulamentos sobre o mesmo assunto em jurisdições onde tem seus títulos negociados. Em particular, a Companhia, os membro de sua administração, seus funcionários e representantes estão sujeitos, entre outros, no Brasil, ao Decreto-Lei n° 2.848/1940, à Lei nº 8.137/1990, a Lei n° 8.429/1992 ("**Lei de Improbidade Administrativa**"), à Lei n° 8.666/1993, à Lei nº 9.613/1998, à Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), ao Decreto nº 3.678/2000, ao Decreto nº 4.410/2002, ao Decreto nº 5.687/2006, ao Decreto nº 8.420/2015, e às portarias e instruções normativas expedidas pela Controladoria Geral da União, assim como outras normas relacionadas à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia está em processo de implementação de políticas internas formais para o cumprimento das leis e regulamentos anticorrupção. Não há como garantir que tal implementação será bem sucedida e/ou, quando implementada, seja suficiente ou capaz de prevenir, identificar, analisar, quantificar, avaliar ou monitorar (i) ações contrárias às leis anticorrupção relevantes e regulamentos, conforme os exemplificados acima, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonesto por parte dos funcionários, administradores, parceiros, agentes, membros do conselho fiscal, membros de comitês, e os provedores de serviços, ou qualquer pessoa agindo em seu nome, interesse ou benefício ou (iii) outras ocorrências de comportamentos irregulares e/ou contrários às leis anticorrupção relevantes e regulamentos exemplificados acima ou não condizentes com princípios éticos da Companhia, que possam afetar adversamente sua

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

reputação, seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como cotação de suas ações ordinárias.

Nesse sentido, violações de leis e regulamentos anticorrupção podem levar a penalidades contra a Companhia nas esferas administrativa e civil, tais como de (i) multa no valor de até 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo; (ii) publicação extraordinária da decisão condenatória; (iii) perdimento de bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtido da infração; (iv) interdição parcial ou suspensão das atividades da Companhia; (v) dissolução compulsória da Companhia; (vi) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público. Além disso, também poderá ocorrer a responsabilização individual criminal dos membros da sua administração, funcionários e representantes, ou pessoas agindo em seu nome, interesse ou benefício. Todas essas situações poderão causar, além de danos à reputação da Companhia ou outras consequências legais, um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, resultados de operações e condição financeira.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, consorciadas, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de ações de sua emissão.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa e/ou judicial, nas esferas cível e/ou penal, relacionados a atos que violem as leis aplicáveis, praticados contra a administração pública do Brasil ou do exterior, por administradores, funcionários ou terceiros que agem em nome, em interesse ou benefício da Companhia podem resultar em, entre outras sanções e consequências descritas acima: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda de licenças operacionais e/ou (iii) vencimento antecipado de contratos.

Por conseguinte, se a Companhia não for capaz de manter os processos de governança, gestão de riscos e *compliance* operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de elaborar suas demonstrações e informações financeiras adequadamente, reportar seus resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes e/ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha e/ou a ineficácia nos controles internos da Companhia poderão ter um efeito adverso significativo em seus negócios.

O risco decorrente da percepção negativa do nome da Companhia por parte contrapartes, acionistas, investidores, reguladores e a sociedade de modo geral pelo envolvimento em qualquer uma das hipóteses acima pode ter origem em diversos fatores, inclusive os relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas relacionadas a seus clientes, produtos e serviços, relacionamento com parceiros com postura ética questionável, má conduta de colaboradores, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, falhas no processo de gestão de riscos, entre outros. A reputação da Companhia também pode ser impactada indiretamente por ações ilegais ou ilícitas praticadas por terceiros, como parceiros de negócios. Os danos à reputação da Companhia, sanções ou outras imposições legais também podem produzir efeitos adversos sobre seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações ordinárias.

A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde em razão da disseminação da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em seus negócios, condição financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas operações da Companhia. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("**OMS**") declarou o estado de pandemia em razão da disseminação global da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Tal disseminação gerou incertezas macroeconômicas, volatilidade e perturbação significativas. Em resposta, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, tais como a restrição no fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo, sendo que essas medidas podem permanecer em vigor por um período significativo e incerto.

No Brasil, os Estados e os municípios, incluindo as localidades em que a Companhia opera, adotaram diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde para controlar a propagação do COVID-19, como restrição à circulação e o distanciamento social, que resultaram no fechamento e restrições de funcionamento de lojas, restaurantes, hotéis, shopping centers, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos.

Tanto a pandemia quanto as respostas dadas pelos governos e pelo setor privado já afetaram a economia e os mercados financeiros de uma maneira generalizada. É impossível prever os efeitos e impactos finais da pandemia da COVID-19, tendo em vista a rápida evolução da situação. A pandemia da COVID-19 interrompeu as cadeias globais de fornecimento e as medidas preventivas e protetivas atualmente em vigor, a exemplo de quarentenas, restrições de viagem e fechamentos comerciais, podem interferir na capacidade de entrega de produtos.

As operações da Companhia sofreram impacto durante os meses de março e abril de 2020, período em que a Companhia optou por colocar seus empregados em férias coletivas e passou a adotar o regime de *home office* para parte de seus colaboradores, perdendo cerca de 50% de sua capacidade de produção, e podem vir a sofrer impacto enquanto durarem os efeitos da pandemia. Adicionalmente, pode-se verificar um aumento no preço dos insumos utilizados pela Companhia. Os custos da Companhia podem aumentar, incluindo custos para tratar da saúde e segurança de seus colaboradores e sua capacidade de obter certos insumos podem ser restringidos, o que poderá impactar de forma adversa as operações e resultados da Companhia.

A disseminação da COVID-19 levou a Companhia a modificar suas práticas de negócios (incluindo práticas de higienização ainda mais minuciosas de locais de trabalho e dos funcionários, além do cancelamento de participação física em reuniões, eventos e conferências). A Companhia pode vir a tomar outras ações adicionais, conforme exigido pelas autoridades governamentais ou conforme determinado pela administração, considerando o melhor interesse de seus funcionários, clientes e parceiros de negócios. A Companhia não pode garantir que essas medidas serão suficientes para atenuar os riscos apresentados pela pandemia do vírus ou, de outra forma, serão satisfatórias para as autoridades governamentais.

A extensão em que o surto da COVID-19 afetará os negócios, condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa da Companhia, dependerá de desenvolvimentos futuros, que são incertos e imprevisíveis, incluindo, entre outros, a duração e a distribuição geográfica do surto, sua gravidade, os impactos da implementação de ações para conter o vírus ou minimizar seu impacto e com que rapidez e até que ponto as condições econômicas e operacionais normais podem ser retomadas. Mesmo após a eventual contenção do surto da COVID-19, a Companhia pode vir a ser adversa e materialmente impactada em seus negócios, em razão do impacto econômico global ou brasileiro, incluindo recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego, que poderá afetar o poder de compra de seus clientes.

Adicionalmente, a Companhia não consegue garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. Além disso, novas ondas da COVID-19 já começaram a surgir em algumas regiões e poderão se alastrar. A Companhia não consegue garantir que será capaz de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo nos seus negócios de dimensão igual ou até superior ao impacto provocado pela pandemia da COVID-19 caso haja novos surtos regionais e/ou globais ou mesmo caso novas ondas da COVID-19 se confirmem em larga escala.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento da população ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia, bem como na economia brasileira. Nesse sentido, surtos de doenças também podem: (i) impossibilitar que os funcionários da Companhia se dirijam às suas instalações (incluindo por prevenção ou por contaminação em larga escala de seus colaboradores), o que pode prejudicar o regular desenvolvimento dos seu negócios; e (ii) impactar significativamente as operações da Companhia caso os clientes, fornecedores e/ou parceiros da Companhia tenham suas atividades interrompidas, encerradas temporariamente ou sofrerem os efeitos de um agravamento ou uma nova onda de disseminação da COVID-19.

Os efeitos decorrentes dos eventos da pandemia do COVID-19 são contínuos e, portanto, a Companhia continuará avaliando a evolução dos seus efeitos em suas receitas, ativos, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível impacto sobre sua capacidade de continuar operando seus negócios.

Como inexistem eventos recentes comparáveis que possam fornecer orientação à Companhia quanto ao efeito de uma pandemia global severa, o impacto final do surto da COVID-19 é incerto e sujeito a alterações que a Companhia não é capaz de estimar. Por fim, o impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos descritos neste item 4.1 do Formulário de Referência.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados à regularidade de área construída e pode ser adversamente afetada por eventuais riscos ou passivos

A existência de área construída edificada sem a autorização prévia da Prefeitura Municipal competente, ou em desacordo com o projeto aprovado, poderá acarretar riscos e passivos para os imóveis, caso referidas áreas não sejam passíveis de regularização e venham a sofrer fiscalização pelos órgãos responsáveis. Dentre tais riscos, destacam-se: (i) a aplicação de multas pela administração pública; (ii) a impossibilidade da averbação da construção; (iii) a negativa de expedição da licença de funcionamento; (iv) a recusa da contratação ou renovação de seguro patrimonial; e (v) a interdição dos imóveis, podendo ainda, culminar na obrigação de demolição das áreas não regularizadas, o que poderá afetar adversamente as atividades e os resultados operacionais dos imóveis e, consequentemente, o patrimônio e a rentabilidade da Companhia e o valor de negociação das ações.

(b) aos controladores, diretos e indiretos, da Companhia

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos acionistas minoritários.

A Companhia é controlada por um bloco de controle, formado por Librelato Participações Ltda., TSL Participações Ltda., VGL Administração de Bens Ltda. e Vitória Ghisoni Librelato ("**Bloco de Controle**"), conforme descrito na seção 15 deste Formulário de Referência. Enquanto o Bloco de Controle continuar a deter quantidade significativa das ações de emissão da Companhia com poder de voto, poderá fazer prevalecer sua vontade em deliberações relevantes para as atividades e negócios da Companhia, independentemente da vontade ou aquiescência dos acionistas minoritários acerca dessas questões, tais como: (i) eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e, por consequência, controlar as políticas e operações da Companhia, incluindo a eleição da diretoria, futuras emissões de valores mobiliários, e demais matérias previstas no estatuto social da Companhia; (ii) aprovar o pagamento de dividendos, quando aplicável; (iii) autorizar a contratação de dívida; e (iv) deliberar sobre reformas do Estatuto Social e a celebração de operações ordinárias e extraordinárias, inclusive, mas não se limitando àquelas com partes relacionadas.

O Bloco de Controle pode ter interesse em operações, aquisições, desinvestimentos e outras estratégias que, em sua opinião, podem aumentar seus investimentos, mesmo que tais operações ou estratégias possam envolver riscos para os demais acionistas. Dessa forma, os acionistas controladores podem, eventualmente, adotar medidas que conflitem com os interesses dos demais acionistas ou que não resultem em melhoria dos resultados operacionais da Companhia, podendo inclusive tomar decisões conflitantes com os interesses dos demais acionistas da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Com a abertura de seu capital no mercado de valores mobiliários, o Bloco de Controle da Companhia poderá deixar de deter mais de 50% do seu capital social, de modo que a Companhia estará suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos.

Após a realização da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia, o Bloco de Controle poderá deixar de deter, em conjunto, mais de 50% do seu capital social. Desta forma, a Companhia estará suscetível ao surgimento de um grupo de acionistas agindo conjuntamente que passe a deter a maioria absoluta do seu capital votante, e, consequentemente, deter o poder decisório das atividades da Companhia. Além disso, a Companhia poderá ficar mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e a conflitos daí decorrentes, e certas deliberações que exigem quórum mínimo poderão não ser atingidas, dificultando o procedimento decisório no âmbito das atividades sociais da Companhia.

Qualquer mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, no seu plano de negócios e direcionamento estratégico, ou qualquer tentativa de aquisição de controle ou disputa entre acionistas podem afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

(c) aos acionistas da Companhia

Os titulares de ações da Companhia poderão não receber dividendos

De acordo como disposto no Estatuto Social, a Companhia deverá pagar aos seus acionistas, a título de dividendo obrigatório, no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Não obstante, o resultado de determinado exercício pode ser utilizado para compensar prejuízos acumulados ou no pagamento de eventuais participações estatutárias de colaboradores, o que reduz o valor possível de distribuição aos acionistas. Por exemplo, a Companhia não pagará quaisquer dividendos a seus acionistas no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral que tal pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia.

(d) às controladas e coligadas da Companhia

A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.

A Companhia poderá contratar transações com partes relacionadas a qualquer momento. As partes relacionadas à Companhia podem ter interesses que não sejam alinhados aos interesses da Companhia.

Contratações com partes relacionadas podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre as partes. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, os mecanismos de governança existentes para lidar com estas situações poderão ser insuficientes, levando a potenciais impactos negativos para os negócios da Companhia, afetando adversamente suas atividades, situação financeira e resultados, bem como seus acionistas e sua reputação.

Para mais informações acerca das transações com partes relacionadas da Companhia, veja os itens 16.1, 16.2 e 16.3 deste Formulário de Referência.

(e) aos fornecedores da Companhia

Os resultados da Companhia podem ser adversamente afetados por flutuações nos custos de matérias-primas e energia.

Aumentos nos preços dos produtos comercializados pela Companhia, e nos preços dos insumos dos produtos por ela produzidos e comercializados, podem afetar negativamente as margens e o volume das vendas de produtos afetando negativamente nos resultados operacionais e financeiros da Companhia. Mudanças nos preços de produtos e insumos dependem de uma série de fatores além do controle da Companhia, incluindo fatores macroeconômicos que podem afetar os preços das *commodities* (incluindo os preços do aço, do petróleo e insumos industriais); mudanças na oferta e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

demanda; condições econômicas gerais; eventos políticos significativos; custos trabalhistas; concorrência; direitos de importação, tarifas, direitos *anti-dumping* e outros custos semelhantes; câmbio e regulamentação governamental; e eventos como desastres naturais e surtos generalizados de doenças infecciosas (como a pandemia da COVID-19). Além disso, os custos de energia podem experimentar uma volatilidade significativa no curto prazo. Dependendo da natureza das mudanças nesses diferentes fatores que afetam a cadeia produtiva e de fornecimento da Companhia, tais mudanças podem impactar adversamente nos seus negócios, incluindo aumento dos custos de operação ou redução da demanda.

O aço é o principal insumo para a produção de implementos rodoviários, vagões ferroviários, sistemas de suspensão, acoplamentos e freios. O preço do aço no Brasil é determinado pela razão entre oferta e demanda deste produto internamente e fora do país e pela variação cambial. A variação deste insumo impacta no custo de produção dos produtos produzidos pela Companhia. A escassez de matéria prima ocasionada resultou em aumento no preço do aço ao longo do ano, gerando um aumento nos custos. O custo das vendas da Companhia sofreu um aumento de 15,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em relação ao custo das vendas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Se os preços dos produtos fabricados pela Companhia não acompanharem os aumentos de preço do aço, os lucros e as margens da Companhia poderão ser reduzidos. Um aumento nos preços do aço ou a escassez na oferta para a Companhia afetariam os custos de produção e potencialmente reduziriam as margens operacionais.

As atividades da Companhia dependem do fornecimento de água e energia elétrica; seu racionamento de água e/ou energia elétrica pode impactar negativamente sua produção e seus resultados operacionais.

O processo produtivo da Companhia consome grande quantidade de água e energia elétrica. A capacidade operacional de geração das usinas hidrelétricas brasileiras, bem como o próprio fornecimento de água, depende dos níveis do recurso armazenados nos reservatórios e nos fluxos dos rios. Existe, consequentemente, uma forte relação de dependência com os índices pluviométricos. O nível inferior de chuvas e o período de estiagem, poderá levar a uma queda nos níveis dos reservatórios e redução da capacidade operacional das hidrelétricas e no fornecimento de água em determinadas regiões no país, trazendo uma crise ao setor e forçando a população e indústria a um racionamento de energia.

O eventual racionamento de água e/ou energia poderá impactar diretamente o processo produtivo da Companhia, o que poderá afetar adversamente sua receita e seus resultados operacionais e financeiros.

A Companhia pode não ser capaz de repassar integralmente aos clientes os aumentos de custos em que incorre, incluindo os aumentos de preço de fornecedores.

Os custos e investimentos da Companhia são afetados pelo preço pago pelos produtos e serviços oferecidos pelos fornecedores, entre outros fatores. Ainda, as receitas oriundas dos contratos firmados com clientes não são necessariamente ajustadas pelos mesmos índices pelos quais são ajustados os contratos com os fornecedores. Se os custos aumentarem e a Companhia não for capaz de repassar esses acréscimos para seus clientes, a Companhia terá que absorver tais acréscimos, o que poderá afetar negativamente os resultados e o fluxo de caixa da Companhia.

Os produtos que a Companhia comercializa são produzidos a partir de matérias-primas adquiridas de diversos fornecedores e caso ocorram alterações nessa cadeia de fornecimento, suas atividades e negócios podem ser afetados adversamente.

Algumas categorias de produtos que a Companhia comercializa são produzidos a partir de matérias-primas adquiridas de diversos fornecedores. Dentre os principais insumos que a companhia utiliza estão: Aço, Suspensão, Eixo mecânico, Eixo pneumático, Molas, Sistemas elétricos, Sistemas de frenagem, Cilindro Hidráulico etc. Caso algum fornecedor não seja capaz de fornecer tais matérias-primas na quantidade, qualidade, preço e frequência usualmente adquirida pela Companhia e a Companhia não seja capaz de substituir o fornecedor em tempo hábil, a Companhia pode não ser

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

capaz de manter o seu nível usual de produção e/ou vendas na categoria afetada, o que pode afetar negativamente os resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

A Companhia não pode garantir que seus prestadores de serviços ou fornecedores não venham a se utilizar de práticas irregulares.

Devido à grande pulverização e terceirização das operações dos seus prestadores de serviço e da cadeia produtiva dos seus fornecedores, a Companhia não pode garantir que alguns deles não venham a apresentar problemas com questões trabalhistas, ambientais ou relacionados à sustentabilidade, quarteirização da prestação de serviços ou da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias ou mesmo que não venham a se utilizar dessas irregularidades para terem um custo mais baixo de seus produtos ou serviços. Caso seus prestadores de serviço ou fornecedores o façam, a Companhia poderá ter prejuízos com sua imagem e, como consequência, a percepção dos consumidores da Companhia sobre seus produtos pode ser adversamente afetada, com impacto direto nos resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

A Companhia pode vir a ser responsabilizada por obrigações fiscais, trabalhistas, ambientais e previdenciárias de terceiros fornecedores ou prestadores de serviços, bem como pode ter sua imagem associada a práticas irregulares efetuadas por fábricas ou fornecedores independentes que mantenham relação comercial com a Companhia.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, ambientais, trabalhistas e previdenciárias, a Companhia poderá ser considerada responsável subsidiária e/ou solidária por tal descumprimento, o que pode lhe causar efeitos materialmente adversos, inclusive à sua imagem.

A Companhia não pode garantir que os seus fornecedores observem integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental. Logo, eventual constatação de práticas irregulares pelos fornecedores, tais como a falta de recolhimento de verbas trabalhistas e previdenciárias devidas aos respectivos trabalhadores, práticas de trabalhos abusivas ou análogas ao trabalho escravo, ou mesmo resultados indesejados provocados por acidentes de trabalho, dentre outros, podem impactar negativamente a imagem e reputação da Companhia e, por consequência, seus resultados financeiros e operacionais.

A operação da Companhia depende de sistema de transporte e de infraestrutura para receber insumos dos fornecedores e entregar seus produtos aos clientes.

A operação da Companhia depende do funcionamento contínuo de infraestrutura logística, incluindo rodovias e todos os meios de transporte utilizados pela Companhia e/ou seus prestadores de serviços, fornecedores e clientes. Qualquer interrupção significativa nessa infraestrutura ou qualquer incapacidade de transportar seus insumos e produtos, por qualquer razão, poderá afetar negativamente resultados operacionais e financeiros da Companhia.

A infraestrutura e o sistema de transporte brasileiros são subdesenvolvidos e necessitam de investimentos, tanto por parte do governo brasileiro como da iniciativa privada, para que operem com eficiência e atendam às necessidades dos negócios. Desta forma, quaisquer interrupções ou reduções significativas na oferta da infraestrutura e/ou serviços de transporte, ou aumento nos preços para uso de tal infraestrutura e/ou serviço como resultado de desastres naturais, incêndio, acidentes, greves, protestos, falhas de sistema, alterações legislativas ou quaisquer outras causas, inclusive descumprimento da legislação ambiental ou danos ambientais, poderão atrasar ou afetar a capacidade de distribuição e entrega dos produtos para os clientes, prejudicar a demanda ou provocar a necessidade de aumento de preços dos produtos, impedir ou atrasar sua entrega e impor custos adicionais aos produtos, o que pode reduzir o volume de vendas e, assim, afetar negativamente o resultado operacional e financeiro da Companhia.

A Companhia pode figurar como responsável solidária pelos danos ambientais causados por seus fornecedores.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade objetiva e solidária. Isso significa que a obrigação de reparar danos poderá afetar a todos aqueles que, direta ou indiretamente,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da comprovação de culpa, o que poderá afetar adversamente os resultados e atividades da Companhia. Além disso, conforme posicionamento consolidado do Supremo Tribunal Federal, pleitos de reparação/compensação por danos ambientais não estão sujeitos a prescrição, tampouco a limitação de valores.

Ainda, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nos estabelecimentos e nas atividades da Companhia, tais como, gerenciamento de áreas contaminadas, supressão de vegetação, construções ou disposição final de resíduos sólidos, não exime a responsabilidade da Companhia por eventuais danos ambientais causados pelo terceiro contratado no exercício das atividades contratadas pela Companhia. Caso a Companhia seja responsabilizada por eventuais danos, sua reputação e seus resultados operacionais e financeiros poderão ser adversamente afetados.

(f) aos clientes da Companhia

A Companhia pode não se adaptar a mudanças nos canais de distribuição de produtos, o que pode impactar negativamente sua participação de mercado, as margens de lucro e a distribuição dos produtos.

Atualmente, a distribuição de produtos (especialmente peças de reposição) é realizada por distribuidores ou subdistribuidores que atuam como intermediários entre a Companhia e fornecedores de peças e/ou insumos industriais.

A Companhia pode não se adaptar a mudanças nos canais de distribuição de produtos, o que poderá impactar negativamente a participação de mercado, as margens de lucro e a distribuição dos produtos, bem como os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado aos clientes.

As operações dependem significativamente da capacidade dos clientes de pagarem pelos produtos adquiridos da Companhia e, portanto, está sujeita aos valores não cobráveis vencidos e não pagos por estes clientes, o que pode ter um efeito adverso nos resultados de operações da Companhia.

Em caso de inadimplência recorrente de um ou mais clientes relevantes ou de um ou mais grupos de clientes relevantes, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa.

As hipóteses que podem gerar a interrupção no pagamento destes clientes ou grupos de clientes incluem rescisão de contrato por fusões ou aquisições de clientes, dificuldades financeiras nos negócios de clientes, término de vigência de contratos, recuperação judicial ou extrajudicial, falência de clientes, aumento do desemprego, diminuição da renda disponível, e outros, inclusive inadimplemento não justificado, causando um efeito relevante adverso para a condição financeira da Companhia.

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua

A Companhia enfrenta concorrência significativa e pressão para se adaptar a mudanças nos hábitos de consumo, o que pode afetar negativamente sua participação de mercado.

A Companhia atua principalmente no setor de implementos rodoviários, que no Brasil é altamente competitivo. A Companhia compete com outras companhias com base no preço, qualidade e especificidade de produtos, rede de distribuição, disponibilidade de peças de reposição, localização e layout das lojas e serviços. Os hábitos de consumo estão em constante mudança e a Companhia pode não ser capaz de antecipar e responder rapidamente a essas mudanças, assim como manter a sua capacidade produtiva frente a seus competidores. Adicionalmente, é possível que os concorrentes da Companhia respondam a tecnologias novas ou emergentes e a mudanças nos requisitos do cliente com mais rapidez e eficácia, dedicando mais recursos ao desenvolvimento, promoção e venda de produtos e serviços.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O setor de implementos rodoviários possui poucas barreiras para a entrada de novos fabricantes, o que pode resultar no aumento da quantidade de concorrentes, bem como do nível competitividade do setor. Nestas hipóteses, o *market share* da Companhia pode ser impactado negativamente, afetando assim, seus resultados operacionais e financeiros.

Se a Companhia não puder adaptar seus produtos, adequar sua rede de distribuição, manter uma rede de peças de reposição acessível ao consumidor, ajustar rapidamente seu sortimento de produtos ou preços ou ajustar de outra forma às mudanças de preferências do consumidor, seus negócios e resultados de operação poderão ser materialmente e adversamente afetados.

Crises locais e/ou globais e desacelerações econômicas subsequentes podem afetar adversamente a demanda local e/ou global e levar a uma redução do comércio nacional e/ou internacional. Em consequência, as condições financeiras e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados negativamente.

Historicamente, a indústria de veículos comerciais, rebocados e de autopeças tem se mostrado altamente cíclica e muito afetada pelas condições econômicas em geral, apresentando grande correlação com o PIB Brasileiro. A retração econômica do Brasil e as turbulências da economia local e/ou global podem impactar negativamente os mercados consumidores, afetando o ambiente de negócios da Companhia. Tais situações poderão afetar adversamente as vendas, resultado operacional e situação financeira da Companhia.

A Companhia opera em um ambiente altamente competitivo e pode não conseguir competir de forma eficaz.

A indústria de veículos comerciais, rebocados e de autopeças é altamente competitiva, fragmentada e dinâmica. A Companhia possui diversos competidores, tais como Randon, Facchini, Noma, dentre outros.

Em relação aos aspectos tecnológicos, é possível que os concorrentes da Companhia respondam a tecnologias novas ou emergentes e a mudanças nos requisitos do cliente com mais rapidez e eficácia, dedicando mais recursos ao desenvolvimento, promoção e venda de produtos e serviços.

Empresas maiores, mais bem estabelecidas e bem financiadas, incluindo empresas estrangeiras, também podem adquirir, investir ou entrar em relacionamentos comerciais com empresas concorrentes. Portanto, alguns dos concorrentes e possíveis concorrentes da Companhia podem dedicar mais recursos a campanhas de *marketing* e promocionais, adotar políticas de preços mais agressivas e dedicar substancialmente mais recursos ao desenvolvimento de produtos, serviços e sistemas do que a Companhia, o que pode afetá-la adversamente.

Se a Companhia não for capaz de determinar estratégias eficazes de competição em resposta às ações de seus concorrentes, os resultados da Companhia podem ser adversamente afetados.

(h) à regulamentação dos setores em que a Companhia atua

A Companhia pode ser considerada responsável por danos causados por seus produtos a consumidores ou a terceiros, o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou PROCON, com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor. Ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos sob as alegações de que os produtos da Companhia estavam deteriorados, adulterados, ou não continham informações adequadas, dentre outras. Decisões desfavoráveis envolvendo, individual ou conjuntamente, valores substanciais poderão afetar adversamente o resultado e condição financeira da Companhia. Adicionalmente, decisões judiciais desfavoráveis poderão afetar adversamente a reputação da marca da Companhia e consequentemente, suas vendas e resultados financeiros. Para maiores informações, vide item 4.3 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode sofrer impactos relevantes devido a alterações na legislação tributária brasileira ou a conflitos em sua interpretação.

O governo brasileiro tem frequentemente implementado e discutido diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar as empresas e seus clientes, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo, assim como o cancelamento de benefícios em vigor.

Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da carga tributária da Companhia, o que poderia afetar adversamente sua lucratividade. Ademais, algumas leis fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais. Consequentemente, a Companhia pode ser adversamente afetada no caso de uma interpretação diferente daquela em que se baseia para realizar suas transações.

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis às operações da Companhia, bem como não pode garantir que terá sucesso na recuperação de todos os créditos tributários oriundos da Ação Judicial transitada em Julgado que garantiu o direito de excluir o ICMS da Base de Cálculo do PIS e da Cofins, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

Atualmente, existem no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria alguns tributos federais, estaduais e/ou municipais, dentre eles, por exemplo, IPI, PIS, Cofins, ICMS e o ISS, para a criação de um ou mais tributos que incidiriam sobre o consumo. A Companhia não pode assegurar que não haverá mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis que eventualmente poderão alterar sua carga tributária e seus incentivos fiscais, ou que os incentivos fiscais serão efetivamente mantidos nas atuais condições até o final de seus prazos de vigência, ou que será capaz de renovar os incentivos fiscais em condições favoráveis depois de expirados seus prazos atuais.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Lei nº 13.709/2018, conforme alterada pela Lei nº 13.853/2019, denominada Lei Geral de Proteção de Dados ("**LGPD**") regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, por meio de sistema de regras que impacta todos os setores da economia e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança informação, vazamentos de dados pessoais e a transferência de dados pessoais, bem como estabelece sanções para o descumprimento de suas disposições.

A LGPD autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("**ANPD**"), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD.

Ademais, necessário esclarecer que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 quanto a maior parte de suas disposições, exceto quanto às suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54), cuja aplicabilidade somente será possível a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

A Companhia coleta, utiliza, processa, armazena e gerencia dados pessoais no curso normal de seus negócios. Tais dados pessoais podem ser processados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos. O investimento para implementação e manutenção das condições técnicas e administrativas para a segurança da informação e proteção de dados pessoais na Companhia também será necessário, inclusive para a sustentação e atualização de sua estrutura de governança corporativa de proteção de dados pessoais. Ainda, conforme a LGPD, a Companhia tem o dever legal de manter um canal de comunicação com os titulares dos dados pessoais sobre os quais realiza tratamento, inclusive seus clientes e parceiros comerciais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode enfrentar dificuldades em cumprir a LGPD, devido à quantidade e complexidade das obrigações introduzidas, bem como devido à falta de regulamentação clara ou ausência de segurança jurídica. Tendo em vista o volume de dados pessoais tratados, a Companhia poderá ser alvo de sanções caso não consiga demonstrar conformidade com a LGPD e outras leis aplicáveis, sujeitando-se a perdas financeiras e de reputação o que pode afetar significativamente os resultados da Companhia.

O tratamento de dados pessoais em desacordo com a legislação ou a ausência de medidas de segurança, técnicas e administrativas para a proteção dos dados pessoais podem acarretar diversas situações de risco, entre elas a destruição e perda de dados pessoais, além da interrupção da prestação dos serviços da Companhia, podendo afetar diretamente as transações de clientes, relacionamento com parceiros comerciais, funcionários etc.

Além disso, com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, a Companhia poderá estar sujeita às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Todavia, neste cenário (anterior à vigência das sanções administrativas previstas na LGPD), o descumprimento de quaisquer disposições previstas em tal normativa tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Como explorado, a Companhia poderá ser judicialmente demandada ao pagamento de indenizações aos usuários prejudicados por violações dos seus direitos como titulares de dados, tais como seus direitos a transparência, no sentido de obter informações sobre o tratamento de seus dados pessoais e demais direitos previstos na LGPD.

Nota-se que, em caso de insuficiência na prestação de informações sobre o tratamento conforme as exigências da LGPD, a Companhia também poderá sofrer sanções administrativas por órgãos e entidades de proteção de dados pessoais, defesa do consumidor e defesa do interesse público. Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, poderão acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão das atividades, o que poderá afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia e, consequentemente, o valor das suas ações.

Para mais informações sobre a regulação de proteção de dados no Brasil veja o item 7.5 deste Formulário de Referência.

(i) aos países estrangeiros em que a Companhia atua

Medidas restritivas impostas por países importadores para conter a importação de produtos da Companhia podendo afetar seus negócios, aumentando o custo de seus produtos ou reduzindo sua capacidade de exportação.

A Companhia opera em mercados fora do Brasil, através de exportações a partir do Brasil. As exportações da Companhia enfrentam a concorrência de outros produtores ao redor do mundo e as restrições impostas pelos países importadores na forma de cotas, impostos sobre mercadorias, tarifas ou aumentos nas taxas de importação. Qualquer desses fatores pode aumentar os custos dos produtos e torná-los menos competitivos ou impedir que a Companhia os venda nesses mercados. Não há garantia de que os países importadores não irão impor cotas, impostos sobre mercadorias,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

tarifas, nem de que não aumentarão as taxas de importação. Adicionalmente fatores políticos e econômicos locais e globais poderão afetar negativamente a demanda pelos produtos da Companhia e o volume de vendas e, consequentemente, os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

(j) questões socioambientais

A Companhia poderá ter seus negócios afetados por leis e regulamentos ambientais e de segurança, as quais podem, ainda, exigir dispêndios maiores do que aqueles em que a Companhia atualmente incorre para seu cumprimento.

A Companhia está sujeita a leis ambientais municipais, estaduais e federais que afetam as suas atividades, assim como a regulamentos, autorizações e licenças que abrangem, entre outras coisas, a operação de suas atividades e a destinação de resíduos sólidos.

Tais regulamentos poderão obrigar a Companhia a obter novas licenças, permissões e autorizações para suas operações e eventual ampliação de suas atividades. As dificuldades para obter e renovar licenças, permissões e autorizações podem levar a atrasos na instalação de novos estabelecimentos e manutenção do pleno funcionamento de suas atividades. O descumprimento dessas leis e regulamentos poderá sujeitar a Companhia sanções administrativas e penais (Companhia e seus administradores), além da obrigação de reparação dos danos ambientais na esfera cível. Esses fatores podem afetar adversamente a reputação da Companhia, assim como sua disponibilidade de caixa e seus resultados operacionais.

Além disso, devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos a fim de manter a Companhia em conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor pode causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, consequentemente, um impacto adverso no resultado financeiro.

Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas administrativas que podem alcançar valores de até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). No caso de operação de atividades sem licenças ambientais ou em desacordo com a licença obtida, as multas administrativas podem chegar a R$ 10.000.00,00 (dez milhões de reais), além do risco de cancelamento ou revogação de licenças e autorizações e de publicidade negativa (impacto reputacional) e responsabilidade por eventuais danos causados.

O não cumprimento da legislação e regulamentação ambiental pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

A Companhia e seus fornecedores estão sujeitos a uma ampla legislação federal, estadual e municipal relacionada à conservação e proteção do meio ambiente que, dentre outras obrigações, estabelecem exigências de licenças ambientais e observância de padrões para o descarte de efluentes, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, parâmetros de emissões de ruídos, uso de recursos hídricos, áreas contaminadas, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Quaisquer violações da legislação e regulamentação ambiental poderão expor a Companhia a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros.

Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que essa legislação e regulamentação não se tornarão ainda mais rígidas, demandando aumento significativo dos investimentos a fim de que a Companhia cumpra com a legislação e regulamentação ambiental. Investimentos visando o cumprimento das regulamentações e legislações ambientais imprevistos poderão reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e afetar adversamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos, gerados pela Companhia e/ou seus fornecedores, pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

A Companhia está sujeita ao gerenciamento de seus resíduos sólidos, nos termos da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 ("**Política Nacional de Resíduos Sólidos**"), a qual tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Tendo em vista que os resíduos sólidos gerados poderão, em função de sua natureza, gerar impactos à atmosfera, solo, água subterrânea e ecossistema, durante todo seu ciclo de vida, seja nas dependências do local do empreendimento, seja, principalmente, no local de sua destinação final, fica a Companhia responsável pela segregação, armazenamento, transporte e destinação final de resíduos ou disposição final de rejeitos de forma ambientalmente adequada, podendo também ser obrigada a reparar qualquer sorte de danos ambientais decorrentes da gestão inadequada de tais resíduos.

Ademais, a contratação de terceiros para serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta a Companhia da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos resíduos ou rejeitos por esses terceiros.

O descumprimento de quaisquer obrigações relacionadas ao gerenciamento dos resíduos sólidos ou à implementação de logística reversa e/ou causar poluição de qualquer natureza, poderá ensejar a aplicação de penalidade de multa, a qual pode variar entre R$5.000,00 (cinco mil reais) a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), conforme estabelecido no Decreto Federal nº 6514/2008, sem prejuízo de eventuais obrigações e penalidades estabelecidas em nível estadual ou municipal.

Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em aumento de custos para cumprimento destas regulações.

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa, seja através de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de Gases de Efeito Estufa. A atual regulamentação sobre Gases de Efeito Estufa, ou, ainda, a regulamentação que eventualmente venha a ser aprovada, poderá aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tais efeitos podem afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

(k) fatores macroeconômicos

A relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia ao preço e na ocasião desejados.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades da Companhia e, consequentemente, seus resultados operacionais, e também podem afetar adversamente o preço de negociação de suas ações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Desse modo, a Companhia não pode assegurar a liquidez de suas ações, o que poderá limitar consideravelmente a capacidade dos atuais e/ou futuros acionistas da Companhia de vender as suas ações pelo preço e na ocasião desejados.

A inflação e os esforços do Governo Federal de combate à inflação podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia.

O Brasil já experimentou, no passado, índices de inflação extremamente elevados. Durante esse período, a economia brasileira foi negativamente impactada por medidas adotadas pelo Governo Federal com o intuito de controlar a inflação ou até mesmo por receio e especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas. Esse cenário contribuiu diretamente para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

O Governo Federal tem adotado medidas de controle da inflação que, frequentemente, têm incluído a manutenção de política monetária restritiva, com histórico de altas taxas de juros, o que pode restringir a disponibilidade de crédito e reduzir o crescimento econômico. Uma das consequências deste combate à inflação é a variação significativa das taxas de juros oficiais no Brasil, que variaram de 13,65% a.a. em 31 de dezembro de 2016, 6,90% a.a. em 31 de dezembro de 2017, 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2018, 5,50% em 31 de dezembro de 2019 e 2% em 31 de dezembro de 2020, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (COPOM), sendo que na data deste Formulário de Referência estão em 2% ao ano.

Nesse sentido, o Brasil continua sujeito a um aumento de inflação como consequência da intervenção do Governo Federal, inclusive mediante a redução ou aumento das taxas de juros e a intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do real. O risco para a Companhia é o de que caso o Brasil volte a experimentar índices de inflação elevada, a Companhia não seja capaz de reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos do aumento da inflação sobre a sua estrutura de custos, o que poderá desencadear em um aumento nos custos e redução da margem operacional líquida da Companhia. Além disso, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem afetar adversamente a Companhia, porque ela tem empréstimos e financiamentos indexados à variação da SELIC e às taxas oficiais de juros de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas SELIC, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita de suas aplicações financeiras.

O Governo Federal exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, podem afetar adversamente as atividades da Companhia e o preço de mercado de suas ações.

O Governo Federal intervém com frequência na economia brasileira e, ocasionalmente, faz mudanças significativas na política, nas normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias e seus regulamentos diversos. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação e outras políticas e regulamentos muitas vezes envolvem, entre outras, aumentos nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, controles de preço, desvalorizações de moeda, controles de capital, limites sobre importações e outras medidas.

Com os acontecimentos políticos e econômicos recentes, e o aumento da pressão sobre o Governo Federal por modificações e reformas na economia nacional por meio de mudanças nas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias, podem ser realizadas mudanças com impactos adversos que não podemos prever no momento. Frente ao momento imprevisível, não é possível antever o impacto das reformas nos negócios da Companhia. Os negócios da Companhia, a sua posição financeira, o resultado de suas operações, as suas perspectivas de negócios, bem como o valor de mercado das ações de sua emissão podem ser impactados negativamente por novas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores como:

- instabilidade social, econômica e política;
- contração da economia brasileira;
- controles cambiais e restrições de remessas ao exterior;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- inflação;
- taxas de juros;
- flutuação cambial;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- política fiscal, política monetária e alterações na legislação tributária;
- racionamento de água e energia;
- leis e regulamentos aplicáveis ao setor no qual a Companhia atua;
- interpretação de leis trabalhistas e previdenciárias; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade no mercado brasileiro e de capitais. Assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão eventualmente prejudicar as atividades da Companhia e, consequentemente, seus resultados operacionais, podendo inclusive afetar adversamente a negociação das ações de emissão da Companhia.

Desenvolvimentos e mudanças na percepção dos investidores sobre risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, Europa e outros países emergentes, podem afetar material e adversamente a economia brasileira e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as nossas ações.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses e outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Potenciais crises nos Estados Unidos, China e União Europeia, ou nos países de economia emergente podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderá prejudicar o preço das ações de emissão da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Eventuais reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, incluindo a crise da dívida que afeta alguns países da União Europeia, podem, em alguma medida, prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros de maneira geral, inclusive das ações de emissão da Companhia. Adicionalmente, o risco de default de países em crise financeira, dependendo das circunstâncias, pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados.

Com relação a fatos macroeconômicos relevantes que podem impactar o negócio da companhia, destacamos a saída do Reino Unido da União Europeia ("**Brexit**"), que pode afetar de maneira adversa as condições econômicas e de mercado da Europa e do mundo todo, podendo contribuir para a instabilidade nos mercados financeiros globais. Adicionalmente, o Brexit pode levar a incertezas legais e gerar leis e regulamentos nacionais potencialmente divergentes à medida que o Reino Unido determine quais leis da União Europeia ele substituirá ou replicará.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado diretamente o mercado de ações.

Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, podem prejudicar o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, especialmente países da América Latina e países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Crises em outros países da América Latina e em outros países de economia emergente ou as políticas econômicas de outros países, em especial aquelas dos Estados Unidos e países da União Europeia, poderão reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia. Isso poderia dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Qualquer desses acontecimentos poderá afetar adversamente os negócios da Companhia e o valor de mercado de suas ações.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como: oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou até mesmo ser incapazes ou não estar dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar a negociação das ações de emissão da Companhia, além de dificultar o seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Crises econômicas e políticas no Brasil podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia.

O Brasil tem apresentado instabilidades econômicas causadas por distintos eventos políticos e econômicos observados nos últimos anos, com a desaceleração do crescimento do PIB e efeitos em fatores de oferta (níveis de investimentos, aumento e uso de tecnologias na produção etc.) e de demanda (níveis de emprego, renda etc.). Consequentemente a incerteza sobre se o governo brasileiro vai conseguir promulgar as reformas econômicas necessárias para melhorar a deterioração das contas públicas e da economia tem levado a um declínio da confiança do mercado na economia brasileira e a uma crise no governo.

A economia brasileira continua sujeita às políticas e aos atos governamentais, os quais, em não sendo bem-sucedidos ou implementados, poderão afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. Nos últimos anos, o cenário político brasileiro experimentou uma intensa instabilidade em decorrência principalmente da deflagração de um esquema de corrupção envolvendo vários políticos, incluindo membros do alto escalão, o que culminou com o impeachment da última presidente da república e com ações contra seu sucessor e sua equipe.

Além disso, os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro. Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira e tem afetado e pode continuar a afetar adversamente nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como o preço de negociação de nossas ações. Não podemos prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

Também não podemos prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

Ainda, a gestão da crise da COVID-19 pelo governo federal, tanto no Brasil quanto internacionalmente, tem sido objeto de críticas aumentando a incerteza política e a instabilidade no Brasil.

As recentes instabilidades políticas e econômicas têm levado a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia.

Adicionalmente, qualquer dificuldade do Governo Federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as nossas operações. Incertezas em relação à implementação, pelo governo atual, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os nossos. Não podemos prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre nós ou sobre a economia brasileira.

Eventuais medidas adotadas pelo governo brasileiro podem resultar em um aumento no preço de combustíveis no país, o que pode afetar negativamente o setor que Companhia atua e resultar em um efeito adverso sobre as vendas da Companhia.

Variações nas taxas de câmbio podem afetar adversamente as condições financeiras e resultados operacionais da Companhia.

A moeda brasileira flutua em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal adotou diferentes regimes cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variava de diária para mensal), controles cambiais, mercados com caixa de câmbio dupla e um sistema de taxa de câmbio flutuante. Desde 1999, o Brasil adota um sistema de taxa cambial flutuante, com intervenções do Banco Central do Brasil na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, ocorrem flutuações significativas na taxa cambial entre o real e o dólar norte-americano e outras moedas. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa de câmbio de venda de dólar foi de R$ 4,03 por US$ 1,00, refletindo uma depreciação de 4,02% em relação ao dólar norte-americano em comparação a 31 de dezembro de 2018. Mais recentemente, em maio de 2020, o real se desvalorizou ao seu nível mais baixo desde o início da moeda, a R$ 5,94 por US$ 1,00. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de câmbio de venda do Dólar foi de R$ 5,31 por US$ 1,00 refletindo uma depreciação de 31,8% em relação ao dólar norte-americano em comparação a 31 de dezembro de 2019. Aumentos nos preços dos componentes e matérias-primas utilizadas em nossos produtos podem afetar negativamente nossas vendas e margens. Mudanças nos preços das matérias-primas e flutuações nas taxas de câmbio dependem de uma série de fatores além de nosso controle, incluindo fatores macroeconômicos que podem afetar os preços das commodities (incluindo os preços do aço, petróleo, madeira etc.); mudanças na oferta e demanda; condições econômicas gerais; eventos políticos significativos; custos trabalhistas; concorrência; direitos de importação, tarifas, direitos anti-

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

dumping e outros custos semelhantes; câmbio e regulamentação governamental; e eventos como desastres naturais e surtos generalizados de doenças infecciosas doenças (como a pandemia da COVID-19).

O real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente com relação ao dólar norte- americano no futuro. A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A desvalorização do real frente ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e provocar aumentos nas taxas de juros, bem como aumentar os preços dos insumos utilizados pela Companhia (tais como o aço e o petróleo), o que poderia afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo e resultar em um efeito adverso relevante sobre a Companhia. Tal desvalorização do real frente ao dólar norte-americano também pode gerar um aumento do preço dos combustíveis no Brasil, o que pode afetar negativamente o setor que Companhia atua e resultar em um efeito adverso sobre a Companhia. A desvalorização também reduziria o valor dos dividendos distribuídos em dólar norte-americano e o equivalente ao preço de negociação das ações da Companhia em dólares norte-americanos.

Além disso, não podemos prever se o Banco Central ou o governo brasileiro continuarão a permitir que o real flutue livremente ou intervirão no mercado de câmbio retornando ao sistema de bandas cambiais ou de outra forma. Além disso, a legislação brasileira prevê que, sempre que houver um sério desequilíbrio na balança de pagamentos do Brasil ou razões substanciais para prever um sério desequilíbrio, restrições temporárias podem ser impostas às remessas de capital estrangeiro para o exterior.

Qualquer desvalorização adicional da classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço das ações da Companhia.

A classificação de risco de crédito afeta a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch, conforme descrito abaixo:

- em fevereiro de 2016, a Standard & Poor's rebaixou o rating de crédito do Brasil de BB+ para BB, e manteve sua perspectiva negativa sobre o rating, citando uma piora na situação de crédito desde 2015. Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu rating para o BB com uma perspectiva estável, e em dezembro de 2019, a agência elevou sua perspectiva para positiva. Entretanto, em abril de 2020, a perspectiva foi novamente rebaixada para estável, como resultado da desaceleração no PIB por conta da pandemia, do aumento de gastos pelo governo para enfrentar a pandemia e do aumento no nível de incerteza no avanço da agenda de reformas estruturais quando a pandemia se dissipar.

- em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou os ratings do Brasil para abaixo do grau de investimento, para Ba2 com perspectiva negativa, citando a perspectiva de deterioração adicional no serviço da dívida do Brasil em um ambiente negativo ou de baixo crescimento, além de desafiar a dinâmica política. Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que manteve em setembro de 2018, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo. O rating e perspectiva estável foram reafirmados em maio de 2020.

- em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável, citando as fraquezas estruturais nas finanças públicas, alto endividamento do governo, fracas perspectivas de crescimento, ambiente político e questões relacionadas à corrupção. O rating BB negativo de risco de crédito soberano do Brasil foi reafirmado em maio de 2019, bem como em maio de 2020, com perspectiva negativa, citando a deterioração dos cenários econômico

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

e fiscal brasileiro e de riscos da piora para ambas dimensões, diante da renovada incerteza política, além das incertezas sobre duração e intensidade da pandemia da COVID-19.

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de rating acima mencionadas. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, podem levar a novos rebaixamentos. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderá aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Potenciais oscilações das taxas de juros poderão provocar efeito prejudicial nos negócios da Companhia e nos preços de mercado das ações de emissão da Companhia.

Oscilações do cenário prospectivo para as principais taxas de juros tanto da economia brasileira quanto das principais taxas de referência dos mercados desenvolvidos, podem impactar o resultado financeiro da Companhia. O impacto direto de alta de juros se dá na parcela da carteira de investimentos prefixada, impactando negativamente a marcação à mercado destes ativos sensíveis a variação das taxas de juros. Analogamente, reduções expressivas das taxas de juros eventualmente podem impactar o resultado financeiro, vide menor rentabilidade da parcela indexada às taxas flutuantes como CDI e SELIC, podendo em casos de grandes oscilações nas taxas de juros refletir nos preços de mercado das ações de sua emissão.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o índice das taxas médias do CDI foi de 2,75%, 5,94% e 6,40% respectivamente. Oscilações nas principais taxas de juros da economia brasileira podem ter os seguintes efeitos, diretos ou indiretos: (i) impacto na demanda por produtos vendidos pela Companhia, (ii) mudança nas taxas de juros de crédito ao consumidor, (iii) diminuição da rentabilidade dos produtos financeiros oferecidos pela Companhia, (iv) mudanças nos termos comerciais com fornecedores e prestadores de serviços (v) impacto na capacidade da Companhia de obter empréstimos, (vi) aumento do custo do endividamento, resultando em maiores despesas financeiras, entre outros. Estes efeitos podem causar tanto queda nas vendas como diminuição da rentabilidade, e assim, podem impactar adversamente as atividades da Companhia e seus negócios.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como o coronavírus responsável pela COVID-19, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus responsável pela COVID-19, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio (MERS) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), entre outros, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia, suas controladas e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo, medidas de restrições à circulação, distanciamento social e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência, os países têm imposto restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que têm resultado em volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, diminuição de renda e desemprego. A adoção das medidas descritas acima, aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

no mercado de capitais global, incluindo o Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020.

Nesse sentido, qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas pode ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia brasileira, nos resultados da Companhia e nos valores mobiliários de sua emissão. Surtos de doenças também podem resultar em quarentena do pessoal da Companhia ou na incapacidade de acessar suas instalações, o que pode prejudicar sua reputação e o preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia.

Risco de taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, principalmente as dívidas referenciadas na Taxa SELIC ("**SELIC**") e na Taxa de Juros de Longo Prazo ("**TJLP**"). Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade de variações de taxas de juros

As despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetadas pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e SELIC, sendo em 31 de dezembro de 2020 o saldo de financiamento exposto a variação destas taxas, era de R$7.139 mil e R$9.890 mil, respectivamente.

As receitas financeiras provenientes das aplicações financeiras da Companhia são afetadas pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI, sendo em 31 de dezembro de 2020 o saldo exposto a variação destas taxas, era de R$185.055 mil.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade desses indexadores foram definidos três cenários diferentes. A análise de sensibilidade dos juros utilizou como cenário provável as taxas, e os cenários possível e remoto levam em consideração uma variação nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente.

Empréstimos e financiamentos

		Aumento da taxa		Redução da taxa	
Taxa	**Cenário Provável**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**
		+25%	**+50%**	**-25%**	**-50%**
TJLP	4,40%	5,50%	6,60%	3,30%	2,20%
SELIC	3,00%	3,75%	4,50%	2,25%	1,50%
Efeito lucro antes da tributação (R$ mil)	**(581)**	**(726)**	**(871)**	**(200)**	**(133)**

Equivalentes de caixa

		Aumento da taxa		Redução da taxa	
Taxa	**Cenário Provável**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**
		+25%	**+50%**	**-25%**	**-50%**
CDI	2,80%	3,50%	4,20%	2,10%	1,40%
Efeito lucro antes da tributação (R$ mil)	**5.182**	**6.477**	**7.772**	**3.886**	**2.591**

Para cada cenário foi calculada o resultado financeiro bruto não levando em consideração a incidência de tributos. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2020 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o ano de 2020 com a variação positiva de 22,20% (4,13% positivo em 2019) e o Euro, que encerrou o ano de 2020 com a variação positiva de 28,30% (2,23% positivo em 2019). Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor da exposição líquida vinculada a moeda estrangeira, é representado por:

(Em milhares)		31/12/2020
Contas a receber em moeda estrangeira	USD	**471**
Financiamento em moeda estrangeira	USD	**(503)**
Exposição líquida		**(32)**

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos ativos líquidos em moeda estrangeira que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio. A análise de sensibilidade das taxas cambiais utilizou como cenário provável as cotações, e os cenários possível e remoto levam em consideração uma variação nessa cotação de 25% e 50%, respectivamente. Para cada cenário foi calculada o resultado *financeiro* bruto não levando em consideração a incidência de tributos.

		Aumento da taxa		Redução da taxa	
Taxa	**Cenário Provável**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**
		+25%	**+50%**	**-25%**	**-50%**
USD	5,10	6,38	7,65	3,83	2,55
Efeito lucro antes da tributação (R$ mil)	**3**	**(37)**	**(78)**	**44**	**84**

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como processos individualmente relevantes: (i) processos com valor individual igual ou superior a R$1 milhão; e/ou (ii) processos que individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Processos de natureza tributária

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e sua controlada figuravam como parte em aproximadamente 38 processos administrativos e judiciais de natureza tributária. Estes processos versam, principalmente, sobre compensações de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) glosados pela Receita Federal do Brasil.

De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, o valor total envolvido nos processos com chance de perda remota, possível e provável era de aproximadamente R$ 0 milhões, R$ 26 milhões e R$ 2,1 milhões, respectivamente, dos quais R$ 2,1 milhões foram provisionados.

Dentre os processos de natureza tributária individualmente relevantes para a Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes:

Processo nº 10983.907715/2017-89	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	25/08/2017
d. partes no processo	Autor / Impetrante: LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS Réu / Impetrada: Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.483.777,95
f. principais fatos	Trata-se de manifestação de inconformidade apresentada por Librelato S/A Implementos Rodoviários a despacho decisório proferido pela Receita Federal do Brasil, que não homologou compensação de crédito de saldo negativo de IRPJ, questionando a origem dos referidos créditos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão final desfavorável, a empresa ainda pode instaurar contencioso judicial para comprovar a origem dos créditos. Nesse caso, a suspensão da exigibilidade do débito exigiria, na maioria dos casos, o oferecimento de garantia.

Processo nº 11516.723417/2013-83	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	07/10/2013
d. partes no processo	Autor / Impetrante: LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS Réu / Impetrada: Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 5.296.128,11

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f. principais fatos	Trata-se de impugnação apresentada por Librelato S/A Implementos Rodoviários a lançamento de crédito tributário expedido devido a supostas irregularidades constatadas, como erro de classificação fiscal e de aplicação de alíquota do IPI de carrocerias e semi-reboques.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão final desfavorável, a empresa ainda pode instaurar contencioso judicial para comprovar a origem dos créditos. Nesse caso, a suspensão da exigibilidade do débito exigiria, na maioria dos casos, o oferecimento de garantia.

Processo nº 10983-905.679/2020-14	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal
b. instância	2°instância
c. data de instauração	16/07/2020
d. partes no processo	Autor / Impetrante: LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS Réu / Impetrada: Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 5.774.509,94
f. principais fatos	Trata-se de manifestação de inconformidade de despacho decisório que: não homologou a compensação declarada na PER/DCOMP 14600.96184.300719.1.3.029300, concluiu que não há valor a ser pago para o(s) pedido (s) de restituição/ressarcimento apresentado (s) no PER/DCOMP 21792.77647.110219.1.2.029944 22120.50914.300719.1.2.025205 e homologou parcialmente a compensação declarada no PER/DCOMP 19039.55904.250619.1.3.029497 - saldo negativo de IRPJ.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão final desfavorável, a empresa ainda pode instaurar contencioso judicial para comprovar a origem dos créditos. Nesse caso, a suspensão da exigibilidade do débito exigiria, na maioria dos casos, o oferecimento de garantia.

Processo nº 13963.720467/2019-51	
a. juízo	Receita Federal do Brasil - - Criciúma
b. instância	2° Instância
c. data de instauração	26/11/2019
d. partes no processo	Autor / Impetrante: LIBRELATO S/A IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS Réu / Impetrada: Delegado(a) da Receita Federal do Brasil de Florianópolis
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.004.714,61

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f. principais fatos	Trata-se de manifestação de inconformidade apresentada em face da decisão que considerou não declarada a compensação apresentada no PER/DCOMP n° 37966.89854.150819.1.3.03-6461, uma vez que o débito informado como objeto do lançamento de ofício não foi confirmado no sistema da RFB, ou, se localizado sua situação não foi considerada compatível com a quitação por compensação declarada.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão final desfavorável, a empresa ainda pode instaurar contencioso judicial para comprovar a origem dos créditos. Nesse caso, a suspensão da exigibilidade do débito exigiria, na maioria dos casos, o oferecimento de garantia.

Processos de natureza trabalhista

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e sua controlada figuravam como parte em aproximadamente 33 processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista. Estes processos versam, principalmente, sobre verbas trabalhistas em geral (horas extras, férias, periculosidade), doença ocupacional, acidente de trabalho, entre outros.

De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o valor total envolvido nos processos com chance de perda remota, possível e provável era de aproximadamente R$ 3,2 milhões, R$ 1,2 milhões e R$ 1 milhão, respectivamente, dos quais R$ 1 milhão foi provisionado. Adicionalmente, a Companhia provisionou o valor de R$1,8 milhão para potenciais demandas judiciais de natureza trabalhista não materializadas, totalizando, assim, uma provisão de R$2,8 milhões para demandas judiciais de natureza trabalhistas em 31 de dezembro de 2020.

Dentre os processos de natureza trabalhista individualmente relevantes para a Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes:

Processo nº 0000287-76.2019.5.12.0053	
a. juízo	3ª Vara do Trabalho de Criciúma/SC
b. instância	Primeira instância
c. data de instauração	13/05/2019
d. partes no processo	Autor: J. B. A. Réu: Librelato S.A Implementos Rodoviários.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 2.316.216,19 Valor atualizado: R$ 2.845.556,12
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista ajuizada por ex-empregado da Companhia, pleiteando: reconhecimento de acidente de trabalho com e condenação ao pagamento de pensão mensal vitalícia, com parcelas vencidas e vincendas em parcela única, bem como indenização por danos materiais e morais decorrentes do alegado acidente de trabalho ocorrido. Pugna, ainda, a condenação da Companhia ao pagamento de diferenças salariais, lucros cessantes e honorários advocatícios. Por fim, requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita. Aguarda-se realização de audiência de instrução, a qual, a requerimento das partes, será designada após o retorno das atividades presenciais.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

g. chance de perda	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável com trânsito em julgado, haverá impacto financeiro a ser calculado em liquidação de sentença.

Processos de natureza cível e outros

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e sua controlada eram parte em 128 processos cíveis e outros. Os objetos dos referidos processos envolvem diversos temas como questões ambientais, vício do produto, representação comercial, ações de cobranças, monitórias e execuções.

De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o valor total envolvido nos processos nos quais a Companhia figurava no polo passivo, com chance de perda remota, possível e provável era de aproximadamente R$ 2 milhões, R$ 10,2 milhões e R$ 2,6 milhões, respectivamente, dos quais R$ 2,6 milhões foram provisionados pela Companhia.

Ainda de acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o valor total envolvido nos processos nos quais a Companhia figurava no polo ativo, com chance de perda remota, possível e provável era de aproximadamente R$ 13 milhões, R$ 0,5 milhões e R$ 0,1 milhão, respectivamente.

Dentre os processos de natureza cível e outros individualmente relevantes para a Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes:

Processo nº 0300352-16.2014.8.24.0044	
a. juízo	1ª Vara da Comarca de Orleans-SC/2ª Câmara de Direito Comercial do TJSC
b. instância	Segunda instância
c. data de instauração	27/10/2014
d. partes no processo	Autor: Rodonatti Implementos Rodoviários Ltda Réu: Librelato S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R$ 1.111.927,75 Valor atualizado: R$ 2.691.956,62
f. principais fatos	A Rodonati Implementos Rodoviários LTDA ingressou com a ação postulando pela condenação da LIBRELATO S/A ao pagamento do valor de R$ 1.111.927,75 (danos morais; aviso prévio; comissões “não pagas”; serviços de assistência técnica; indenização de 1/12 apurada desde 2008 a 2013). Na sentença foi julgado parcialmente procedente o pedido da Rodonati Implementos Rodoviários LTDA, condenando a ré a pagar R$ 15.474,01, mais o montante equivalente a 1/12 do total da retribuição auferida entre 01/04/2009 e 05/03/2013 período de tempo em que exerceu a representação (deverá ser objeto de liquidação de sentença). A Rodonati Implementos Rodoviários LTDA apresentou recurso que encontra-se concluso para decisão desde 30/11/2020.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	Caso o Tribunal confirme os dispositivos da sentença prolatada, após o trânsito em julgado da ação, haverá impacto financeiro para a Companhia com valor estimado de condenação de aproximadamente R$ 300.000,00, cujo valor será confirmado na- liquidação de sentença.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0002274-65.2014.8.21.0072	
a. juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Torres-RS
b. instância	Primeira instância
c. data de instauração	26/02/2014
d. partes no processo	Autor: Gustavo Borges de Azevedo Réu: Librelato S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R$ 1.267.000,00 Valor atualizado: R$ 1.400.876,75
f. principais fatos	Houve acidente em que uma placa publicitária de oficina autorizada caiu sobre um terceiro causando danos físicos, sequelas e danos materiais pelo que o autor pede indenização. Porém, a placa não pertencia à Librelato, apenas constava seu patrocínio. Contudo, acionada em juízo juntamente com a oficina e a fabricante da placa, o juiz considerou um acidente de consumo, o que implicou solidariedade entre as partes do polo passivo da ação. Aguarda julgamento recurso de agravo de instrumento interposto em face da referida decisão.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável com trânsito em julgado, haverá impacto financeiro para a Companhia.

Processo nº 0002906-88.2011.8.14.0015	
a. juízo	2 Vara Cível da Comarca de Castanhal-PA
b. instância	Primeira instância
c. data de instauração	08/07/2011
d. partes no processo	Autor: Percon Perfurações e Construções Ltda. Réu: Librelato S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R$ 522.150,00 Valor atualizado: R$ 1.807.547,75
f. principais fatos	O pedido do processo diz respeito a danos morais e materiais, devido ao atraso na entrega e defeito no semi-reboque. Aguarda-se a realização de perícia técnica.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável com trânsito em julgado, haverá impacto financeiro para a Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0005820-49.2014.8.16.0014	
a. juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Londrina-PR/ 9ª Câmara Cível do TJPR
b. instância	Segunda instância
c. data de instauração	31/01/2014
d. partes no processo	Autor: Nutri 100 Agro Ltda Réu: Librelato S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R$ 340.000,00 Valor atualizado: R$ 1.009.695,22
f. principais fatos	Demanda indenizatória contra a Librelato. A sentença determinou a parcial procedência dos pedidos, condenando a Librelato ao pagamento de danos emergentes no valor de R$ 2.000,00, lucros cessantes no valor de R$ 45.000,00 e substituição de câmbio novo. Em segunda instância, confirmou-se a condenação exclusiva da Librelato. No momento, tratativas de acordo estão em andamento.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	Sendo a decisão mantida nos exatos termos da sentença, com trânsito em julgado da ação, haverá impacto financeiro para a Companhia estimado em valor aproximado à R$ 340.000,00.

Processo nº 0000597-93.1999.8.24.0087	
a. juízo	Vara única da Comarca de Lauro Muller/SC
b. instância	Primeira instância
c. data de instauração	11/08/1999
d. partes no processo	Autor: Márcio Ramos Valentin Réu: Librelato S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R$ 307.000,00 Valor envolvido atualizado: 1.109.526,94
f. principais fatos	A ação tem como origem acidente de trânsito. Houve trânsito em julgado da ação e a Librelato foi intimada a pagar a condenação por reconhecimento de grupo econômico. Demais informações: No cumprimento de Sentença n. 5000008-64.2009.8.24.0087 fora impugnado através de recurso o redirecionamento da condenação à Librelato S.A. e impugnado o valor exigido através de Impugnação ao Cumprimento de Sentença. As partes encontram-se em tratativas de acordo.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável com trânsito em julgado, haverá impacto financeiro para a Companhia.

Processos de natureza ambiental

Dentre os processos de natureza ambiental individualmente relevantes para a Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto o seguinte:

Ação Civil Pública nº 5000152-81.2010.4.04.7204 (Resp nº 1.545.834/SC)	
a. juízo	4ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, subseção de Criciúma - SC
b. instância	Superior Tribunal de Justiça
c. data de instauração	19/02/2010

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

d. partes no processo	Autor: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”) Réu: Librelato S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 100.000,00 Valor atualizado: R$ 377.724,03
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ibama em face da Companhia por fazer funcionar jateamento com granalha em Área de Preservação Permanente (“APP”) nas margens do Rio Tubarão. Requereu o IBAMA que fosse promovida a reparação integral do dano por meio do pagamento de indenização, considerando o tempo de regeneração da APP. A ação foi julgada procedente em primeiro grau determinando que a Companhia: (i) apresentação de Plano de Recuperação da Área Degradada (“PRAD”), acompanhado de cronograma; (ii) publicação da sentença em jornal de grande circulação; (iii) pagamento de indenização a título de dano moral coletivo, no valor de R$ 250.000,00 a ser depositado no Fundo de Defesa dos Direitos Difusos; Em sede de julgamento de recursos de apelação, foi dado parcial provimento ao recurso da Companhia para afastar o pagamento da indenização a título de dano moral coletivo (R$ 250.000,00) e negado provimento ao recurso de apelação do IBAMA. Atualmente, em razão da interposição de Recurso Especial e Agravo em Recurso Especial pelo IBAMA, aguarda-se julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	O juiz de 1º grau condenou a apresentação de PRAD e indenização por danos morais coletivos, e no 2º grau houve o afastamento da penalidade de indenização ref. aos danos morais coletivos (R$ 250.000,00), sendo remetido ao STJ em 13/02/2020, para fins de julgamento de recurso especial e agravo. Considerando o estágio atual do processo, estima-se uma condenação de R$ 100.000,00, a fim de cumprir o PRAD, conforme laudo pericial apresentado no processo originário.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o valor total envolvido nos processos descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência era de aproximadamente R$ 48,3 milhões, dos quais R$ 7,6 milhões foram provisionados.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou sua controlada fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de sua controlada.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou sua controlada fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de sua controlada.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e sua controlada não figuravam como partes em processos sigilosos relevantes que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos repetitivos ou conexos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza:

Processos de natureza tributária

Processo nº 1870000039997	
a. valores envolvidos	R$ 978.593,36
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Trata-se de defesa apresentada por Librelato S/A Implementos Rodoviários a auto de infração lavrado por suposta emissão de documento fiscal com destaque parcial do imposto devido (ICMS) As autoridades fiscais alegam que o contribuinte teria utilizado indevidamente da previsão de diferimento previsto no artigo 268 do Anexo 6 do RICMS/SC , aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27/08/01, referente ao Programa de Revigoramento do Setor de Transporte Rodoviário de Cargas - Pró-Cargas/SC (Lei nº 13790/06), em operações de saídas de implementos rodoviários destinados a empresas não estabelecidas no Estado de Santa Catarina como prestadoras de serviço de transporte rodoviário de cargas.

Processo nº 1870000039911	
a. valores envolvidos	R$ 582.233,60
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Trata-se de defesa apresentada por Librelato S/A Implementos Rodoviários, a auto de infração, lavrado por ter sido deixado de emitir documento fiscal com destaque parcial do imposto devido (ICMS). As autoridades fiscais alegam que o contribuinte teria utilizado indevidamente da previsão de diferimento previsto no artigo 268 do Anexo 6 do RICMS/SC , aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27/08/01,referente ao Programa de Revigoramento do Setor de Transporte Rodoviário de Cargas - Pró-Cargas/SC (Lei nº 13790/06), em operações de saídas de implementos rodoviários destinados a empresas não estabelecidas no Estado de Santa Catarina como prestadoras de serviço de transporte rodoviário de cargas.

Processo nº 1870000039983	
a. valores envolvidos	R$ 934.388,35
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Trata-se de defesa apresentada por Librelato S/A Implementos Rodoviários, a auto de infração, lavrado por suposta emissão de documento fiscal com destaque parcial do imposto devido (ICMS). As autoridades fiscais alegam que o contribuinte teria utilizado indevidamente da previsão de diferimento previsto no artigo 268 do Anexo 6 do RICMS/SC , aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27/08/01, referente ao Programa de Revigoramento do Setor de Transporte Rodoviário de Cargas- Pró-Cargas/SC (Lei nº 13790/06), em operações de saídas de implementos rodoviários destinados a empresas não estabelecidas no Estado de Santa Catarina como prestadoras de serviço de transporte rodoviário de cargas.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

A Companhia e sua controlada são parte em diversos processos no desenvolvimento normal de suas atividades. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o valor total envolvido nos processos descritos no item 4.6 deste Formulário de Referência era de aproximadamente R$27,9 milhões, dos quais R$2,1 milhões foram provisionados.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Programa Catarinense de Parcelamento de Débitos Fiscais e outros programas de parcelamento

A Companhia é parte no Programa Catarinense de Parcelamento de Débitos Fiscais (“PPDF”), instituído pelo Estado de Santa Catarina através da Lei nº 17.514/2018, por autorização do Convênio ICMS nº 158/2017. Na Data de Corte, o saldo devedor do referido parcelamento totalizava R$ 3.639.096,98. A Lei nº 17.514/2018 prevê algumas hipóteses em que o parcelamento pode ser cancelado, determinando que, nesses casos, o crédito tributário objeto do PPDF deverá ser recomposto proporcionalmente ao débito remanescente do parcelamento, com incidência de juros, multas e demais encargos legais, mantendo-se a redução da multa e dos juros em relação aos valores pagos anteriormente ao cancelamento.

Ademais, a Companhia é parte em programas de parcelamento federais, cujo saldo devedor atualizado supera R$ 1 milhão de reais. A Companhia pode vir a ser excluída desses programas de parcelamento caso deixe de pagar as parcelas regularmente, hipótese em que o débito voltaria a ser exigível em seu valor remanescente, desconsiderando eventuais descontos de multa e juros concedidos em virtude da adesão ao parcelamento.

Termo de Ajustamento de Conduta / Procedimento Preparatório

A Companhia é parte no Procedimento Preparatório (“PP”) n° 000253.2010.12.002/7 instaurado pelo Ministério Público do Trabalho na 12ª Região (“MPT/SC”). O procedimento foi instaurado em razão da inexistência de Programa de Prevenção a Riscos e Acidentes (“PPRA”), no ano de 2010.

Em razão deste procedimento a Companhia celebrou Termo de Ajustamento de Conduta (“TAC”) n° 1713/2011, por meio do qual se obrigou a elaboração do PPRA. A Companhia cumpriu com as obrigações assumidas no TAC, isto é, promoveu a elaboração de documento mencionado.

Contudo, em razão da existência de inadequações, o referido TAC foi executado e a Companhia foi condenada ao pagamento de multa no valor de R$ 14.589,08 (Quatorze mil, quinhentos e oitenta e nove reais e oito centavos), a qual foi integralmente paga no valor atualizado de R$14.646,81.

Em 26/10/2020, o MPT requisitou relatório detalhando a forma com que se realizam as pinturas nos termos do PPRA, bem como “vídeo para que pudesse ser verificado todo o processo”.

A Companhia juntou os documentos solicitados pelo MPT, os quais estão pendentes de análise. Todavia, em caso de juízo desfavorável pelo referido Órgão, poderá haver a propositura de um novo TAC ou a execução do TAC previamente assinado e, ainda, o ajuizamento de ação civil pública com vistas a exigir que a Companhia se adeque aos termos da legislação no que tange as normas de medicina e segurança do trabalho.

Inquérito Policial

A Sra. Simone Martins, Diretora Financeira da Companhia, figura, como parte investigada, exclusivamente em razão de sua posição como diretora estatutária da empresa DHB – Componentes Automotivos S/A (“DBH”) à época, em inquérito policial para apurar suposta apropriação indébita previdenciária relacionada à DHB no ano de 2007. O inquérito policial ainda se encontra no início das etapas investigativas, tendo sido realizada a oitiva dos investigados, incluindo a Sra. Simone Martins, em setembro de 2020. O diretor-presidente da DHB, também investigado, prestou depoimento favorável à Sra. Simone Martins, tendo sido claro ao afirmar que ela não detinha poderes de decisão sobre o pagamento ou não de tributos na DHB à época dos fatos apurados no Inquérito Policial.

Embora este inquérito não envolva a Companhia ou sua controlada, em caso de propositura de ação penal contra a Sra. Simone Martins ao fim da investigação em curso no inquérito policial, eventual decisão desfavorável poderá ter impacto reputacional à Companhia, além de resultar em eventual afastamento Sra. Simone Martins de suas funções na Companhia.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Segundo os advogados responsáveis pela condução do caso, não há como mensurar a probabilidade de perda deste inquérito policial na atual fase investigativa inicial. Contudo, no depoimento prestado no inquérito policial pelo diretor-presidente da DHB foram apresentados argumentos que afastariam a Sra. Simone Martins dos fatos apurados.

Inquérito Civil 06.2016.00002031-4

A Companhia é parte em inquérito civil instaurado em 04.04.2016 pelo Ministério Público de Santa Catarina. O inquérito visa apurar possível ato de improbidade administrativa diante da notícia de direcionamento do caminhão da Librelato licitado no processo n. 14/2014, pregão presencial n. 10/2014, do município de Iraceminha. O inquérito civil ainda se encontra em etapas investigativas.

Segundo os advogados responsáveis pela condução do processo, o risco de judicialização é remoto, tendo em vista o transcurso do tempo da instauração do inquérito e a ausência de apresentação de provas suficientes para comprovar eventual conluio da Librelato. Entretanto, pontua-se que, em caso de futura propositura e condenação em ação de improbidade há possível impacto negativo à imagem e reputação da Companhia, além da possibilidade de incorrer nas penalidades previstas em lei.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desses direitos, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(e) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos, a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de fevereiro de 2021 e estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gerenciamento de riscos da Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos estratégicos, financeiros, tecnológico e de imagem identificados dentro dos processos da Companhia, bem como detalhar e documentar as atividades a ela relacionadas. Além disso, a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia também descreve o processo de gerenciamento de risco, os procedimentos de comunicação e as responsabilidades dos principais órgãos societários da Companhia.

A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada: (i) na sede da Companhia: Rodovia SC 445, KM 7,5, s/n, Bairro Primeiro de Maio, CEP 88820-000, cidade de Içara, Estado de Santa Catarina; (ii) no website da Companhia (www.ri.librelato.com.br); e (iii) no website da CVM (cvm.gov.br).

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos adotada pela Companhia busca a adequação às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa, estabelecendo os princípios e parâmetros a serem observados com relação ao processo de gerenciamento de riscos, com vistas a identificar, avaliar, priorizar e gerenciar os riscos. O gerenciamento de riscos é fundamental para a estratégia da Companhia, provendo um procedimento de identificação de riscos aplicável às atividades atuais e futuras da Companhia.

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Política de Gerenciamento de Riscos visa à gestão dos seguintes tipos de risco aos quais a Companhia está sujeita:

- **Risco de *Compliance:*** risco de estar sujeito a quaisquer sanções legais de cunho reputacional ou regulatórias, ou prejuízo financeiro que a Companhia possa sofrer em decorrência de sua falha em cumprir as leis e regulamentos aplicáveis, políticas internas, códigos de conduta e padrões de boas práticas.
- **Risco de Crédito**: risco relativo à inadimplência de clientes devido à falta de capacidade financeira para honrar suas dívidas, falhas de comunicação entre a Companhia e seus devedores, desavenças entre a Companhia e seus devedores acerca dos montantes devidos e outras.
- **Risco de Imagem**: risco de danos à reputação da Companhia junto a partes interessadas, acarretando impactos no valor da marca.
- **Risco de Informação**: risco relacionado à perda, ao mau uso ou à divulgação não autorizada de dados pessoais sensíveis ou informações confidenciais de acionistas internos ou externos que possam causar danos ou transtornos a qualquer indivíduo, ameaçar os negócios da Companhia ou prejudicar sua reputação.
- **Risco de Liquidez**: risco de falta de capacidade financeira da Companhia para pagar suas dívidas previstas e imprevistas, efetivas e futuras, incluindo operações com garantias, sem afetar suas operações do dia a dia e sem incorrer em perdas significativas.
- **Risco de Mercado**: risco de prejuízo devido à variação em operações que envolvam flutuações nas taxas de juros.
- **Risco Estratégico**: risco de implementação de uma estratégia errada, inadequada ou ineficaz que deixe de atingir os objetivos da Companhia e os retornos pretendidos. Risco associado com as decisões estratégicas para atingir seus objetivos de negócio decorrentes

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

da falta de capacidade ou habilidade da Companhia de se proteger ou se adaptar a mudanças do ambiente.

- **Risco Financeiro:** risco decorrente da possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais, regulatórios, fiscais, estatutários e de sustentabilidade incompletos, inexatos ou intempestivos e expondo a Companhia a multas, penalidades e outras sanções.
- **Risco Operacional**: risco de prejuízo devido a falhas, deficiências ou inadequação de processos, pessoal e sistemas internos ou eventos externos, incluindo, mas não se limitando, risco de *compliance* associado à inadequação ou deficiência em contratos, assim como sanções devidas ao não cumprimento de leis e regulamentos e indenizações de danos causados a terceiros resultantes das atividades da Companhia. Também inclui fraudes internas e externas.
- **Risco Tecnológico:** risco associado à possibilidade de ocorrência de falhar em sistema de tecnologia da informação com impactos nos negócios da Companhia ou na execução de processos relacionados à tecnologia da informação.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

O processo de gerenciamento de riscos envolve a categorização e a avaliação de cada risco e a aplicação de controles gerenciais para mitigar o risco, baseados em um julgamento acerca do impacto provável caso nenhuma medida seja tomada, combinado com uma avaliação da probabilidade de nova ocorrência do risco.

Com base nas diretrizes do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management Framework* (COSO) e na Norma ISO 31000:2009 – Princípios e Diretrizes da Gestão de Risco, a Companhia estabelece um processo de gestão do risco que engloba os seguintes componentes:

- *Ambiente interno*: captura os objetivos da organização, o ambiente em que ela persegue seus objetivos, suas partes interessadas e a diversidade de critérios de risco. Estabelece o desenho, gerenciamento, monitoramento e a disciplina dos colaboradores em relação a estrutura de controles internos. Os objetivos estratégicos são definidos pela diretoria em linha com a estratégia e o apetite ao risco, o qual direciona o nível de tolerância ao risco nos processos e atividades executadas nos diversos níveis da Companhia. Em função desses objetivos, são definidos conjuntos de estratégias para seu cumprimento;
- *Fixação de objetivos*: pressupõe a certificação de que a administração dispõe de um processo para fixar objetivos e que os objetivos escolhidos se alinham à missão e aos princípios da Companhia;
- *Identificação de eventos*: inclui a identificação de fatores internos e externos que possam afetar adversamente as estratégias de negócios e as metas da Companhia;
- *Avaliação do risco*: os riscos são coletados através de entrevistas realizadas anualmente, com intuito de criar uma lista abrangente baseada nos eventos relatados pelos responsáveis das áreas que, em sua visão, possam criar, aumentar, evitar, reduzir, acelerar ou atrasar a realização dos objetivos. Essa planilha de riscos será alimentada com os pontos identificados, também, durante a auditoria interna e classificados com igual metodologia, formando uma base consolidada, dessa forma provendo o Diretor Presidente e Diretoria de uma informação completa sobre o quadro atual de riscos da Companhia. A partir disso o risco será classificado como desprezível (satisfatório), administrável (necessidade de melhorias), indesejável (necessidade de melhorias significativas) ou intolerável (insatisfatório);
- *Resposta ao risco*: exige que a administração implemente um conjunto de iniciativas e planos de ação para mitigar riscos quando for o caso, com base no perfil de risco na Companhia;
- *Atividades de controle*: as atividades de controle compreendem políticas e procedimentos elaborados para assegurar que as diretrizes e os objetivos, definidos pela Companhia, para minimizar seus riscos, estão sendo observados nas atividades executadas. As atividades de controle ocorrem em todos os níveis da Companhia e abrangem atividades como aprovações,

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

autorizações, limites de alçada, verificações, reconciliações, revisões de performance operacional, segurança de ativos e segregação de funções;

- *Informação e comunicação*: são processos contínuos e iterativos que permeiam o processo de gestão de riscos e visam fornecer, compartilhar ou obter informações. Dessa forma, as práticas de controle sobre os sistemas de informação devem garantir a relevância, a disponibilidade, o acesso e a exatidão das informações; e
- *Monitoramento, análise e priorização*: consiste na verificação, supervisão e observação crítica executadas de forma contínua, a fim de identificar mudanças no nível de desempenho requerido ou esperado, ou seja, a estrutura de controles internos deve ser monitorada para avaliar a qualidade e a atualização dos controles no tempo. Esse objetivo é atingido com atividades recorrentes de monitoramento ou procedimentos de avaliações independentes periódicas, ou, ainda, uma combinação desses dois mecanismos. A matriz de priorização permite visualizar graficamente os riscos selecionados e agrupá-los de acordo com a perda associada caso o evento de risco aconteça.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Cada área interna da Companhia é responsável por: (i) reportar riscos envolvendo o processo da área; (ii) executar o plano de ação determinado; e (iii) reportar o status do andamento e conclusão.

A Diretoria da Companhia é responsável por: (i) implementar as estratégias da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração com relação à Gestão do Risco; (ii) propor ao Conselho de Administração o Apetite por Risco da Companhia; (iii) conduzir uma revisão periódica desta Política e apresentar quaisquer sugestões ao Conselho de Administração; (iv) avaliar periodicamente a Avaliação de Risco, relatando quaisquer descobertas ao Conselho de Administração; (v) avaliar e monitorar o Risco Estratégico; (vi) identificar quaisquer Riscos antecipadamente e conduzir o Gerenciamento de Risco correlato; e (vii) auxiliar na elaboração dos relatórios relacionados ao Gerenciamento do Risco.

Já a auditoria interna da Companhia é responsável por:

(i) realizar análise detalhada e técnica sobre o risco anualmente;

(ii) recomendar aplicação de controles e ações específicas, bem como estabelecer o processo de gestão do risco;

(iii) coordenar e determinar as diretrizes a serem seguidas para os controles internos e riscos corporativos;

(iv) monitorar a execução dos planos de ações e gerar reporte a gestão;

(v) realizar testes de controles e planos de ações aplicados, caso necessário;

(vi) gerar relatório gerencial;

(vii) avaliar os resultados da Gestão do Risco e relatá-los ao Conselho de Administração, à Diretoria e ao Comitê de Auditoria, Gerenciamento de Riscos e Auditoria Interna;

(viii) coordenar e determinar as diretrizes a serem seguidas no tocante aos procedimentos de *compliance*, controles internos e risco corporativo;

(ix) mapear e conduzir treinamentos de *compliance* às áreas de interesse;

(x) auxiliar a área de ouvidoria na apuração e análise das medidas disciplinares a serem aplicadas em decorrência de violação do Código de Ética e Conduta da Companhia; e

(xi) realizar no mínimo uma revisão anual do sistema de controles internos da Companhia.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

O Conselho de Administração da Companhia é responsável por:

(i) determinar o Apetite por Ricos e estabelecer a cultura da gestão do risco dentro da Companhia, especialmente com relação a novas iniciativas e riscos emergentes;

(ii) tomar as decisões principais com relação ao processo de gestão de riscos da Companhia, incluindo os que possam afetar o perfil de risco ou exposição da Companhia;

(iii) aprovar quaisquer mudanças na Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia; e

(iv) revisar, monitorar e aprovar as estratégias gerais da Companhia para a gestão dos Riscos e os papéis e relatórios elaborados pelo Comitê de Auditoria e pelas divisões internas.

Por fim, o Comitê de Auditoria da Companhia está encarregado de:

(i) rever o cumprimento pela Companhia das leis, padrões e regulamentos aplicáveis;

(ii) avaliar e analisar o uso e a confiabilidade dos controles internos, riscos de compliance e corporativos;

(iii) fiscalizar o desempenho de terceiros contratados para dar suporte ao staff designado para desempenhar funções de compliance, controles internos e risco corporativo;

(iv) revisar as principais políticas da Companhia, incluindo as políticas internas e o Código de Ética e Conduta, propondo quaisquer mudanças ao Conselho de Administração;

(v) coordenar e monitorar as atividades de canal de denúncias (whistleblower) e ouvidoria (ombudsman), assegurando a autonomia, sigilo, confidencialidade e um ambiente livre de retaliações;

(vi) avaliar e monitorar os Riscos aos quais a Companhia está exposta;

(vii) investigar e monitorar eventos que possam prejudicar os controles internos e a política de compliance da Companhia; e

(viii) fornecer treinamento recorrente ao pessoal da Companhia com vistas a assegurar que sejam capazes de identificar, evitar, avaliar, monitorar e mitigar Riscos.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O departamento de *compliance*, controles internos e gerenciamento de riscos é o órgão responsável pelas verificações, monitoramento e planos de remediação para riscos inerentes aos assuntos internos e externos da Companhia, os quais são apresentados ao Comitê de Auditoria, à Diretoria e ao Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria é o órgão responsável por zelar pela eficácia dos mecanismos instalados, cabendo à auditoria interna monitorar e avaliar sistematicamente os riscos inerentes à Companhia. Além disso, a Companhia possui um canal de denúncias gerido por terceiro independente e conta com auditores externos para auxiliar a identificação, estruturação e remediação de riscos.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não adota uma política específica de gerenciamento de riscos de mercado, no entanto, a Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada em 18 de fevereiro de 2021 pelo Conselho de Administração e descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, a qual traz o processo de gerenciamento de riscos da Companhia de uma maneira geral. A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada: (i) na sede da Companhia na Rodovia SC 445, KM 7,5, s/n, Bairro Primeiro de Maio, Içara, SC, CEP 88820-000; (ii) no website da Companhia (www.ri.librelato.com.br); e (iii) no website da CVM (www.gov.br/cvm).

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia está exposta a eventuais prejuízos devido à variação em operações que envolvam flutuações nas taxas de juros, no entanto, a Companhia acredita que, na data de apresentação deste Formulário de Referência, tais variações não têm efeito material direto sobre os seus negócios, não possuindo, desta forma, mecanismos para se proteger deste risco de mercado.

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para o risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos, o risco de taxa de juros e o risco cambial, conforme qualitativa e quantitativamente descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras da Companhia.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps de câmbio e de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos de taxa de juros, respectivamente. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos (swaps) apresentados na tabela abaixo (valores em R$ mil).

Contraparte	Vencimento	Moeda	Nocional	Derivativo ativo	Derivativo passivo	Saldo em 31/12/2020
Itaú BBA	05/2022	Euro	3.334	4.875	(3.392)	1.483
Itaú BBA	06/2021	Euro	5.000	6.861	(5.078)	1.783
						3.266

Demonstramos abaixo a análise de sensibilidade sobre as operações de instrumentos financeiros derivativos, em 31 de dezembro de 2020, em relação ao cenário provável. Para cada cenário foi calculada o resultado financeiro bruto não levando em consideração a incidência de tributos.

	Aumento da taxa		Redução da taxa	
Cenário Provável	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**
	+25%	**+50%**	**-25%**	**-50%**
3.266	6.156	9.032	349	(2.604)

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia está exposta a determinados riscos de mercado resultantes do curso normal de seus negócios, incluindo variações nas taxas de juros e taxas de inflação. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais.

A Companhia não aplica a política contábil de *hedge accounting* para esses contratos, e mensura os mesmos ao valor justo por meio do resultado. A metodologia de precificação é o desconto no fluxo de caixa com projeções da B3 S.A.- Brasil, Bolsa e Balcão. Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado financeiro do exercício.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

A Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, uma vez que na avaliação de seus administradores a Companhia não está exposta a riscos que justificariam operações de tal natureza.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Tendo em vista que os riscos de mercado que a Companhia está exposta são baixos, estes são tratados no âmbito das reuniões diárias em que se reúnem os administradores da Companhia. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado é dada pela própria área de auditoria interna e pelo Comitê de Auditoria que são responsáveis pela revisão periódica dos procedimentos realizados pela diretoria da Companhia na gestão dos riscos de mercado.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Até a aprovação da Política de Gerenciamento de Riscos vigente a Companhia não contava com política formalizada para gerenciamento dos riscos. Não obstante, a Companhia possui histórico consolidado de baixo apetite de risco e sua alta administração mantém uma postura conservadora em relação à assunção de riscos das mais diversas naturezas, tendendo a optar pela segurança em seus processos decisórios.

Com a implementação da Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração e amplamente divulgada à toda a Companhia, a administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada e consegue monitorar os riscos de mercado de maneira eficaz.

Conforme mencionado no item 5.1 deste Formulário de Referência, são realizados levantamentos dos procedimentos de controles para mitigação dos riscos e acompanhamento da evolução da estrutura de controles internos, além do acompanhamento dos planos de ações acordados para aprimoramento da estrutura de controles internos.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Descrição controles internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota práticas e controles internos para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade na elaboração de suas demonstrações financeiras.

Mensalmente, a gerência de contabilidade, controladoria e a diretoria financeira da Companhia revisam o fechamento contábil com vistas a assegurar a adequação e confiabilidade das informações contábeis.

Os fluxos de processos e os sistemas são reavaliados para aferir a efetividade dos controles existentes. Os valores e o sistema de gestão de riscos e controles internos da Companhia, são a base do ambiente de controle. A Companhia revisa seus riscos, sistemas e segregação de tarefas, buscando que as transações sejam registradas e reportadas por completo e corretamente.

Os Diretores da Companhia acreditam na eficiência dos procedimentos e controles internos adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial e financeira nas datas definidas para tal. Ainda, os Diretores não identificaram quaisquer tipos de imperfeições que possam comprometer as demonstrações financeiras da Companhia.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A área de contabilidade e controladoria é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras mensais, atendimento aos auditores externos e redação das notas explicativas.

O processo de revisão das demonstrações financeiros é realizado pela contabilidade utilizando os relatórios e documentos disponibilizados pelas demais áreas da Companhia. Participa também do processo de revisão a diretoria executiva (incluindo o diretor financeiro).

Os controles internos destinados à elaboração de demonstrações confiáveis são avaliados e reportados em relatório elaborado trimestralmente pela Auditoria Interna, posteriormente consolidado em relatório elaborado pela mesma área a partir de todos os relatórios integrantes do primeiro nível do sistema estruturado de gerenciamento de riscos da Companhia.

Este relatório consolidado, contendo as conclusões e avaliação da Auditoria Interna sobre os procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia é então submetido à análise do Comitê de Auditoria para monitoramento e análise da adequação dos procedimentos adotados e identificação de novos riscos.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internas pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A administração da Companhia é responsável por estabelecer e manter um controle interno eficaz das informações financeiras e pela avaliação da eficácia dos controles internos. A estrutura de controles internos mencionada, aliada às revisões e trabalho conjunto da Diretoria, do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria asseguram à administração da Companhia a eficiência dos seus controles.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentem no relatório do auditor independente

Até a data deste Formulário de Referência, não houve emissão do relatório circunstanciado pelos auditores independentes da Companhia com relação às deficiências nos controles internos identificadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. De acordo com as normas aplicáveis, o auditor independente deve emitir tal relatório em até 60 dias da emissão do relatório de auditoria.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Até a data deste Formulário de Referência, não houve emissão do relatório circunstanciado pelos auditores independentes da Companhia com relação às deficiências nos controles internos identificadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, tendo em vista que as demonstrações financeiras da Companhia e respectivo relatório do auditor independente sobre as referidas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão no dia 18 de fevereiro de 2021. Dessa forma, os diretores não comentaram sobre eventuais deficiências apontadas no relatório circunstanciado.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia possui o compromisso com a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. De modo que, a Companhia possui práticas e procedimentos de integridade que têm como objetivo estabelecer uma cultura de gestão de riscos a fim de mitigá-los por meio de procedimentos de prevenção, detecção e remediação.

A fim de consolidar as diretrizes que pautam a sua atuação corporativa, a Companhia estruturou o seu Código de Ética e Conduta, o qual foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de fevereiro de 2021, aplicável a todos os seus colaboradores, independentemente de sua posição hierárquica, parceiros comerciais, fornecedores, prestadores de serviço ou quaisquer outros terceiros atuantes em nome da Companhia e, ainda, estruturou uma Política Anticorrupção, além de políticas especificas voltadas para temas como doações, presentes e prevenção de fraudes.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Os mecanismos e procedimentos de integridade da Companhia são regulados pelo Código de Ética e Conduta, o qual reflete a ideologia organizacional da Companhia e busca estabelecer as condutas que orientam o negócio e os relacionamentos da Companhia, por meio de sua governança corporativa e de seus colaboradores, de forma ética e transparente.

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia estão descritos em seu Código de Ética e Conduta, que destaca veemente a intolerância com qualquer prática ilícita ou antiética, como pagamento de suborno, fraude, lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, cartel, concorrência desleal, tráfico de influências, favorecimentos indevidos, entre outros, seja no relacionamento com o poder público ou na esfera dos relacionamentos privados, especialmente no que concerne a atos de corrupção, norteando o desenvolvimento e manutenção de práticas de prevenção, monitoramento e combate a atos ou tentativas de corrupção, sendo aplicável indiscriminadamente a todos os integrantes da Companhia.

Ademais, a Companhia disponibiliza aos seus colaboradores, terceiros e ao público em geral, um canal de denúncias para relatos de eventos que violem o seu Código de Ética e Conduta, bem como normas e regulamentações aplicáveis ou a legislação vigente.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A Companhia possui um departamento de *compliance*, controles internos e gerenciamento de riscos, o qual tem como função monitorar o cumprimento das diretrizes previstas no Código de Ética e Conduta pelos colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço ou terceiros que atuem em nome da Companhia, bem como definir as penalidades cabíveis em caso de descumprimento. Ainda, referido departamento é responsável, em conjunto com o Comitê de Auditoria, pelo acompanhamento das denúncias recebidas no Canal de Denúncia, bem como pelas revisões dos mecanismos e procedimentos internos de integridade.

(iii) código de ética ou de conduta

O Código de Ética e Conduta da Companhia reflete a sua ideologia organizacional e externaliza os valores que a norteiam, orientando e padronizando as condutas e comportamentos éticos de seus profissionais, das empresas com as quais se relaciona, bem como com a comunidade na qual está inserida, com o intuito de preservar a sua reputação e perpetuar a cultura corporativa consolidada. O Código de Ética e Conduta busca apresentar temas aplicáveis aos profissionais da Companhia abordando os tópicos relacionados à: (i) diretrizes que orientam os relacionamentos com o público externo; (ii) diretrizes no ambiente interno; e (iii) anticorrupção.

5.4 - Programa de Integridade

O Código de Ética e Conduta é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, independentemente de sua posição hierárquica, parceiros comerciais, fornecedores, prestadores de serviço ou quaisquer outros terceiros atuantes em nome da Companhia sendo de conhecimento de todos as diretrizes e orientações nele contidas.

Havendo descumprimentos das normas e regras definidas no Código de Ética e Conduta, no caso do transgressor ser colaborador da Companhia, este estará sujeito às penalidades, aplicáveis de acordo com a gravidade da conduta praticada, definida em deliberação conjunta pelo Departamento de Gestão de Pessoas e Jurídico, sendo que nos casos de maior gravidade a Companhia poderá, inclusive, instaurar procedimento de sindicância para apuração e elucidação dos fatos e ocorrências.

O Código de Ética e Conduta da Companhia pode ser acessado: (i) na sede da Companhia na Rodovia SC 445, KM 7,5, s/n, Bairro Primeiro de Maio, Içara, SC, CEP 88820-000; (ii) no website da Companhia (www.ri.librelato.com.br); e (iii) no website da CVM (www.gov.br/cvm).

(b) canal de denúncia

A Companhia conta com um Canal de Denúncias, administrado por uma empresa externa independente e especializada, ao qual está disponível para todos os colaboradores, fornecedores, terceiros atuando em nome da Companhia e ao público em geral, para relatos de eventos que violem o seu Código de Ética e Conduta, bem como normas e regulamentações aplicáveis ou a legislação vigente, os quais serão encaminhados para a área de Gestão de Riscos/Compliance da Companhia.

As denúncias podem ser realizadas de forma anônima através do *website* (www.contatoseguro.com.br/librelato) ou do telefone 0800 512 7718.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

Além dos procedimentos já elencados neste Formulário de Referência, a Companhia adota procedimentos quando da realização de fusões, aquisições e reestruturações societárias, visando à identificação de vulnerabilidade e de risco de práticas irregulares.

Neste sentido e com o propósito de detectar eventuais fraudes ou quaisquer atos ilícitos pelas empresas envolvidas, a Companhia dispõe de assessores externos e equipe interna especializada para realização destes processos, seguindo determinadas práticas de diligência, dentre as quais cabe citar:

- Contratação de auditores contábeis, trabalhistas e tributários independentes, dentre empresas com conceituada capacidade e registrados junto a CVM;
- Contratação de escritórios de advocacia conceituados, para a realização de ampla auditoria jurídica, abrangendo, inclusive aspectos relativos a processos/programas de integridade;
- Submissão prévia de todas as opções à avaliação da Diretoria da Companhia e Conselho de Administração.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 5.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	02/05/1980
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Empresária Limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico

As atividades da companhia iniciaram-se no ano de 1969, por meio de uma pequena serraria, fabricando sua primeira carroceria de madeira. Em 1980 assume o nome de irmãos Librelato e inicia a comercialização de peças e acessórios de caminhões. Em 1992, a marca consolida-se como Librelato, focando na produção de implementos agrícolas rodoviários, lançando seus principais produtos, os semirreboques, Basculante e o Graneleiro em 1998 e 2001, respectivamente. Em 2007, a Librelato inicia suas exportações, ao passo que expande sua atuação no mercado nacional com a criação de sua nova unidade produtiva em Içara, em 2008. Em 2011, torna-se uma sociedade anônima de capital fechado, firmando parceria com o fundo de participações CRP VII, iniciando o processo de governança coorporativa. Em 2014, através de parceria com a Fundação Dom Cabral e o *Lean Institute* Brasil, a Companhia consolida seu planejamento estratégico e técnicas de excelência operacional. Em 2012 foi incorporada à sua estrutura o Centro de Desenvolvimento e pesquisa – P&D, com o objetivo de oferecer um leque de alternativas ao mercado, amplo e conectado com as melhores tendências globais de qualidade. Neste centro as equipes de engenheiros tratam dos assuntos relativos à inovação e tecnologia, além da adequação dos produtos para as mais diversas realidades do Brasil e do exterior. Deste departamento saem todas as novas soluções para o mercado, garantindo mais segurança, durabilidade e leveza para os produtos, resultando maior economia e segurança para os nossos clientes.

Em 2018, através de um amplo projeto de branding, a Librelato reposiciona sua marca no mercado. Em 2019, a Companhia inicia a caminhada para consolidação da excelência operacional, lançando seu Sistema Librelato de Excelência (SLE) com base na filosofia Lean Manufacturing. Neste ano a Companhia completa 50 anos de atividade, apresentando importantes inovações na Fenatran e investindo aproximadamente R$ 50 milhões de reais em um plano de expansão do parque fabril e tecnologias produtivas, sendo concluído no final do ano de 2020.

Marcada por uma cultura de reinvestimento e crescimento planejado, sempre aquecida por um ímpeto inovador inerente à marca. Do seu nascimento aos dias atuais, todas as etapas de progressão foram apoiadas por uma gestão pautada em dados de mercado e um forte senso comercial. Este perfil está acelerando exponencialmente a competitividade e tempo de resposta estratégico, desenhando um futuro bastante promissor para a marca.

O negócio da Librelato é dividido em duas partes, peças de reposição e componente, atuando no *aftermarket*, LibreParts e o seu core business à fabricação e venda de implementos rodoviários.

A Librelato está entre as três maiores empresas do ramo de implementos rodoviários do Brasil, possuindo um *market share* de 13,7% (2020) no mercado de Linha Pesada ou Reboques/Semirreboques. A empresa conta com um quadro de mais de mil e seiscentos funcionários, distribuídos em três plantas produtivas no estado de Santa Catarina, nos municípios de Criciúma e duas unidades em Içara. As três unidades fabris da Companhia contam, em conjunto, com uma área total de 256 mil m², sendo 62 mil m² de área construída. A Companhia possui capacidade produtiva instalada atual para fabricação diária de 57 pinos (termo popular para caracterização de implementos).

Em 18 de fevereiro de 2021, a Assembleia Geral da Companhia autorizou o pedido de registro junto à CVM da oferta pública inicial de ações da Companhia ("**IPO**"), e de emissora categoria "A". O IPO pretendido contará tanto com uma parcela primária como secundária. O registro do IPO, o registro de emissora categoria "A" e a listagem das ações da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") encontram-se sob revisão da CVM e da B3, respectivamente, e estima-se que seja concluído no primeiro semestre de 2021.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia fundado em valor relevante.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 6.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das atividades principais do emissor e suas controladas

Visão Geral

A Librelato é a terceira maior companhia de implementos rodoviários do mercado de Linha Pesada do país. Apoiado por uma sólida tese de crescimento e rentabilidade, a companhia partiu de uma pequena empresa familiar do sul do país para uma referência do setor e com um dos maiores e mais robustos portfólio de clientes do setor, espalhados em diferentes setores e regiões do país, com grande exposição ao agronegócio.

A Companhia foi fundada na cidade de Orleans, no Estado de Santa Catarina, em 1969, como uma pequena e modesta serraria. Seu fundador, Berto Librelato (*in memoriam*), encabeçou o processo que levou a Companhia, de uma simples produtora de carroceria de madeira, para uma das maiores empresas do Brasil em implementos rodoviários.

A Companhia iniciou as operações, tendo como seu primeiro produto, uma carroceria de madeira para um cliente local. A partir de 1980, iniciou-se a comercialização de peças e acessórios de caminhões, fornecendo assistência técnica para marcas nacionais. No ano de 1992 a marca consolidou-se como Librelato, focando na produção de implementos agrícolas e rodoviários sobre chassi. A Companhia criou seu primeiro semirreboque basculante em 1998 e o seu primeiro semirreboque graneleiro em 2001.

A partir do ano de 2007, a Companhia iniciou a realização de negócios internacionais por meio de exportações para países da América Latina, tais como Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia etc., processo concomitante à sua expansão no mercado nacional, marco evidenciado pela criação de uma nova unidade, no município de Içara, no Estado de Santa Catarina.

Em 2011, a Librelato encerrou o processo de transformação em sociedade anônima, que culminou no recebimento de aporte do Fundo CRP VII. Este momento marcou o início da implementação de governança corporativa da Companhia, atingindo a consolidação plena da gestão profissional e suporte do conselho no ano seguinte.

No ano de 2014, a Librelato estabelece uma série de parcerias industriais em busca de novas tecnologias como por exemplo: Modernização dos processos de produção, Pesquisa e Desenvolvimento de novos produtos. Fator ao qual catalisou importantes inovações apresentadas na Fenatran como o Basculante Premium, sucesso de vendas da Companhia até os dias atuais. Todo este processo elevou sua operação nos quesitos de tecnologias, otimizando seu parque fabril.

Em 2018 a Companhia iniciou seu processo de entrada no *aftermarket* através de sua marca Libreparts, a fim de diversificação de sua receita com vendas. O ano de 2019 marcou o aniversário de 50 anos de atividade da Librelato, com sua história marcada pela evolução que a concedeu status de referência nacional em implementos rodoviários. Hoje, a Companhia atua no setor de implementos rodoviários e autopeças, através da fabricação, distribuição e venda de implementos rodoviários, peças e componentes.

A Companhia, iniciou seu processo de profissionalização em 2012 através da criação do Conselho de Administração, aliado a executivos experientes do mercado com longa experiência e profundo conhecimento setorial. A missão é a de desenvolver implementos rodoviários que influenciem o presente inspirado no futuro, com a visão de ser reconhecida como uma empresa sólida, inovadora e de marca forte. Esta missão e visão estão envoltas por uma série de valores sólidos: (i) Ter o cliente como um grande amigo; (ii) Encantar o cliente de forma simples e eficaz; (iii) Ações humanas, inovadoras e inspiradoras; (iv) Ética e transparência; (v) Lucro com sustentabilidade; (vi) Responsabilidade social e ambiental; e (vii) Abraçar os desafios com determinação e ousadia.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Portfólio de Produtos da Librelato

Principais números

Sua posição de liderança se reflete nos indicadores mais sólidos do setor, possuindo alta produtividade em todas as regiões do país e com presença cada vez maior no exterior. Dentre os indicadores da companhia, destacam-se:

- 13,7% de *market share* em 2020
- 9.649 unidades vendidas em 2020
- Presente nos 27 estados da federação e em 4 países na América Latina
- Robusto crescimento de volume vendido, partindo de 6.811 unidades em 2018, para 9.393 unidades em 2019 e, apesar da pandemia, 9.649 unidades em 2020, representando um CAGR de 19% no período
- Receita bruta de R$ 1.038,6 milhões em 2020, dos quais 88% estão concentrados na venda de implementos rodoviários (R$ 911,7 milhões) e 12% na venda de autopeças (R$ 126,9 milhões). Para implementos rodoviários, 85% da receita está concentrada nas vendas nacionais (R$ 878 milhões) e 3% em exportações (R$ 32 milhões)
- Sólido histórico de crescimento, com CAGR de 35% entre 2018 e 2020 na receita líquida
- EBITDA Ajustado de R$ 110,2 milhões em 2020, representando uma Margem EBITDA Ajustado de 13,0%
- +50% das receitas relacionadas ao agronegócio
- 3° maior produtor de implementos no Brasil
- Mais de 2.100 clientes
- +1.600 funcionários

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Destaques da Librelato

A Librelato tem fundamentos sólidos, com alto potencial para ampliar sua sólida rota de crescimento. A Companhia destaca-se por ser um dos principais *players* de implementos do Brasil, haja vista sua presença nacional, com três unidades produtivas espalhadas em Santa Catarina, que juntas somam 256 mil m^2, sendo 62 mil m^2 de área construída, com uma produção atual de 52 unidades por dia. Tais informações podem ser visualizadas na figura abaixo:

Conforme o mapa abaixo, que indica a distribuição da receita bruta por região do Brasil, pode-se perceber que, em 2020, 38% das suas vendas estão concentradas na região sul do país, ainda que contenha parcelas relevantes nas demais regiões do país, fazendo da Companhia um *player* nacional relevante e com grande capilaridade. Em 2020, a Companhia atingiu a marca de capilaridade de 40% das cidades brasileiras com emplacamento de produtos Librelato.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Esta participação de mercado foi conquistada através de uma sólida trajetória de crescimento, saindo de 0,7% de *market share* em 2003 para 13,7% em 2020, acompanhado de um CAGR 2018-2020 de 20% e de receita bruta de 34%. Um total de 75% acumulados são produzidos pelos quatro maiores players do setor, evidenciando a concentração deste mercado.

Amplo portfólio de produtos e clientes

A Companhia possui uma base de parceiros consolidada, tendo clientes renomados nos mais diversos setores, como Votorantim, Ambev, JSL, Suzano, Transrio, Tijuca Alimentos, entre diversas outras grandes empresas que permitem uma capilaridade nacional no setor.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

O enriquecimento desse amplo portfólio de produtos permite atender aos mais diversos alvos do mercado, como a indústria de construção, infraestrutura, produtos agrícolas, indústria geral, distribuidores de combustível, varejo, celulose, operadores logísticos, produtores de maquinários, sucroalcooleiros, empresas madeireiras, distribuidores de carne, produtos agrícolas, indústria alimentícia, entre outros, como se percebe da leitura do gráfico abaixo:

A Companhia também possui uma baixa concentração de clientes. Conforme gráfico abaixo, seus 10 principais clientes representam pouco mais de 10% de suas vendas em 2020.

Acreditamos que é justamente a qualidade e inovação com soluções tecnológicas que faz com que a Companhia, além de atender a uma enorme diversidade de clientes e setores, seja uma referência em serviço de qualidades, com altos índices de satisfação há anos. Para se ter um atendimento de excelência, a Librelato conta com um time de vendas de interno de 25 pessoas e outras 200 pessoas dedicadas a vendas e distribuição, segregados entre 49 distribuidores nacionais e 4 distribuidores internacionais. A companhia pode ser considerada como, com capilaridade nacional que se solidificou através de uma série de relacionamentos de longo prazo com algumas das principais empresas do País.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Acreditamos que a Librelato é reconhecida por sua qualidade e inovação, uma vez que está constantemente inovando seu portfólio de produtos com soluções inovadores que melhoram a experiência do cliente, reduzindo custos, aumentando a capacidade de armazenamento, entre outras séries de benefícios. Além disso, a Companhia é uma referência no setor, campeã de condecorações que comprovam sua excelência e capacidade de inovar.

A Companhia investe constantemente em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e criação de patentes. Entre 2012 e 2019, foram destinados em torno de ~3% da Receita líquida para recursos aplicados a P&D, conseguindo 13 patentes no período. Isso só foi possível devido a um alto nível de excelência

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

da área, que conta com um time exclusivo de 7 pessoas totalmente dedicados a P&D. O DNA inovador está evidenciado na Taxa de Inovação de Produto: em 2018, o percentual da Receita de produtos lançados nos últimos 5 anos sobre o total da receita líquida era 79%, crescendo para 81% em 2019 e atingindo 88% em 2020.

Assim, a Librelato tem se tornado uma empresa com amplo uso de tecnologia e Big Data para gerar valor aos seus clientes, com projetos que visam trazer análises completa das soluções de transportes para as principais partes do setor. Dentre os principais diferenciais para a Companhia trazer mais clientes no futuro, pode-se destacar:

- Sinal Eletrônico: Aumenta em 30% resposta de frenagem
- Anti-Lock Breaking System: Controla o escorregamento dos pneus
- Pressão de Frenagem Variável: Sistema de variação de carga de frenagem
- Eletric Break System: Frenagem automática
- Válvula Sensível a Carga: Mensura a carga média de eixos
- Rollover Stability Support: Sistema de freio automático
- Operating Data Recorder: Grava dados, gera relatório de operação, manutenção e comportamento do condutor

O modelo de negócios inovador, com foco no cliente e com alta rentabilidade está refletido na Libreparts, a marca focada em aftermarket da Companhia. Por meio dela, a Companhia busca trazer valor ao cliente com disponibilidade de (i) peças para reposição; (ii) pós-venda completo, através do seu extenso portfólio para atender ao cliente durante todos os estágios de compra; (iii) um canal de distribuição próprio, que adiciona valor com verticalização e aproveita sinergias do negócio e seu amplo conhecimento de mercado; e (iv) mercado resiliente, que agrega resiliência e maior capilaridade da marca com sua diversificação de produtos.

A exposição a mercados compostos por dinâmicas favoráveis evidência que o setor de implementos rodoviários se beneficia da predominante matriz rodoviária e idade da frota nacional. Nesse cenário, o Brasil é um dos países de maior frota rodoviária quando comparada a outros meios de transporte, possuindo caminhões que se envelhecem cada vez mais. Em 2014, 39% da frota brasileira possuía mais de 11 anos enquanto 52% da frota de implementos está segmentada entre 1-10 anos de idade. Atualmente, cerca de 53% da frota possui mais de 11 de anos, o que representa uma oportunidade de crescimento para a Librelato.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fonte: Sindipeças e Abipeças (Relatório da Frota Circulante)

O Programa de Investimentos do Governo Federal converge, principalmente para investimentos no segmento rodoviário, que deve concentrar R$ 138 bilhões dos R$ 232 bilhões planejados entre 2020 e 2022. Este cenário é positivo para o setor, que irá se beneficiar de uma malha logística cada vez mais concentrada no rodoviário.

Fonte: Governo Federal

O setor de implementos demonstrou resiliência e está em um ótimo momento, com o segmento de Emplacamento de Semi/Reboques atingindo 67 mil unidades em 2020. O segmento possui um crescimento histórico robusto apesar das crises que o país sofreu ao longo dos anos. Entre 2000 e 2020, o mercado de implementos da Linha Pesada (Reboques / Semirreboques) teve um CAGR de 6,3%.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Apesar da crise causada pela pandemia do Covid-19, a venda de implementos rodoviários da Linha Pesada apresentou um crescimento de 6% em 2020, quando comparado com 2019.

Fonte: Anfir

Dentre os vários setores em que a Companhia está exposta, um dos principais é o agronegócio, que está ligado a mais de 50% da receita da Librelato e tem perspectivas muito favoráveis. Atualmente, o Brasil tem os fundamentos para continuar sendo o "Celeiro do Mundo" do agronegócio, dos quais se destacam: (i) 5,8% de crescimento anual da produção agrícola (1999 – 2019); (ii) Condição de clima favorável; (iii) Produtividade das plantações; (iv) Ampla disponibilidade de terras aráveis. Estes fatores fazem do Brasil um dos principais produtores e exportadores do mundo, com projeções otimistas de crescimento.

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Companhia provou sua sólida posição financeira em 2020 e manteve seus resultados financeiros a patamares semelhantes ao do ano de 2019, mantendo níveis de receita mesmo durante a crise do COVID-19. A receita bruta da Companhia foi de R$ 1.038,6 milhões em 2020 e de R$944,8 milhões em 2019. Ainda no ano de 2020, a Librelato manteve sua eficiência operacional, rentabilidade e geração de caixa operacional, mostrando a solidez de seu modelo de negócio, capacidade ímpar de execução e a capacidade do time executivo de lidar com crises.

***Environmental, Social and Corporate Governance* (ESG) no DNA da Companhia**

A Companhia conta com um corpo executivo experiente e com elevados conhecimentos setoriais. Seu time conta com **enorme** expertise no setor e há anos na companhia, com executivos experientes e renomados no mercado. Todas as áreas de gestão possuem um tempo médio de casa acima de 5 anos.

Sua capacidade de execução com excelência é viabilizada por meio de uma governança robusta que está sendo implementada na companhia desde 2011 – possuindo um corpo de conselho experiente, com 8 membros sendo 2 independentes. Não obstante, a Companhia é auditada por auditores independentes desde 2011, e possui algumas das mais relevantes certificações do mercado, sendo signatária das metas globais da ONU de ESG.

A Companhia também possui uma tecnologia positiva ao meio ambiente, aplicada aos seus produtos, uma vez que cada implemento gera uma redução anual de 3,4 ton de CO_2, o que equivale a 484 árvores. Este sistema de produção eficiente gerou uma economia de 1,3 toneladas de material na manufatura de implementos quando comparado a sua versão de 20 atrás. Por fim, a Companhia foi responsável pela plantação de + 5000 árvores em 2020, através do seu projeto: Librelato + Verde, enfatizando o compromisso com toda sua cadeia de partes interessadas por uma economia verde.

Vantagens competitivas

Nossa diferenciação em relação à concorrência

A Companhia acredita ter diversas características que nos diferenciam em relação à nossa concorrência, o que se traduziu, no longo prazo, em um ganho expressivo de participação de mercado no segmento, aliado a manutenção de margem.

Ela possui a inovação e a agilidade como características fundamentais estampadas no DNA Librelato. Acreditamos que isso faz com que seja capaz de constantemente apresentar inovações ao mercado, com produtos de baixa tara e design inovador, o que resulta em um grande diferencial no seu segmento. Além disso, se diferencia por ter uma baixa concentração de clientes, o que diminui o poder de barganha sobre o seu sistema de precificação, garantindo assim maiores margens.

Sua marca forte está espalhada no Brasil inteiro, garantindo grande capilaridade de vendas e no pós-vendas também, sendo que ela possui uma rede de distribuidores, próprias e terceirizadas, que garantem apoio e assistência técnica a seus clientes em diversos locais do país.

Ela é uma das maiores companhias de implementos rodoviários de linha pesada do país. Possui participação no mercado nacional de 13,7%. Está presente em todas as regiões do Brasil, com foco principal na região Sul, visto que 38% de sua receita bruta foi originada nessa região do país em 2020.

A diversificação de vendas em várias regiões do país é uma vantagem competitiva no seu segmento, pois dessa forma reduz sua exposição a regiões específicas garantindo menor risco de volatilidade de receita e rentabilidade.

Temos uma posição de liderança no segmento de exportações de implementos rodoviários

Em 2020, a Companhia exportou 399 implementos rodoviários para países como Paraguai, Chile, Bolívia, Uruguai e Ruanda, sendo ainda o principal exportador para o Paraguai em 2020. Tal volume de exportações garante para a Companhia o segundo lugar no ranking de exportações brasileiras de

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

implementos rodoviários, o que representa novas avenidas de crescimento e diversificação de linhas de receita, mitigando assim o risco geográfico de países específicos.

Líderes de mercado nos principais tipos de implementos rodoviários

Levando em conta a quantidade de emplacamentos, os três principais tipos de implementos rodoviários são o Basculante, Carga Aberta e Dolly, com 26%, 23% e 13% de emplacamentos, respectivamente.

Para cada um desses produtos, a Companhia tem uma posição de liderança em termos de emplacamentos, dado que ocupamos em 2020 a terceira posição em Basculantes, a segunda posição em Carga Aberta e a terceira posição em Dolly.

Essa expressiva participação nos principais tipos de implementos rodoviários consolida sua posição como um dos mais relevantes produtores de implementos rodoviários e evidencia sua importância no mercado nacional.

Estratégia

Sua estratégia é representada por diversas iniciativas que tem como foco nos manter em evidência no segmento de produção de implementos rodoviários, buscando ainda oportunidades de expansão em segmentos complementares. Como principais pilares da sua estratégia, pode-se destacar:

Entrada no setor de autopeças, por meio da Libreparts

A partir de 2018, a Companhia passou a reforçar sua atuação no mercado de vendas de autopeças para implementos rodoviários, por meio da abertura de lojas, denominadas de Libreparts, espalhadas em diversos estados brasileiros, incluindo Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal, Mato Gross, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Maranhão.

O mercado de vendas de autopeças no Brasil, atualmente estimado em R$3,1 bilhões por ano sendo R$ 1,9 bilhão relativo à reposição e R$ 1,2 bilhão relativo à fabricante de equipamento original (OEM ou *Original Equipment Manufacturer*[1]) de acordo com Sindipeças e Abipeça. O setor é atrativo e estratégico para a Companhia, dado o potencial de crescimento da Librelato nesse mercado. Entre 2018 e 2019, a receita bruta da Companhia na venda de autopeças cresceu de R$27 milhões em 2018 para R$56 milhões em 2019 e atingiu R$ 127 milhões em 2020, o que representa mais do que o dobro da receita bruta no período, e representa, no período compreendido entre os exercícios de 2018 e 2020, um CAGR de 117% e um *market share* de 4% neste segmento.

A Companhia considera ainda que a entrada nesse setor é vantajosa para suas operações, pois entende que (i) ela melhora a percepção de seus clientes a respeito de sua marca, visto que o consumidor enxerga valor na disponibilidade de peças para reposição; (ii) tem um pós venda completo, com extenso portfólio de produtos para atender nossos clientes durante todos os estágios da compra; (iii) a Companhia foi capaz de desenvolver seu canal de distribuição próprio, adicionando valor com a verticalização e aproveitando de sinergias do seu negócio de produção e comercialização de implementos rodoviários, além de desfrutar de extenso conhecimento de mercado; e (iv) a resiliência do mercado de auto partes agrega consistência a sua receita e maior capilaridade de sua marca.

Foco no crescimento orgânico

Seu crescimento orgânico se dará por meio da melhoria e expansão de seu parque fabril. Como principais estratégias para garantir a concretização do seu crescimento nessa frente, tem-se:

- A aplicação de tecnologia em processos e logística, automatizando e modernizando os processos de corte e dobra, utilizando robôs de soldagem e aplicando iniciativas e digitalização da produção;

[1] Excluindo Randon e Facchini e sem considerar a venda de pneus

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- A realização de pesquisa e desenvolvimento, visando reduzir custos, aumentar a conectividade de nossa plataforma e ainda desenvolver um eixo regenerativo aliado à energia fotovoltaica com painéis solares;
- Aprimoração da manutenção dos ativos atuais, com foco em monitorar sua performance em tempo real e com o objetivo de aumentar a disponibilidade das máquinas.

Foco no crescimento inorgânico

Atualmente, a Companhia tem analisado diversas oportunidades de aquisição de empresas que podem agregar a sua plataforma, como (i) verticalização de componentes e crescimento no *aftermarket*; (ii) consolidação do mercado e coleta de sinergias; (iii) incorporação de novas tecnologias, (iv) expansão geográfica; e (v) incorporação de produtos complementares ao nosso portfólio.

No seu processo de análise da viabilidade de possíveis aquisições, além de se atentar a estritos critérios de alocação de capital, procura-se companhias com alta aderência ao DNA e cultura da Librelato e com forte presença em seus respectivos segmentos de atuação. A Companhia já identificou diversas oportunidades de potenciais aquisições e algumas já se encontram em fase de análise. Contudo, a Companhia não pode prever o momento em que essas potenciais aquisições serão efetivadas nem o valor destinado para cada uma das aquisições..

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1-A - Sociedade de economia mista

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

A Companhia tem como operações a industrialização e comercialização de implementos rodoviários e autopeças. Os produtos da Companhia, embora sejam destinados a diversos setores do mercado, não são controlados e gerenciados pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia, administrados, monitorados e avaliados de forma integrada em um único segmento operacional.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A receita líquida de vendas da Companhia advém de seu único segmento operacional, conforme demonstrada abaixo:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020					
(em milhares de reais, exceto %)	**2020**	**%**	**2019**	**%**	**2018**	**%**
Receita líquida de vendas	**848.959**	**100,0**	**768.063**	**100,0**	**466.342**	**100,0**

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

O lucro líquido da Companhia advém de seu único segmento operacional, conforme demonstrado abaixo:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
(em milhares de reais, exceto %)	**2020**	**%**	**2019**	**%**	**2018**	**%**
Lucro líquido	**100.988**	**100,0**	**71.140**	**100,0**	**16.096**	**100,0**

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

A companhia tem seu processo produtivo organizado de acordo com a estratégia de produção “sob encomenda”, mantendo linhas de produtos para famílias especificas, as quais podem ser customizados de acordo com a tipologia do cliente. Dentre os principais segmentos de atuação, a Librelato oferece aos seus clientes soluções ao mercado de infraestrutura, indústria em geral, varejo, sucroalcooleiros e especialmente ao agronegócio que representa mais de 50% das receitas da Companhia. Para atender seus clientes, a Librelato possui amplo portfólio de produtos, o qual inclui os seguintes produtos: Basculante, Carga Aberta, Carga Fechada, Tanque Aço Carbono, Florestal, Porta Container, Carrega Tudo, Canavieiro e Refrigerado.

A responsabilidade da Companhia na busca de soluções inovadoras está em seu DNA, ao qual dedica um time especifico as práticas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Fazem parte da estrutura de manufatura os recursos como máquinas, equipamentos, computadores, bem como os recursos para gestão da informação e capacitação dos profissionais da companhia. A Companhia possui três plantas produtivas com área total conjunta de 255.896m², situadas no extremo Sul Catarinense, nos municípios de Criciúma e Içara, onde Içara representa a matriz da Companhia.

Métodos e ferramentas de gestão para excelência complementam as competências essenciais necessárias para o atendimento dos objetivos propostos no planejamento estratégico. O Sistema Librelato de Excelência permite desenvolver o trabalho em equipe, permitindo trabalhar de forma dinâmica e ágil.

Para garantir aos clientes produtos com qualidade e robustez, nossa operação de produção é suportado pelo conceito *Lean,* controle da qualidade total e engenharia de produção, para tal a companhia utiliza ferramentas como: Kanban, *Layout* celular, F.M.E.A (Failure Mode and Effect Analysis), CAD 3D, POKA YOKE, Manutenção Produtiva Total etc.

Nossos processos possuem a certificação do sistema de gestão da qualidade que garantem o fornecimento para a indústria automobilística (ISO 9001:2015), além de outras certificações para atendimento a requisitos legais ligados a normas regulamentadoras e portarias do Inmetro e NACER.

A Companhia caracteriza-se por ser uma empresa focada na produção e comercialização de implementos rodoviários e venda e distribuição de peças de reposição ao mercado de aftermaket.

O mapeamento dos processos da empresa inicia-se através da operação de transformação de chapas (corte, dobra e estampagem de chapas de aço-carbono, inox e alumínio). A partir deste, segue-se o processo de montagem, estruturado em linhas de montagem, solda e pintura organizadas por famílias de produto.

A operação de soldagem ocorre por meio de linhas de produção subdividas em células robóticas e manuais. A pintura dos produtos é realizada através de tecnologia eletroestática.

A conclusão do processo ocorre no setor de montagem final, onde são instalados os sistemas elétricos, pneumáticos e freio, os quais, após as inspeções de qualidade, são disponibilizados para entrega ao cliente.

Em 2019, foi inaugurada a nova linha de produção da empresa, ao qual se objetivou em um incremento de capacidade produtiva na casa de 50%. Através de otimização de *layout*, com nível de eficiência de 80%.

(b) características do processo de distribuição

A Companhia utiliza-se dos seguintes canais de venda para comercializar os seus produtos:

- Redes de distribuição independentes em todo o Brasil com oficinas autorizadas;

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- Consultores comerciais, responsáveis por apoiar a equipe de Vendas;
- Representantes no exterior;

A Companhia opera com vendas sob pedido de venda, tanto no segmento de montadora quanto no segmento de autopeças. Permanentemente são negociados lotes de produtos e peças cujo volume e valor dependerá do segmento e do cliente, sendo possível tanto a comercialização de lotes unitários, como grandes volumes ou somas.

A Companhia atua tanto na distribuição de autopeças, quanto o agenciamento para a compra de equipamentos e semirreboques fabricados. No mercado nacional, é feita por meio de uma rede de pontos de vendas, incluindo representantes comerciais, oficinas, lojas de peças, além de pontos adicionais de vendas subcontratados pelos distribuidores da Companhia. A Librelato possui presença nacional e internacional estando presente nos 27 estados do país e 4 países da América Latina, contando com uma rede de 53 distribuidores comerciais.

A Librelato possui política definida para avaliação de suas casas de distribuição, contendo itens como participação de mercado da região, capilaridade das vendas, processos de atendimentos ao cliente etc.

A Companhia possui contratos de exclusividade e confidencialidade com seus respectivos representantes, os quais são regidos pela Associação Brasileira dos Distribuidores (ABRALIB).

A comercialização de implementos é realizada através de duas modalidades, sendo: Representação Comercial regida pelas Leis 4.886/1965 e 8.420/1992, e ainda, na modalidade de Distribuição, regida pela Lei 6.279/79 (conhecida como “Lei Ferrari”). No primeiro, o Representante Comercial negocia com o cliente as condições para a compra dos equipamentos e posteriormente as repassa, sob a forma de pedido à Companhia. Por conseguinte, a Companhia fatura diretamente a venda para os clientes, sendo cabível ao representante um percentual sobre o preço líquido de venda dos respectivos produtos e faturados. Já no segundo, o Distribuidor adquire produtos da Companhia formando um estoque mínimo, sendo o faturamento feito pela Companhia ao Distribuidor, que por sua vez, comercializa direto aos seus clientes.

(c) características dos mercados de atuação

O Brasil possui uma população de mais de 210 milhões de habitantes e é uma das maiores economias globais com Produto Interno Bruto (“**PIB**”) a preços de mercado (Valores Correntes) de R$7,4 trilhões em 2019 registrando um crescimento real de 1,1% quando comparado com o mesmo período de 2018 com PIB de R$7,0 trilhões. Com as dificuldades enfrentadas pela econômica devido à pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19) o país registrou PIB nominal de R$3,5 trilhões no primeiro semestre de 2020, apresentando queda em relação ao mesmo período do ano anterior. Com expectativa de retomada, o PIB cresceu 7,7% no terceiro trimestre de 2020 quando comparado ao segundo trimestre de 2020, mas mostrou uma queda de 3,9% quando comparado ao mesmo período de 2019. Apesar do cenário vivenciado em 2020, segundo estimativas do Banco Central do Brasil disponibilizada em 29 de janeiro de 2021 a expectativa é de um crescimento de 3,50% da economia em 2021 e 2,50% em 2022.

De acordo com o IBGE, o PIB da indústria total e o PIB da indústria de transformação apresentaram crescimentos superiores ao PIB total no terceiro trimestre de 2020 conforme mostra o gráfico abaixo.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

PIB em Base Móvel Trimestral Média de 1995 = 100

Fonte: IBGE

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), divulgado pela Fundação Getulio Vargas, caiu 3,2 pontos em Dezembro de 2020, para 78,5 pontos, registrando a terceira queda consecutiva. Medido em médias móveis trimestrais, o ICC cedeu 1,6 ponto, encerrando uma tendência de alta iniciada em julho desse ano.

Índice de Confiança do Consumidor

Fonte: IBRE-FGV

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Modal Rodoviário

A matriz de transportes no Brasil é predominantemente rodoviária. Em 2019, o Brasil movimentou 61% de suas cargas através da malha rodoviária, considerando os TKUs (tonelada-quilômetro útil) movimentados.

Em segundo lugar na matriz de transportes fica a movimentação via malha ferroviária representando apenas 21% sendo aproximadamente 1/3 da representatividade do transporte feito em rodovias.

Matriz de Transporte no Brasil (% de TKU), em 2019

Fonte: ILOS

A matriz de transporte brasileira, quando comparada à matriz de transporte de outros países, se destaca por possuir 61% de movimentação via rodovias enquanto os demais países apresentam uma proporção menor para o transporte rodoviário.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Matriz de Transportes Brasil vs Outros Países (% de TKU), em 2019

Fonte: ILOS (Brasil); National Bureau of Statistics of China, Bureau of Transportation Statistics (EUA), Eurostat (UE), North American Transportation Statistics (Canadá), Department of Infrastructure, Transport, Cities and Regional Development (Austrália), Statistics Bureau (Japão).

Crescimento da Frota de Caminhões

Ao observar a evolução histórica de licenciamentos, produção e exportação de caminhões, é notório que o setor já está se recuperando da crise causada pela Covid-19.

Em janeiro de 2021 o setor apresentou os seguintes resultados:

- Emplacamentos Nacionais: 6.974
- Emplacamentos Importados: 564
- Produção: 8.560
- Exportação: 1.370

Os dados de janeiro de 2021 tiveram crescimento em relação aos dados de janeiro de 2020:

- Emplacamentos Nacionais: 2,5%
- Emplacamentos Importados: 17,7%
- Produção: 19,4%
- Exportação: 53,4%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Evolução de unidades de caminhões por Emplacamentos de nacionais, Emplacamentos de importados, produção e exportação (em unidade)

Fonte: ANFAVEA

O envelhecimento da frota atual abre espaço para que a produção continue crescendo. Em 2020, apenas 12% da frota possuía menos de 3 anos enquanto mais de 50% da frota possuía mais de 11 anos.

Frota de Caminhões, por idade (%)

Fonte: Sindipeças e Abipeças (Relatório da Frota Circulante)

<u>Setor de Implementos Rodoviários</u>

O número de emplacados no mercado de implementos rodoviários está crescendo desde 2016, com um crescimento médio anual de 17,8% de 2015 a 2020, segundo dados da ANFIR.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Além disso, o setor apresentou crescimento de 44,8% em janeiro de 2021 quando comparado com o mesmo período de 2020.

Emplacamentos do Setor de Implementos Rodoviários (Linha Pesada) no Mercado Interno, em unidades

Fonte: ANFIR – Desempenhos do Setor
Nota: Considera apenas linha pesada (reboques e semirreboques)

Segundo dados da ANFIR, a Librelato foi a terceira maior companhia em 2020 em participação do mercado, possuindo 13,7% de participação no mercado interno.

Participação no Mercado Interno de Emplacamentos (Linha Pesada) em 2020, em unidade e em %

Fabricante	Unidades	Participação de Mercado
Randon	23.050	34,2%
Facchini	14.972	22,2%
Librelato	9.215	13,7%
Noma	3.767	5,6%
Rodofort	1.273	1,9%
Outros	15.126	22,4%
Total	67.403	100%

Fonte: ANFIR
Nota: Considera apenas linha pesada (reboques e semirreboques)

Exposição ao Agronegócio

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A Companhia possui forte exposição ao agronegócio uma vez que mais de 50% da sua receita relacionada ao setor. Acredita-se que o agronegócio possui perspectivas favoráveis, favorecendo indiretamente a receita da companhia.

O Brasil foi classificado em 1º lugar na produção global de açúcar e 2º lugar na produção global de soja e carne em 2019.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, espera-se um crescimento médio anual de 2,4% na produção de grãos e 2,2% na produção de carnes entre 2020 e 2023. Além disso, o Brasil apresenta clima favorável às plantações e uma ampla disponibilidade de terras aráveis.

Exposição ao Varejo

Após a crise causada pela Covid-19, o país voltará a crescer com a projeção de crescimento do PIB em 3,5% em 2021, segundo dados do Banco Central do Brasil.

Em Abril de 2020 o setor de varejo apresentou o nível mais baixo (74,2) desde Fevereiro de 2011 (75,9). Contudo, observa-se que o setor já vem apresentando retomada. Em Dezembro de 2020 atingiu 124,9, índice maior quando comparado ao mesmo período de 2019 com 123,5.

Índice de Volume de Vendas no Comércio Varejista

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio

Exposição à Construção Civil

Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, o Índice de Confiança da Construção (ICST) já apresentou retomada após queda por conta da crise da Covid-19. Em janeiro de 2021 o índice apresentou crescimento de 44,3% desde o menor valor durante a crise, em abril de 2020.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Índice de Confiança da Construção (ICST) Sem Ajuste Sazonal (CNAE 2.0)

Fonte: IBRE-FGV

(d) eventual sazonalidade

Os negócios da Librelato são afetados pela sazonalidade de mercado nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, decorrente das variações no número de dias úteis em cada período aliado a férias coletivas, festas de final de ano etc.

(e) principais insumos e matérias primas, informando:

A Companhia possui em sua base um conjunto de fornecedores nacionais e internacionais, permitindo o abastecimento contínuo das matérias-primas envolvidas no processo. Desta forma, a cadeia de fornecimento está preparada para absorver as variações de demanda do mercado, especialmente em momentos de retração da atividade econômica.

Os principais parceiros da cadeia de fornecimento da Librelato, no ano base de 2020, são:

Fornecedor	Matéria Prima
ARCELOR MITTAL BRASIL	AÇO
IBERO EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS AS	EIXOS, SUSPENSÃO, MOLAS, QUINTA RODA
SSAB SWEDISH STEEL COMERCIO DE AÇO	AÇO
SOCIEDADE MICHELIN DE PARTC. LTDA	PNEU
TP INDUSTRIAL DE PNEUS BRASIL	PNEU
BRIDGESTONE/ FIRESTONE DO BRASIL	PNEU
WABCO DO BRASIL IND. FREIOS LTDA	FREIO
KLL EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTES LTDA	SUSPENSÃO

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Não aplicável.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

Os fornecedores Arcelor Mittal Brasil SA e Ibero Equipamentos Rodoviários SA, são estratégicos da Companhia por representarem, respectivamente, 15% e 10% do fornecimento de aço e componentes de rodagem dos implementos, tais como: suspensão, eixo, molas etc.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Em regra geral, o preço das matérias-primas adquiridas são commodities (como aço, borracha, alumínio etc.) e estão atreladas as oscilações da oferta e da demanda de mercado bem como preços internacionais. A Companhia possui poder de negociação junto aos fornecedores devido ao alto volume de compra.

Além disso, a Librelato possui um Setor de Compras Corporativo, que permite a formação de times especializados na compra de commodities e demais insumos, garantindo melhor performance nas negociações de compras.

Os prazos de pagamento são estabelecidos com os fornecedores através de negociações realizadas antes do início do processo de fornecimento e o prazo médio de pagamento é de 45 dias.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total. A Companhia acredita possuir um bom relacionamento com seus clientes.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Regulação relativa à Proteção de Dados Pessoais

As normas sobre privacidade e proteção de dados no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais - toda e qualquer informação passível de identificar uma pessoa natural - podem ser utilizados pelas organizações.

No Brasil, até agosto de 2018, o tema era tratado pelo judiciário de forma casuística e pontual, por meio da interpretação de uma série de disposições legais setoriais, quais sejam:

- a Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu como direitos constitucionais o direito à intimidade, à vida privada e à imagem;
- o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), que trouxe contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores, estabelecendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos seus dados pessoais que constem em tais bancos de dados, bem como sobre as suas respectivas fontes;
- a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12/414/11), alterada em abril de 2019, que estabeleceu regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores, determinando que é direito do cadastrado, dentre outros, ser informado, previamente, sobre a identidade do gestor, o armazenamento, o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais e sobre ter os seus dados pessoais utilizados somente em conformidade com a finalidade para a qual eles foram coletados;
- o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que tratou em diversos artigos sobre a proteção da privacidade e dos dados pessoais das pessoas no ambiente online, mas, não definiu o conceito de dados pessoais; e
- o Decreto regulamentador do Marco Civil da Internet (Decreto nº 8.771/16), que, dentre outras providências, definiu dados pessoais como aqueles relacionado à pessoa natural identificada ou identificável, tais como números identificadores, dados locacionais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa.

No entanto, com a promulgação da LGPD, as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil passaram a ser reguladas de forma geral (e não mais apenas setorial), por meio de um conjunto de normas que impacta todos os setores da economia.

A LGPD tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que os tratam, trazendo novas obrigações e limitações a serem observadas.

A título exemplificativo, a LGPD estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou tratar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Além disso, a LGPD: estabelece diversas hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais - bases legais -, as quais não se resumem ao consentimento do titular de dados pessoais; dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais; e prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de uma multa, no valor equivalente a até 2% (dois por cento) do faturamento da organização no Brasil.

A LGPD também criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("**ANPD**"), autoridade garantidora da observância das normas sobre proteção de dados no Brasil, que tem poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo as funções de (i) investigação, compreendendo o poder de solicitar informações de controladores e operadores de dados pessoais; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de fomentar o conhecimento sobre proteção de dados e medidas de segurança da informação no país, elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros.

A ANPD iniciou sua atuação recentemente ao estabelecer sua Agenda Regulatória para 2021-2022, elencando 10 temas prioritários a serem regulamentados, como o já publicado Planejamento Estratégico para 2021-2023, que definiu três objetivos para tal período: (i) promover a cultura de proteção de dados pessoais; (ii) estabelecer ambiente normativo eficaz para proteção de dados; (iii) aprimorar as condições para o cumprimento das competências legais. legais.

Além da ANPD, alguns órgãos de defesa do consumidor já possuem histórico de atuação no tema, antes mesmo da vigência da LGPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais, exercendo a função de fiscalização da LGPD, sendo competentes para aplicar, todavia, apenas as penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor ou no Marco Civil da Internet.

Necessário esclarecer que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, mas, a aplicabilidade de suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54), de competência exclusiva da ANPD, somente poderá ocorrer a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020. No entanto, neste cenário (anterior à vigência das sanções administrativas da LGPD), o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor.

Ademais, quando da entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD (agosto de 2021), caso a Companhia não esteja adequada às suas disposições, a Companhia estará sujeita à (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (b) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; obrigação de divulgação de incidente; (c) bloqueio dos dados pessoais correspondentes à infração até a sua regularização; (d) eliminação de dados pessoais correspondentes à infração; (e) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; (f) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência; (g) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; (h) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Logo, antes mesmo das sanções da LGPD entrarem em vigor, a Companhia deve observar as disposições previstas na legislação vigente e aplicável quanto à proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou acesso ou uso não autorizado de informações pessoais, posto que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em outras sanções, indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

À vista disso, a Companhia já iniciou seu projeto de adequação à LGPD, visando adequar suas atividades de tratamento de dados pessoais, instaurando um comitê responsável por orientar todas as adequações necessárias.

Regulamentação do trânsito

Conforme estabelece a Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro ("**CTB**"), é de responsabilidade do órgão máximo executivo de trânsito da União – neste caso, o Departamento Nacional de Trânsito ("**DENATRAN**") – estabelecer procedimentos para a concessão do código marca-modelo dos veículos para efeito de registro, emplacamento e licenciamento. Neste sentido, a Companhia, na condição de fabricante, está sujeita à obtenção e manutenção dos Certificados de Adequação à Legislação de Trânsito ("**CAT**"), para efeito de pré-cadastro, registro e licenciamento no Sistema Nacional de Trânsito, nos termos da Portaria DENATRAN nº 190, de 29 de junho de 2009, assim como previsto na Resolução nº 291, de 29 de agosto de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito ("**CONTRAN**"). A obtenção do CAT certifica o cumprimento de condições técnicas do veículo, apesar de não eximir o interessado de comprovar junto ao DENATRAN, quando do registro, licenciamento e emplacamento, que o veículo objeto de cada CAT esteja adequado à legislação vigente de identificação e segurança veicular. Caso seja constatado o não atendimento das exigências da legislação de trânsito brasileira, o CAT concedido poderá ser cancelado, nos termos da Portaria DENATRAN nº 190/2009. Ainda, o CTB também estabelece que a autoridade de trânsito, dentro de sua circunscrição, é competente para aplicar as penalidades de advertência e multa, entre outras não relacionadas à obtenção de CAT.

Conselhos Profissionais

A Lei Federal nº 6.839, de 30 de outubro de 1980, estabelece que o desempenho de determinadas atividades exige o registro de estabelecimentos no Conselho Profissional competente, em razão da atividade básica desempenhada, por meio de um Certificado de Registro de Pessoa Jurídica, juntamente com a presença de a um profissional legalmente habilitado na função de responsável técnico com Anotação de Responsabilidade Técnica ("**ART**") emitido pelo mesmo Conselho Profissional. Cada Conselho Profissional possui regras distintas acerca de prazos e procedimentos para a obtenção e renovação dos cadastros de pessoas jurídicas e de seus responsáveis técnicos.

Diante das atividades desenvolvidas pela Companhia, o exercício na área de engenharia e agronomia demanda a sua inscrição perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ("**CREA**"), sob risco de penalização, nos termos da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. Conforme determinam a Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 ("**Lei nº 5.194/1966**"), e o Decreto-Lei nº 8.620, de 10 de janeiro de 1946, o estabelecimento deverá contratar um profissional técnico habilitado, que poderá orientar, dirigir, assessorar e prestar consultoria a empresas, fundações e sociedades no âmbito de sua especialidade, bem como, realizar perícias, emitir e assinar laudos técnicos e pareceres. A inscrição da Companhia no CREA requer o pagamento de anuidades e a validade da certidão de registro e quitação perante o CREA está sujeita a renovação periódica.

Quaisquer descumprimentos à Lei nº 5.194/1966 podem sujeitar o infrator às seguintes penalidades, mediante a instauração do competente processo administrativo: (i) advertência reservada; (ii) censura pública; (iii) multa entre R$ 234,63 e R$ 7.039,00; (iv) suspensão temporária do exercício profissional; e (v) cancelamento definitivo do registro.

Legislação Ambiental

Licenciamento Ambiental

De acordo com a Lei Federal nº 6.938/1981 ("Política Nacional do Meio Ambiente"), a construção, instalação, ampliação e operação de empreendimentos ou atividades que utilizem recursos naturais ou que possam ser consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou, ainda, passíveis de causar degradação ambiental, estão sujeitas ao prévio licenciamento ambiental, que pode vir a ocorrer na competência federal, estadual ou municipal, de acordo com as diretrizes da Lei Complementar nº 140/2011. Nesse sentido, devido à natureza das atividades desenvolvidas pela Companhia, a sua regular operação está sujeita ao licenciamento ambiental.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Para os empreendimentos de impacto ambiental regional ou realizados em áreas de interesse ou domínio do Governo Federal a competência para licenciar é atribuída ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"). Com exceção dos casos em que o licenciamento ambiental está sujeito à competência federal, o respectivo órgão estadual é responsável pelas análises das atividades e emissão de licenças ambientais, bem como pela imposição de condições, restrições e medidas de controle pertinentes. Para empreendimentos cujos impactos ambientais são estritamente locais, a competência é do órgão ambiental municipal, desde que tal competência seja delegada pelo órgão Estadual mediante instrumento legal próprio ou convênio.

Nesse contexto, conforme definido pela Resolução nº 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA"), o processo de licenciamento ambiental engloba, em regra, três diferentes licenças, cada uma correspondendo a uma fase particular do projeto: a Licença Prévia ("LP"), concedida na fase preliminar e que avalia as condições básicas de localização, instalação e operação do empreendimento e/ou atividade; a Licença de Instalação ("LI"), que autoriza a sua efetiva instalação e implementação, conforme as condições estabelecidas na fase preliminar; e, por fim, a Licença de Operação ("LO") que autoriza o início de seu funcionamento ou das operações do empreendimento e/ou atividade licenciada.

A depender das especificidades do empreendimento e/ou projeto, do âmbito de seus impactos ambientais e dos critérios de exigibilidade estabelecidos pelo órgão ambiental competente, o processo de licenciamento ambiental pode ocorrer de forma simplificada, ao invés do sistema trifásico previamente descrito. No caso de licenciamento ambiental de empreendimento ou atividade que tenham potencial de causar significativo impacto ambiental, a autoridade ambiental poderá exigir a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e apresentação do respectivo Relatório de Impacto Ambiental ("EIA/RIMA").

As licenças ambientais possuem validade limitada, de modo que deverão ser periódica e tempestivamente renovadas perante os órgãos ambientais licenciadores, sob pena de perda de sua validade e irregularidade da atividade e/ou empreendimento. A renovação deve ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data de validade da licença, para que permaneça automaticamente válida até a manifestação do órgão ambiental competente.

Ainda, as licenças ambientais podem conter condicionantes técnicas estabelecidas pela autoridade ambiental, que são condições de validade e o seu descumprimento pode impactar a regularidade das operações da Companhia. A ausência ou descumprimento de condicionantes de licenças ou de autorizações dos órgãos ambientais para operação de atividades e/ou de empreendimentos potencialmente poluidores sujeita o infrator a sanções criminais e administrativas, no âmbito federal, que podem culminar em multas de R$500,00 a R$10.000.000,00, sem prejuízo de outras penalidades como embargo, desativação e demolição, dentre outras.

Responsabilidade Ambiental

Em caso de descumprimento de quaisquer normas ambientais aplicáveis, a Companhia pode ser responsabilizada em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e (iii) criminal.

Na esfera civil, aquele que causar dano ao meio ambiente é responsável por reparar ou indenizar o dano causado, independentemente de culpa. Aplica-se a responsabilidade de forma objetiva e solidária em relação a todas as partes direta ou indiretamente envolvidas na geração do dano. Nesse cenário, tendo mais de uma empresa contribuído para um dano ao meio ambiente, ou tendo o dano sido cometido por um prestador de serviço ou fornecedor (por exemplo, um terceiro responsável pela destinação de resíduos da Companhia), poderá ser demandada à remediação ou pagamento de indenização aquela que tiver maiores condições financeiras para fazê-lo, cabendo, posteriormente, direito de regresso contra as demais empresas envolvidas. Não existe, na legislação brasileira, previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de indenização pelo dano ambiental, o qual será proporcional ao dano causado. Além disso, conforme posicionamento consolidado do Supremo Tribunal Federal, pleitos de reparação/compensação por danos ambientais não estão sujeitos a prescrição.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Na esfera administrativa, as multas por infração ambiental podem chegar a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sendo que a multa máxima é aplicada, geralmente, em casos de grande impacto ambiental ou risco à saúde humana. Outras penalidades administrativas incluem, por exemplo, a suspensão total ou parcial de atividades e o embargo de obras.

A Lei Federal nº 9.605/1998 ("**Lei de Crimes Ambientais**") prevê a responsabilização de todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para a prática de crimes contra o meio ambiente, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade, o que significa que o infrator só será penalizado se agir com dolo ou culpa. Tal lei prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado; ou (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa. A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que estende a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos.

A Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica quando essa for considerada um obstáculo à recuperação de danos causados ao meio ambiente. Nessa situação, acionistas e diretores podem ser pessoalmente responsáveis por recuperar os danos ambientais causados.

Resíduos Sólidos

No que diz respeito à regulamentação de resíduos sólidos, nossos empreendimentos estão sujeitos ao gerenciamento de resíduos sólidos e à elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, conforme delineado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, devido à natureza, composição ou volume dos resíduos gerados. O PGRS é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente. Por isso, devem ser disponibilizadas pelo empreendedor ao órgão ambiental competente, em periodicidade anual ou que solicitado, informações completas e atualizadas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

Na implementação do PGRS, mesmo que terceirizados os serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, a Companhia não é isenta da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

De acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010, a disposição inadequada dos resíduos sólidos bem como os acidentes decorrentes do transporte desses resíduos podem ser fator de contaminação de solo e de águas subterrâneas e ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa e penal. As penalidades administrativas aplicáveis para a disposição inadequada de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, que cause ou não poluição efetiva, incluem, dentre outras, embargo da atividade ou da obra e multas de até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Cadastro Ambiental Rural e Reserva Legal

De acordo com o Código Florestal, o Cadastro Ambiental Rural ("CAR") corresponde ao registro público eletrônico no âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

Em se tratando de imóvel rural, o Código Florestal ainda determina a obrigação de constituição e delimitação e preservação de Reserva Legal ao proprietário ou possuidor, correspondente à área que deve obrigatoriamente ser mantida com cobertura de vegetação nativa, calculada com base em percentual mínimo da área total do imóvel, o qual varia em função de sua localização e do bioma.

A ausência de inscrição no CAR poderá ensejar em restrições de acesso a linhas de crédito federal ou programas de fomento oferecidos pelos governos federal e estadual, bem como aos benefícios do Código Florestal, tais como a possibilidade de computar a APP como Reserva Legal, acesso à anistia de infrações cometidas ante de 22 de julho de 2008, relativas `supressão irregular de vegetação em APP/Reserva Legal e dedução de áreas de APP/Reserva Legal do ITR. Quanto a

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Reserva Legal, conforme Decreto Federal nº 6.514/2008, o corte de vegetação em tais áreas pode ensejar multa de R$ 5mil por hectare e o fato de deixar de averbar a reserva legal, por sua vez, pode ensejar a penalidade de advertência, bem como multa diária de R$50 a R$500 por hectare.

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Até a data de fechamento do presente Formulário de Referência, a Companhia não havia aderido a um padrão específico (nacional ou internacional) de proteção ambiental. De qualquer forma, a Companhia adota práticas voltadas à sustentabilidade, como adequações em seus produtos para melhor aproveitamento da matéria prima, reduzindo assim a utilização de combustível, o que impacta diretamente na redução de CO^2 por implemento.

A Companhia possui alta taxa de conversão de Matéria-Prima em produto, o que resulta na baixa geração de resíduos. Também possui elevado índice de reciclagem interna dos resíduos, ao qual é representado por uma taxa de 89%. Ainda, a Companhia possui diversas práticas para auxiliar no desenvolvimento socioambiental a nível regional, nacional e até internacional através dos programas "Librelato Ambiental, Librelato Mais Verde" e parcerias com fornecedores e distribuidores.

A Companhia segue os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ("ODS") da Organização das Nações Unidas ("ONU"). Os 17 ODS foram estabelecidos em 2015 e compõem uma agenda mundial para construção e implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade até 2030.

A Companhia se enquadra em dois selos (17 - Parcerias pelas metas e 08 – Empregos dignos e crescimento econômico), sendo que todas as campanhas e trabalhos são norteados pelos ODS, para que possamos trabalhar o maior número de selos e ações dentro dos ODS.

A Companhia está em curso de adequação de seus processos para conformidade a ISO 14001.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Desenhos industriais

O registro de desenho industrial protege a configuração externa de um objeto tridimensional ou um padrão ornamental (bidimensional) que possa ser aplicado a uma superfície ou a um objeto.

O registro dá ao titular o direito de impedir que terceiros fabriquem, comercializem, importem, utilizem ou vendam a matéria protegia sem o seu consentimento. Após a concessão do registro do software pelo INPI, o prazo de vigência do registro é de 10 (dez) anos, contados da data do depósito, prorrogáveis por, no máximo, 3 (três) períodos sucessivos de 5 (cinco) anos cada.

Na data de fechamento deste Formulário de Referência, a Companhia é titular de 2 pedidos de registro de desenhos industriais depositadas junto ao INPI.

Marcas

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 ("**Lei de Propriedade Industrial**"), dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("**INPI**"), autarquia federal responsável pelo registro de marcas e patentes, e outros direitos de propriedade industrial no Brasil.

Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta, sendo assegurado ao titular o direito de uso exclusivo, em todo território nacional, por um

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

período determinado de 10 (dez) anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade de registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado "depositante") possui apenas uma expectativa de direito de propriedade para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas de retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; ou (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; ou (iii) não contestação e/ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

Ainda, relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); ou (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); ou (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

Na data de fechamento do presente Formulário de Referência, a Companhia é titular de 1 pedido de registro de marca e 8 marcas registradas junto ao INPI, em nome próprio, dentre as quais destacam-se as seguintes na promoção dos negócios da Companhia: "LIBRELATO" e "LIBREPARTS".

Além disso, a Companhia também é titular 11 (onze) marcas registradas no exterior nos seguintes países: Paraguai, Colômbia, Uruguai, Peru, Equador, Cuba, Argentina, Angola, Chile, Bolívia e Venezuela.

Nomes de Domínio

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System ("**DNS**"), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio ".br", a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Na data de fechamento deste Formulário de Referência, a Companhia utiliza 3 nomes de domínios, associados à marca "LIBRELATO", sendo 2 registrados no Brasil, quais sejam: librelato.com.br e lojalibrelato.com.br e 1 (um) registrado no exterior - librelato.com.

Patentes

A Companhia investe no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias inovadoras visando aprimorar os seus processos produtivos. Como resultado, muitas das inovações geradas são passíveis de proteção da propriedade intelectual nos países em que a Companhia atua. Uma das modalidades de proteção da inovação utilizada é a patente de invenção ou modelo de utilidade.

No Brasil, a invenção de uma nova tecnologia, seja para produto ou processo, faz jus a uma patente. A patente também vale para melhorias no uso ou fabricação de objetos de uso prático, como utensílios e ferramentas.

De acordo com a Lei de Propriedade Industrial, a patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 anos e a de modelo de utilidade pelo prazo de 15 anos contados da data de depósito, sendo que o prazo de vigência não será inferior a 10 anos para a patente de invenção e a 7 anos para a patente de modelo de utilidade, a contar da data de concessão. A patente confere ao seu titular o direito de impedir terceiro, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar com estes propósitos, o produto objeto da patente e/ou o processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado.

Na data de fechamento deste Formulário de Referência, a Companhia é titular de 7 patentes depositadas junto ao INPI.

Para mais informações sobre os ativos de propriedade intelectual relevantes da Companhia, favor verificar o item 9.1.b deste Formulário de Referência.

julgue relevantes em relação a este item 21.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Mercado	Receita Bruta das Vendas em 2020 (Em R$ mil)	%
Mercado interno	1.006.523	96,91%
Mercado externo	32.107	3,09%
Total	**1.038.630**	**100,00%**

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Não relevante.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Conforme demonstrado no item (a) acima, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita bruta das vendas proveniente de países estrangeiros foi de R$32.107 mil, representando 3,09% do total receita bruta das vendas da Companhia.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não aplicável, tendo em vista que não houve efeitos de regulação estrangeira em relação aos países que a Companhia exporta seus produtos.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

(a) Se o emissor divulga informações socioambientais:

A Companhia não divulga informações socioambientais por meio de relatório anual, de sustentabilidade ou integrado.

Adicionalmente, a Companhia entende que a legislação ambiental atual não traz essa exigência para suas operações. Não obstante, as políticas ambientais da Companhia levam em consideração os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, conforme descrito no item 7.5(b) deste Formulário de Referência.

(b) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(c) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo Cultural

A Companhia adota políticas de responsabilidade social, patrocínio e incentivo cultural, bem como desenvolve ou participa de projetos nessas áreas, o que garantiu o certificado de responsabilidade social da Assembleia Legislativa de Santa Catarina nos anos de 2012 a 2016. A Librelato possui diversas práticas a fim de incentivar seus profissionais, através de seus programas: “Crescendo com a Librelato” onde o profissional é reconhecido por tempo de empresa. O “Programa Qualidade de vida” visa o acompanhamento dos profissionais encaminhados a reabilitação pelo uso de drogas; Palestrar sobre Drogas Lícitas e Ilícitas; Minutos da Segurança voltado a prevenção do uso de álcool e drogas.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

Todos os eventos ocorridos que importem aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante se enquadram dentro da operação normal dos negócios da Companhia e já foram devidamente descritos no item 15.7 deste Formulário de Referência.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia. A Companhia continua com a posição de gestão conservadora, mantendo sólida posição de caixa, as quais despesas de investimento são realizadas com cautela.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia ou por sua controlada que não sejam diretamente relacionados às atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 - Outras inf. Relev. – Negócios extraord.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 8.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes – outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Unidade Fabril (Rodovia Governador Jorge Lacerda, CEP: 88805.350)	Brasil	SC	Criciúma	Própria
Unidade Fabril (Rua São Felipe Néri, S/N, Bairro Primeira Linha Pontilhão, CEP 8	Brasil	SC	Criciúma	Própria
Unidade Fabril (Rodovia SC 445, Bairro Jardim Elizabete, CEP: 88820-000)	Brasil	SC	Içara	Própria
Unidade Fabril (Rodovia SC 445, Bairro Jardim Elizabete, CEP: 88820-000)	Brasil	SC	Içara	Própria
Unidade Fabril (Rodovia ICR 253, Bairro Segunda Linha, CEP 88820-000)	Brasil	SC	Içara	Própria
Unidade Fabril (Rodovia SC 445, Bairro Centro, CEP 88820-000)	Brasil	SC	Içara	Própria
Unidade Fabril (Rodovia SC 446, Bairro São Simão, CEP 88811-400	Brasil	SC	Içara	Própria
Unidade Fabril (Rua Cruz e Souza, Bairro Primeiro de Maio, CEP: 88.820-000)	Brasil	SC	Içara	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Pedido de Desenho Industrial nº BR 30 2014 003914 8 depositado junto ao INPI em 13/08/2014.	N.A.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o registro de desenho industrial protege a configuração externa de um objeto tridimensional ou um padrão ornamental (bidimensional) que possa ser aplicado a uma superfície ou a um objeto. O registro dá ao titular o direito de impedir que terceiros fabriquem, comercializem, importem, utilizem ou vendam a matéria protegia sem o seu consentimento.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Patentes	Desenho Industrial nº BR 30 2015 003650 8 depositado junto ao INPI em 04/08/2015.	Até 04/08/2040	Expiração da vigência, renúncia, falta de pagamento da taxa de renovação (direito prorrogável por 3 períodos sucessivos de 5 anos), falta de uso, pela falta do pagamento da retribuição quinquenal e declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro depois de êxito em processo administrativo ou judicial.	Transformação em bem de domínio público e consequente perda dos direitos de exclusividade da Companhia para exploração do desenho industrial.
Patentes	Pedido de patente n° BR 20 2020 025427 3, depositado junto ao INPI em 11/12/2020.	N.A.	Indeferimento após o exame de mérito pelo INPI, ações de oposição ou nulidade por parte de terceiros, abandono em função de decisão estratégica da Librelato S/A Implementos Rodoviários poderão resultar na não concessão ou perda dos direitos. Mudanças no marco regulatório podem ocorrer e interferir nas perspectivas de manutenção ou concessão dos direitos de PI.	A eventual perda de direitos não afetará a habilidade da Librelato S/A Implementos Rodoviários de exercer suas atividades, entretanto, conforme produtos e serviços com maior grau de inovação forem incluídos no portfólio da Companhia tal perda poderá afetar o desempenho da Librelato S/A Implementos Rodoviários. Poderá afetar o licenciamento da tecnologia protegida, podendo influenciar no valor cobrado pela transferência da tecnologia. Implica impossibilidade de impedir terceiros de utilizar tecnologia idêntica ou equivalente em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso comercial exclusivo.
Patentes	Pedido de patente n° BR 20 2016 003838 9 depositado junto ao INPI em 23/02/2016.	N.A.	Indeferimento após o exame de mérito pelo INPI, ações de oposição ou nulidade por parte de terceiros, abandono em função de decisão estratégica da Librelato S/A Implementos Rodoviários poderão resultar na não concessão ou perda dos direitos. Mudanças no marco regulatório podem ocorrer e interferir nas perspectivas de manutenção ou concessão dos direitos de PI.	A eventual perda de direitos não afetará a habilidade da Librelato S/A Implementos Rodoviários de exercer suas atividades, entretanto, conforme produtos e serviços com maior grau de inovação forem incluídos no portfólio da Companhia tal perda poderá afetar o desempenho da Librelato S/A Implementos Rodoviários. Poderá afetar o licenciamento da tecnologia protegida, podendo influenciar no valor cobrado pela transferência da tecnologia. Implica impossibilidade de impedir terceiros de utilizar tecnologia idêntica ou equivalente em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso comercial exclusivo.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Pedido de patente n° BR 20 2015 015794 6 depositado junto ao INPI em 29/06/2015.	N.A.	Indeferimento após o exame de mérito pelo INPI, ações de oposição ou nulidade por parte de terceiros, abandono em função de decisão estratégica da Librelato S/A Implementos Rodoviários poderão resultar na não concessão ou perda dos direitos. Mudanças no marco regulatório podem ocorrer e interferir nas perspectivas de manutenção ou concessão dos direitos de PI.	A eventual perda de direitos não afetará a habilidade da Librelato S/A Implementos Rodoviários de exercer suas atividades, entretanto, conforme produtos e serviços com maior grau de inovação forem incluídos no portfólio da Companhia tal perda poderá afetar o desempenho da Librelato S/A Implementos Rodoviários. Poderá afetar o licenciamento da tecnologia protegida, podendo influenciar no valor cobrado pela transferência da tecnologia. Implica impossibilidade de impedir terceiros de utilizar tecnologia idêntica ou equivalente em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso comercial exclusivo.
Patentes	Pedido de patente n° BR 20 2016 028243 3 depositado junto ao INPI em 01/12/2016.	N.A.	Indeferimento após o exame de mérito pelo INPI, ações de oposição ou nulidade por parte de terceiros, abandono em função de decisão estratégica da Librelato S/A Implementos Rodoviários poderão resultar na não concessão ou perda dos direitos. Mudanças no marco regulatório podem ocorrer e interferir nas perspectivas de manutenção ou concessão dos direitos de PI.	A eventual perda de direitos não afetará a habilidade da Librelato S/A Implementos Rodoviários de exercer suas atividades, entretanto, conforme produtos e serviços com maior grau de inovação forem incluídos no portfólio da Companhia tal perda poderá afetar o desempenho da Librelato S/A Implementos Rodoviários. Poderá afetar o licenciamento da tecnologia protegida, podendo influenciar no valor cobrado pela transferência da tecnologia. Implica impossibilidade de impedir terceiros de utilizar tecnologia idêntica ou equivalente em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso comercial exclusivo.
Patentes	Pedido de patente n° BR 20 2019 024442, depositado junto ao INPI em 20/11/2019.	N.A.	Indeferimento após o exame de mérito pelo INPI, ações de oposição ou nulidade por parte de terceiros, abandono em função de decisão estratégica da Librelato S/A Implementos Rodoviários poderão resultar na não concessão ou perda dos direitos. Mudanças no marco regulatório podem ocorrer e interferir nas perspectivas de manutenção ou concessão dos direitos de PI.	A eventual perda de direitos não afetará a habilidade da Librelato S/A Implementos Rodoviários de exercer suas atividades, entretanto, conforme produtos e serviços com maior grau de inovação forem incluídos no portfólio da Companhia tal perda poderá afetar o desempenho da Librelato S/A Implementos Rodoviários. Poderá afetar o licenciamento da tecnologia protegida, podendo influenciar no valor cobrado pela transferência da tecnologia. Implica impossibilidade de impedir terceiros de utilizar tecnologia idêntica ou equivalente em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso comercial exclusivo.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Pedido de patente n° BR 20 2019 027748 9, depositado junto ao INPI em 23/12/2019.	N.A.	Indeferimento após o exame de mérito pelo INPI, ações de oposição ou nulidade por parte de terceiros, abandono em função de decisão estratégica da Librelato S/A Implementos Rodoviários poderão resultar na não concessão ou perda dos direitos. Mudanças no marco regulatório podem ocorrer e interferir nas perspectivas de manutenção ou concessão dos direitos de PI.	A eventual perda de direitos não afetará a habilidade da Librelato S/A Implementos Rodoviários de exercer suas atividades, entretanto, conforme produtos e serviços com maior grau de inovação forem incluídos no portfólio da Companhia tal perda poderá afetar o desempenho da Librelato S/A Implementos Rodoviários. Poderá afetar o licenciamento da tecnologia protegida, podendo influenciar no valor cobrado pela transferência da tecnologia. Implica impossibilidade de impedir terceiros de utilizar tecnologia idêntica ou equivalente em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso comercial exclusivo.
Marcas	Pedido de patente n° BR 10 2019 006048 4, depositado junto ao INPI em 27/03/2019.	N.A.	Indeferimento após o exame de mérito pelo INPI, ações de oposição ou nulidade por parte de terceiros, abandono em função de decisão estratégica da Librelato S/A Implementos Rodoviários poderão resultar na não concessão ou perda dos direitos. Mudanças no marco regulatório podem ocorrer e interferir nas perspectivas de manutenção ou concessão dos direitos de PI.	A eventual perda de direitos não afetará a habilidade da Librelato S/A Implementos Rodoviários de exercer suas atividades, entretanto, conforme produtos e serviços com maior grau de inovação forem incluídos no portfólio da Companhia tal perda poderá afetar o desempenho da Librelato S/A Implementos Rodoviários. Poderá afetar o licenciamento da tecnologia protegida, podendo influenciar no valor cobrado pela transferência da tecnologia. Implica impossibilidade de impedir terceiros de utilizar tecnologia idêntica ou equivalente em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso comercial exclusivo.
Patentes	Pedido de patente n° BR 10 2019 006048 4, depositado junto ao INPI em 27/03/2019.	N.A.	Indeferimento após o exame de mérito pelo INPI, ações de oposição ou nulidade por parte de terceiros, abandono em função de decisão estratégica da Librelato S/A Implementos Rodoviários poderão resultar na não concessão ou perda dos direitos. Mudanças no marco regulatório podem ocorrer e interferir nas perspectivas de manutenção ou concessão dos direitos de PI.	A eventual perda de direitos não afetará a habilidade da Librelato S/A Implementos Rodoviários de exercer suas atividades, entretanto, conforme produtos e serviços com maior grau de inovação forem incluídos no portfólio da Companhia tal perda poderá afetar o desempenho da Librelato S/A Implementos Rodoviários. Poderá afetar o licenciamento da tecnologia protegida, podendo influenciar no valor cobrado pela transferência da tecnologia. Implica impossibilidade de impedir terceiros de utilizar tecnologia idêntica ou equivalente em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso comercial exclusivo.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Patente n° BR 20 2015 011336 1, depositado junto ao INPI em 18/05/2015.	Até 18/05/2030	Ações de nulidade por parte de terceiros, abandono em função de decisão estratégica da Librelato S/A Implementos Rodoviários ou caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca, poderão resultar na perda dos direitos. Mudanças no marco regulatório podem ocorrer e interferir nas perspectivas de manutenção dos direitos de PI.	A eventual perda de direitos não afetará a habilidade da Librelato S/A Implementos Rodoviários de exercer suas atividades, entretanto, conforme produtos e serviços com maior grau de inovação forem incluídos no portfólio da Companhia tal perda poderá afetar o desempenho da Librelato S/A Implementos Rodoviários. Poderá afetar o licenciamento da tecnologia protegida, podendo influenciar no valor cobrado pela transferência da tecnologia. Implica impossibilidade de impedir terceiros de utilizar tecnologia idêntica ou equivalente em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso comercial exclusivo.
Patentes	Patente n° BR 20 2015 011355 8, depositado junto ao INPI em 18/05/2015.	Até 18/05/2015	Ações de nulidade por parte de terceiros, abandono em função de decisão estratégica da Librelato S/A Implementos Rodoviários ou caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca, poderão resultar na perda dos direitos. Mudanças no marco regulatório podem ocorrer e interferir nas perspectivas de manutenção dos direitos de PI.	A eventual perda de direitos não afetará a habilidade da Librelato S/A Implementos Rodoviários de exercer suas atividades, entretanto, conforme produtos e serviços com maior grau de inovação forem incluídos no portfólio da Companhia tal perda poderá afetar o desempenho da Librelato S/A Implementos Rodoviários. Poderá afetar o licenciamento da tecnologia protegida, podendo influenciar no valor cobrado pela transferência da tecnologia. Implica impossibilidade de impedir terceiros de utilizar tecnologia idêntica ou equivalente em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso comercial exclusivo.
Marcas	Registro nº 912068230, para a marca "LIBRELATO", marca mista, na Classe NCL (10) 35.	Até 04/09/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da Companhia. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 912068841, para a marca "LIBRELATO", marca mista, na Classe NCL (10) 12.	Até 04/09/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da Companhia. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918076757, para a marca "LIBREPARTS", marca mista, na Classe NCL (11) 35.	Até 14/07/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da Companhia. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº 920051383, para a marca "LIBREPARTS", marca mista, na Classe NCL(11) 12.	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 918735440, para a marca "PRÓ-NIO NIÓBIOTECH", marca mista, na Classe NCL(11) 12.	Até 07/07/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da Companhia. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918735696, para a marca "PRÓ-NIO NIÓBIOTECH", marca mista, na Classe NCL(11) 06.	Até 07/07/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da Companhia. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918735696, para a marca "WOOD KING", marca nominativa, na Classe NCL(11) 12.	Até 03/11/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da Companhia. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 821704311, para a marca "LIBRELATO", marca mista, na Classe NCL (8) 12.	Até 04/09/2023	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da Companhia. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 903540932, para a marca "LIBRELATO", marca nominativa, na Classe NCL(9) 35.	Até 29/07/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da Companhia. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº P326.526 na Venezuela para a marca mista "LIBRELATO" na classe internacional NCL (12).	Até 16/04/2028	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão estatal competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão estatal competente, de acordo com a Lei da Propriedade Industrial do país e outras legislações aplicáveis (inclusive Acordo Bilaterais e Tratados Internacionais). No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes no país em que esta foi registrada e teve seu registro extinto. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível., por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 148861-C na Bolívia para a marca "LIBRELATO" na classe internacional NCL (12).	Até 31/12/2023	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão estatal competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão estatal competente, de acordo com a Lei da Propriedade Industrial do país e outras legislações aplicáveis (inclusive Acordo Bilaterais e Tratados Internacionais). No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes no país em que esta foi registrada e teve seu registro extinto. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível., por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 1120151 no Chile para a marca "LIBRELATO" na classe internacional NCL (35).	Até 18/02/2025	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão estatal competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão estatal competente, de acordo com a Lei da Propriedade Industrial do país e outras legislações aplicáveis (inclusive Acordo Bilaterais e Tratados Internacionais). No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes no país em que esta foi registrada e teve seu registro extinto. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível., por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro na Angola para a marca mista "LIBRELATO" na classe internacional NCL (12).	Até 20/10/2024	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão estatal competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão estatal competente, de acordo com a Lei da Propriedade Industrial do país e outras legislações aplicáveis (inclusive Acordo Bilaterais e Tratados Internacionais). No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes no país em que esta foi registrada e teve seu registro extinto. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível., por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 2.656.882 na Argentina para a marca mista "LIBRELATO" na classe internacional NCL (12).	Até 18/06/2024	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão estatal competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão estatal competente, de acordo com a Lei da Propriedade Industrial do país e outras legislações aplicáveis (inclusive Acordo Bilaterais e Tratados Internacionais). No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes no país em que esta foi registrada e teve seu registro extinto. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível., por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 2013-0251 em Cuba p/a marca "LIBRELATO", marca mista, na classe internacional NCL (12).	Até 22/04/2023	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão estatal competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão estatal competente, de acordo com a Lei da Propriedade Industrial do país e outras legislações aplicáveis (inclusive Acordo Bilaterais e Tratados Internacionais). No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes no país em que esta foi registrada e teve seu registro extinto. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível., por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 00207840 no Peru p/a marca "LIBRELATO", marca mista, na classe internacional NCL (12).	Até 14/02/2024	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão estatal competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão estatal competente, de acordo com a Lei da Propriedade Industrial do país e outras legislações aplicáveis (inclusive Acordo Bilaterais e Tratados Internacionais). No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes no país em que esta foi registrada e teve seu registro extinto. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível., por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 429047 no Uruguai p/a marca "LIBRELATO", marca mista, na classe internacional NCL (12).	Até 20/11/2022	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão estatal competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão estatal competente, de acordo com a Lei da Propriedade Industrial do país e outras legislações aplicáveis (inclusive Acordo Bilaterais e Tratados Internacionais). No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes no país em que esta foi registrada e teve seu registro extinto. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível., por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 483566 na Colômbia para a marca mista "LIBRELATO" na classe internacional NCL (12).	Até 29/11/2023	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão estatal competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão estatal competente, de acordo com a Lei da Propriedade Industrial do país e outras legislações aplicáveis (inclusive Acordo Bilaterais e Tratados Internacionais). No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes no país em que esta foi registrada e teve seu registro extinto. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível., por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 506706 no Paraguai para a marca "LIBRELATO" na classe internacional NCL (12).	Até 13/08/2030	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão estatal competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão estatal competente, de acordo com a Lei da Propriedade Industrial do país e outras legislações aplicáveis (inclusive Acordo Bilaterais e Tratados Internacionais). No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes no país em que esta foi registrada e teve seu registro extinto. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível., por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<www.librelato.com.br>	Até 18/01/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da Companhia. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio na internet	<www.lojalibrelato.com.br>	Até 10/08/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da Companhia. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio na internet	<www.librelato.com>	Até 26/06/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<www.librelato.cl>	Até 11/09/2011	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Marcas	Registro nº IEPI-UIO-PI -SD-2013-28754-RE no Equador p/a marca “LIBRELATO”, marca mista, C. NCL(12).	Até 10/03/2024	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão estatal competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão estatal competente, de acordo com a Lei da Propriedade Industrial do país e outras legislações aplicáveis (inclusive Acordo Bilaterais e Tratados Internacionais). No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes no país em que esta foi registrada e teve seu registro extinto. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível., por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, participações em outras sociedades consideradas relevantes.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 9.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações incluídas no item 10 deste Formulário de Referência foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*, ou "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Exceto se de outra forma indicado, as informações financeiras apresentadas são consolidadas e referem-se à Companhia e sua controlada.

A análise dos diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das nossas contas patrimoniais constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas nossas demonstrações financeiras sobre a situação financeira. A nossa diretoria não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "análise horizontal" e "análise vertical", respectivamente. A AH compara índices ou itens das demonstrações financeiras entre um exercício e outro. A AV representa o percentual ou item em relação à receita líquida de vendas para os exercícios aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas de encerramento dos exercícios aplicáveis para informações de balanço patrimonial.

Esclarecimentos adicionais a respeito dos impactos da pandemia da COVID-19 nas atividades e, consequentemente, nas demonstrações financeiras da Companhia, estão detalhados no item 10.9 deste Formulário de Referência.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa operacional da Companhia, em conjunto com a captação de recursos de terceiros, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante da Companhia era de R$371.100 mil, enquanto o passivo circulante era de R$263.559 mil, representando um índice de liquidez corrente (corresponde à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 1,41. Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante da Companhia era de R$284.419 mil, enquanto ao passivo circulante era de R$143.699 mil, representando um índice de liquidez corrente de 1,98 e em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante da Companhia era de R$175.811 mil, enquanto ao passivo circulante era de R$137.974 mil, representando um índice de liquidez corrente de 1,27. Os Diretores da Companhia entendem que a redução do índice de liquidez corrente entre 31 de dezembro de 2019 para 31 de dezembro de 2020 é resultado de uma aplicação maior em aquisição de matéria-prima para garantir o abastecimento de insumos para a produção em virtude do problema de abastecimento decorrente dos efeitos da pandemia do COVID-19. O crescimento do índice de liquidez corrente entre 31 de dezembro de 2019 e 2018 decorrem da melhoria de performance da Companhia em decorrência do aumento de faturamento e melhoria das margens.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o índice de endividamento total (corresponde à divisão do total dos passivos pelo patrimônio líquido) da Companhia era de 2,21, 1,10 e 1,17, respectivamente. Os Diretores esclarecem que o aumento do índice de endividamento entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 é devido ao aumento da conta de fornecedores para suportar um abastecimento maior de matéria-prima com o intuito de proteger a companhia da crise de abastecimento que se instaurou no pais e no mundo decorrente da COVID-19 e também pelo fato que ter ocorrido uma cisão de ativos não mais necessários a operação realizada em 30 de dezembro de 2020 e a redução entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 é decorrente, principalmente, da melhoria de performance, receita e margens, resultando em um aumento significativo de lucro líquido.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a Companhia registrou lucro líquido de R$100.988 mil, R$71.140 mil e R$16.096 mil, respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que o aumento de 42,0% do lucro líquido registrado entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020 decorreu, principalmente, da maior produção e venda em 2020 e pelo reconhecimento R$ 45.596 mil de créditos oriundos de ação transitado em julgado relacionados a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Além disso, o aumento de 342,0% do lucro líquido registrado entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019 decorreu, principalmente do aumento significativo de faturamento e de rentabilidade, capturados por ganhos de escala, redução de custo de matéria-prima e de aumento de preços de venda pela demanda aquecida.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento.

A Companhia apresentou a seguinte estrutura de capital entre capital próprio e de terceiros em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

(em R$ mil, exceto %)	**Em 31 de dezembro de**		
	2020	**2019**	**2018**
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	369.567	224.976	178.203
Capital próprio (patrimônio líquido)	167.565	204.027	152.071
Capitalização total (terceiros + próprio)	537.132	429.003	330.274
Percentual de capital de terceiros	68,8%	52,4%	54,0%
Percentual capital próprio	31,2%	47,6%	68,4%

Conforme demonstrado na tabela acima, houve um aumento do capital de terceiros na data de encerramento dos exercícios em análise, como consequência da redução de capital ocorrida em 30 de dezembro decorrente da cisão de ativos não necessários a operação da Companhia.

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de captar novos recursos provenientes de empréstimos e financiamentos, ou junto aos seus acionistas ou no mercado de capitais, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos até a data deste Formulário de Referência, sendo possível ainda a captação de recursos adicionais, caso necessário no futuro.

Nos últimos três exercícios sociais, as necessidades de recursos da Companhia foram financiadas pela sua capacidade de geração de caixa operacional e por meio de recursos de terceiros, incluindo operações junto ao BNDES (Finame), consórcios e operações de capital de giro junto a bancos de primeira linha. Assim, considerando o seu perfil de endividamento e o seu fluxo de caixa, a Companhia acredita que terá liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os seus custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses, embora a Companhia não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando a incerteza oriunda dos impactos da COVID-19 na economia brasileira, nas operações e nos fluxos de caixa futuros da Companhia. Caso entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar as suas atividades e investimentos, a Companhia acredita ter capacidade para contratá-los.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o caixa gerado pelas atividades operacionais e os empréstimos e financiamentos captados com instituições financeiras, descritos no item 10.1(f) abaixo.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais para cobrir eventuais deficiências de liquidez.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O endividamento da Companhia é composto por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, cuja finalidade principal é prover recursos seus investimentos e capital de giro. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, os empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) da Companhia apresentavam saldo de R$128.835 mil, R$107.651 mil e R$68.295 mil, respectivamente.

A tabela abaixo apresenta as principais características das operações como, taxa de juros e o saldo devedor em cada data-base indicada:

			Em 31 de dezembro de		
			2020	2019	2018
Modalidade	**Indexador**	**Taxa de juros média a.a.**	**(R$ mil)**		
Finame	Pré e TJLP	5,04%	7.139	9.206	8.912
FINEP	Pré	5,00%	-	-	1.677
Financiamento em moeda estrangeira	Pré	5,80%	2.614	3.044	12.343
Arrendamentos mercantis	Pré	6,81%	254	220	112
Capital de giro	Pré	5,63%	91.081	33.135	36.820
BANDES	Selic	6,50%	8.890	8.633	8.431
Carta de crédito	Pré	7,06%	11.667	42.509	-
Consórcio	Pré	-	7.190	10.904	-
Total			**128.835**	**107.651**	**68.295**

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos contratos celebrados com nossos principais credores.

Banco do Brasil S.A.

- **Cédulas de Crédito Industrial**

  Entre os anos de 2012 e 2013, a Companhia celebrou com o Banco do Brasil S.A., cédulas de crédito industrial, cujo crédito foi deferido com recursos originários de repasses de Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), garantidas por aval. Sobre o valor principal do crédito, incides taxa de juros pactuadas entre 3,5% e 5,55% ao ano. Os contratos possuem vencimento entre abril de 2022 e novembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2020, em conjunto, o saldo em aberto desses contratos era de R$ 2.587 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Banco Bradesco S.A.

- **Cédula de Crédito Bancário nº 0887324-0**

  Em 08 de maio de 2013, a Companhia celebrou com o Banco Bradesco S.A., cédula de crédito bancário no valor de R$ 315 mil, garantida por aval e alienação fiduciária de bem móvel. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros pactuada em 3,0% ao ano. O contrato possui carência de 3 meses, sendo a primeira parcela de amortização do principal devida em 15 de setembro de 2013, e a última em 15 de maio de 2023.

  Em 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto desse contrato era de R$ 78 mil. O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

- **Cédula de Crédito Bancário nº 0919903-9**

  Em 10 de outubro de 2013, a Companhia celebrou com o Banco Bradesco S.A., cédula de crédito bancário no valor de R$ 509 mil, garantida por aval e alienação fiduciária de bem móvel. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros pactuada em 3,5% ao ano. O contrato possui carência de 6 meses, sendo a primeira parcela de amortização do principal devida em 15 de maio de 2014, e a última em 15 de outubro de 2023.

  Em 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto desse contrato era de R$ 152 mil. O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

- **Cédula de Crédito Bancário nº0935806-4**

  Em 16 de maio de 2014, a Companhia celebrou com o Banco Bradesco S.A., cédula de crédito bancário no valor de R$ 120 mil, garantida por aval e alienação fiduciária de bem móvel. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros pactuada em 6,0% ao ano. O contrato possui carência de 3 meses, sendo a primeira parcela de amortização do principal devida em 15 de outubro de 2014, e a última em 15 de junho de 2024.

  Em 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto desse contrato era de R$ 44 mil. O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

- **Cédula de Crédito Bancário nº0935814-5**

  Em 03 de abril de 2014, a Companhia celebrou com o Banco Bradesco S.A., cédula de crédito bancário no valor de R$ 448 mil, garantida por aval e alienação fiduciária de bem móvel. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros pactuada em 6,0% ao ano. O contrato possui carência de 6 meses, sendo a primeira parcela de amortização do principal devida em 15 de novembro de 2014, e a última em 15 de abril de 2024.

  Em 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto desse contrato era de R$ 157 mil. O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

- **Cédula de Crédito Bancário nº3007845-8**

  Em 02 de maio de 2014, a Companhia celebrou com o Banco Bradesco S.A., cédula de crédito bancário no valor de R$ 128 mil, garantida por aval e alienação fiduciária de bem móvel. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros pactuada em 6,0% ao ano. O contrato possui carência de 6 meses, sendo a primeira parcela de amortização do principal devida em 15 de dezembro de 2014, e a última em 15 de maio de 2024.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto desse contrato era de R$ 46 mil. O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

- **Operação de Capital de Giro nº 23734742910**

  Em 29 de outubro de 2020, a Companhia celebrou com o Bradesco S.A., operação de capital de giro no valor de R$ 20.000 mil, garantida por aval. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros pactuada em 4,4% ao ano. O contrato possui carência de 18 meses, sendo a primeira parcela de amortização do principal devida em 27 de fevereiro de 2022, e a última em 27 de outubro de 2023.

  Em 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto desse contrato era de R$ 20.152 mil

- **Consórcio Bradesco**

  Em agosto de 2019, a Companhia celebrou com o Bradesco S.A, operação na modalidade de consórcio, o registro da obrigação de pagamento ao credor ocorre a partir do momento da contemplação das quotas, sendo que até o momento da contemplação os valores são registrados como adiantamento. O contrato tem prazo final em janeiro de 2023.

  Em 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto desse contrato era de R$ 1.438 mil.

- **Consórcio Embracon**

  Em dezembro de 2019, a Companhia celebrou com a Embracon, operação na modalidade de consórcio, o registro da obrigação de pagamento ao credor ocorre a partir do momento da contemplação das quotas, sendo que até o momento da contemplação os valores são registrados como adiantamento. O contrato tem prazo final em julho de 2023.

  Em 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto desse contrato era de R$ 5.752 mil.

Banco Itaú Unibanco S.A.

- **Cédula de Crédito Bancário nº 100120120007800**

  Em 16 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou com o Itaú Unibanco S.A., cédula de crédito bancário no valor de R$ 25.000 mil, garantida por aval e cessão fiduciária. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros pactuada em 2,78% ao ano. O contrato possui carência de 11 meses, sendo a primeira parcela de amortização do principal devida em 22 de dezembro de 2021, e a última em 22 de dezembro de 2023.

  Em 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto desse contrato era de R$ 28.338 mil. O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

- **Cédula de Crédito à Exportação nº 109819050006300**

  Em 16 de maio de 2019, a Companhia celebrou com o Itaú Unibanco S.A., cédula de crédito a exportação no valor de R$ 5.000 mil, garantida por aval e aplicações financeiras. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros pactuada em 4,8% ao ano. O contrato possui carência de 12 meses, sendo a primeira parcela de amortização do principal devida em 18 de maio de 2020, e a última em 16 de maio de 2022.

  Em 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto desse contrato era de R$ 3.334 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- **Cédula de Crédito à Exportação nº 10981911**

  Em 29 de novembro de 2019, a Companhia celebrou com o Itaú Unibanco S.A., cédula de crédito à exportação no valor de R$ 5.000 mil, garantida por aval e aplicações financeiras. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros pactuada em 6,9% ao ano. O contrato prevê amortização ao final do contrato, em 21 de junho de 2021.

  Em 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto desse contrato era de R$ 5.000 mil.

- **Operação de Swap de Fluxo de Caixa nº 109819050006300**

  Em 28 de novembro de 2019, a Companhia contratou com o Itaú Unibanco S.A. uma operação de swap de fluxo de caixa, com valor nocional de R$ 5.000 mil e vencimento em 1º de junho de 2021.

- **Operação de Swap de Fluxo de Caixa nº 109819110017100**

  Em 14 de maio de 2019, a Companhia contratou com o Itaú Unibanco S.A. uma operação de swap de fluxo de caixa, com valor nocional de R$ 5.000,8 mil e vencimento em 16 de maio de 2022.

Banco Safra S.A.

- **Cédula de Crédito Bancário nº 0327742216**

  Em 07 de julho de 2017, a Companhia celebrou com o Cooperativa de Crédito Unicred Sul Catarinense Ltda., cédula de crédito bancário no valor de R$ 762 mil, cujo crédito foi deferido com recursos originários de repasses de Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME). Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros pactuada em 5.10% ao ano. O contrato possui carência de 2 meses, com vencimento em 15 de julho de 2021. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto desse contrato era de R$ 109 mil.

- **Operação de Capital de Giro nº 2112862**

  Em 17 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou com o Banco Safra S.A., operação de capital de giro no valor de R$ 25.000 mil, garantida por aval e aplicações financeiras. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros pactuada em 4,8% ao ano. O contrato possui carência de 12 meses, sendo a primeira parcela de amortização do principal devida em 17 de janeiro de 2022, e a última em 17 de junho de 2024.

  Em 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto desse contrato era de R$ 25.085 mil.

- **Operação Pré Pagamento a Exportação nº 10199619**

  Em 29 de maio de 2019, a Companhia celebrou com o Banco Safra S.A., operação de pré pagamento a exportação no valor de R$ 3.996 mil, garantida por aval e aplicações financeiras. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros pactuada em 5,8% ao ano. O contrato possui carência de 6 meses, sendo a primeira parcela de amortização do principal devida em 12 de novembro de 2019, e a última em 20 de maio de 2021.

  Em 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto desse contrato era de R$ 2.614 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Banco Santander (Brasil) S.A.

- **Cédula de Crédito Bancário nº 1031927**

  Em 04 de novembro de 2020, a Companhia celebrou com o Banco Santander (Brasil), Luxemburgo Branch S.A., cédula de crédito bancário no valor de R$ 15.000 mil, garantida por aval e cessão fiduciária. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros pactuada em 2,97% ao ano. O contrato possui carência de 11 meses, sendo a primeira parcela de amortização do principal devida em 03 de novembro de 2021, e a última em 20 de novembro de 2023.

  Em 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto desse contrato era de R$ 15.051 mil. O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

Banco Votorantim S.A.

- **Nota de Crédito à Exportação nº 10213649**

  Em 26 de abril de 2019, a Companhia celebrou com o Banco Votorantim S.A., cédula de crédito à exportação no valor de R$ 5.000 mil. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros pactuada em 3,30% ao ano. A primeira parcela de amortização do principal foi devida em 27 de junho de 2020, e a última em 27 de fevereiro de 2022.

  Em 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto desse contrato era de R$ 3.333 mil.

- **Cédula de Crédito Bancário nº 1156860**

  Em 13 de maio de 2019, a Companhia celebrou com o Banco Votorantim S.A., cédula de crédito bancário no valor de R$ 995 mil, mediante repasse contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), garantido por alienação fiduciária de bem móvel. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros pactuada em 2,80% ao ano. O prazo de carência é de 12 meses, vencendo-se a primeira parcela de amortização do principal em 15 de agosto de 2019, e a última em 15 de maio de 2024.

  Em 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto desse contrato era de R$ 870 mil.

- **Cédula de Crédito Bancário nº 1156834**

  Em 06 de maio de 2019, a Companhia celebrou com o Banco Votorantim S.A., cédula de crédito bancário no valor de R$ 2.610 mil, mediante repasse contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), garantido por alienação fiduciária de bem móvel. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros pactuada em 2,80% ao ano. O prazo de carência é de 12 meses, vencendo-se a primeira parcela de amortização do principal em 15 de agosto de 2019, e a última em 15 de maio de 2024.

  Em 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto desse contrato era de R$ 2.229 mil.

Cooperativa de Crédito Unicred Sul Catarinense Ltda. – Unicred Sul Catarinense

- **Cédula de Crédito Bancário nº 2019080586**

  Em 31 de outubro de 2019, a Companhia celebrou com o Cooperativa de Crédito Unicred Sul Catarinense Ltda., cédula de crédito bancário no valor de R$ 3.056 mil, garantido por aval e cessão fiduciária a aplicação financeira. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros pactuada em 3,80% ao ano. O vencimento da dará em 25 de março de 2025, ocasião em que o débito deverá ser integralmente liquidado.

  Em 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto desse contrato era de R$ 2.649 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, não possuíamos outras operações relevantes de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não há grau de subordinação entre as dívidas atuais. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Na data deste Formulário de Referência e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, estamos cumprindo com todas as obrigações constantes nos nossos contratos de empréstimos e financiamentos, firmados junto às instituições financeiras.

Essas obrigações referem-se a determinadas restrições, incluindo distribuição de dividendos, alienação de ativos e alienação de controle societário, dentre outras cláusulas usuais de mercado, conforme descrito abaixo:

Cédula de Crédito Bancário nº 0887324-0	Restrição à reorganização societária, em decorrência da alienação, fusão, incorporação, cisão ou qualquer outro processo de reorganização societária, os controles acionários ou de quotas da Companhia e/ou dos avalistas vierem a ser alterados de modo que a participação dos atuais e respectivos controladores no capital social fique reduzida e, assim, impossibilite-os, isoladamente ou em consequência de acordo de acionistas ou quotistas, o direito de (i) exercer de modo permanente a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral; (ii) eleger a maioria dos administradores da Companhia ou dos avalistas; (ii) eleger a maioria dos administradores da Companhia e/ou dos avalistas; e (iii) efetivamente utilizar seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia e/ou dos avalistas.
Cédula de Crédito Bancário nº 0919903-9	Restrição à reorganização societária, em decorrência da alienação, fusão, incorporação, cisão ou qualquer outro processo de reorganização societária, os controles acionários ou de quotas da Companhia e/ou dos avalistas vierem a ser alterados de modo que a participação dos atuais e respectivos controladores no capital social fique reduzida e, assim, impossibilite-os, isoladamente ou em consequência de acordo de acionistas ou quotistas, o direito de (i) exercer de modo permanente a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral; (ii) eleger a maioria dos administradores da Companhia ou dos avalistas; (ii) eleger a maioria dos administradores da Companhia e/ou dos avalistas; e (iii) efetivamente utilizar seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia e/ou dos avalistas.
Cédula de Crédito Bancário nº0935806-4	Restrição à reorganização societária, em decorrência da alienação, fusão, incorporação, cisão ou qualquer outro processo de reorganização societária, os controles acionários ou de quotas da Companhia e/ou dos avalistas vierem a ser alterados de modo que a participação dos atuais e respectivos controladores no capital social fique reduzida e, assim, impossibilite-os, isoladamente ou em consequência de acordo de acionistas ou quotistas, o direito de (i) exercer de modo permanente a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral; (ii) eleger a maioria dos administradores da Companhia ou dos avalistas; (ii) eleger a maioria dos administradores da Companhia e/ou dos avalistas; e (iii) efetivamente utilizar seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia e/ou dos avalistas.
Cédula de Crédito Bancário nº0935814-5	Restrição à reorganização societária, em decorrência da alienação, fusão, incorporação, cisão ou qualquer outro processo de reorganização societária, os controles acionários ou de quotas da Companhia e/ou dos avalistas vierem a ser alterados de modo que a participação dos atuais e respectivos controladores no capital social fique reduzida e, assim, impossibilite-os, isoladamente ou em

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

	consequência de acordo de acionistas ou quotistas, o direito de (i) exercer de modo permanente a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral; (ii) eleger a maioria dos administradores da Companhia ou dos avalistas; (ii) eleger a maioria dos administradores da Companhia e/ou dos avalistas; e (iii) efetivamente utilizar seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia e/ou dos avalistas.
Cédula de Crédito Bancário nº3007845-8	Restrição à reorganização societária, em decorrência da alienação, fusão, incorporação, cisão ou qualquer outro processo de reorganização societária, os controles acionários ou de quotas da Companhia e/ou dos avalistas vierem a ser alterados de modo que a participação dos atuais e respectivos controladores no capital social fique reduzida e, assim, impossibilite-os, isoladamente ou em consequência de acordo de acionistas ou quotistas, o direito de (i) exercer de modo permanente a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral; (ii) eleger a maioria dos administradores da Companhia ou dos avalistas; (ii) eleger a maioria dos administradores da Companhia e/ou dos avalistas; e (iii) efetivamente utilizar seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia e/ou dos avalistas.
Cédula de Crédito Bancário nº 100120120007800	• Restrição à alteração ou modificação da composição social da Companhia e/ou de qualquer devedor solidário, ou se ocorrer qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, e • Restrição à incorporação, fusão ou cisão da Companhia e/ou qualquer devedor solidário, sem a prévia e expressa anuência do credor.
Cédula de Crédito Bancário nº 1031927	• Restrição à alteração do controle societário, direto ou indireto, • Restrição à incorporação, fusão, ou transferência, seja por cisão ou por qualquer outra forma, de ativos operacionais para outra entidade sem que o credor tenha manifestado, formalmente, a decisão de manter vigente a cédula, antes de tal transferência.
Cédula de Crédito Bancário nº 1156860	• Restrição a mudanças ou transferências do controle do capital votante da Companhia ou dos avalistas, e • Restrição à incorporação, fusão ou cisão ou ainda substancial alteração da situação econômica-creditícia da Companhia, conforme determinado pelo credor.
Cédula de Crédito Bancário nº 1156834	• Restrição a mudanças ou transferências do controle do capital votante da Companhia ou dos avalistas, e • Restrição à incorporação, fusão ou cisão ou ainda substancial alteração da situação econômica-creditícia da Companhia, conforme determinado pelo credor.
Cédula de Crédito Bancário (CEF)	• Restrição à mudança ou transferência, a qualquer título, de controle acionário ou titularidade das quotas sociais da Companhia; e • Restrição à incorporação, cisão ou fusão.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um saldo de R$128.835 mil em empréstimos e financiamentos tomados e não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tivesse sido integralmente desembolsado. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, caso seja necessário.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os exercícios indicados. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e com as respectivas notas explicativas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

BALANÇO PATRIMONIAL

Análise comparativa dos balanços patrimoniais consolidados de 31 de dezembro de 2020 e 2019

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	186.747	34,8%	107.463	25,0%	73,8%
Aplicações financeiras	185	0,0%	14.466	3,4%	(98,7)%
Contas a receber de clientes	47.204	8,8%	70.479	16,4%	(33,0)%
Estoques	86.558	16,1%	58.119	13,5%	48,9%
Impostos a recuperar	42.124	7,8%	22.530	5,3%	87,0%
Instrumentos financeiros derivativos	3.266	0,6%	-	-	-
Outros ativos	5.016	0,9%	11.362	2,6%	(55,9)%
Total do ativo circulante	**371.100**	**69,1%**	**284.419**	**66,3%**	**30,5%**
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	20.056	3,7%	-	-	-
Contas a receber de clientes	414	0,1%	1.627	0,4%	(74,6)%
Impostos a recuperar	48.654	9,1%	1.270	0,3%	3.731,0%
Outros ativos	-	0,0%	13.418	3,1%	(100,0)%
Tributos diferidos	-	0,0%	8.241	1,9%	(100,0)%
Propriedades para Investimentos	1.133	0,2%	26.692	6,2%	(95,8)%
Imobilizado	93.873	17,5%	92.056	21,5%	2,0%
Intangível	1.902	0,4%	1.280	0,3%	48,6%
Total do ativo não circulante	**166.032**	**30,9%**	**144.584**	**33,7%**	**14,8%**
Total do ativo	**537.132**	**100,0%**	**429.003**	**100,0%**	**25,2%**
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores	109.700	20,4%	45.402	10,6%	141,6%
Empréstimos e financiamentos	33.811	6,3%	38.741	9,0%	(12,7)%
Salários e encargos sociais	15.177	2,8%	12.104	2,8%	25,4%
Impostos e contribuições a recolher	36.537	6,8%	9.038	2,1%	304,3%
Adiantamento de clientes	32.351	6,0%	24.217	5,6%	33,6%
Dividendos a pagar	11.877	2,2%	6.918	1,6%	71,7%
Provisões	5.984	1,1%	6.482	1,5%	(7,7)%
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	236	0,1%	(100,0)%
Outros passivos	18.122	3,4%	561	0,1%	3.130,3%
Total do passivo circulante	**263.559**	**49,1%**	**143.699**	**33,5%**	**83,4%**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	95.024	17,7%	68.910	16,1%	37,9%
Impostos e contribuições a recolher	2.273	0,4%	3.490	0,8%	(34,9)%
Tributos diferidos	1.127	0,2%	-	-	-
Provisões para demandas judiciais	7.584	1,4%	8.877	2,1%	(14,6)%
Total do passivo não circulante	**106.008**	**19,7%**	**81.277**	**18,9%**	**30,4%**
Total do patrimônio líquido	**167.565**	**31,2%**	**204.027**	**47,6%**	**(17,9)%**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**537.132**	**100,0%**	**429.003**	**100,0%**	**25,2%**

Ativo circulante

O ativo circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R$371.100 mil, um aumento de 30,5% em relação ao ativo circulante em 31 de dezembro de 2019, que era de R$284.419 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido a variação em caixa e equivalentes de caixa e de estoques, esta variação ocorre pelo aumento de produção e receita, aliada a uma gestão da necessidade de capital de giro eficiente e atenta aos movimentos de mercado. A Companhia optou por elevar o nível de estoque de matéria-prima em função da ruptura de abastecimento que vem ocorrendo no país e no mundo pelo advento da pandemia do COVID-19.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R$166.032 mil, um aumento de 14,8% em relação ao ativo não circulante em 31 de dezembro de 2019, que era de R$144.584 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido a dois eventos distintos, sendo eles, o reconhecimento de créditos fiscais decorrentes da ação judicial transitado em julgado referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no valor de R$45.596 mil em 2020. O ativo não circulante também foi impactado pela cisão na conta de propriedade para investimentos aprovada em 30/12/2020, no âmbito do processo de cisão de ativos não operacionais que não eram mais necessários para a operação da Companhia.

Passivo circulante

O passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R$263.559 mil, um aumento de 83,4% em relação ao passivo circulante em 31 de dezembro de 2019, que era de R$143.699 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento do volume de compra de matéria-prima e insumos para garantir a produção em um período com rupturas de abastecimento por conta do advento da pandemia do COVID-19 e outra variação significativa se deve ao efeito de imposto de renda sobre a ação judicial transitada em julgado referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Passivo não circulante

O passivo não circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R$106.008 mil, um aumento de 30,4% em relação ao passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019, que era de R$81.277 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento de empréstimos e financiamentos para suportar o crescimento da Companhia e também da estratégia de melhor estrutura de capital, captando com carência e prazos mais alongados com o intuito de preservar o caixa da Companhia.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R$167.565 mil, uma redução de 17,9% em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019, que era de R$204.027 mil. Esta redução ocorreu, principalmente, devido a uma redução de capital de R$17.743 mil e da cisão de ativos de R$88.694 mil, decorrente de recursos que não eram mais necessários a operação da Companhia, que ocorreu em 30/12/2020 e do dividendo mínimo proposto de R$23.984 mil , que foi compensado parcialmente pelo lucro líquido em 2020 de R$100.988 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Análise comparativa dos balanços patrimoniais consolidados de 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	107.463	25,0%	35.783	10,8%	200,3%
Aplicações financeiras	14.466	3,4%	9	0,0%	160633,3%
Contas a receber de clientes	70.479	16,4%	53.466	16,2%	31,8%
Estoques	58.119	13,5%	59.977	18,2%	(3,1)%
Impostos a recuperar	22.530	5,3%	25.359	7,7%	(11,2)%
Outros ativos	11.362	2,6%	1.217	0,4%	833,6%
Total do ativo circulante	**284.419**	**66,3%**	**175.811**	**53,2%**	**61,8%**
Ativo não circulante					
Contas a receber de clientes	1.627	0,4%	1.646	0,5%	(1,2)%
Impostos a recuperar	1.270	0,3%	20.720	6,3%	(93,9)%
Empréstimos a partes relacionadas	-	-	13.802	4,2%	(100,0)%
Outros ativos	13.418	3,1%	-	-	-
Tributos diferidos	8.241	1,9%	17.616	5,3%	(53,2)%
Propriedades para Investimentos	26.692	6,2%	26.017	7,9%	2,6%
Imobilizado	92.056	21,5%	74.098	22,4%	24,2%
Intangível	1.280	0,3%	564	0,2%	127,0%
Total do ativo não circulante	**144.584**	**33,7%**	**154.463**	**46,8%**	**(6,4)%**
Total do ativo	**429.003**	**100,0%**	**330.274**	**100,0%**	**29,9%**
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores	45.402	10,6%	45.748	13,9%	(0,8)%
Empréstimos e financiamentos	38.741	9,0%	38.751	11,7%	(0,0)%
Salários e encargos sociais	12.104	2,8%	9.287	2,8%	30,3%
Impostos e contribuições a recolher	9.038	2,1%	2.515	0,8%	259,4%
Adiantamento de clientes	24.217	5,6%	33.173	10,0%	(27,0)%
Dividendos a pagar	6.918	1,6%	3.389	1,0%	104,1%
Provisões	6.482	1,5%	4.550	1,4%	42,5%
Instrumentos financeiros derivativos	236	0,1%	-	-	-
Outros passivos	561	0,1%	561	0,2%	0,0%
Total do passivo circulante	**143.699**	**33,5%**	**137.974**	**41,8%**	**4,1%**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	68.910	16,1%	29.544	8,9%	133,2%
Impostos e contribuições a recolher	3.490	0,8%	2.116	0,6%	64,9%
Provisões para demandas judiciais	8.877	2,1%	8.358	2,5%	6,2%
Passivo a descoberto em investida	-	-	211	0,1%	(100,0)%
Total do passivo não circulante	**81.277**	**18,9%**	**40.229**	**12,2%**	**102,0%**
Total do patrimônio líquido	**204.027**	**47,6%**	**152.071**	**46,0%**	**34,2%**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**429.003**	**100,0%**	**330.274**	**100,0%**	**29,9%**

Ativo circulante

O ativo circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R$284.419 mil, um aumento de 61,8% em relação ao ativo circulante em 31 de dezembro de 2018, que era de R$175.811 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido a uma eficiente gestão da necessidade de capital de giro que permitiu que boa parte do resultado operacional se converteu em aumento das contas de caixa equivalentes de caixa e de contas a receber de clientes.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R$144.584 mil, uma redução de 6,4% em relação ao ativo não circulante em 31 de dezembro de 2018, que era de R$154.463 mil. Esta redução ocorreu, principalmente, devido ao aproveitamento dos impostos a recuperar para compensar impostos gerados pelo lucro adicional decorrente do aumento da atividade da Companhia, a conta de imobilizado também sofreu movimentação importante pela retomada dos investimentos com o objetivo de aumentar a produção e melhorar a eficiência.

Passivo circulante

O passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R$143.699 mil, um aumento de 4,1% em relação ao passivo circulante em 31 de dezembro de 2018, que era de 137.974 mil. Este aumento não foi significativo pois as contas de passivos acompanharam o crescimento da Companhia de forma mais modesta uma vez que as fontes de financiamento para suportar a necessidade de capital de giro e investimentos foram contratados com carência de principal e prazos mais alongados em 2019.

Passivo não circulante

O passivo não circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R$81.277 mil, um aumento de 102,0% em relação ao passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018, que era de R$40.229 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido a contratações de empréstimos e financiamentos para suportar o crescimento da Companhia com prazos de carência e prazos alongados.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R$204.027 mil, um aumento de 34,2% em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018, que era de R$152.071 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao lucro líquido em 2019 de R$71.140 mil, que foi compensado pela distribuição de dividendo mínimo obrigatório de R$17.573 mil em 2019 e pela distribuição de dividendo adicional referente a 2018 e declarado em 2019 de R$1.611 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Análise comparativa das demonstrações de resultado consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em R$ mil, exceto %)	2020	AV	2019	AV	AH
Receita líquida de vendas	**848.959**	**100,0%**	**768.063**	**100,0%**	**10,5%**
Custo das vendas	(685.059)	(80,7)%	(595.155)	(77,5)%	15,1%
Lucro bruto	**163.900**	**19,3%**	**172.908**	**22,5%**	**(5,2)%**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de comercialização	(35.551)	(4,2)%	(41.960)	(5,5)%	(15,3)%
Despesas gerais e administrativas	(23.510)	(2,8)%	(23.336)	(3,0)%	0,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	30.093	3,5%	1.449	0,2%	1976,8%
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(432)	(0,1)%	(100,0)%
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	**134.932**	**15,9%**	**108.629**	**14,1%**	**24,2%**
Resultado financeiro líquido	**16.754**	**2,0%**	**(4.470)**	**(0,6)%**	**(474,8)%**
Receita financeira	31.036	3,7%	10.378	1,4%	199,1%
Despesa financeira	(14.282)	(1,7)%	(14.848)	(1,9)%	(3,8)%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**151.686**	**17,9%**	**104.159**	**13,6%**	**45,6%**
Imposto de renda e contribuição social	(50.698)	(6,0)%	(33.019)	(4,3)%	53,5%
Lucro líquido do exercício	**100.988**	**11,9%**	**71.140**	**9,3%**	**42,0%**

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$848.959 mil, um aumento de 10,5% em relação à receita líquida de vendas de R$768.063 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Os Diretores entendem que esta variação ocorreu, principalmente, pelo aumento da demanda de transporte ocorrida a partir do segundo semestre de 2019 e consequente necessidade do transportador de adquirir novos implementos para suprir a demanda.

Custo das vendas

O custo das vendas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$685.059 mil, um aumento de 15,1% em relação ao custo das vendas de R$595.155 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Os Diretores entendem que esta variação ocorreu, principalmente, em razão do aumento inesperado dos custos de nossas matérias-primas por falta de abastecimento, no caso do aço, que é nossa principal matéria-prima, cujo aumento ocorreu mundialmente.

Lucro bruto

Em decorrência das variações acima, a Companhia teve um lucro bruto de R$163.900 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, uma redução de 5,2% em relação ao lucro bruto de R$172.908 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Desta forma, a margem bruta do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 de 19,3% teve uma redução de 3,2% pp (pontos percentuais) em comparação com a margem bruta de 22,5% do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas operacionais

As despesas operacionais da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R$28.968 mil, uma redução de 54,9% em relação às despesas operacionais de R$64.279 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em razão das seguintes variações:

- uma redução de 15,3% nas despesas de comercialização, que passaram de R$41.960 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R$35.551 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, devido, principalmente, porque em 2019, teve a FENATRAN, a principal feira de transporte do Brasil, esta feira ocorre a cada 2 anos, elevando os gastos comerciais em ano que ela ocorre;

- um aumento de 0,7% nas despesas gerais e administrativas, que passaram de R$23.336 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R$23.510 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, cuja variação não é significativa e a estrutura das despesas permaneceram as mesmas; e

- um aumento de R$28.644 mil em outras receitas operacionais líquidas, que passaram de R$1.449 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R$30.093 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, devido, principalmente ao reconhecimento de uma ação judicial transitada em julgado relacionado a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, cujo valor principal foi de R$28.339 mil.

Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social

Em decorrência das variações acima, a Companhia teve um lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social de R$134.932 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, um aumento de 24,2% em relação ao lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social de R$108.629 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi uma receita financeira líquida de R$16.754 mil apresentando uma redução de 474,8%, em relação a uma despesa financeira líquida de R$4.991 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esta redução tão expressiva decorre do reconhecimento da atualização dos créditos oriundos de ação transitada em julgada referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no valor de R$ 17.257 mil.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi uma despesa de R$50.698 mil contra uma despesa de R$33.019 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentando um aumento de 53,5%. As variações ocorridas nas contas do imposto de renda e contribuição social entre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são reflexos das variações nas contas acima, não tendo ocorrido nenhuma mudança na metodologia de cálculo.

Lucro Líquido

Em decorrência das variações acima, a Companhia teve um lucro líquido de R$100.988 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, um aumento de 42% em relação ao lucro líquido de R$ 71.140 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Análise comparativa das demonstrações de resultado consolidadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em R$ mil, exceto %)	2019	AV	2018	AV	AH
Receita líquida de vendas	**768.063**	**100,0%**	**466.342**	**100,0%**	**64,7%**
Custo das vendas	(595.155)	(77,5)%	(403.988)	(86,6)%	47,3%
Lucro bruto	**172.908**	**22,5%**	**62.354**	**13,4%**	**177,3%**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de comercialização	(41.960)	(5,5)%	(24.997)	(5,4)%	67,9%
Despesas gerais e administrativas	(23.336)	(3,0)%	(18.605)	(4,0)%	25,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.449	0,2%	6.734	1,4%	(78,5)%
Resultado de equivalência patrimonial	(432)	(0,1)%	(781)	(0,2)%	(44,7)%
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	**108.629**	**14,1%**	**24.705**	**5,3%**	**339,7%**
Resultado financeiro líquido	**(4.470)**	**(0,6)%**	**(7.675)**	**(1,6)%**	**(41,8)%**
Receita financeira	10.378	1,4%	13.354	2,9%	(22,3)%
Despesa financeira	(14.848)	(1,9)%	(21.029)	(4,5)%	(29,4)%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**104.159**	**13,6%**	**17.030**	**3,7%**	**511,6%**
Imposto de renda e contribuição social	(33.019)	(4,3)%	(934)	(0,2)%	3.435,2%
Lucro líquido do exercício	**71.140**	**9,3%**	**16.096**	**3,5%**	**342,0%**

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$768.063 mil, um aumento de 64,7% em relação à receita líquida de vendas de R$466.342 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores entendem que esta variação ocorreu, principalmente, em razão da retomada da economia após anos de crise nacional. A Companhia, conseguiu acompanhar esta demanda com investimentos em aumento de produção e eficiência. A alta demanda também permitiu aumentar preços e consequentemente melhoras as margens.

Custo das vendas

O custo das vendas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$595.155 mil, um aumento de 47,3% em relação ao custo das vendas de R$403.988 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores entendem que esta variação ocorreu, principalmente, em razão de aumento das vendas, mas percentualmente não aumentou na mesma proporção das vendas , uma vez que a estratégia era recompor margens e aumentar a rentabilidade.

Lucro bruto

Em decorrência das variações acima, a Companhia teve um lucro bruto de R$172.908 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 177,3% em relação ao lucro bruto de R$62.354 mil no exercício de 2018. Desta forma, a margem bruta do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 22,5% e teve um aumento de 9,1 pp (pontos percentuais) em comparação com a margem bruta de 13,4% do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas operacionais

As despesas operacionais líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R$64.279 mil, um aumento de 70,7% em relação às despesas operacionais líquidas de R$37.649 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em razão das seguintes variações:

- um aumento de 67,9% nas despesas de comercialização, que passaram de R$24.997 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R$41.960 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, devido, principalmente, aos gastos com feiras e eventos. A maior feira do setor, a FENATRAN foi em 2019, e ocorre a cada dois anos, portanto sempre vai ocorrer esta variação de um ano para outro;

- um aumento de 25,4% nas despesas gerais e administrativas, que passaram de R$18.605 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R$23.336 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, devido, principalmente a adequação da estrutura para suportar o crescimento da Companhia; e

- uma redução de 78,5% em outras receitas operacionais líquidas, que passaram de R$6.734 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R$1.449 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, devido, principalmente ao fato que esta rubrica de contas é composta de gastos eventuais e normalmente é utilizada para registrar ganhos de natureza tributária (recuperação de impostos).

Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social

Em decorrência das variações acima, a Companhia teve um lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social de R$108.629 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 339,7% em relação ao lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social de R$24.705 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi uma despesa financeira líquida de R$ 4.470 mil, apresentando uma redução de 41,8% quando comparado com a despesa financeira líquida de R$7.675 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esta variação decorre basicamente da queda dos juros ocorrido no Brasil neste período, aliado a redução do Spread pago a instituições financeiras pela melhora da performance operacional da Companhia.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi uma despesa de R$33.019 mil contra uma despesa de R$934 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de 3.475,22%. As variações ocorridas nas contas do imposto de renda e contribuição social entre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são reflexos das variações nas contas acima, não tendo ocorrido nenhuma mudança na metodologia de cálculo.

Lucro Líquido

Em decorrência das variações acima, a Companhia teve um lucro líquido de R$71.140 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 342,0% em relação ao lucro líquido de R$ 16.096 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

(em R$ mil, exceto %)	2020	2019	2018	AH 2020x 2019	AH 2019x 2018
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	155.707	93.998	20.210	65,6%	365,1%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(22.282)	(37.920)	3.680	(41,2)%	(1130,4)%
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	(54.141)	15.602	7.776	(447,0)%	100,6%
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	79.284	71.680	31.666	10,6%	126,4%

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia teve um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R$155.707 mil, um aumento de 65,6% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em que o caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R$93.998 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, pela variação na conta de estoques e fornecedores devido ao aumento do volume de produção no final de ano, como o aumento do volume de compras para garantir o abastecimento em virtude das rupturas de fornecimento em decorrência do COVID-19.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia teve um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R$93.998 mil, um aumento de R$73.788 mil em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em que o caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R$20.210 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento das atividades e do resultado operacional da Companhia em 2019, com maior produção e vendas e da estratégia de trazer a necessidade de capital de giro para a forma mais otimizada possível.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia teve um caixa líquido aplicado nas atividades de investimento de R$22.282 mil, uma redução de 41,2% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em que o caixa aplicado nas atividades de investimento foi de R$37.920 mil. Esta redução ocorreu, principalmente, pela redução de investimentos nas aquisições de imobilizado e intangível em decorrência do COVID-19.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia teve um caixa líquido aplicado nas atividades de investimento de R$37.920 mil, comparado com o caixa gerado pelas atividades de investimento de R$3.680 mil. Esta variação ocorreu, principalmente, pela retomada dos investimentos para suportar o aumento de produção pela retomada da economia.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia aplicou um caixa líquido nas atividades de financiamento de R$54.141 mil, comparado com o caixa gerado pelas atividades de financiamento de R$15.602 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esta variação ocorreu, principalmente, pela cisão de ativos efetuada em dezembro de 2020 com um efeito caixa de R$42.257 mil e pelo maior volume de pagamento de dividendos por conta da melhora nos lucros da Companhia e também por atividades de financiamento com capital de terceiros para a adequação da estrutura de capital e suporte ao crescimento da Companhia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia gerou um caixa líquido pelas atividades de financiamento de R$15.602 mil, um aumento de 100,6% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em que o caixa gerado pelas atividades de financiamento foi de R$7.776 mil. Este aumento ocorreu pela captação de recursos para suportar investimentos e capital de giro em decorrência do aumento das atividades ocorridas a partir do ano de 2018; que foi compensada parcialmente pelo pagamento de dividendos aos acionistas de R$15.655 mil em 2019.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os diretores entendem que a Companhia apresentou, no período de 31 de dezembro de 2020, o melhor desempenho operacional de sua história atingindo receita bruta de R$ 1,038 milhão, apresentando um crescimento de 9,9% quando comparado ao ano de 2019. O quadro abaixo identifica a segregação da receita por segmento.

Nossa receita líquida de vendas em 2020 apresentou um crescimento de 10,5% em relação ao exercício de 2019, atingindo o valor de R$848.959 mil.

As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços fornecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia e sua controlada não detêm mais controle ou obrigação de performance sobre os produtos vendidos.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica de receita financeira, na demonstração do resultado.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2020, o custo das vendas foi de R$685.059 mil correspondendo a 80,7% da receita líquida de vendas. Quando comparado ao ano de 2019, o custo das vendas apresentou um acréscimo de 22,5%, totalizando R$595.155 mil. Essa evolução é explicada, principalmente, pelo aumento do custo de aquisição da matéria-prima (aço).

Em 2019 o preço do aço apresentou um decréscimo de 11% quando comparado a 2018, refletindo positivamente nos resultados da Companhia no exercício de 2019.

Com a pandemia da COVID-19 e a escassez da matéria-prima, em 2020 o preço do aço sofreu um aumento substancial quando comparado ao ano anterior, impactando negativamente os custos da Companhia.

O lucro bruto totalizou R$163.900 mil em 2020, valor correspondente a 19,3% da receita líquida de vendas. E em 2019, o lucro bruto totalizou R$172.908 mil, correspondendo à margem bruta de 22,5%, onde observa-se uma queda de 3,2 p.p. na margem bruta.

As despesas operacionais totalizaram R$59.061 mil, correspondente a 6,9% da receita líquida de venda. E em 2019 as despesas operacionais totalizaram R$65.292 mil, correspondendo a 8,5% da receita líquida de vendas representando um ganho de 1,6 p.p.

O lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social totalizou R$134.932 mil em 2020, comparado a R$108.629 mil em 2019, representando um aumento de 24,2% no período.

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social totalizou R$151.686 mil em 2020, comparado a R$104.159 mil em 2019, representando um aumento de 45,6%.

O lucro líquido em 2020 totalizou R$100.988 mil comparado a R$71.140 mil em 2019, apresentando um crescimento de 42,0%.

Parte dos resultados que se apresentam tem impacto não recorrente referente ao crédito da ação de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O montante de créditos fiscais apurados e registrados em 2020 totalizaram R$45.596 mil (R$29.291 mil líquidos dos impostos).

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não há variações das receitas atribuíveis a taxas de câmbio ou introdução de novos produtos e serviços.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Não há variações do resultado operacional e do resultado financeiro atribuíveis a taxas de câmbio ou introdução de novos produtos e serviços.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedade de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os Diretores da Companhia informam que não houve ressalvas ou ênfases nos relatórios do auditor independente sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2018.

Os Diretores da Companhia informam que o relatório dos auditores independentes sobre a auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 possui o seguinte parágrafo de ênfase, que descreve sobre a reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 para aprimorar certas divulgações em notas explicativas e para refletir a correção de erros:

“Chamamos atenção à nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para aprimorar certas divulgações em notas explicativas e para refletir a correção de erros, conforme descrito na referida nota explicativa. Em 17 de abril de 2020 e 17 de abril de 2019, emitimos nossos relatórios de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem modificação uma vez que os ajustes foram efetuados de forma retrospectiva.”

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os Diretores da Companhia entendem que os itens abaixo são considerados políticas contábeis críticas por conter estimativas ou julgamentos considerando situações que envolvem cálculos com certa complexidade que possam resultar em alterações decorrente de circunstâncias do futuro.

As premissas utilizadas são revistas periodicamente pela administração da Companhia, baseadas no seu conhecimento e na sua experiência, no histórico de informações da própria Companhia, estimativas elaboradas pela administração tendo como referência eventos futuros, e utilizando referências disponíveis no mercado e auxílio de especialista.

A administração da Companhia avalia continuamente as políticas contábeis críticas e entende que são essenciais para a melhor informação possível dos resultados e condições patrimoniais no final de cada período de relatório e acredita que as premissas e estimativas utilizadas são razoáveis.

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo que poderiam causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A perda estimada em créditos é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a perdas esperadas na realização dos créditos.

Provisão para perdas na realização dos estoques

A provisão para perdas na realização dos estoques está apresentada como redução do saldo de estoques e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização deste saldo, incluindo obsolescência.

Redução dos valores de recuperação dos ativos imobilizado e intangível

Os itens dos ativos imobilizado e intangível com prazo de vida útil definida que apresentem indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros, econômicos e considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados por meio de realização do teste de *impairment* conforme requerido pelo CPC 01.

Vida útil dos ativos imobilizados

A depreciação dos ativos imobilizados considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

A Companhia adota como procedimento a revisão periódica dos bens do ativo imobilizado com o objetivo de identificar possíveis perdas e efetua também, pelo menos anualmente revisões da vida útil dos bens registrados no ativo imobilizado. Caso sejam identificadas, as alterações serão realizadas de forma prospectiva.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Provisão para demandas judiciais

A Companhia registrou provisão para demandas judiciais, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos tributáveis, cíveis e trabalhistas que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia pretende utilizar seus recursos para: (i) investimentos de capital (CAPEX) para crescimento orgânico visando aumento de produtividade e capacidade instalada; e (ii) potenciais aquisições de empresas (M&As) para consolidação de sua tese de investimentos.

Dentre os investimentos planejados, destacam-se (i) melhoria e desenvolvimento de tecnologia em processos e logística por meio de automação e modernização dos processos de corte e dobra, robôs de soldagem, digitalização da fábrica e indústria 4.0; (ii) pesquisa e desenvolvimento em relação a eixo regenerativo aliado a energia fotovoltaica com painéis solares, conectividade e plataforma para melhor conhecimento do semirreboque; (iii) implementação e desenvolvimento de práticas sustentáveis do ponto de vista de meio ambiente, social e governança (ESG); (iv) manutenção dos ativos para monitoramento em tempo real e incremento do percentual de disponibilidade das máquinas; que, todos em conjunto, devem majorar significativamente a capacidade de produção da Companhia.

Serão também realizados outros projetos que visam otimizar o processo de produção da Companhia, objetivando atingir maior eficiência nas linhas de produção e lançamento de novos produtos.

A Companhia pretende principalmente adquirir empresas que tenham identificação com a cultura da Companhia, e que tenham projetos com forte presença no seu segmento de atuação ou em segmentos de atuação relacionados em que a Companhia pretende se inserir, nomeadamente (i) implementos rodoviários no nicho de carga refrigerada; (ii) autopeças em geral. Atualmente, a Companhia busca oportunidades que podem agregar a sua plataforma, como: (i) verticalização de componentes e crescimento no *aftermarket*; (ii) consolidação do mercado e coleta de sinergias; (iii) incorporação de novas tecnologias; (iv) expansão geográfica; e (v) incorporação de produtos complementares ao seu portfólio. A Companhia já identificou diversas oportunidades de potenciais aquisições e algumas já se encontram em fase de análise. Contudo, a Companhia não pode prever o momento em que essas potenciais aquisições serão efetivadas nem o valor destinado para cada uma das aquisições.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente pela geração de caixa, pelos recursos recebidos pela Companhia em razão da oferta pública de ações e, sempre que necessário, por meio de empréstimos e financiamentos junto à terceiros.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de negócios, tampouco desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui pesquisas em andamento já divulgadas.

10.8 - Plano de Negócios

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui pesquisas em andamento já divulgadas.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento já divulgados.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento já divulgados.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Análise dos impactos do COVID-19 nas atividades da Companhia

A administração da Companhia vem acompanhando as questões relacionadas a pandemia do Coronavírus (COVID-19) e tem tomado ações no sentido de preservar seus colaboradores e a continuidade operacional de seus negócios. O monitoramento importante neste momento está relacionado aos possíveis impactos ocasionados pela pandemia na China e demais países que fornecem suprimentos para a Companhia. Além disto, se busca o aprimoramento com a cadeia de *supply chain*, com intuito de garantir o abastecimento de forma rápida e constante.

A pandemia de COVID-19 trouxe a necessidade de revisar os planos de atuação e buscar alternativas para proteção de seus colaboradores. Várias medidas protetivas e de isolamento foram implementadas, como a atuação em *home office*, turnos de revezamento, para as atividades que são possíveis, buscando proteger as pessoas e garantir o funcionamento das atividades.

Em 23 março de 2020, em atenção às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Governo do Estado de Santa Catarina, a Companhia optou por colocar seu pessoal em férias coletivas por um período de 20 dias, findo em 13 de abril de 2020. A Companhia também passou a adotar regime de *home office* para equipe administrativa. Durante este período, a Companhia sofreu uma perda de aproximadamente 50% de sua produção. A Companhia adotou as medidas de segurança requeridas pela OMS e pelos decretos do governo federal e estatual, incluindo, o aumento na frequência de limpeza e higienização dos ambientes, disponibilização de álcool gel, reuniões online, preparação das instalações para manter o distanciamento mínimo entre as pessoas, cancelamento de visitas e viagens, medidas de controle de acesso e medição de temperatura. Adicionalmente, canais digitais passaram a ser utilizados pela Companhia para manter a comunicação, com seus clientes, fornecedores e funcionários.

A Companhia passou a adotar o regime de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, o que lhe permitiu trabalhar com 100% de seus funcionários, com uma concentração máxima de 25% do total de funcionários nas plantas, por turno de trabalho. Os custos da Companhia com transporte duplicaram. Apesar do impacto negativo decorrente da COVID-19, a Companhia conseguiu até junho, manter seu orçamento, minimizando os impactos, permitindo uma rápida retomada no segundo semestre.

Não houve o fechamento de linhas de produção, e não ocorreram perdas extraordinários em contas a receber. Deste modo, a Companhia não sofreu impactos significativos em 2020 em função da pandemia de COVID-19.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não identificou riscos à continuidade de seus negócios.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Desta forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de sua controlada.

(a) objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que a ele se reportam

Conselho de Administração

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 7 membros e no máximo 9 membros e eventuais suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, no mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser conselheiros independentes.

Além de outras matérias previstas em lei e no estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração:

- fixar a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes, políticas da Companhia e objetivos básicos;
- eleger e destituir os membros da Diretoria, bem como definir a remuneração individual de cada Diretor e suas atribuições, observados os limites estabelecidos pela Assembleia Geral;
- fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados, ou em via de celebração, pela Companhia;
- nomear e destituir os auditores independentes da Companhia e/ou de suas controladas, quando for o caso;
- aprovar o plano de negócios e o orçamento anual da Companhia, se aplicável;
- deliberar sobre a constituição de ônus reais ou a prestação de garantias pela Companhia, inclusive garantias reais e fidejussórias, em relação a obrigações próprias e/ou de terceiros;
- deliberar sobre a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Estatuto Social da Companhia, fixando as condições de emissão, incluindo o preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir o prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou permuta por ações ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da legislação vigente;
- deliberar sobre a emissão pública ou privada de debêntures não conversíveis, notas promissórias e outros títulos e valores mobiliários não conversíveis em ações;
- deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia até o limite do capital autorizado, podendo, dentro de tal limite, outorgar, de acordo com plano aprovado em Assembleia Geral, opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia em favor de administradores e executivos tanto da Companhia, como de entes jurídicos do seu grupo econômico, bem como autorizar a emissão de tais ações ordinárias em razão do exercício de tais opções;
- administrar os planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações outorgados aos administradores e empregados da Companhia e/ou suas subsidiárias, dirimir questões a eles relacionadas, bem como promover o seu cumprimento, em conformidade com os termos condições e cláusulas do respectivo plano;
- deliberar sobre a celebração, modificação ou término de qualquer operação, transação, contrato ou acordo entre, de um lado, a Companhia ou qualquer de suas controladas e, de outro lado, qualquer acionista, sociedade coligada ou administrador da Companhia, incluindo cônjuges, parentes até segundo grau e empresas controladas ou coligadas dos mesmos; e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações ("**OPA**") que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias da publicação do edital da OPA, e que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado.

Ainda, estarão sujeitos à aprovação do Conselho de Administração: (i) deliberar sobre qualquer operação, transação, contrato ou acordo, de qualquer natureza, incluindo a contratação de financiamentos e empréstimos envolvendo valor igual ou superior ao montante correspondente a 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia; (ii) deliberar sobre qualquer acordo em ação judicial ou procedimento arbitral envolvendo valor igual ou superior ao montante correspondente a 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia; (iii) uma vez ultrapassado o limite global previsto no orçamento anual, deliberar sobre a assunção de dívidas e/ou a celebração de contratos financeiros envolvendo valor igual ou superior a 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia; (iv) deliberar sobre investimentos de capital individuais não previstos no orçamento anual cujo valor seja igual ou superior ao montante correspondente a 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia; (v) deliberar sobre a celebração de qualquer contrato, acordo ou compromisso (exceto assunção de dívidas e contratos financeiros, os quais são regidos pelo disposto no item (iii) acima) não previsto no orçamento anual e não relacionado à manutenção do giro normal das atividades mercantis da Companhia que represente obrigação em valor igual ou superior a 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia; (vii) deliberar sobre a aquisição, venda ou alienação de ativos não circulantes da Companhia não prevista no orçamento anual e que envolva valor igual ou superior ao montante correspondente à R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas; (viii) deliberar sobre a renúncia, pela Companhia, a qualquer direito (incluindo acordos com clientes) cujo valor seja igual ou superior ao montante correspondente a 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia; (ix) autorizar a aquisições de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação, exceto nos casos expressamente previstos na regulamentação vigente; (x) manifestar-se a respeito de propostas de fusão, incorporação, cisão total ou parcial, transformação ou qualquer outro tipo de reorganização societária envolvendo a Companhia, enviando recomendação à Assembleia Geral; (xi) deliberar sobre a alienação, cessão, transferência, outorga ou licenciamento, seja direta ou indiretamente, de propriedade intelectual, incluindo, mas sem limitação, marcas, know-how, tecnologia, patentes e/ou direitos autorais da Companhia; (xii) deliberar sobre alterações nas políticas contábeis da Companhia; (xiii) manifestar-se previamente sobre o voto a ser proferido no âmbito das sociedades controladas e coligadas, relativamente às operações de (a) incorporação, cisão, fusão e transformação; (b) aquisição, alienação e oneração de bens imóveis; e (c) alteração de seus contratos sociais e regimentos internos; (xiv) deliberar sobre a participação da Companhia em outras sociedades, como sócia ou acionista, incluindo a aquisição de participação, constituição de sociedades e a sua participação em acordos de associação ou acordos de acionistas; e (xv) resolver os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei ou o Estatuto Social não confiram a outro órgão da Companhia.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Comitê de Auditoria

A Companhia possui, atualmente, 1 Comitê de Auditoria, Gerenciamento de Riscos e Auditoria Interna não estatutário, o qual visa a auxiliar o Conselho de Administração da Companhia no desempenho de suas funções, bem como a implementar boas práticas de governança corporativa.

O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter permanente, será composto por no, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, sendo que 1 (um) deles será conselheiro independente e 1 (um) deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos para um mandato de 2 (dois) anos, permitida e reeleição.

O Comitê de Auditoria deverá informar suas atividades trimestralmente ao Conselho de Administração, e poderá se reunir extraordinariamente quantas vezes julgar necessário para garantir a boa governança corporativa.

Compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias:

- opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas, bem como possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis;
- acompanhar a evolução e atualização do mapeamento de riscos;
- acompanhar todas as etapas do processo de gerenciamento de riscos;
- acompanhar e assegurar a aplicação e confiabilidade da auditoria interna e dos controles internos;
- avaliar, monitorar e recomendar a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas;
- possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamento e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- garantir a clareza e a aderência da Companhia à sua missão, visão, valores, diretrizes estratégicas, Código de Conduta da Companhia, políticas internas, procedimentos e processos;
- checar e acompanhar operações com partes relacionadas;
- identificar conflitos de interesses;
- identificar oportunidades e a melhoria contínua;
- coordenar e monitorar as atividades de canal de denúncias (*whistleblower*) e ouvidoria (ombudsman), assegurando a autonomia, sigilo, confidencialidade e um ambiente livre de retaliações;
- investigar e monitorar eventos que coloquem em risco os controles internos ou o *compliance* da Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- garantir que a grade de treinamento e capacitação de pessoal habilitando-os na capacidade de identificar, antecipar, mensurar, monitorar e, se for o caso, mitigar riscos; e

- garantir que a estrutura esteja dimensionada para cumprir o papel de uma boa governança corporativa.

(i) regimento interno próprio

O Conselho de Administração é regido por regimento interno próprio, o qual foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de fevereiro de 2021, e estabelece as regras gerais relativas ao seu funcionamento, estrutura, organização, atribuições e responsabilidades.

O Comitê de Auditoria é regido por regimento interno próprio, o qual foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de fevereiro de 2021.

Os regimentos internos do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria podem ser acessados nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Rodovia SC 445, KM 7,5, s/n, Bairro Primeiro de Maio, CEP 88820-000, cidade de Içara, Estado de Santa Catarina; e (ii) internet: site da Companhia (www.ri.librelato.com.br).

(ii) comitê de auditoria estatutário

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui comitê de auditoria estatutário.

(iii) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não avalia o trabalho da auditoria independente e não possui política de contratação de serviços de extra-auditoria.

(b) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 e, no máximo, 5 membros, acionistas ou não, residentes no País, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica, eleitos para um mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição. A Diretoria da Companhia não possui regimento interno próprio.

Como regra geral e ressalvadas determinadas exceções descritas em seu estatuto social, a Companhia se obriga validamente sempre que representada por: (a) 2 membros da Diretoria, agindo em conjunto; (b) um membro da Diretoria em conjunto com um procurador com poderes específicos; ou (c) dois procuradores com poderes específicos, neste caso, respeitada a alçada e matérias determinadas nas políticas da Companhia.

Compete ao Diretor Presidente: (i) a direção geral dos negócios da Companhia, a convocação e presidência das reuniões da Diretoria Executiva e a coordenação dos trabalhos dos demais diretores e do processo de tomada de decisão; (ii) a representação ativa e passiva da Companhia em todas as suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores e prepostos para que prestem depoimentos em nome da Companhia perante as autoridades requisitantes, responsabilizando-se pelos resultados econômico-financeiros da Companhia e pela proteção de seu nome; (iii) a organização e supervisão das políticas e diretrizes de recursos humanos; (iv) a supervisão do cumprimento das políticas e normas estabelecidas pelo Conselho de Administração e das deliberações tomadas em Assembleia Geral; e (v) zelar pela observância da lei e do estatuto social.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; e (ii) representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à B3.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente

O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição, sendo permitida a reeleição.

Até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal da Companhia não havia sido instalado.

(d) mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta

A Companhia utiliza mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e do(s) comitê(s) que a ele se reporta(m) conforme políticas e práticas adotadas internamente.

(i) periodicidade da avaliação e sua abrangência

As avaliações do Conselho de Administração, da Diretoria e dos órgãos que a ele se reportam devem ser realizadas ao menos uma vez durante a vigência do mandato dos seus membros, ocorrendo costumeiramente com periodicidade anual. As avaliações abrangem tanto avaliação por órgão quanto individual.

O Conselho de Administração realizará, ao menos uma vez durante a vigência do mandato, a avaliação formal do desempenho do próprio Conselho de Administração como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os membros do Conselho de Administração que estiverem na função por, pelo menos, 2 reuniões do Conselho de Administração desde a última avaliação.

Adicionalmente, cabe ao Conselho de Administração a avaliação da Diretoria, como órgão e individual de cada um dos Diretores. O Conselho de Administração poderá, a seu critério, atribuir ao Diretor Presidente e ao Diretor Vice-Presidente da Companhia a responsabilidade de avaliar os demais membros da Diretoria.

Cabe ao Presidente do Conselho de Administração a condução e coordenação do processo de avaliação do Conselho de Administração e da Diretoria.

O resultado da avaliação como órgão colegiado será divulgada a todos os membros do Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais serão divulgados somente ao respectivo Conselheiro ou Diretor objeto da avaliação.

Os Comitês da Companhia realizam avaliações, pelo menos uma vez durante a vigência do mandato dos seus membros, do órgão colegiado e de cada um de seus membros. A condução do processo de avaliação é responsabilidade do presidente do respectivo comitê. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados ao respectivo membro objeto da avaliação e ao Conselho de Administração. Os resultados consolidados serão divulgados a todos os membros do respectivo comitê e ao Conselho de Administração.

(ii) metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

A Companhia utiliza avaliações objetivas e subjetivas como metodologia para avaliação de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês que a ele se reportam, sendo que a avaliação objetiva pode resultar do cumprimento de metas anuais enquanto a avaliação subjetiva é realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme determinado pelo Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O processo de avaliação do Conselho de Administração e da Diretoria leva em consideração as principais responsabilidades específicas de cada órgão e os temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre a operação da Companhia e eventuais alocações de recursos, o desenvolvimento do capital humano, o monitoramento dos riscos, o direcionamento estratégico, o desenvolvimento de inovação e visão de futuro.

Não houve, nos últimos 3 exercícios sociais, quaisquer alterações na metodologia e critérios utilizados na avaliação dos administradores da Companhia.

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados para aprimorar o funcionamento do órgão

Os resultados das avaliações do Conselho de Administração, comitês de assessoramento e da Diretoria são utilizados para identificar os pontos fortes e fracos da administração, possibilitando um mapeamento e definição de estratégias para aprimorar a dinâmica e efetividade da administração da Companhia. A partir dos resultados das avaliações, o Conselho de Administração implementa planos de ações como, por exemplo, reuniões e treinamentos, para aprimorar o funcionamento dos órgãos.

(iv) contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externos para realizar as avaliações de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês que a ele se reportam, no entanto, nos últimos 3 exercícios sociais a Companhia não contratou tais serviços.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) prazos de convocação

A Companhia não adota práticas diferenciadas para convocação de Assembleias Gerais em relação ao previsto na legislação vigente. A Assembleia Geral será realizada (i) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições do estatuto social da Companhia ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas.

Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de acionistas são convocadas pelo Conselho de Administração, por meio do seu presidente ou por 2 dos seus membros, com pelo menos 15 dias de antecedência em primeira convocação, e, pelo menos, com 8 dias de antecedência em segunda convocação. Independentemente de qualquer formalidade prevista no estatuto social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações, é considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

(b) competências

Como consta da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e (iv) aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à assembleia geral, deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações e ainda:

- aprovar as contas dos administradores;
- eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- reformar o estatuto social da Companhia;
- deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia seja parte, bem como sobre sua dissolução ou liquidação;
- aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- aprovar pedido de falência ou requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações;
- eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- aprovar a saída do Novo Mercado da B3;
- aprovar o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- aprovar a escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM ou saída do Novo Mercado, dentre as empresas indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração;
- aprovar a venda, disposição, arrendamento, locação ou transferência de todos ou substancialmente todos os ativos da Companhia e/ou de suas subsidiárias;
- aprovar qualquer alteração na política de destinação de resultados da Companhia e/ou de suas subsidiárias;
- deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e
- aprovar investimento fora do objeto social da Companhia.

(c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Todos os documentos pertinentes a Assembleias Gerais, tanto os relacionados à participação dos acionistas, quanto os de suporte para as deliberações, ficam disponíveis nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Rodovia SC 445, KM 7,5, s/n, Bairro Primeiro de Maio, Içara, SC, CEP 88820-000; e (ii) internet: *site* da Companhia (www.ri.librelato.com.br); site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

(d) identificação e administração de conflito de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de administração de conflitos de interesses em relação ao previsto na legislação societária.

(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não adota regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto em Assembleias Gerais.

(f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Os acionistas poderão ser representados em Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Quando os acionistas forem representados por procurador, este deverá ser constituído há menos de 1 (um) ano e, cumulativamente, ser acionista, administrador da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos. Juntamente com o instrumento de procuração deverão ser apresentados os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destes pelos signatários das procurações.

Não há disposição estatutária acerca de prazo mínimo de antecedência para a recepção dos instrumentos de procuração. No entanto, a Companhia orienta seus acionistas a depositar os instrumentos de procuração com uma antecedência de 24 horas da realização da Assembleia Geral.

Nos termos da legislação vigente, os documentos devem ser apresentados com firma reconhecida e, quando provenientes do exterior, devem ser notarizados em seu país de origem, consularizados ou legalizados por meio de apostilamento, traduzidos por tradutor público juramentado e registrados em cartório de registro de títulos e documentos no Brasil.

A Companhia não adota procedimento de outorga de procurações por meio eletrônico.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância, por meio do envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à sede da Companhia, localizada na Rodovia SC 445, KM 7,5, s/n, Bairro Primeiro de Maio, Içara, SC, CEP 88820-000, aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores:

Para pessoas físicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo acionista; e (ii) cópia autenticada do documento de identidade do acionista.

Para pessoas jurídicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelos representantes do acionista pessoa jurídica; (ii) cópia autenticada do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (iii) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do acionista.

Para fundos de investimento: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo representante do fundo de investimento; (ii) cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (iii) cópia autenticada do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iv) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do fundo de investimento.

Nos termos da Instrução CVM nº 481, datada de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 481**"), o boletim de voto a distância deverá ser recebido até 7 dias antes da data da respectiva Assembleia.

A Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos boletins de voto à distância assinados no território brasileiro e a notarização e apostilação daqueles assinados fora do país, conforme aplicável.

Observamos que, antes de seu encaminhamento à Companhia, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos por tradutor juramentado para a língua portuguesa. As respectivas traduções juramentadas deverão ser registradas no Registro de Títulos e Documentos.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

(h) sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

Observados os requisitos previstos da regulamentação aplicável, as Assembleias Gerais da Companhia poderão ser realizadas (i) de modo exclusivamente digital, mediante a participação dos acionistas por meio eletrônico e por meio do uso de boletim de voto a distância; (ii) de modo parcialmente digital, mediante a participação dos acionistas presencialmente, por meio eletrônico e por meio do uso de boletim de voto a distância; ou (iii) de modo exclusivamente presencial.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispõe de sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância.

(i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberações, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

O acionista ou o grupo de acionistas que desejar incluir proposta de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deverá observar o procedimento e as formalidades previstas na Seção IV do Capítulo III-A da Instrução CVM 481, e enviar por correspondência para Rodovia SC 445, KM 7,5, s/n, Bairro

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Primeiro de Maio, Içara, SC, CEP 88820-000, aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico: [•].

Nos termos da Instrução CVM 481, a solicitação de inclusão de proposta de deliberação no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 45 dias antes da data de sua realização. Enquanto a solicitação de inclusão de proposta de chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre (i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 25 dias antes da data de sua realização, na hipótese de assembleia geral ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal e até 25 dias antes da data de realização da assembleia, na hipótese de assembleia geral extraordinária convocada para esse fim.

(j) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários de acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) número de reuniões realizadas no último exercício social

O estatuto social da Companhia prevê que o Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 4 vezes ao ano, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Companhia assim o exigirem.

As reuniões são convocadas mediante notificação enviada por correio, fax ou e-mail, contendo informações sobre o local, data, horário e ordem do dia da reunião, e enviada com todos os documentos objeto de deliberação. A primeira notificação de convocação é enviada com, pelo menos, 5 dias úteis de antecedência da data da reunião, e, caso a reunião não seja realizada, nova notificação de segunda convocação é enviada com, pelo menos, 2 dias úteis de antecedência da nova data da reunião.

No último exercício social, o Conselho de Administração realizou 14 reuniões.

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado entre Librelato Participações Ltda., TSL Participações Ltda. e Vitória Ghisoni Librelato em 22 de fevereiro de 2021 ("**Acordo**"), o qual prevê que, observado o previsto na Lei das Sociedades por Ações, nas regulamentações aplicáveis a companhias abertas e o número mínimo de conselheiros independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, os acionistas signatários do Acordo possuirão o direito de indicar membros do Conselho de Administração da Companhia, da seguinte forma:

(i) a Librelato Par terá o direito de eleger e indicar 3 (três) membros titulares e seus respectivos suplentes para o Conselho de Administração;

(ii) a TSL terá o direito de eleger e indicar 1 (um) membro titular e seu respectivo suplente para o Conselho de Administração; e

(iii) a Vitória terá o direito de eleger e indicar 1 (um) membro titular e seu respectivo suplente para o Conselho de Administração.

Adicionalmente, o Acordo prevê que determinadas matérias, independentemente se deliberadas em sede de assembleia geral ou de reunião do conselho de administração, dependerão de voto afirmativo dos acionistas representando 80% e 60% (conforme aplicável) do total de ações ordinárias de titularidade dos signatários do Acordo e estarão sujeitas a realização de Reunião Prévia. Para tais matérias, os membros do Conselho de Administração indicados pelos acionistas signatários do Acordo, deverão proferir seus votos em linha com o que for deliberado pelos acionistas signatários em sede de Reunião Prévia. Para maiores informações sobre as matérias sujeitas ao voto afirmativo dos acionistas signatários, veja o item 15.6 do Formulário de Referência.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de identificação e administração de conflitos de interesses, pois entende que os regramentos legais em relação a esta matéria atualmente em vigor são instrumentos eficientes e suficientes para identificar, administrar e, quando necessário, coibir a tomada de decisões conflitadas pelos administradores.

(d) política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

A Companhia adota uma Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria Estatutária ("**Política de Indicação**") a qual institui os critérios e procedimentos a serem observados para a composição do Conselho de Administração, seus Comitês e da Diretoria.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(i) órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e local na rede mundial de computadores para consulta

A Política de Indicação da Companhia foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de fevereiro de 2021, e pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Rodovia SC 445, KM 7,5, s/n, Bairro Primeiro de Maio, Içara, SC, CEP 88820-000; e (ii) internet: site da Companhia (www.ri.librelato.com.br).

(ii) principais características

A indicação dos membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria deverá observar o disposto na Política de Indicação, no Estatuto Social da Companhia, nos regimentos internos do Conselho de Administração e de seus Comitês, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das Sociedades por Ações e nas demais legislações e regulamentações aplicáveis.

A Política de Indicação traz regras específicas para a composição e para a indicação de membros do Conselho de Administração, seus Comitês e da Diretoria, sendo que, de uma maneira geral, deverão ser indicados profissionais altamente qualificados, com comprovada experiência técnica, profissional ou acadêmica, e alinhados aos valores e à cultura da Companhia.

Cumpre ressaltar, ainda, que devem ser considerados critérios como complementaridade de experiências, formação acadêmica e disponibilidade de tempo para o desempenho da função e diversidade quando da indicação dos membros para comporem os órgãos da administração da Companhia.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do estatuto social, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, nos termos do Regulamento de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
José Carlos Spricigo	17/03/1964	Pertence apenas à Diretoria	18/02/2021	2 anos	9
468.441.809-00	Empresário	13 - Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores	18/02/2021	Sim	0.00%
N/A					
Simone Lucas Martins	10/03/1966	Pertence apenas à Diretoria	18/02/2021	2 anos	3
424.586.680-20	Contadora	19 - Outros Diretores	18/02/2021	Sim	0.00%
N/A		Diretora Financeira			
Marco Antonio Camargo Vieira	21/07/1965	Pertence apenas à Diretoria	18/02/2021	2 anos	0
557.945.219-53	Engenheiro mecânico	19 - Outros Diretores	18/02/2021	Sim	0.00%
N/A					
Rafael Zanrosso Bett	17/04/1977	Pertence apenas à Diretoria	18/02/2021	2 anos	0
942.640.150-49	Administrador	19 - Outros Diretores	18/02/2021	Sim	0.00%
N/A					
Aloir Librelato	25/07/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/02/2021	2 anos	10
482.620.309-82	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	18/02/2021	Sim	100.00%
N/A					
Gilmar Librelato	24/01/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/02/2021	2 anos	10
623.121.119-34	Empresário	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	18/02/2021	Sim	100.00%
N/A					
João Alberto Librelato	22/10/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/02/2021	2 anos	2
341.406.709-91	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/02/2021	Sim	100.00%
N/A					
Thayni da Silva Librelato	28/06/1983	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/02/2021	2 anos	7

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
038.011.519-05	Advogada	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/02/2021	Sim	100.00%
N/A					
Annalisa Blando Dal Zotto	29/07/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/02/2021	2 anos	3
644.480.450-72	Administradora	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/02/2021	Sim	100.00%
N/A					
Gilberto Heinzelmann	09/01/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/02/2021	2 anos	1
625.813.849-72	Engenheiro mecânico	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	18/02/2021	Sim	100.00%
N/A					
Luiz Tarquínio Sardinha Ferro	28/01/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/02/2021	2 anos	1
238.804.571-15	Empresário	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	18/02/2021	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Auditoria.					
Clovis Benoni Meurer	09/09/1950	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/02/2021	2 anos	10
107.664.720-00	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/02/2021	Sim	100.00%
N/A					
André Anderson Lenz	01/07/1980	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/02/2021	2 anos	10
983.226.800-15	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	18/02/2021	Sim	100.00%
N/A					
Flávia Macedo dos Anjos	23/04/1984	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/02/2021	2 anos	3
103.562.637-38	Administradora	29 - Outros Conselheiros	18/02/2021		100.00%
N/A					

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Fernanda Maria Barreto Bornhausen	04/08/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/02/2021	2 anos	0
494.291.599-68	Empresária	23 - Conselho de Administração (Suplente)	18/02/2021	Sim	100.00%
N/A					

Experiência profissional / Critérios de Independência

José Carlos Spricigo - 468.441.809-00

Atividades atuais:
Librelato S.A Implementos Rodoviários
2021 – Atual – Diretor de Relações com Investidores
2013 – Atual – CEO

Formação Acadêmica:
Fundação Getúlio Vargas - Master of Business Administration – MBA, Gestão Empresarial
Unibave – Bacharelado – Direito
Unibave – Técnico – Contabilidade

O Sr. Jose Carlos não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Simone Lucas Martins - 424.586.680-20

•Librelato Implementos Rodoviários S.A – (Jul/18 – Atual) – Indústria Brasileira de controle familiar com participação de Fundo de Investimento, com faturamento de R$ 900 milhões e 1.500 funcionários
Cargo: Diretora de Administração e Finanças;
•Paqueta The Shoe Company – (Abr/16 – Jan/18) – Empresa Brasileira, familiar, com Comercio e Industria de Calçados de marcas próprias e de terceiros, faturamento de R$ 2 bilhões e 17 mil funcionários.
Cargo: Diretora Financeira – Estatutário;
•Empresas Artecola – (jul/14 – mar/16) – Empresa multinacional brasileira, familiar no ramo da indústria química, faturamento de R$ 800 milhões, 2 mil funcionários Brasil e Américas.
Cargo: Diretora Financeira – Estatutário;
•Eliane Revestimentos Cerâmicos S.A – (Set/10 – Jul/14) – Empresa Brasileira, familiar com Comercio e Industria de Revestimentos Cerâmicos, com faturamento de R$ 800 milhões e 3 mil funcionários.
Cargo: Diretora de Administração e Finanças – Estatutário;
•Teikon Tecnologia Industrial S.A – (Abr/09 – Set/10) – Empresa com participação do BNDESpar e Fundo de Investimento com plantas em Manaus, PR e RS, ramo eletrônico em bens de capital e informática, com faturamento de R$ 200 milhões e 1,6 mil funcionários
Cargo: Diretora de Administração e Finanças – Estatutário;
•Gestor interino em empresa de Engenharia – CPB – (jan/09 a jun/09);
•DHB Componentes Automotivos S.A. – (Set/03 – Dez/08) Empresa brasileira, de controle, fabricante de auto peças – direção manual e hidráulica, com faturamento de R$ 300 milhões e 1 mil funcionários.
Cargo: Diretora Administrativa e Financeira – Estatutário;
•Melnick Construções e Incorporações Ltda – Mai/02 – Set/03 Empresa familiar atuante no ramo de Empreendimentos Imobiliários para a alta renda.
Cargo: Gerente Financeiro;
•BRITA Mineração e Contrução LTDA – Maio/1999 a Mar/2002 Empresa do ramo de Obras de Infraestrutura, cuja especialiazação eram obras de saneamento e pavimentaçao para orgãos governamentais
Cargo: Controller;
•A.Angeloni Supermercados – Outubro/1994 a Fevereiro/ 1999 Empresa do ramo de Varejo Alimentício, lider de mercado em Santa Catarina
Cargo: Gerente de Controladoria;
•Springer Carrier – Outubro/1991 a Julho/1994 Empresa multinacional, do ramo metal mecanico, fabricante de ar condicionado
Cargo: Chefe de Contabilidade Gerencial;
•PWC auditoria – Jul/1985 a Outubro/1991 Empresa de Auditoria Independente
Cargo Final: Supervisor de Auditoria.

465

Formação Acadêmica:
• Graduação: Universidade: UFRGS/UNISINOS Curso: Ciências Contábeis
• Formação completa do Programa de Desenvolvimento de Executivos – CENEX

A Sra. Simone não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Marco Antonio Camargo Vieira - 557.945.219-53

Experiência Profissional:
• Librelato S.A. Implementos Rodoviários
2015 – Atual – Diretor de Operações

• Randon Implementos para o Transporte (1998-2014)
2009 – 2014 – Gerente Executivo
2005 – 2008 – Gerente de Engenharia
2003 – 2005 – Gerente de Produção

Formação Acadêmica:
STC - Skills, Tools & Competences - Fundação Dom Cabral - Kellogg Graduate School of Management - STC - Skills, Tools & Competences · (2003 - 2004)
Produttare Consultores - Capacitação Tecnológica Industrial – Produttare - Consultores Associados. · (1999 - 2001)
Universidade de Caxias do Sul - Engenharia Mecânica · (1985 - 1990)
CENEX - Centro de Excelência - PDLI e PDEC – Centro de Excelência empresarial;
Fundação Dom Cabral – Pós-graduação em desenvolvimento de gestores de negócio.

O Sr. Marco Antonio não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Rafael Zanrosso Bett - 942.640.150-49

Experiência Profissional:
• Librelato S.A. Implementos Rodoviários
2017 – presente – Diretor Comercial;
2012 – 2017 – Export Manager
• Brasil Trading S.A
2010 – 2012 – Commercial Manager
• Guerra S.A
2000 – 2010 – Export Supervisor
• Fras-Le
1996 – 2000 – Process Analyst

Formação Acadêmica:
Fundação Getulio Vargas
Pós MBA em Inteligência Empresarial (2013 – 2013);
MBA, Gerenciamento De Projetos, Gerenciamento de projetos · (2009 - 2010);
MBA, Comércio Internacional, Comércio internacional · (2004 - 2005);
COMÉRCIO EXTERIOR, Administração de Empresas, Administração de Empresas · (1997 - 2003).

O Sr. Rafael não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Aloir Librelato - 482.620.309-82

Experiência Profissional:
Sócio fundador da Librelato SA;
Agosto/2011 - Atuação em cargos de administração operacional
2011-2014 - Conselheiro de administração
2014 - Atual - Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. Aloir não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Gilmar Librelato - 623.121.119-34

Experiência Profissional:
Sócio fundador da Librelato SA;
Agosto/2011 – Membro do Conselho de administração
2015 - Atual – Vice-Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. Gilmar não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

João Alberto Librelato - 341.406.709-91

Experiência Profissional:
Sócio fundador da Librelato SA;
Cargos operacionais;
Outubro/2017 – Diretor sem Designação
Abril/2019 – presente – Membro do Conselho de administração.

O Sr. João Alberto não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Thayni da Silva Librelato - 038.011.519-05

Experiência Profissional:
• Por 04 anos assessoria de três juízes da Comarca de Tubarão e Jaguaruna;
• Durante 01 ano participante do Programa de Trainee da Librelato passando pelos setores de: Almoxarifado, contabilidade, gestão de pessoas, vendas e marketing.
• Por 09 anos gerente de marketing e jurídico da Librelato;
• Advogada OAB/SC 24708 e Administradora CRA-SC 16079;
• Administradora da Rádio Guarujá (2012-2017/ 2021- até o presente momento);
• Conselheira da Librelato S.A. Implementos Rodoviários (2013 – até o presente momento);
• Administradora das empresas TLUG Participações e TSL Participações;
• Por 04 anos vice-presidente da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Orleans e Lauro Muller (2014-2018);
• Presidente da Acio Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Orleans e Lauro Muller (2018- até o presente momento);
• Membro do CPA da Unibave (Centro Universitário Barriga Verde) - (2019 até o presente momento);
• Diretora da Indústria da Facisc (Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (2021- 2024);
• Membro do comitê gestor da Facisc (2021-2021).

Formação Acadêmica:
• Graduação em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina;
• Graduação em Administração de Empresas pela Universidade do Sul de Santa Catarina;
• Pós-graduação em Gestão Empresarial pela Unibave;
• Pós-graduação em Marketing pela Universidade do Sul de Santa Catarina;
• Pós-graduanda em Gestão Financeira pela Universidade do Sul de Santa Catarina.

Qualificação:
- Programa de Desenvolvimento de Conselheiros - PDC pela Fundação Dom Cabral – (2014);
- Programa de Desenvolvimento de Acionistas - Fundação Dom Cabral;
- 14 Práticas de Negociação Comercial (2015) - Joinville/SC, pela Ibramerc.
- Gestão de Logística, Transportes, Estoques e Cadeias de Abastecimentos, Orleans/SC, pela Acio.
- Curso de Liderança na Universidade de San Diego na Califórnia;
- Curso de Imersão de Liderança – Amana Key;
- Curso de Imersão dentro do Complexo Disney;
- Curso Leadership and Influence Program – Babson College (2019).

A Sra. Thayni não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Annalisa Blando Dal Zotto - 644.480.450-72

Atividades Atuais:
• Fundadora e diretora geral da Parmais investimentos
• Vice-presidente de finanças da Acate (associação catarinense de empresas de tecnologia)
• Líder do grupo Mulheres do Brasil em Florianópolis
• Conselheira de administração da Librelato implementos rodoviários
• Conselheira fiscal do Social Good Brasil
• Membro do WCD – Women Corporate Directors Brazil

Experiência Profissional:
• GRUPO PARMAIS SOLUÇÕES FINANCEIRAS – Desde 2011
Cargo: Fundadora e Diretora Geral
• MONDOSPORT / PAR 5 GESTÃO E CONSULTORIA – Desde 1999
Cargo: Sócia administradora
Gestão e consultoria de empreendimentos esportivos.
• PAR 8 PARTICIPAÇÕES - Desde 2009
Cargo: Sócia Administradora
• PAR Construtora e Incorporadora – De 2001 a 2009
Cargo: Sócia Administradora
• Franquia GIOVANNA BABY – De 1995 a 1996
Cargo: Sócia administradora
Formação Acadêmica:
• Planejadora Financeira Pessoal, CFP certificada pela Associação Brasileira de Planejadores Financeiros, 2011.
• Pós-graduação em Gestão Financeira com Ênfase em Investimentos e Mercado de Capitais. FGV, concluído em 2010.
• Graduada em Administração de Empresas. UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina, concluído em 2005.

469

A Sra. Annalisa não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Gilberto Heinzelmann - 625.813.849-72

ÅCEO da Zen S.A.
ÅCo-fundador e s· cio da TNS.
ÅMembro do Conselho da Intelbras (2020-presente)
ÅMembro do Conselho da Librelato (2019-presente)
ÅMembro do Conselho de Administra- «o do comit° estrat®gico da FIESC (2018 - presente)
ÅMembro do Conselho da iniciativa FIESC ñMovimento pela Educa- «oò(2013 - presente)

Experi° ncia Profissional:
ZEN S.A (ind½stria de autope- as), Brusque, SC - Brasil 10/2011-Presente
Presidente e CEO (10 / 2012- Presente)
TNS -TechNano Solution - Cofundador e Parceiro 01/2011- Presente
EMBRACO (subsidi§ria da Whirlpool Corp), Joinville, SC - Brasil 1/1987 - 12/2010
? Vice Presidente de Vendas - Embraco North America (01/2000 - 12/2001), Atlanta, GA ï EUA
? Gerente de Marketing Corporativo (02/95 - 12/99)
? Gerente de Engenharia de Materiais (06/93 - 01/95),
? L²der de Engenharia de Materiais (09/89 - 05/93)
? Engenheiro de Produto (01/87 - 08/89)

Forma- «o Acad° mica:
ÅMBA Executivo, UNICEMP (2005-2007)
ÅP· s-gradua- «o em Engenharia de Materiais, FERJ (1992-1993)
ÅBacharel em Engenharia em Engenharia Mec©nica, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil - dezembro (1982-1986).

O Sr. Gilberto n«o esteve sujeito, nos ¼ltimos 5 anos, a qualquer condena- «o criminal, ou ¨ condena- «o em processo administrativo da CVM e as penas aplic§veis, ou, todavia, a qualquer condena- «o transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a pr§tica de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que n«o ®considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instru- «o CVM nÜ301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

470

Luiz Tarquínio Sardinha Ferro - 238.804.571-15

Experiência Profissional:
MAI/2018 – PRESENTE:
• Sócio Diretor da Etrus Consultoria Ltda.
• Conselheiro de Administração da Condor S.A. (a partir de NOV/2019).
• Conselheiro de Administração da Librelato S.A. (a partir de AGO/2020).
JAN/2003 – ABR/2018:
• Presidente da Tupy S.A.
DEZ/1998 – DEZ/2002:
• Presidente da PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
JUN/1996 – DEZ/1998:
• Diretor da Unidade de Finanças do Banco do Brasil S.A.
FEV/1995 a JUN/1996:
• Coordenador-Geral de Administração da Dívida Pública – Secretaria do Tesouro Nacional

Outras Atividades:
JAN/1999 a ABR/2003: Membro e Presidente do Conselho de Administração da Vale.
MAR/2004 a MAR/2007: Conselheiro de Administração da Karsten S.A.
AGO/2013 a DEZ/2016: Conselheiro de Administração da Duas Rodas Industrial Ltda.
FEV/2019 – JUN/2019: Conselheiro de Administração da Paranapanema S.A

Formação Acadêmica:
Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE/FGV)
Especialista em Economia – JUL/1989
Universidade de Brasília
Bacharel em Ciências Econômicas – DEZ/1987

471

O Sr. Luiz não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Clovis Benoni Meurer - 107.664.720-00

Atividades atuais:
Atua na CRP Companhia de Participações desde sua fundação em 1982, e como Diretor Superintendente a partir de 1996; gestor de recursos/administrador de Carteira de Valores Mobiliários, autorizado pela CVM desde 1997; diretor responsável por Fundos de Investimento, com participação acionária em aproximadamente 100 empresas privadas.
Participou em Conselhos de Administração de Companhias S/A listadas como Marcopolo, Lupatech; e no Conselho de várias companhias fechadas como Mercúrio, Pisani, Medabil, etc.
Membro da APIMEC-Sul - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais/Extremo Sul;
Membro do Conselho Regional de Economia – Região Sul (CORECONrs); Conselheiro 2012-2017 e Presidente no ano de 2017.
Membro do Conselho Federal de Economia (COFECON); suplente em 2018; titular 2019/2021.
Membro do Conselho da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC), desde 2012.
Fundador e Membro do Conselho da Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP) desde 2000; e Presidente na gestão 2012-2014.
Membro associado da Associação Beneficente Pella Bethânia.
Membro da Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre.

Formação Acadêmica/Cursos/Docência/Palestras:
Graduado pela Pontifícia Universidade Católica do RS em Ciências Econômicas e em Administração de Empresas.
Administração Financeira II - Fundação Getúlio Vargas/ Rio de Janeiro/RJ
Contabilidade de Custos - Management Center do Brasil - MCB - Porto Alegre/RS
Experiência em Private Equity/Seed e Venture Capital com cursos, eventos e seminários no País e exterior.
Atuou em empresas SLC (máquinas agrícolas), TRESMAIENSE (logística), CARITAS (social), de 1964 a 1972; na CRT (Telefônica), de 1972 a 1975; no BADESUL (Banco de Desenvolvimento do RS), entre 1975 a 1982.

O Sr. Clovis não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

André Anderson Lenz - 983.226.800-15

472

Atividades atuais:
CRP Companhia de Participações:
Cargo: Diretor desde 2014;
Principais atividades na CRP: Possui 20 anos de experiência em todo ciclo de investimento, na indústria de Private Equity e Venture Capital, bem como atividades de assessoria financeiras em fusões e aquisições.
Atuou em mais de 30 operações de participações societárias e M&As;
Grande conhecimento em análises de investimento, negociação e acompanhamento dos negócios, com participação em diversos Conselhos de Administração de empresa.

Formação Acadêmica/Cursos/Docência/Palestras:
Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002);
MBA em Gestão de Empresas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (2006-2007);
Co-autor do trabalho vencedor do Prêmio Jovem Pesquisador do Salão de Iniciação Cientifica da UFGRS de 2000, com o trabalho “Estimações não-lineares para funções de Comércio Exterior.
Professor de Pós Graduação, UNISINOS (2010-2012)
Ingressou na CRP como Estagiário em janeiro/2001.

O Sr. André não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Flávia Macedo dos Anjos - 103.562.637-38

Experi° ncia Profissional:
? Jan/2020 a atual - Delinea Tecnologia Eduacional
Membro do Conselho Consultivo
? Jan/2018 a atual - Librelato Implementos
Membro suplente do Conselho de administra- «o
? Jul/2013 a atual - ParMais Wealth Tech Company
S· cia |CFO | Diretora Administrativa
? Jan/2011 a Jun/2013 GAFISA S/A
Coordenadora Financeira e de Planejamento Estrat®gico
? Jan/2009 ï Dez/2010
Analista Financeira e de Planejamento Estrat®gico

Forma- «o:
Gradua- «o em Administra- «o de Empresas ï EAESP ï 2009.
P· s-gradua- «o em Valuation
Mentoria financeira - Projeto Social Good Brasil em parceria com o GSBI (Global Social Benefit Institute);
Mentoria - Mentoring Walk Rede Mulher Empreendedora ï 2019.
Imers«o Transformando a Lideran- a ï curso de lideran- a ministrado por Ricardo Basaglia, Luis Vabo Jr e Bernardinho.

A Sra. Fl§via n«o esteve sujeita, nos ¼timos 5 anos, a qualquer condena- «o criminal, ou ¨ condena- «o em processo administrativo da CVM e as penas aplic§veis, ou, todavia, a qualquer condena- «o transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a pr§tica de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que n«o ®considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instru- «o CVM nÜ301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Fernanda Maria Barreto Bornhausen - 494.291.599-68

473

Atividades atuais:
Co-Founder e Presidente Voluntária do Social Good Brasil;
CEO da Clear Inovação;
VP do Conselho Deliberativo da ACATE/SC;
Conselheira do Grupo Cometa;
Conselheira do Centro Ruth Cardoso;
Conselheira do ICOM;
Conselheira da MIT Sloan Review Brasil;
Conselheira WICCI India;
Fellow do Synergos Institute;
Embaixadora de Inovação do Programa ALPS do Governo da Áustria;
Mentora do GSBI, da Santa Clara University, no Vale do Silício;

Experiência:
GRUPO COMETA - Jun/2020 – presente - Membro do Conselho e Comitê de Inovação
LIDE Santa Catarina – Out/2020 – presente – Membro do Comitê de Gestão – Setor Governança
WICCI Women's Indian Chamber of Commerce and Industry – Jun/2020 – presente - Membro do conselho
KLIM – Fev/2020 – presente - Membro do conselho
Clear Inovação – Fev/2010 – presente - Co-Founder & Diretora
MIT Sloan Management Review Brasil – Jan/2019 – presente - Membro do conselho
ACATE - Associação Catarinense de Tecnologia - Jun/2020 – presente - Conselheira e Vice Presidente do Conselho Deliberativo
Centro Ruth Cardoso – Mar/2013 – presente – Conselheira
Social Good Brasil – Nov/2012 – presente - Co-Founder & Presidente Voluntária
The Synergos Institute – Jan/2010 – presente - Senior Fellow
Instituto Voluntários em Ação – Mai/1998 – presente - Presidente Voluntária
Lide Mulher Santa Catarina – Jan/2015 – Out/2020 – Presidente
Prime RS Comunicaçao e Publicidade – Nov/2004 – Mar/2009 - Owner and manager
Prime Brasil Publicidade e Propaganda – Jan/1988 – Dez/2005 - Owner and manager
Secretaria do Desenvolvimento Social e da Familia de SC – Jan/1995 – Fev/1997 - Secretária de Estado

Formação Acadêmica:
Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina;
MBA em Administração pela Universidade Estadual de Santa Catarina.
Especialização em Orientação Profissional e Planejamento de Carreira pelo Instituto do Ser.
Cursando a especialização Neurociências e Comportamento pela PUCRS.
Participou de vários dos melhores e mais renomados cursos de inovação corporativa nos EUA e na Europa entre 2013 e 2020, com destaque para o Corporate Business Model Innovation da Hass School of Business da UC Berkeley, com os mestres Steve Blank, Alex Osterwalder e Henry Chesbrough.

A Sr. Fernanda não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
José Carlos Spricigo - 468.441.809-00	
N/A	
Simone Lucas Martins - 424.586.680-20	
N/A	
Marco Antonio Camargo Vieira - 557.945.219-53	
N/A	

Rafael Zanrosso Bett - 942.640.150-49

N/A

Aloir Librelato - 482.620.309-82

N/A

Gilmar Librelato - 623.121.119-34

N/A

João Alberto Librelato - 341.406.709-91

N/A

Thayni da Silva Librelato - 038.011.519-05

N/A

Annalisa Blando Dal Zotto - 644.480.450-72

N/A

Gilberto Heinzelmann - 625.813.849-72

N/A

Luiz Tarquínio Sardinha Ferro - 238.804.571-15

N/A

Clovis Benoni Meurer - 107.664.720-00

N/A

André Anderson Lenz - 983.226.800-15

N/A

Flávia Macedo dos Anjos - 103.562.637-38

N/A

Fernanda Maria Barreto Bornhausen - 494.291.599-68

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Rogério Costa Rokembach	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Outros	11/01/1967	18/02/2021	2 anos
489.955.410-91		Contador	Coordenador e Membro do Comitê (Efetivo)	18/02/2021	0	0.00%
N/A.						
Cleiton Zomer Corrêa	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	18/07/1975	18/02/2021	2 anos
786.021.149-15		Auditor		18/02/2021	0	0.00%
N/A.						
Luiz Tarquínio Sardinha Ferro	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	28/01/1961	18/02/2021	2 anos
238.804.571-15		Empresário		18/02/2021	0	0.00%
O Sr. Luiz também exerce o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia.						

476

Experiência profissional / Critérios de Independência

Rogério Costa Rokembach - 489.955.410-91

Sócio líder de auditoria na rede HLB Brasil – Rokembach + Lahm, Vilanova & Cia Auditores.
Conselheiro de Administração com atuação em Companhia registrada na CVM e no BACEN e Entidade sem fins lucrativos;
Conselheiro Fiscal certificado pelo IBGC;
Conselheiro Consultivo do Conselho Regional de Contabilidade do RS;
Perito Contador em arbitragens e em perícias judiciais (Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, CAM-CCBC, CAF/FEDERASUL e CAMERS e na justiça);
Membro da Comisión de Control de Calidad da Associação Interamericana de Contabilidade;

O Sr. Rogério não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Cleiton Zomer Corrêa - 786.021.149-15

Formação em Administração de Empresas pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)
MBA Finanças e Controladoria na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)
Coordenador de Custos (2007- 2014)
Compliance (2014 – o momento)

O Sr. Cleiton não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Luiz Tarquínio Sardinha Ferro - 238.804.571-15

Experiência Profissional:
MAI/2018 – PRESENTE:
• Sócio Diretor da Etrus Consultoria Ltda.
• Conselheiro de Administração da Condor S.A. (a partir de NOV/2019).
• Conselheiro de Administração da Librelato S.A. (a partir de AGO/2020).
JAN/2003 – ABR/2018:
• Presidente da Tupy S.A.
DEZ/1998 – DEZ/2002:
• Presidente da PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
JUN/1996 – DEZ/1998:
• Diretor da Unidade de Finanças do Banco do Brasil S.A.
FEV/1995 a JUN/1996:
• Coordenador-Geral de Administração da Dívida Pública – Secretaria do Tesouro Nacional

Outras Atividades:
JAN/1999 a ABR/2003: Membro e Presidente do Conselho de Administração da Vale.
MAR/2004 a MAR/2007: Conselheiro de Administração da Karsten S.A.
AGO/2013 a DEZ/2016: Conselheiro de Administração da Duas Rodas Industrial Ltda.
FEV/2019 – JUN/2019: Conselheiro de Administração da Paranapanema S.A

Formação Acadêmica:
Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE/FGV)
Especialista em Economia – JUL/1989
Universidade de Brasília
Bacharel em Ciências Econômicas – DEZ/1987

477

O Sr. Luiz não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Rogério Costa Rokembach - 489.955.410-91	
N/A	
Cleiton Zomer Corrêa - 786.021.149-15	
N/A	
Luiz Tarquínio Sardinha Ferro - 238.804.571-15	
N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Thayni da Silva Librelato	038.011.519-05	Librelato S.A. Implementos Rodoviários	75.274.316/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Vitória Ghisoni Librelato	075.449.159-56	Librelato S.A. Implementos Rodoviários	75.274.316/0001-70	
Controladora				
Observação				
N/A				
Administrador do emissor ou controlada				
João Alberto Librelato	341.406.709-91	Librelato S.A. Implementos Rodoviários	75.274.316/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Aloir Librelato	482.620.309-82	Librelato S.A. Implementos Rodoviários	75.274.316/0001-70	
Presidente do Conselho de Administração				
Observação				
N/A				
Administrador do emissor ou controlada				
João Alberto Librelato	341.406.709-91	Librelato S.A. Implementos Rodoviários	75.274.316/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Gilmar Librelato	623.121.119-34	Librelato S.A. Implementos Rodoviários	75.274.316/0001-70	
Vice Presidente Cons. de Administração				
Observação				
N/A				
Administrador do emissor ou controlada				
Aloir Librelato	482.620.309-82	Librelato S.A. Implementos Rodoviários	75.274.316/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Pessoa relacionada				
Gilmar Librelato	623.121.119-34	Librelato S.A. Implementos Rodoviários	75.274.316/0001-70	
Vice Presidente Cons. de Administração				
Observação				
Observação N/A Observação N/A N/A				

479

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2020			
Administrador do Emissor			
José Carlos Spricigo	468.441.809-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
JC Librelato Implementos Rodoviários Ltda.	20.414.740/0001-81		
Administrador			
Observação			
N/A.			
Exercício Social 31/12/2019			
Administrador do Emissor			
José Carlos Spricigo	468.441.809-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
JC Librelato Implementos Rodoviários Ltda.	20.414.740/0001-81		
Administrador			
Observação			
N/A.			
Exercício Social 31/12/2018			
Administrador do Emissor			
José Carlos Spricigo	468.441.809-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
JC Librelato Implementos Rodoviários Ltda.	20.414.740/0001-81		
Administrador			
Observação			
N/A.			

481

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui nenhum acordo ou apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais, (i) resumo das principais matérias aprovadas, (ii) data de sua realização, e (iii) quórum de instalação:

Evento	Principais Matérias	Data	Convocação	Quórum
Assembleia Geral Extraordinária	Deliberar sobre a alteração do artigo 16 do estatuto social, face ao aumento de número de membros do Conselho de Administração.	05/01/2018	Dispensada	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Deliberar sobre a eleição/reeleição dos membros do Conselho de Administração e suplentes.	30/01/2018	Dispensada	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Deliberar sobre a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, suplentes e membros da Diretoria.	30/01/2018	Dispensada	100%
Assembleia Geral Ordinária	(i) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; e (ii) deliberar sobre a destinação dos resultados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.	24/07/2018	Dispensada	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Deliberar sobre a eleição de membros do Conselho de Administração.	22/01/2019	Dispensada	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Autorizar a administração a alienar 100% das quotas da Libremac Ambiental Implementos Rodoviários Ltda.	19/03/2019	Dispensada	100%
Assembleia Geral Ordinária	(i) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; e (ii) deliberar sobre a destinação dos resultados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.	23/04/2019	Dispensada	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Deliberar sobre a eleição dos membros de Conselho de Administração e suplentes.	23/04/2019	Dispensada	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Deliberar sobre a consolidação do estatuto social da Companhia, refletindo a alteração deliberada pelos acionistas no aumento do número de conselheiros em 05/01/2018.	23/04/2019	Dispensada	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros apurados no balanço patrimonial de 30 de junho de 2019.	16/07/2019	Dispensada	100%
Assembleia Geral Ordinária	(i) Apreciar e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro	16/04/2020	Dispensada	100%

12.12 - Outras informações relevantes

	de 2019; (ii) apreciar e votar a proposta de destinação no lucro líquido do exercício e ratificar os dividendos já pagos e/ou creditados; (iii) eleger os membros do Conselho de Administração; e (iv) fixar a remuneração global dos administradores.			
Assembleia Geral Extraordinária	Deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros apurados no balanço patrimonial de 30 de junho de 2019.	16/07/2020	Dispensada	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Eleição de um membro de Conselho de Administração.	21/07/2020	Dispensada	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Deliberar sobre a antecipação da distribuição de dividendos intermediários relativo ao exercício social de 2020.	16/10/2020	Dispensada	100%

Governança Corporativa

Código Brasileiro de Governança Corporativa coordenado pelo IBGC

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("**IBGC**"), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código Brasileiro de Governanças Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

- capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;
- contratação de empresa de auditoria independente que tenha prestado serviços de auditoria interna para a companhia há mais de três anos;
- conselho de administração composto por, no mínimo, um terço de membros independentes;
- não acumulação do cargo de diretor-presidente e presidente do conselho de administração;
- adoção de política de gerenciamento de riscos, código de ética e conduta e política de negociação de valores mobiliários;
- definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;

12.12 - Outras informações relevantes

- atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e que registrem as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e

- utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

Novo Mercado

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Política de Remuneração ("**Política de Remuneração**") da Companhia tem como principal função alinhar os interesses da Administração e os objetivos da Companhia, utilizando como base as melhores práticas adotadas pelo mercado. Os principais princípios que norteiam a presente Política de Remuneração são: (i) a aplicação de critérios e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da Companhia; e (ii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

Os Administradores e os membros do Conselho Fiscal (quando instalado) poderão ter componentes de remunerações, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração global dos Administradores pode ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; (iv) remuneração baseada em ações; e (v) outros que o Conselho de Administração venha a determinar, exceto com relação aos membros do Conselho Fiscal que, quando instalado, farão jus somente à remuneração fixa.

Além da remuneração prevista para os membros dos Comitês de Assessoramento, aqueles que porventura também participem de outro órgão da Companhia poderão ter sua remuneração atribuída a um ou mais cargos que ocupem, respeitados os limites estabelecidos nas normas aplicáveis à Companhia.

Cabe ao Conselho de Administração determinar a proporção de cada componente da remuneração dos Administradores, dentre aqueles acima relacionados.

Remuneração fixa

A remuneração fixa terá como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado. A remuneração fixa dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal será baseada nas responsabilidades do cargo e experiência individuais. A remuneração fixa poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

Remuneração variável

A remuneração variável terá como objetivo direcionar as ações dos Administradores ao cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia, visando atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais stakeholders da Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais e coletivas.

Os montantes a serem atribuídos no âmbito da remuneração variável deverão resultar de processo de avaliação objetiva e comportamental do participante, sendo que a avaliação objetiva poderá resultar do cumprimento de metas anuais estabelecidas em contrato de gestão, enquanto a avaliação comportamental, está alinhada às competências chave da organização, baseadas nos valores fundamentais da companhia e será realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme venha a ser determinado pelo Conselho de Administração. A parcela variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

O pagamento da remuneração variável será realizado em até 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social avaliado.

Benefícios

O pacote de benefícios tem por objetivo oferecer aos Administradores compatibilidade com a prática de mercado.

Os Administradores podem fazer jus a benefícios como assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, vale refeição e/ou vale alimentação, convênio com farmácia, entre outros.

A atribuição de benefícios pós-emprego ou motivados pela cessação do exercício do cargo poderá ocorrer em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.

Remuneração Baseada em Ações

A Companhia não possui remuneração baseada em ações para seus administradores e empregados.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos três últimos exercícios sociais:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
% em relação à remuneração total				
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	64%	36%	0%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
% em relação à remuneração total				
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	96,6%	0,4%	0%	100%
Diretoria	74%	26%	0%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018				
% em relação à remuneração total				
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	100%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração praticada aos Administradores é periodicamente avaliada para garantir equalização com as práticas adotadas pelo mercado. É comum a utilização de pesquisa de mercado e comparar a remuneração da companhia com empresas que se equiparam ao mesmo porte, tipo de negócio e boas práticas na Área de Gente, Gestão e Sustentabilidade. Este tipo de pesquisa é contratado com empresas especialistas no assunto, capacitadas a dar um parecer real sobre como a Companhia está posicionada diante de empresas de referência similar. A análise e recomposição da taxa de inflação também é fundamental para a Companhia manter-se sempre atualizada e em dia com a necessidade de ajustes anuais.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

A remuneração global praticada do Conselho de Administração e da Diretoria é definida em Assembleia Geral dos acionistas.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

O modelo e a composição da remuneração têm o objetivo de refletir as responsabilidades dos cargos ocupados pelos administradores da Companhia, as práticas de mercado e seu nível de competitividade, de forma a atender as necessidades estratégicas da Companhia e atrair, reter e engajar profissionais, levando sempre em consideração a meritocracia.

(v) membros não remunerados

Os seguintes membros do Conselho de Administração não são remunerados pela Companhia: (i) João Alberto Librelato; (ii) Annalisa Blando Dal Zotto; e (iii) Clovis Benoni Meurer. Adicionalmente, os membros suplentes do Conselho de Administração não são remunerados pela Companhia.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a parcela fixa da remuneração são consideradas avaliações de mercado, atrelados ao nível da responsabilidade e qualificação profissional para o exercício da função.

Os indicadores levados em consideração na determinação da remuneração variável fazem parte de um sistema de gestão de metas globais e das intenções estratégicas da Companhia, que consideram os resultados corporativos.

As definições do planejamento estratégico da Companhia são consideradas na remuneração variável da Diretoria estatutária e não estatutária, englobando os resultados financeiros das respectivas áreas sob a responsabilidade dos administradores e os resultados financeiros consolidados da Companhia, como faturamento e lucratividade, bem como indicadores estratégicos.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os membros do Conselho de Administração possuem apenas remuneração fixa e benefícios e os Comitês apenas remuneração fixa.

A remuneração variável dos Diretores, estatutários ou não, da Companhia está vinculada às metas estabelecidas e aos indicadores de desempenho definidos pelo Conselho de Administração. Tais metas e indicadores devem considerar o planejamento estratégico da Companhia.

Os indicadores de desempenho estão atrelados ao planejamento estratégico de longo prazo que objetiva o crescimento, a sustentabilidade e a geração de valor do negócio, assim sendo anualmente estes indicadores são definidos em linha ao plano de negócio, desafiados e aprovados pelo Conselho de Administração.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia busca adotar uma distribuição entre remuneração fixa, variável de curto prazo e de longo prazo, buscando sempre atender aos interesses da Companhia. Cada componente da remuneração dos Administradores tem um objetivo definido, o que faz com que sua periocidade seja coerente ao apoiar o alcance dos objetivos de curto, médio e de longo prazo.

A remuneração fixa praticada está em conformidade com o que é adotado pelo mercado, sempre com foco em apoiar o atingimento de resultados e na retenção destes profissionais, remunerando-os pela contribuição e execução de seu papel e responsabilidades.

A remuneração variável de curto prazo é representada pelas metas globais da companhia, atualizáveis anualmente e ao atingi-las, seu pagamento torna-se um percentual expressivo da remuneração total do executivo. Tem o objetivo principal em apoiar na melhoria dos resultados

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

financeiros da Companhia através da definição de metas globais que, se atingidas, atenderá as expectativas dos acionistas e investidores.

Já a remuneração variável de longo prazo, foca no crescimento estruturado da Companhia e na sua continua valorização perante o mercado, gerando assim valor aos acionistas e investidores. Cria diante de seus executivos, uma visão de engajamento, conexão com o longo prazo e continuidade, além de reforçar a importância na atração e retenção destes profissionais. São elegíveis ao programa de remuneração variável de longo prazo os diretores e diretores estatutários.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há a existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

A remuneração individual do Conselho de Administração é revisada constantemente pelos Acionistas, através da contratação de consultoria especializada para realização de pesquisa salarial. Os valores praticados são comparados com companhias com porte semelhante, e se encontrado discrepâncias os Acionistas deverão concordar com a equalização.

Já a remuneração da Diretoria é revista periodicamente pelo Conselho de Administração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

A remuneração praticada aos administradores e diretores é periodicamente avaliada para garantir equalização com as práticas adotadas pelo mercado. É comum a utilização de pesquisa de mercado e comparar a remuneração da Companhia com empresas que se equiparam ao mesmo porte, tipo de negócio e boas práticas pela área de Gente, Gestão e Sustentabilidade. Este tipo de pesquisa é contratado com empresas especialistas no assunto, capacitadas em dar um parecer real sobre como a companhia está posicionada diante de empresas de referência similar. A análise da taxa de inflação também é fundamental para a companhia manter-se sempre atualizada e em dia com a necessidade de ajustes. Estes estudos anuais têm uma abrangência para todos os colaboradores da Companhia, e seu ciclo anual de realização permite o olhar atualizado das melhores práticas de mercado e a constante competitividade da remuneração dos profissionais da Companhia.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

A avaliação da adequação da política de remuneração é realizada anualmente, por ocasião da convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, levando-se em consideração as práticas de mercado usualmente aplicadas no setor da Companhia, especialmente em empresas do mesmo porte da Companhia.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	0,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	780.000,00	2.600.000,00	0,00	3.380.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°02/2020 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020, (i) o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020, (i) o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
Total da remuneração	780.000,00	5.000.000,00	0,00	5.780.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,80	2,00	0,00	9,80
Nº de membros remunerados	4,75	2,00	0,00	6,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	558.000,00	1.283.538,00	0,00	1.841.538,00

Benefícios direto e indireto	0,00	126.096,00	0,00	126.096,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	111.600,00	253.431,00	0,00	365.031,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	791.325,00	0,00	791.325,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°02/2020, (i) o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020, (i) o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020, (i) o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
Total da remuneração	669.600,00	2.454.390,00	0,00	3.123.990,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,70	2,30	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00	0,00	7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	572.000,00	1.240.565,00	0,00	1.812.565,00
Benefícios direto e indireto	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	118.400,00	248.113,00	0,00	366.513,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	518.634,00	0,00	518.634,00

Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°02/2020o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020 o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
Total da remuneração	710.400,00	2.007.312,00	0,00	2.717.712,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,50	0,00	8,50
Nº de membros remunerados	5,00	1,50	0,00	6,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	444.000,00	946.125,00	0,00	1.390.125,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	88.800,00	189.225,00	0,00	278.025,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00

Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°02/2020o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
Total da remuneração	532.800,00	1.135.350,00	0,00	1.668.150,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Prevista para 31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	4	N/A	12
Nº de membros remunerados	5	4	N/A	9
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	1.400.000,00	N/A	1.400.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	2.000.000,00	N/A	2.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	1.400.000,00	N/A	1.400.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,8	2	N/A	9,8
Nº de membros remunerados	4,75	2	N/A	6,75
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R$ 766.000,00	N/A	R$ 766.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	-	N/A	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	R$1.013.000,00	N/A	R$1.013.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R$791.325,00	N/A	R$791.325,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	NA	N/A	NA
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,7	2,3	N/A	10
Nº de membros remunerados	5	2	N/A	7
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R$ 500.000,00	N/A	R$ 500.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	-	N/A	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	R$ 540.000,00	N/A	R$ 540.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R$ 518.634,00	N/A	R$ 518.634,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	2,5	N/A	8,5
Nº de membros remunerados	5	1,5	N/A	6,5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	0	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	0	N/A	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia no final do último exercício social.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) modelo de precificação

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

Companhia		
Órgão	**Ações ou Cotas**	**Participação (%)**
Conselho de Administração	7.890.326	70,40%
Diretoria Estatutária	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%

Nota: Participação indiretamente detida pelos membros do Conselho de Administração na Companhia.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	2,00	2,30	2,50	7,80	7,70	6,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	1,50	4,75	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.514.708,00	1.200.000,50	774.125,00	156.000,00	156.000,00	156.000,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	686.251,00	559.198,50	0,00	84.000,00	84.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.100.129,50	883.599,50	630.750,00	117.473,68	118.400,00	88.800,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
31/12/2019	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
31/12/2018	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses. O Sr. João Alberto Librelato não recebeu remuneração em razão de sua atuação como diretor da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Conselho de Administração	
31/12/2020	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
31/12/2019	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
31/12/2018	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.

Conselho Fiscal	
31/12/2020	N/A.
31/12/2019	N/A.
31/12/2018	N/A.

505

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

A tabela abaixo apresenta o percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores nos três últimos exercícios sociais:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	**2019**	**2018**
Conselho de Administração	60%	60%	60%
Diretoria	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

A remuneração da Sra. Annalisa Blando Dal Zotto, membro do Conselho de Administração da Companhia, é paga pela acionista integrante do bloco de controle da Companhia, VGL Administração de Bens Ltda. Seguem abaixo os valores da remuneração paga pela VGL Administração de Bens Ltda. nos três últimos exercícios sociais:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	**2019**	**2018**
Valor	R$120.000,00	R$120.000,00	R$120.000,00

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 13.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de empregados:

Número de Empregados				
	CLASSIFICAÇÃO	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
IÇARA - SC	MOD	753	593	565
	MOI	258	250	197
	Despesa Administrativas	81	135	102
	Despesa com Vendas	47	31	27
Total		**1139**	**1009**	**891**
CRICIÚMA - SC	MOD	374	339	314
	MOI	107	99	92
	Despesa Administrativas	8	27	23
	Despesa com Vendas	0	1	0
Total		**489**	**466**	**429**
TOTAL		**1628**	**1475**	**1320**

Nota: Jovem aprendiz, estagiários e afastados estão distribuídos entre as classes.

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Não aplicável.

(c) índice de rotatividade

A Companhia apresenta abaixo o índice de rotatividade:

31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
0,54%	0,65%	0,85%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações relevantes – Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A remuneração global dos empregados da Companhia é determinada com base nas condições de mercado e nas convenções trabalhistas dos sindicatos aplicáveis, sendo constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; e (iii) benefícios. Os cargos são administrados por tabela salarial, composta de 5 níveis para cada grupo de cargos.

Participação nos resultados – A Companhia tem Programa de Participação nos Resultados – PPR como uma forma de remuneração variável, que estimula o profissional a superar o seu nível de desempenho, e está vinculado às metas da organização.

A Política do PPR, é revisado anualmente por meio de estabelecimento de metas e indicadores. A distribuição ocorre anualmente observando os requisitos mínimos para a devida a distribuição.

(b) política de benefícios

A Companhia utiliza a prática de política de benefícios flexíveis, de forma a possibilitar uma série de opções para escolha pelos profissionais. Dentre as opções oferecidas a Companhia possuí: vale alimentação, refeição, transporte, plano de saúde etc.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores

(i) grupos de beneficiários

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus empregados e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos empregados da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(ii) condições para o exercício

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus empregados e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos empregados da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(iii) preços de exercício

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus empregados e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos empregados da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(iv) prazos de exercício

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus empregados e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos empregados da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus empregados e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos empregados da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia possui uma relação transparente com os Sindicatos, que estes são envolvidos nas situações de interesse dos colaboradores. Os empregados da Companhia são representados pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico de Criciúma.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 14.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Vitória Ghisoni Librelato					
075.449.159-56	Brasileira-SC	Não	Sim	05/10/2020	
Não	PDV Industrialização de equipamentos eletrônicos Ltda. (“PDV Industrialização”)				
1.446.933	12,910%	0	0,000%	1.446.933	12,910%
VGL Administração de Bens Ltda.					
28.709.044/0001-04	Brasileira-SC	Sim	Sim	05/10/2020	
Não	PDV Industrialização de equipamentos eletrônicos Ltda. (“PDV Industrialização”)				
1.121	0,010%	0	0,000%	1.121	0,010%
TSL Participações Ltda.					
26.461.993/0001-92	Brasileira-SC	Sim	Sim	09/11/2017	
Não	PDV Industrialização de equipamentos eletrônicos Ltda. (“PDV Industrialização”)				
1.448.054	12,920%	0	0,000%	1.448.054	12,920%
Librelato Participações Ltda.					
11.167.242/0001-90	Brasileira-SC	Sim	Sim	09/11/2017	
Não	PDV Industrialização de equipamentos eletrônicos Ltda. (“PDV Industrialização”)				
6.443.742	57,490%	0	0,000%	6.443.742	57,490%
CRP VII Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia					
11.411.095/0001-52	Brasileira-RS	Não	Não	18/02/2021	
Não	PDV Industrialização de equipamentos eletrônicos Ltda. (“PDV Industrialização”)				
1.868.000	16,670%	0	0,000%	1.868.000	16,670%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OUTROS					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
11.207.850	100,000%	0	0,000%	11.207.850	100,000%

517

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Librelato Participações Ltda.				**11.167.242/0001-90**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
GL Participações Ltda.					
18.580.177/0001-70	Brasileira-SC	Não	Sim	06/07/2018	
Não	PDV Industrialização de equipamentos eletrônicos Ltda. (“PDV Industrialização”)				
27.404.772	32,400	0	0,000	27.404.772	32,400
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Jalla Participações Ltda.					
26.436.286/0001-46	Brasileira-SC	Não	Sim	06/07/2018	
Não	PDV Industrialização de equipamentos eletrônicos Ltda. (“PDV Industrialização”)				
28.966.465	34,300	0	0,000	28.966.465	34,300
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Librelato Participações Ltda.				**11.167.242/0001-90**	
TOTAL					
84.556.535	100,000	0	0,000	84.556.535	100,000
Vanguarda Participações Ltda.					
18.651.432/0001-28	Brasileira-SC	Não	Sim	06/07/2018	
Não	PDV Industrialização de equipamentos eletrônicos Ltda. (“PDV Industrialização”)				
28.185.298	33,300	0	0,000	28.185.298	33,300
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

519

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
TSL Participações Ltda.				**26.461.993/0001-92**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Thayni da Silva Librelato					
038.011.519-05	Brasileira-SC	Não	Sim	09/08/2016	
Não	PDV Industrialização de equipamentos eletrônicos Ltda. (“PDV Industrialização”)				
999	99,990	0	0,000	999	99,990
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
1.000	100,000	0	0,000	1.000	100,000

520

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
TSL Participações Ltda.				**26.461.993/0001-92**	
Ulisses Gabriel					
036.904.689-73	Brasileira-SC	Não	Não	09/08/2016	
Não	PDV Industrialização de equipamentos eletrônicos Ltda. (“PDV Industrialização”)				
1	0,010	0	0,000	1	0,010
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

521

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
VGL Administração de Bens Ltda.				**28.709.044/0001-04**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Rosineide Ghisoni de Oliveira					
017.702.519-01	Brasileira-SC	Não	Não	21/10/2020	
Não	PDV Industrialização de equipamentos eletrônicos Ltda. (“PDV Industrialização”)				
341	0,010	0	0,000	341	0,010
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
5.541.926	100,000	0	0,000	5.541.926	100,000

522

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
VGL Administração de Bens Ltda.				**28.709.044/0001-04**	
Vitória Ghisoni Librelato					
075.449.159-56	Brasileira-SC	Não	Sim	21/10/2020	
Não	PDV Industrialização de equipamentos eletrônicos Ltda. (“PDV Industrialização”)				
5.541.585	99,990	0	0,000	5.541.585	99,990
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

523

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
GL Participações Ltda.				**18.580.177/0001-70**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Gilmar Librelato					
623.121.119-34	Brasileira-SC	Não	Sim	06/07/2018	
Não	PDV Industrialização de equipamentos eletrônicos Ltda. (“PDV Industrialização”)				
27.405.771	99,999	0	0,000	27.405.771	99,999
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
1	0,000	0	0,000	1	0,000
TOTAL					
27.405.772	100,000	0	0,000	27.405.772	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Jalla Participações Ltda.				**26.436.286/0001-46**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
João Alberto Librelato					
341.406.709-91	Brasileira-SC	Não	Sim	28/03/2019	
Não	PDV Industrialização de equipamentos eletrônicos Ltda. (“PDV Industrialização”)				
28.967.464	99,999	0	0,000	28.967.464	99,999
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
1	0,000	0	0,000	1	0,000
TOTAL					
28.967.465	100,000	0	0,000	28.967.465	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Vanguarda Participações Ltda.				18.651.432/0001-28	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Aloir Librelato					
482.620.309-82	Brasileira-SC	Não	Sim	17/10/2018	
Não	PDV Industrialização de equipamentos eletrônicos Ltda. (“PDV Industrialização”)				
14.093.148	49,999	0	0,000	14.093.148	49,999
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
ELA Participações e Administração de Bens Ltda.					
30.781.262/0001-00	Brasileira-SC	Não	Não	17/10/2018	
Não	PDV Industrialização de equipamentos eletrônicos Ltda. (“PDV Industrialização”)				
14.093.148	49,999	0	0,000	14.093.148	49,999
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
3	0,000	0	0,000	3	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Vanguarda Participações Ltda.				18.651.432/0001-28	
TOTAL					
28.186.299	100,000	0	0,000	28.186.299	100,000

527

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	19/02/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	1
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	4
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Acordo de Acionistas da Librelato S.A. Implementos Rodoviários (sujeito à conclusão da Oferta)	
Partes	Librelato Participações Ltda. ("**Librelato Participações**"); TSL Participações Ltda. ("**TSL**") e Vitória Ghisoni Librelato ("**Vitória**", em conjunto com Librelato Participações e TSL "**Acionistas**" e após a realização da Oferta Pública Inicial, "**Bloco**").
Data de celebração	22 de fevereiro de 2021.
Prazo de vigência	10 anos a contar da data de divulgação do Anúncio de Início da Oferta de Distribuição Pública de Ações da Companhia.
Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle	Os Acionistas se obrigam a realizar, nos termos deste Acordo, uma reunião prévia na qual será definido e vinculado o voto a ser proferido de maneira uniforme e em bloco pelos Acionistas ("**Reunião Prévia**") Independentemente se a matéria for de deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, as matérias indicadas abaixo dependerão de voto afirmativo de Acionistas representando 80% do total de ações ordinárias do Bloco e a realização de Reunião Prévia: (i) alteração relevante do objeto social; (ii) alterações no estatuto social da Companhia que afetem ou restrinjam os direitos dos Acionistas nos termos deste Acordo; (iii) qualquer resgate de ações, independentemente da classe ou série; (iv) qualquer alteração na composição (número de membros) ou atribuições do Conselho de Administração; (v) criação e alteração da política de distribuição de dividendos; (vi) dissolução e liquidação da Companhia; (vii) eleição e destituição de liquidantes da Companhia, bem como aprovação de suas contas; (viii) aumento de capital da Companhia e emissão de quaisquer valores mobiliários representativos ou conversíveis em ações da Companhia (inclusive debêntures conversíveis) e criação ou emissão de bônus de subscrição; (ix) assunção de compromissos pela Companhia em que se torne devedora ou garantidora de obrigações superiores a 2 (duas) vezes o endividamento líquido/EBITDA apurado conforme o último balanço patrimonial consolidado da Companhia, quando não incluídos no plano de negócios e no orçamento operacional e no capital anual aprovados; (x) aprovação de plano de outorga de opção de aquisição de ações ou outros planos de incentivo baseados em ações aos administradores e empregados; (xi) indicação e eleição dos conselheiros independentes do Conselho de Administração ou de membro(s) do Conselho de Administração na hipótese na qual qualquer(is) Acionista(s) passe(m) a deter, individualmente, um percentual de Ações que represente menos que 5% do capital social votante da Companhia; (xii) escolha de auditores independentes que não seja: Deloitte, EY, KPMG ou PwC; (xiii) aprovação do plano de negócios e do orçamento operacional e de capital anual, que deverá cobrir no mínimo a estrutura organizacional e remuneração, investimentos, negociações previstas com fornecedores e quaisquer obrigações futuras; e (xiv) a aprovação de quaisquer assuntos acima relacionados relativamente a quaisquer Subsidiárias. Independentemente se a matéria for de deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, a aprovação de operações de aquisições de outras sociedades ou de aquisição de ativos de outras sociedades em montante superior a 10% do patrimônio líquido contábil apurado no último balanço patrimonial consolidado da Companhia, em operação singular e/ou série de ato relacionados ou de natureza semelhante, quando não incluídos no plano de negócios e do orçamento operacional e de capital anual aprovados, dependerá de voto afirmativo de Acionistas representando 73% do total de ações ordinárias do Bloco. Independentemente se a matéria for de deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, as matérias indicadas abaixo dependerão de voto afirmativo de Acionistas representando 60% do total de ações ordinárias do Bloco e a realização de Reunião Prévia: (i) aprovação de operações de aquisições de outras sociedades ou de aquisição de ativos de outras sociedades em montante inferior a 10% do patrimônio líquido contábil apurado no último balanço patrimonial consolidado da Companhia, em operação singular e/ou série de ato relacionados ou de natureza semelhante, quando não incluídos no plano de negócios e do orçamento operacional e de capital anual aprovados;

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

	(ii) qualquer alteração relevante em práticas contábeis pela Companhia, salvo alterações decorrentes de lei ou regulamentação aplicável; (iii) eleição do presidente do Conselho de Administração; e (iv) a aprovação de quaisquer assuntos acima relacionados relativamente a quaisquer Subsidiárias. Caso qualquer das matérias acima previstas ("**Matérias Especiais**") seja aprovada pelo Conselho de Administração e venha, por qualquer motivo, ser submetida à assembleia geral da Companhia, os Acionistas deverão se reunir em Reunião Prévia, previamente à assembleia geral da Companhia. A aprovação da referida Matéria Especial dependerá do voto afirmativo de 60% do total de ações ordinárias do Bloco em Reunião Prévia. São Matérias Especiais, as deliberações sobre: fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão total ou parcial, transformação ou qualquer outro tipo de reestruturação envolvendo a Companhia, com exceção de reestruturações societárias envolvendo apenas a Companhia e suas Subsidiárias.
Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais	A Librelato Participações possui o direito de indicar 3 membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes. A TSL possui o direito de indicar 1 membro do Conselho de Administração e seu respectivo suplente. A Vitória possui o direito de indicar 1 membro do Conselho de Administração e seu respectivo suplente. Caso qualquer(is) Acionista(s) passe(m) a deter, individualmente, um percentual de Ações que represente menos que 5% do capital social votante da Companhia ("**Percentual Mínimo**"), tal(is) Acionista(s) perderá(ão) o direito de eleger e indicar 1 membro titular, e seu respectivo suplente, para o Conselho de Administração Caso o número de Ações de todos os eventuais Acionistas que perderam seu direito de eleger e indicar 1 membro para o Conselho de Administração representem, quando consideradas em conjunto, um montante igual ou superior ao Percentual Mínimo, tais Acionistas poderão, para fins única e exclusivamente da eleição e indicação de membro do Conselho de Administração agindo em conjunto, como se um único Acionista fossem, indicar um membro do Conselho de Administração. Na hipótese de qualquer(is) Acionista(s) passar(em) a deter, individualmente, um percentual de Ações inferior ao Percentual Mínimo, o(s) respectivo(s) membro(s) titular(es) e suplente(s) para o Conselho de Administração anteriormente indicado(s) e eleito(s) por tal(is) Acionista(s) passará(ão) a ser indicado(s) e eleito(s) com voto afirmativo de Acionistas representando 60% do total de ações ordinárias do Bloco.
Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las	Qualquer transferência de ações pelos Acionistas, que não estejam de acordo com as disposições estipuladas no Acordo de Acionistas será considerada nula de pleno direito. O Acordo de Acionistas prevê restrições à transferência de ações típicas de operações desta natureza, tais como direito de preferência, direito de venda conjunta (*tag along*) e direito de venda forçada (*drag along*).
Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle	Não há disposições no Acordo de Acionistas da Companhia que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores nos últimos três exercícios sociais.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

2020

a. evento	**AGE 30.12.2020 - Cisão Parcial da Companhia**
b. principais condições do negócio	Os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2020, aprovaram: (i) a distribuição de dividendos, no valor de R$95.500.000,00, provenientes da conta "reserva de lucros" no Patrimônio Líquido a ser constituído em "Dividendos a pagar" no passivo circulante; (ii) aumentos de capital social no valor de R$10.000.000,00 e R$85.500.000,00, na proporção de participação de cada acionista com valores provenientes da conta "Dividendos a pagar", sem alteração no número de ações de emissão da Companhia; (iii) redução de capital social do acionista CRP VII Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia no valor de R$17.743.000,00, sem alteração no número de ações de emissão da Companhia; (iv) a cisão parcial da Companhia e consequente redução de capital social da Companhia, no valor de R$88.694.131,93, sendo o acervo patrimonial cindido incorporado pela Libreinvest Investimentos Ltda., sem alteração no número de ações de emissão da Companhia e nas participações dos acionistas
c. sociedades envolvidas	A Companhia e os acionistas da Companhia.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Ao final das transações mencionadas acima, o capital social da Companhia passou a ser de R$89.062.953,20, sem alteração no número de ações de emissão da Companhia.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário da Companhia. Ao final das transações mencionadas acima, o capital social da Companhia passou a ser de R$89.062.953,20, sem alteração no número de ações de emissão da Companhia.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

2019

a. evento	**Alienação da Libremac Ambiental Implementos Rodoviários Ltda.**
b. principais condições do negócio	A alienação de 7.000.000 quotas, totalmente subscritas e integralizadas, representativas de 100% do capital social da Libremac Ambiental Implementos Rodoviários Ltda., pelo valor mínimo de R$10.000.000,00.
c. sociedades envolvidas	A Companhia e a Libremac Ambiental Implementos Rodoviários Ltda.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, tendo em vista que não houve nenhum efeito no quadro societário da Companhia.
e. quadro societário antes e depois da operação	Antes: A Companhia era titular da totalidade das 7.000.000 quotas representativas do capital social da Libremac Ambiental Implementos Rodoviários Ltda. Depois: A Compradora passou a ser detentora da totalidade das 7.000.000 quotas representativas do capital social da Libremac Ambiental Implementos Rodoviários Ltda.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 15.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia adota uma Política de Transações com Partes Relacionadas, a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de fevereiro de 2021, e define de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas, transações com partes relacionadas e situações envolvendo conflitos de interesses, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações. A Política de Transações com Partes Relacionadas tem como objetivo dar transparência aos acionistas da Companhia, investidores e ao mercado em geral.

A Companhia, quando da celebração de operações com partes relacionadas, adota práticas que têm por objetivo não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para a Companhia ou para quaisquer outras partes, com base em termos e condições que seriam aplicáveis a operações semelhantes com terceiros, utilizando-se de cotações e pesquisas de mercado na implementação de seus negócios e contratação de serviços, tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços, cabendo a decisão da realização das transações, independentemente desta ser realizada entre partes relacionadas ou não, ao responsável da área que motivou a contratação do produto ou serviço.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Por fim, a Companhia adota um Código de Ética, aplicável a todas as sociedades de seu grupo econômico, que tem como objetivo orientar as ações e a tomada de decisões de todos os colaboradores das empresas do grupo, nos diversos níveis de relacionamento empresarial e operacional.

A prática recomendada pela Companhia para possíveis conflitos de interesse é baseada no princípio de que o colaborador deverá tomar decisões e agir sempre de maneira idônea, sem se deixar influenciar por questões particulares, de familiares ou de amigos que possam afetar seu julgamento em relação à atividade na qual ele esteja envolvido, ou seja, deve-se recusar a promover qualquer forma de favorecimento ou a agir contra os interesses da Companhia.

A Companhia dispõe de Canais de Denúncia controlado por empresa especializada independente, com *hotline*, *hotsite* e endereço eletrônico disponível 24 horas/dia, 365 dias por ano, com opção de manifestação/denúncia anônima.

A Política de Transações com Partes Relacionadas pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) na sede da Companhia na Rodovia SC 445, KM 7,5, s/n, Bairro Primeiro de Maio, Içara, SC, CEP 88820-000; (ii) no website da Companhia (www.ri.librelato.com.br); e (iii) no website da CVM (www.gov.br/cvm).

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável,

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia adota, além da Política de Transações com Partes Relacionadas, práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo diretrizes do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas e do Regulamento do Novo Mercado. De acordo com a Política para Transações com Partes Relacionadas, anualmente, a Companhia solicitará o preenchimento de uma declaração de conflito de interesses ou existência de relacionamento com Partes Relacionadas ("**Declaração**") das pessoas que se enquadram na Política de Transações com Partes Relacionadas, bem como para outras que entender pertinente no âmbito da sua competência, por meio de um questionário que deverá ser (i) firmado pelo declarante e seu superior imediato, (ii) recebido e analisado pelo Comitê de Auditoria e pelo Diretor Presidente, e (iii) colocado à disposição do Conselho de Administração, dependendo dos achados, assuntos, posição dos envolvidos e impedimentos.

A Companhia divulgará informações sobre Transações com Partes Relacionadas, de forma clara e precisa, nas notas explicativas às Demonstrações Contábeis da Companhia, por meio de suas demonstrações contábeis periódicas, do Formulário de Referência da Companhia ou, ainda, quando a operação configurar fato relevante, nos termos da legislação aplicável, de modo a assegurar a transparência do processo aos acionistas, aos investidores e ao mercado.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia define que quaisquer contratos com Partes Relacionadas deverão obedecer a "Condição de Mercado". Para fins desta Política e nos termos da legislação aplicável, é considerada Condição de Mercado quaisquer condições para as quais foram observadas, durante a negociação, os princípios da (i) competitividade (preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado); (ii) conformidade (aderência dos serviços prestados aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia, bem como aos controles adequados de segurança das informações); (iii) transparência (reporte adequado das condições acordadas com a devida aplicação, bem como reflexos destas nas demonstrações financeiras da Companhia); e (iv) equidade (estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminação ou privilégios e de práticas que assegurem a não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros).

Na negociação entre Partes Relacionadas ou com potencial Conflito de Interesses devem ser observados os mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela Companhia com partes independentes.

É considerado Conflito de Interesses, para fins da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia e nos termos da legislação aplicável, quando uma pessoa se encontra envolvida num processo decisório no qual a sua capacidade de julgamento isento possa estar comprometida pelo fato de que: i) de um lado, essa pessoa tem o poder de influenciar o resultado da decisão, e ao mesmo tempo ii) possa existir um ganho para ela diretamente, para algum membro próximo da família, quais sejam: (a) os filhos da pessoa, cônjuge ou companheiro(a); (b) os filhos do cônjuge da pessoa ou de companheiro(a); e (c) dependentes da pessoa, de seu cônjuge ou companheiro(a), ou ainda para terceiro com o qual a pessoa esteja envolvida.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 16.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
18/02/2021	89.062.953,20		11.207.850	0	11.207.850
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
18/02/2021	89.062.953,20		11.207.850	0	11.207.850
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
18/02/2021	89.062.953,20		11.207.850	0	11.207.850
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
18/02/2021	600.000.000,00		0	0	0

539

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/12/2020	Assembleia Geral	30/12/2020	85.500.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

30/12/2020	Assembleia Geral	30/12/2020	10.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

540

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações nos últimos três exercícios sociais.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
30/12/2020	30/12/2020	88.694.131,93	0	0	0	0,96089200	7,91
Forma de restituição		Versão do acervo patrimonial cindido para Libreinvest Investimentos Ltda.					
Razão para redução		Cisão parcial da Companhia, para transferência de imóveis não operacionais não utilizados nas operações.					
30/12/2020	30/12/2020	17.743.083,87	0	0	0	0,16130100	1,58
Forma de restituição		Moeda corrente nacional.					
Razão para redução		N/A.					

542

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 17.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25,0% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, após pagar todas as suas obrigações, os acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso do capital investido na proporção de suas respectivas participações no capital social. Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se do quadro acionário, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, desde que ocorra qualquer uma das hipóteses expressamente previstas nos incisos I a VI e IX do artigo 136 na Lei das Sociedades por Ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da assembleia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso, nos termos do artigo 137, IV da Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Pela Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social da Companhia, nem as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleia Geral da Companhia podem privar seus acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista ne Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) o direito de votar nas assembleias gerais e (vi) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não aplicável

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O Estatuto Social da Companhia não estabelece hipóteses que limitem o direito de voto de acionistas. Não obstante, há previsão de hipóteses em que há obrigatoriedade de realização de oferta pública, conforme listadas abaixo:

- aquisição direta ou indireta do controle da Companhia (inclusive por meio de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações), nos termos e condições previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Adicionalmente, o adquirente do controle da Companhia deverá ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos seis meses anteriores à data da alienação de controle da Companhia, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos seis meses anteriores à data de aquisição do controle da Companhia, devidamente atualizado até o momento do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações de emissão da Companhia nos pregões em que o adquirente do controle realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos;

- caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem a saída da Companhia do Novo Mercado, o acionista controlador da Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações, se a saída ocorrer (i) para negociação de seus valores mobiliários fora do Novo Mercado, ou (ii) por reorganização societária na qual os valores mobiliários da Companhia resultantes de tal reorganização não sejam admitidos para negociação no Novo Mercado no prazo de 120 dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a operação. O preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação nos termos do Estatuto Social da Companhia, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis;

- na hipótese de não haver acionista controlador, caso a Assembleia Geral delibere (i) pela saída da Companhia do Novo Mercado, em razão de registro para negociação de seus valores mobiliários fora do referido segmento de listagem, ou (ii) pela reorganização societária da Companhia, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, no prazo de 120 dias contados da realização da Assembleia Geral que aprovou a referida operação; a saída do Novo Mercado estará condicionada à realização de oferta pública nas mesmas condições previstas acima. Nesse caso, competirá à mesma Assembleia Geral definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública prevista neste item, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. Em relação à Assembleia Geral que deliberar pela reorganização societária, na ausência de definição do(s) responsável(is) pela realização da oferta pública, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta pública;

- na hipótese de a saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, caso o descumprimento decorra (i) de deliberação em Assembleia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento; e (ii) de ato ou fato da administração, os administradores deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado. Na hipótese (ii) acima, competirá à mesma Assembleia Geral definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública ali indicada, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta; (v) na hipótese de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, haverá obrigatoriedade de oferta pública, a ser lançada pelo acionista

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

controlador ou pela Companhia, nos termos da legislação vigente e do estatuto social da Companhia; e

é facultada a formulação de uma única oferta pública, visando a mais de uma das finalidades previstas nesta seção, no Regulamento de Listagem no Novo Mercado na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável. Após uma operação de alienação de controle da Companhia e da subsequente realização de oferta pública, o adquirente do controle, quando necessário, deverá tomar as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% do total das ações de emissão da Companhia em circulação, dentro dos seis meses subsequentes à aquisição do poder de controle. Nos casos de oferta pública de saída do Novo Mercado e cancelamento de registro de companhia aberta, o preço da oferta pública deverá ser estabelecido em laudo, que deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente do poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do Parágrafo 1º do Artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º do mesmo Artigo 8º. Nesses casos, a escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria absoluta dos votos das Ações em Circulação manifestados na Assembleia Geral que (i) se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de ações em circulação; ou (ii) se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes de ações em circulação.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Companhia prevê que pode ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo de 30 dias para seu exercício de que trata o parágrafo 4º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações nas emissões de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

A Lei das Sociedades por Ações outorga à Assembleia Geral o direito de suspender o exercício de direitos pelo acionista que deixar de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo estatuto social da Companhia, cessando tal suspensão imediatamente após o cumprimento de tal obrigação. O estatuto social da Companhia não prevê qualquer hipótese de restrição de exercício de direitos pelos acionistas.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Até a data deste Formulário de Referência, nenhuma oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia havia sido realizada. A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas às ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 18.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de emissão própria nos últimos três exercícios sociais.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que não existem valores mobiliários mantidos em tesouraria nos últimos três exercícios.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 - Outras inf. Relev. – recompra / tesouraria

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 19.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**18/02/2021**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	A Companhia, os administradores, os conselheiros fiscais, os funcionários com acesso à informação privilegiada, os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, assim como os acionistas controladores, diretos e indiretos, sociedades controladas e as pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição no acionista controlador, direto ou indireto, ou em sociedades controladas, possam ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia, e que tenham aderido à Política de Negociação de Valores Mobiliários ("Pessoas Vinculadas").

Principais características e locais de consulta

Estabelecer as regras que deverão ser observadas visando a coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo à Companhia, ou informações privilegiadas, em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 358 e das suas políticas internas. Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e tipping (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia. A adesão à Política de Negociação é obrigatória por todas as Pessoas Vinculadas, mediante assinatura de Termo de Adesão.

A Política de Negociação de Valores Mobiliários pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) na sede da Companhia na Rodovia SC 445, KM 7,5, s/n, Bairro Primeiro de Maio, Içara, SC, CEP 88820-000; (ii) no website da Companhia (www.ri.librelato.com.br); (iii) no website da CVM (www.gov.br/cvm); e (iv) no website da B3 (www.b3.com.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Nenhuma Pessoa Vinculada com acesso à informação privilegiada poderá negociar a qualquer tempo valores mobiliários de emissão da Companhia, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores, antes que tal informação seja divulgada ao mercado. As Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia nos "Períodos de Impedimento à Negociação", que são definidos na regulamentação aplicável e pelo Diretor de Relações com Investidores. Os Períodos de Impedimento à Negociação incluem os seguintes prazos: (i) os 15 dias que antecedem a divulgação de informações periódicas pela Companhia, como ITR e DFP; e (ii) o período entre a data de deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre capital próprio e a publicação de seus respectivos editais e anúncios.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

A Companhia esclarece que não possui plano de investimento nos termos do artigo 15-A da Instrução CVM nº 358/2002.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

As normas, regimentos e procedimentos internos relativos à divulgação de informações que a Companhia adota estão descritos na sua Política de Divulgação, conforme disposta no item 21.2 deste Formulário de Referência.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Instrução CVM 358**") disciplina as regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e à aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, deliberações de assembleia geral de acionistas ou dos órgãos de administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação de suas ações ou quaisquer valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários;

- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, a alteração de qualquer acordo de acionistas em que a Companhia seja parte, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;

- obrigam a companhia aberta e seu Diretor de Relações com Investidores a enviar atos ou fatos relevantes à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores e à B3 (Sistema IPE), bem como divulgar ao mercado em geral, por meio de, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação (i) jornais de grande circulação geralmente utilizados pela referida companhia; ou (ii) de pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade;

- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;

- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto informem a tal companhia o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas controladas e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias, informação esta que será transmitida à CVM e à B3 pelo Diretor de Relação com Investidores da companhia aberta;

- estabelecem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração ou do conselho fiscal de uma companhia de capital aberto, bem como qualquer outra pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas naturais ou jurídicas, agindo em conjunto ou representando o mesmo interesse, realize negócio ou conjunto de negócios por consequência do qual sua participação direta ou indireta ultrapasse, para cima ou para baixo, os patamares de 5%, 10%, 15%, e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia, referida pessoa deverá divulgar as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e

- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Em observância às normas da CVM e da B3, em 18 de fevereiro de 2021, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a "Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante" ("**Política de Divulgação**"), cujas regras devem ser observadas por todas aquelas pessoas relacionadas no artigo 13 da Instrução CVM 358 ("**Destinatários**"). Os Destinatários deverão assinar o Termo de Adesão à Política de Divulgação.

A Política de Divulgação visa (i) prestar informação completa aos acionistas da Companhia e aos investidores em geral; (ii) garantir ampla e imediata divulgação de Ato ou Fato Relevante; (iii) possibilitar acesso equânime às informações públicas sobre a Companhia aos acionistas da Companhia e aos investidores em geral; (iv) zelar pelo sigilo de Ato ou Fato Relevante não divulgado; (v) colaborar para a estabilidade e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro; e (vi) consolidar práticas de boa governança corporativa na Companhia.

Para alcançar tais objetivos, a Política de Divulgação estabelece que cumpre ao Diretor de Relação com Investidores da Companhia a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante, cabendo a ele (i) comunicar e divulgar o ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia imediatamente após a sua ocorrência; (ii) realizar a divulgação de ato ou fato relevante de forma a preceder ou ser realizado simultaneamente à veiculação por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior; e (iii) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, à B3 e, se for o caso, às outras bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam ou venham a ser admitidos à negociação, no País ou no exterior, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante, caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado por meio (i) da página na rede mundial de computadores do portal de notícias Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (http://doe.sea.sc.gov.br); (ii) da página na rede mundial de computadores do portal de notícias TN Sul (https://jornaltn.tnsul.com); (ii) da página na rede mundial de computadores da Companhia (ri.librelato.com.br), em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e à bolsa de valores ou mercados de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação; e (iv) do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net). Não obstante a divulgação de ato ou fato relevante pelos canais de comunicação supramencionados, qualquer ato ou fato relevante poderá ser também publicado em jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia.

Consta da Política de Divulgação da Companhia lista exemplificativa de modalidades de ato ou fato relevante, conforme Instrução CVM 358, sendo que os Destinatários devem observar que (i) a ocorrência de qualquer dessas modalidades não se constitui necessariamente em um ato ou fato relevante, uma vez que essa ocorrência deve ter a capacidade de influenciar de modo ponderável a decisão de negociação dos investidores em valores mobiliários; e (ii) a lista é meramente exemplificativa, não esgotando ou limitando as possibilidades de ocorrência e caracterização do ato ou fato relevante.

De acordo com a regulamentação da CVM aplicável e a Política de Divulgação da Companhia, é considerada uma "Informação Relevante" qualquer decisão de eventual acionista controlador, deliberações de assembleia geral de acionistas ou de órgão da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da Companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou quaisquer valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

Os Destinatários devem, ainda, guardar completo sigilo acerca de ato ou fato relevante sobre os negócios da Companhia ainda não divulgados ao mercado, devendo dar a este difusão restrita, somente quando necessária para o desenvolvimento desses negócios, sempre em caráter confidencial e de forma limitada de divulgação, nos termos da Política de Divulgação da Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Quando se tratar de informação sigilosa ou potencialmente relevante, ainda não divulgada ao mercado, os Destinatários devem obrigatoriamente, nos termos da Política de Divulgação:

- reportá-las imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores;
- não discutir a informação confidencial na presença de terceiros que dela não tenham conhecimento, ainda que se possa esperar que referido terceiro não possa intuir o significado da conversa;
- não discutir a informação confidencial em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem efetivamente esteja participando;
- manter documentos de qualquer espécie referentes à informação confidencial, inclusive anotações pessoais manuscritas, em cofre, armário ou arquivo fechado, ao qual tenha acesso apenas pessoas autorizadas a conhecer a informação;
- gerar documentos e arquivos eletrônicos referentes à informação confidencial sempre com proteção de sistemas de senha;
- circular internamente os documentos que contenham informação confidencial em envelopes lacrados, os quais deverão ser sempre entregues diretamente ao respectivo destinatário;
- não enviar documentos com informação confidencial por fac-símile, a não ser quando haja certeza de que apenas pessoa autorizada a tomar conhecimento da informação terá acesso ao aparelho receptor;
- exigir de terceiro externo à Companhia que precise ter acesso à informação confidencial a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual deve ser especificada a natureza da informação e constar a declaração de que o terceiro reconhece o seu caráter confidencial, comprometendo-se a não divulga-la a qualquer outra pessoa e a não negociar com valores mobiliários antes da divulgação da informação ao mercado; e
- comunicar imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores sobre suspeita ou ocorrência de vazamento dessas informações do seu círculo restrito e determinável.

De acordo com a Política de Divulgação, um ato ou fato relevante deve ser imediatamente divulgado, salvo quando sua manutenção sob sigilo for indispensável para preservar os legítimos interesses da Companhia.

O ato ou fato relevante poderá, em caráter excepcional, não ser divulgado quando os acionistas controladores e/ou os administradores da Companhia entenderem que sua divulgação colocará em risco seu interesse legítimo, observando-se, adicionalmente, o que segue:

- os acionistas controladores ou administradores que decidirem pela manutenção do sigilo em seu benefício deverão cientificar imediata e formalmente o Diretor de Relações com Investidores da Companhia do ato ou fato tido como relevante em estado sigiloso, dando conhecimento das informações necessárias ao seu correto entendimento para que, por si só, sejam capazes de subsidiar eventual divulgação nos termos da Instrução CVM 358;
- o Diretor de Relações com Investidores da Companhia, ou ainda, os demais administradores ou acionistas controladores da Companhia – estes dois últimos grupos, mediante comunicação simultânea ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia – poderão solicitar a apreciação da manutenção de sigilo à CVM, desde que em envelope registrado, lacrado e com advertência de confidencialidade, tendo como destinatário o Presidente da CVM; e
- em quaisquer hipóteses de manutenção do sigilo de ato ou fato relevante, ou quando a situação escapar ao controle dos Destinatários, o Diretor de Relações com Investidores da Companhia deve ser informado imediatamente e este deverá adotar os procedimentos previstos no item acima ou divulgar imediatamente o respectivo ato ou fato relevante, caso que não eximirá os acionistas controladores e os administradores da Companhia de sua responsabilidade pela divulgação.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Os administradores da Companhia são obrigados a comunicar à Companhia, à CVM e à entidade de mercado nos quais os valores mobiliários emitidos pela Companhia sejam admitidos à negociação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da Companhia e de sociedades controladas ou controladoras, desde que companhias abertas, de que sejam titulares. Devem, ainda, comunicar os valores mobiliários emitidos por essas companhias que pertençam (i) ao cônjuge do qual não estejam separados judicialmente; (ii) ao companheiro; (iii) a qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda; e (iv) a sociedades controladas direta ou indiretamente.

Todos os Destinatários da Política de Divulgação da Companhia são responsáveis por não divulgar ato ou fato relevante de forma privilegiada, ainda que em reuniões, públicas ou restritas, devendo previamente à veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior, os Destinatários deverão contatar e submeter o material objeto de exposição ou divulgação ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, em caráter confidencial, o qual tomará as providências necessárias à divulgação simultânea de informações, se for o caso.

Exceto pelo descrito acima, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que tais informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

A Política de Divulgação da Companhia pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) na sede da Companhia na Rodovia SC 445, KM 7,5, s/n, Bairro Primeiro de Maio, Içara, SC, CEP 88820-000; (ii) no website da Companhia (www.ri.librelato.com.br); (iii) no website da CVM (www.gov.br/cvm); e (iv) no website da B3 (www.b3.com.br).

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 21.